



# Plano de Manejo do Parque Estadual de Chandless

## DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO



Rio Branco - Acre  
Outubro de 2008



## **SOS AMAZÔNIA**

### **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS DO ACRE**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 007/ 2007 Tarefa: 01.03.19.02.01.02

Parque Estadual Chandless / SEMA-AC

#### **Executor**

Mary Helena Allegretti

#### **Equipe participante do Diagnóstico Sócio-econômico SOS AMAZÔNIA**

Mary Helena Allegretti (responsável técnico)

Daniela Bonamigo Zupiroli

Jakeline Bezerra Pinheiro

Claudete Aparecida Coelho

Mirlailson da Silva Andrade

#### **Período dos Estudos**

15 de março a 30 de outubro de 2008

#### **Coordenação Geral do Plano de Manejo**

Silvia Helena Costa Brilhante

#### **Coordenação Científica do Plano de Manejo e da Avaliação Ecológica Rápida**

Roberto Antonelli Filho

#### **IMAC**

Jesus Rodrigues – Chefe do PE Chandless



# DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DO PARQUE ESTADUAL CHANDLESS

Mary Helena Allegretti

## SUMÁRIO

### LISTA DE SIGLAS 4

### LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS e ANEXOS 5

### APRESENTAÇÃO 9

### 1. INTRODUÇÃO 9

### 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS 11

### 3. HISTÓRIA DO RIO CHANDLESS 12

- 3.1. Fases da Ocupação
- 3.2. Expedições e Populações Indígenas
- 3.3. Presença Norte-Americana
- 3.4. Período da Borracha e do Caucho
- 3.5. A "Guerra de Santa Rosa"
- 3.6. A Comissão Mista Brasileiro-Peruana
- 3.7. A História Recente do Rio

### 4. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS MORADORES DO PE CHANDLESS 33

- 4.1. Análise Comparativa da População em 2001, 2006 e 2008
- 4.2. Caracterização Demográfica e Social em 2008
- 4.3. Caracterização Sócio-Econômica das Unidades Familiares
- 4.4. Desmatamento no PE Chandless
- 4.5. Observações Finais

### 5. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE SANTA ROSA DO PURUS 85

- 5.1. Histórico do Município
- 5.2. Perfil Demográfico
- 5.3. Perfil Sócio-Econômico
- 5.4. População Indígena
- 5.5. Projeto de Assentamento Santa Rosa
- 5.6. Riscos e Oportunidades

### 6. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS GRUPOS DE INTERESSE SECUNDÁRIO 112

- 6.1. Caracterização da Área de Influência do PE Chandless
- 6.2. Município de Manuel Urbano
- 6.3. Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
- 6.4. Caracterização da Fronteira Internacional com o Peru
- 6.5. Riscos e Oportunidades

### 7. ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS 156

- 7.1. Caracterização das Principais Etnias Indígenas
- 7.2. Caracterização da Área Ocupada por Índios Isolados
- 7.3. Interações Indígenas e Não-Indígenas

### 8. OS MORADORES DO RIO CHANDLESS E O PARQUE 171

- 8.1. Audiência Pública em 2003
- 8.2. Resumo dos Compromissos Públicos
- 8.3. Roteiro para Regularizar o PE Chandless

### 9. RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO DE MANEJO 193

### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 195

### ANEXOS 199

## LISTA DE SIGLAS

AER-RBR	Administração Executiva da FUNAI em Rio Branco
ASSC	Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá
ASSEXMA	Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Macauã e Área de Entorno
BASA	Banco da Amazônia S.A.
CGII/FUNAI	Coordenação Geral de Índios Isolados da FUNAI
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CPI	Comissão Pró-Índio
CSPE	Centro de Saúde de Puerto Esperanza
DEAS	Departamento Estadual de Água e Saneamento
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FARJ	Frente de Atração Rio Jordão
FCE	Frente de Contato Rio Envira
FECONAPU	Federacion de Comunidades Nativas de Purus
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FPEE	Frente de Proteção Etno-Ambiental Rio Envira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GEA	Governo do Estado do Acre
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente Global
IANP	Intendência de Áreas Naturais Protegidas
IBAMA	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAF	Instituto de Defesa Animal e Florestal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira
INRENA	Instituto Nacional de Recursos Naturales
IPAM	Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental
MU	Manuel Urbano
OCAEJ	Organização das Comunidades Agro-Extrativistas Jaminawá
OMS	Organização Mundial de Saúde
PA	Projeto de Assentamento
PBBI	Programa Biodiversidade Brasil-Itália
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Parque Estadual Chandless
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Plano de Manejo
PNAP	Parque Nacional do Alto Purus
PNSD	Parque Nacional da Serra do Divisor
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP-G7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROAPAM	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
PROJETO ARPA	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
PSF	Programa de Saúde da Família
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCP	Reserva Comunal Purus
SEAPROF	Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEATER	Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal
SEE	Secretaria de Estado da Educação
SEF - SEFE	Secretaria de Estado de Florestas
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais
SEMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sena Madureira
SEME	Secretaria Municipal de Educação de Sena Madureira

SEPI	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SESACRE	Secretaria de Estado de Saúde
SINANPE	Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira
SMS	Secretaria Municipal de Saúde de Sena Madureira
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TFD	Tratamento Fora do Domicílio
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UPI	Unidade de Proteção Integral
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de Famílias e Pessoas Residentes, por Localidade, Gleba 9-Chandless, em 2001
Tabela 2	Localidades e Moradores Registrados no Rio Chandless em 2001 e 2006
Tabela 3	Localidades e Famílias Residentes no PE Chandless, em Março de 2008
Tabela 4	Localidades, Famílias, População Residente e Taxa de Crescimento no PE Chandless, entre 2001 e 2008
Tabela 5	Mudanças Locacionais no Rio Chandless entre 2001 e 2008
Tabela 6	Mudanças Locacionais e Demográficas da População Residente no PE Chandless, entre 2001 e 2008
Tabela 7	Localidades, Famílias, Data de Abertura da Colocação e Total de Entrevistados em Março de 2008, no PE Chandless
Tabela 8	Representatividade da População Entrevistada em Relação à População Residente no PE Chandless, em 2008
Tabela 9	Localidades e Famílias do PE Chandless, por Data de Abertura da Colocação
Tabela 10	Localidades, Famílias e Total de Entrevistados em Março de 2008, no PE Chandless
Tabela 11	Quantitativos de Antropização no PE Chandless, em Maio de 2006
Tabela 12	Crescimento Populacional em Santa Rosa do Purus entre 1996 e 2007
Tabela 13	Distribuição da População por Sexo e Faixa Etária em Santa Rosa do Purus, em 2000
Tabela 14	Frota de Veículos em Santa Rosa do Purus
Tabela 15	Analfabetismo por Faixa Etária em Santa Rosa do Purus, em 1991 e 2000
Tabela 16	Grau de Instrução por Número de Moradores em Santa Rosa do Purus
Tabela 17	Número de Alunos por Grau de Escolaridade em Santa Rosa do Purus, entre 2000 e 2005
Tabela 18	Caracterização do Esgotamento Sanitário em Santa Rosa do Purus
Tabela 19	Caracterização do Abastecimento de Água em Santa Rosa do Purus
Tabela 20	Destino do Lixo em Santa Rosa do Purus
Tabela 21	Índice de Desenvolvimento Humano em Santa Rosa do Purus
Tabela 22	População Residente por Município e Localização, em 2007
Tabela 23	Área e Número de Famílias em Projetos de Reforma Agrária, Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Alto Purus, em 2007
Tabela 24	Efetivo do Rebanho Bovino no Alto Purus entre 2002 e 2006
Tabela 25	Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicional dos Municípios do Alto Purus, por Setor Predominante, em 2005
Tabela 26	Produto Interno Bruto dos Municípios do Alto Purus, em 2005
Tabela 27	PIB Per Capita Municipal no Alto Purus entre 2002 e 2005
Tabela 28	Crescimento Populacional em Manuel Urbano entre 1996 e 2007
Tabela 29	Caracterização dos Domicílios em Manuel Urbano
Tabela 30	Composição Setorial do PIB em Manuel Urbano, em 1996
Tabela 31	Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado do Município de Manuel Urbano, por Setor Predominante, em 2005
Tabela 32	PIB Municipal e Per Capita em Manuel Urbano entre 2002 e 2005
Tabela 33	Índice de Desenvolvimento Humano de Manuel Urbano em 1991 e 2000
Tabela 34	Matrícula Inicial nos Diferentes Níveis de Ensino em Manuel Urbano, em 2005
Tabela 35	Frota de Veículos em Manuel Urbano, em 2007
Tabela 36	Territórios Protegidos no Peru, na Fronteira com o Brasil e o PE Chandless
Tabela 37	Territórios Protegidos no Alto Purus, na Fronteira com o Brasil e o PE Chandless
Tabela 38	Terras Indígenas Localizadas no Entorno do PE Chandless
Tabela 39	Mosaico de Áreas Protegidas do Vale do Acre-Purus

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localidades, Famílias e População Residente no PE Chandless, entre 2001 e 2008
Figura 2	Nascimentos até 2001 e entre 2001 e 2008 no PE Chandless
Figura 3	Nascimentos pós-2001 por Faixa Etária no PE Chandless
Figura 4	Nascimentos pós-2001 por Sexo no PE Chandless
Figura 5	Pirâmide Populacional do PE Chandless, em 2001
Figura 6	Pirâmide Populacional do PE Chandless, em 2008
Figura 7	Distribuição da População por Faixa Etária no PE Chandless, em 2008
Figura 8	População Pesquisada no PE Chandless, por Sexo, em 2008
Figura 9	População Entrevistada no PE Chandless, por Sexo e Idade, em 2008
Figura 10	População do PE Chandless por Local de Nascimento, em 2008
Figura 11	População do PE Chandless Nascida Fora do Chandless, por Local de Nascimento, 2008
Figura 12	Escolaridade da População Pesquisada no PE Chandless, em 2008
Figura 13	Escolaridade da População Pesquisada, por Sexo, no PE Chandless, em 2008
Figura 14	População Total e Economicamente Ativa do PE Chandless, em 2008
Figura 15	População Economicamente Ativa, por Sexo, Pesquisada no PE Chandless, em 2008
Figura 16	População Total e PEA da Colocação Morada Nova
Figura 17	Desmatamento na Colocação Morada Nova e Fazenda Jussara, em 2006
Figura 18	População Total e PEA da Colocação Nova Jerusalém
Figura 19	Desmatamento na Colocação Nova Jerusalém, em 2006
Figura 20	População Total e PEA da Colocação Boca do Cuchichá
Figura 21	Desmatamento na Boca do Cuchichá, Área Aberta no Alto da Imagem, em 2006
Figura 22	População Total e PEA da Colocação Dois Irmãos
Figura 23	População Total e PEA da Colocação São Pedro
Figura 24	População Total e PEA da Colocação do Manoel
Figura 25	População Total e PEA da Colocação do Adelson
Figura 26	Desmatamento na Vila Papaial, a Segunda de Baixo para Cima, na Imagem, em 2006
Figura 27	População Total e PEA da Colocação da Creuza
Figura 28	População Total e PEA da Colocação do Jairo
Figura 29	Desmatamento na Colocação do Jairo, a Primeira de Baixo para Cima, na Imagem, 2006
Figura 30	População Total e PEA da Colocação São João
Figura 31	Desmatamento na Colocação São João, em 2006
Figura 32	Desmatamento na Colônia Reentregue, lado Esquerdo da Imagem, em 2006
Figura 33	População Total e PEA da Colocação Carapanã
Figura 34	Desmatamento na Colocação Carapanã, lado Direito da Imagem, em 2006
Figura 35	Mapa de Localização do Município de Santa Rosa do Purus em Relação ao PE Chandless
Figura 36	Crescimento Populacional em Santa Rosa do Purus entre 1996 e 2007
Figura 37	Distribuição da População de Santa Rosa do Purus por Sexo, em 2000
Figura 38	População Urbana e Rural em Santa Rosa do Purus, em 2000
Figura 39	Pirâmide Etária do Município de Santa Rosa do Purus, em 2000
Figura 40	Frota em circulação em Santa Rosa do Purus
Figura 41	Taxa de Alfabetização em Santa Rosa do Purus, em 2000
Figura 42	Analfabetismo por Faixa Etária
Figura 43	Grau de instução
Figura 44	Número de Alunos por Grau de Escolaridade em Santa Rosa do Purus, entre 2000 e 2005
Figura 45	Caracterização do Esgotamento Sanitário em Santa Rosa do Purus
Figura 46	Caracterização do Abastecimento de Água em Santa Rosa do Purus
Figura 47	Destino do Lixo em Santa Rosa do Purus
Figura 48	Índice de Desenvolvimento Humano em Santa Rosa do Purus
Figura 49	Crescimento Populacional em Manuel Urbano entre 1996 e 2007
Figura 50	Distribuição da População de Manuel Urbano por Sexo, em 2000
Figura 51	População Urbana e Rural em Manuel Urbano, em 2000
Figura 52	Composição Setorial do PIB em Manuel Urbano, 1996
Figura 53	Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado do Município de Manuel Urbano, por Setor Predominante, em 2005
Figura 54	IDH de Manuel Urbano em 1991 e 2000
Figura 55	Taxa de Analfabetismo em Manuel Urbano em 1991 e 2000.
Figura 56	Matrícula Inicial nos Diferentes Níveis de Ensino em Manuel Urbano, em 2005
Figura 57	Número de Docentes em Escolas Públicas em Manuel Urbano, em 2007

Figura 58	Frota de veículos em Manuel Urbano em 2007
Figura 59	Repases e Programas do Governo Federal para Manuel Urbano em 2006
Figura 60	Montante de Repases em Projetos Especiais do Governo Federal para Manuel Urbano, em 2007

#### LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localidades e Moradores do PE Chandless, em 2008
Mapa 2	Desmatamento no PE Chandless, em 2004
Mapa 3	Parque Estadual Chandless e Mosaico de Territórios Protegidos do Alto Purus
Mapa 4	Localização da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
Mapa 5	Distribuição Espacial das Famílias da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
Mapa 6	Zoneamento da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema
Mapa 7	Parque Nacional Alto Purus e Áreas do Entorno
Mapa 8	Áreas de Exploração Ilegal de Mogno na Região do Alto Purus
Mapa 9	Reserva Comunal Purus e Terras Indígenas Tituladas em 2005
Mapa 10	Ameaças na Reserva Comunal Purus, em 2005
Mapas 11 e 12	Áreas protegidas no Brasil e no Peru que limitam com o PE Chandless
Mapa 13	Recursos Hídricos e Ocupação Humana na Terra Indígena Mamoadate

#### LISTA DE FOTOS

Foto 1	Trabalhadores Piro na Casa de Carlos Scharff em Curanjá, em 1905
Foto 2	Alberto Nunes, morador do PE Chandless
Foto 3	José Nunes, morador do PE Chandless
Foto 4	Milton Leite, morador do PE Chandless
Foto 5	Jerônimo Lustralnaldi, morador do PE Chandless
Foto 6	Sobras de Construção da Época de Frederico Jana no Reentregue
Foto 7	Colocação Morada Nova
Foto 8	Família de Olegário Peres
Foto 9	Colocação Nova Jerusalém
Foto 10	Família de Antônio Gonçalves
Foto 11	Família de Moacir Gonçalves
Foto 12	Família de Silvino Ruiz
Foto 13	Colocação Boca do Cuchichá
Foto 14	Gabriel Ashaninka
Foto 15	Família de Carlos Saldanha Jaminawa
Foto 16	Família de Francisco Saldanha
Foto 17	Raimunda Moreira Silva
Foto 18	Hector Moreira Saldanha
Foto 19	Jocineide da Silva, Eliane Chaves, Raimunda Silva e filhos
Foto 20	Pedro Marques de Souza
Foto 21	Família de Pedro Marques de Souza
Foto 22	Colocação do Manoel
Foto 23	Família de Manoel Ramiro Basque
Foto 24	Vila Papaial
Foto 25	Família de Adelson e Alberto Nunes
Foto 26	Colocação da Creuza
Foto 27	Família da Creuza Marques Souza
Foto 28	Colocação do Jairo
Foto 29	Família do Jairo Marques Nunes
Foto 30	Colocação São João
Foto 31	Família de Jerônimo Lustralnaldi
Foto 32	Colocação de José Nunes Pacaia
Foto 33	Colônia Reentregue
Foto 34	Família de Milton Leite
Foto 35	Colocação Carapanã
Foto 36	Família de Moisés Nunes Pacaia e Milton Leite
Foto 37	Vista Aérea de Santa Rosa do Purus

Foto 38	Sede da Prefeitura Municipal da Cidade
Foto 39	Vista Geral do Município
Foto 40	Monumento de Fundação da Cidade
Foto 41	Primeira Rua do Município
Foto 42	Região de Concentração Indígena
Foto 43	Ramal de Acesso ao Novo Loteamento, PA e PE Chandless
Foto 44	Área Destinada ao Novo Loteamento.
Foto 45	Máquina Abrindo a Floresta para o Loteamento de Nova Área no Ramal
Fotos 46 e 47	Vista Geral da Olaria
Fotos 48 e 49	Peladeira de Arroz
Foto 50	Comércio Típico Local - Bazar
Foto 51	Posto de Saúde e Hospital da Família
Foto 52	Centro de Cultura e Florestania
Foto 53	Escola Estadual Modelo Padrão do Estado
Foto 54	Estação de Tratamento de Água - DEAS
Foto 55	Pista de Pouso para Pequenos Aviões
Foto 56	Centro Integrado de Segurança Pública
Foto 57	Usina de Energia Elétrica
Foto 58	Posto dos Correios na “Parte Baixa” da Cidade
Foto 59	Unidade da Brasil Telecom
Foto 60	Unidade da Polícia Federal
Foto 61	Vista da “Parte Baixa” da Cidade
Foto 62	Rio Purus e Parte Baixa da Cidade
Foto 63	Praça Localizada na Parte Baixa da Cidade
Foto 64	Vista Geral da “Parte Alta” da Cidade
Foto 65	Antigo Loteamento com Casas sendo Construídas
Foto 66 e 67	Situação do lixo em Santa Rosa do Purus - Deposito a Céu Aberto
Fotos 68 e 69	Situação do lixo em Santa Rosa do Purus - Deposito a Céu Aberto
Foto 70	Casas de Indígenas em Santa Rosa do Purus
Foto 71	Bairro onde se Concentram os Indígenas em Santa Rosa do Purus
Foto 72	Barco Hospital
Foto 73	Criança Indígena
Foto 74	Condição do Ramal “Espigão”
Foto 75	Condição do Ramal “Manga”
Foto 76	Casa em Construção no PA
Foto 77	Lotes sem a Presença dos Assentados
Foto 78	Plantação de Bananas
Foto 79	Plantação de Feijão
Foto 80	Lote Coberto por Capoeira
Foto 81	Lote para Criação de Gado
Foto 82	Milho de Sebastião Estragando por Falta de Comprador
Foto 83	Antonia Fernandes – Assentada que Sobrevive da Própria Produção
Foto 84	Primeira Reunião do Conselho Deliberativo da Reserva
Foto 85	Participantes da Comunidade Jacareúba-Redenção, da Resex Cazumbá-Iracema, ao Final de Reunião para o Plano de Manejo
Foto 86	Vista Aérea do Núcleo do Cazumbá na Resex Cazumbá-Iracema
Foto 87	Rio Alto Purus, no Peru
Foto 88	Pranchas de mogno prontas para serem transportadas em um avião da Força Aérea Peruana

#### LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Mapas da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
Anexo 2	Mapas da Reserva Comunal Purus
Anexo 3	Mapa de Recursos Hídricos e Ocupação Humana na Terra Indígena Mamoadate

## **APRESENTAÇÃO**

O objetivo deste trabalho é sistematizar informações referentes ao meio antrópico (Socioeconomia e Antropologia), visando subsidiar a elaboração do Plano de Manejo (PM) do Parque Estadual Chandless (PE Chandless) e sugerir ações a serem desenvolvidas pela equipe gestora da Unidade de Conservação (UC). Este estudo disponibiliza dados e informações primárias sobre os moradores da área e do entorno e dados secundários sobre os municípios da área de influência do Parque.

O relatório está organizado em nove capítulos. Os três primeiros apresentam os tópicos introdutórios: metodologia, história da região e da criação do Parque. Na Introdução apresenta-se as questões centrais que orientaram a realização deste diagnóstico e um breve comentário sobre a literatura geral relacionada com a região e os estudos anteriores à criação do Parque; no item 2 são discutidos aspectos metodológicos das diferentes pesquisas realizadas e o item 3 apresenta uma sistematização da história de ocupação do rio Chandless nos últimos cem anos.

Os capítulos 4 e 5 trazem os resultados das pesquisas de campo sobre os grupos de interesse primário: o item 4 analisa detalhadamente os resultados de pesquisa de campo e apresenta a caracterização sócio-econômica dos moradores do PE Chandless; o item 5 traz a caracterização dos moradores de Santa Rosa do Purus, município que se encontra na área de influência direta do Parque.

O capítulo 6 apresenta as características agregadas dos três municípios e analisa os segmentos selecionados pela influência indireta que exercem sobre o PE Chandless. Foram identificados três segmentos sociais e institucionais: a cidade de Manuel Urbano, a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e os grupos sociais e econômicos existentes na fronteira internacional Brasil-Peru. O capítulo também analisa os riscos e o potencial de apoio ao PE Chandless.

O capítulo 7 analisa os aspectos antropológicos, ou seja, a caracterização das principais etnias indígenas e dos índios isolados que freqüentam a área, assim como avaliação das interações entre as populações indígenas e não indígenas dentro da UC e na área do entorno.

O capítulo 8 apresenta a questão dos moradores do rio Chandless e o Parque, reconstituindo as origens de criação da UC, apresentando os compromissos assumidos na consulta pública e sugerindo encaminhamentos necessários à resolução de conflitos reais e potenciais entre as populações e o PE Chandless.

Por último, o capítulo 9 apresenta as recomendações sobre ações a serem desenvolvidas pela equipe gestora da Unidade de Conservação com as populações que vivem dentro do Parque e no entorno, identificando área geográfica de atuação e parceiros potenciais, sugestões que deverão ser consolidadas no Plano de Manejo.

## **1. INTRODUÇÃO**

Três aspectos chamam a atenção na análise da realidade sócio-econômica e antropológica da região e dos moradores do rio Chandless:

- a) A origem étnica e cultural distinta, marcada pelo relacionamento intercultural entre grupos sociais indígenas que habitam imemorialmente aquela área e brasileiros e peruanos que ali residem desde as últimas décadas do século XIX.

b) A história de conflitos pelo controle daquele território, entre peruanos e brasileiros no final do século XVIII e início do século XIX, e entre brasileiros de diferentes categoriais sociais nas décadas de 1940 a 1970 do século XX.

c) A peculiaridade de viverem, hoje, em uma unidade de conservação de proteção integral, aspecto que requer ajustes em relação à legislação ambiental vigente.

Um estudo aprofundado das origens etno-históricas das comunidades que vivem no rio Chandless, da ocupação histórica do rio por grupos indígenas brasileiros e peruanos, dos conflitos ocorridos entre os dois países pelo controle desta fronteira, é indispensável para se compreender as características étnicas e culturais da população atual e a influência que exercem sobre a forma como estes grupos organizam sua vida e utilizam os recursos naturais predominantes naquela área; levantamento deste tipo, entretanto, extrapola os objetivos específicos deste trabalho.

Visita e entrevistas foram realizadas para a criação do Parque, em 2001 (GEA 2001). No entanto, até a realização desta pesquisa não havia sido feito um levantamento sócio-econômico completo dos habitantes do rio Chandless, hoje moradores do Parque Estadual Chandless. Assim, os dados aqui apresentados expressam a realidade contemporânea destas famílias. Não existe, porém, literatura que permita compreender a realidade atual pela comparação com a existente em outros momentos do passado.

Procura-se superar os limites inerentes ao escopo deste trabalho por meio da análise de documentos e relatórios de dois tipos: os produzidos para justificar a criação da unidade de conservação e os que permitam compreender a realidade regional na qual o PE Chandless (Parque Estadual Chandless) está inserido.

Além disso, é preciso também abordar o tema, contraditório, da presença humana em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, aspecto central do Plano de Manejo uma vez que, do ponto de vista da legislação, as pessoas deverão ser retiradas da área. Esse imperativo entra em contradição com compromissos assumidos pelo poder público estadual durante a fase de consulta pública para criação da UC. Além disso, até o encerramento deste relatório, não havia sido firmado um Termo de Compromisso com os moradores, como preconiza o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), com definições das novas regras a serem seguidas até que a situação dos moradores seja equacionada. Dessa forma as recomendações ficam pendentes de decisões estruturais que interferem no modo de vida dessa população, nos direitos históricos que têm sobre a área e na forma como os recursos naturais ali existentes serão manejados no futuro – objeto deste Plano de Manejo.

O Parque Estadual Chandless se insere em uma área estratégica do ponto de vista socioambiental, que é o Alto Purus, especialmente por se localizar no centro de um mosaico de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de comunidades tradicionais, em um contexto de fronteira geográfica e geopolítica com o Peru. Por estas razões, a literatura sobre a região pode ser agrupada em três grandes blocos: histórica, antropológica e sócio-econômica.

Dois autores são referência clássica sobre a área do ponto de vista geográfico, cultural e histórico: William Chandless (1866), que realizou o primeiro percurso das cabeceiras até próximo à foz e não somente realizou o mapa mais completo do rio Purus como caracterizou o mosaico de tribos, e suas inter-relações, sem influência da sociedade nacional; Euclides da Cunha (1905), que percorreu o mesmo trajeto completando o percurso até a foz, além de, por força de seu papel na Comissão Mista Brasileiro-Peruana e de sua formação intelectual, ter escrito uma série de artigos, densos de informação e análise, que contribuem para compreender as peculiares relações sociais locais e regionais (Cunha 1976; 1995).

Os documentos escritos por Euclides da Cunha, em nome Comissão Brasileira (Cunha 1995:553-557;753-810) são detalhados e complementados com as cartas que escreveu,

durante o percurso, ao Barão do Rio Branco. Quanto aos informes da Comissão Peruana (Anônimo 1906) não foi possível localizar os documentos, tendo sido o acesso realizado apenas a partir da leitura do artigo de Peter Gow (2006). Material inédito sobre esse momento é uma publicação do "Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano", de 1916, apresentando reclamações e sentenças de cidadãos peruanos contra o governo brasileiro em decorrência de episódios descritos neste relatório, como "A Guerra de Santa Rosa", entre 30 e 31 de março de 1904. Estudos futuros poderão incorporar a análise destes dados.

Do ponto de vista antropológico a literatura é extensa, considerando a diversidade de povos e etnias, no Brasil e no Peru. Referência completa pode ser encontrada nos artigos de Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita e no relatório "Geopolítica nas fronteiras acreanas com o Peru e os povos indígenas" (Piedrafita e Aquino 2006).

A literatura sócio-econômica sobre a região é limitada a dados estatísticos produzidos em séries históricas, como os censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Governo do Estado do Acre. Não existem teses ou pesquisas qualitativas uma vez que a região tem pequena relevância na economia regional. Documentos de pesquisa sobre atividades econômicas na fronteira do Peru com o Brasil, que descrevem as formas ilegais de exploração da madeira são importante fonte de informação (Chris Fagan e Diego Shoobridge, 2005 e 2007). As estatísticas e estudos sobre o lado peruano da fronteira são limitados ou indisponíveis.

Pesquisas futuras que aprofundem o conhecimento sobre a história e a antropologia dessa região de fronteira, especialmente abrangendo o relevante mosaico territorial e cultural, poderão contribuir para análises mais consolidadas sobre o presente e projeções para seguras sobre o futuro.

## **2. ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O relatório da área temática de Socioeconomia e Antropologia foi realizado com base em diferentes recursos metodológicos: pesquisa histórica, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo incluindo censo demográfico, entrevistas abertas, e sistematização e análise de dados secundários.

Dados originais foram coletados com o objetivo de caracterizar os grupos de interesse primário: os moradores do Parque Estadual Chandless e os habitantes rurais e urbanos do município de Santa Rosa do Purus, área de influência direta do Parque.

A pesquisa com os moradores do Parque teve dois objetivos: (i) caracterizar a situação social e econômica da população e (ii) realizar um censo demográfico. O levantamento foi realizado no período de 16 a 24 de março de 2008. Foram entrevistadas todas as famílias que se encontravam no local naquele período, mas não todos os residentes no Parque. Pela ausência dos moradores, a pesquisa não pode ser realizada em 3 localidades, totalizando 8 pessoas não registradas. Para estas famílias somente é possível utilizar dados populacionais totais já existentes em outros levantamentos. Para realizar a distinção entre as duas situações, utiliza-se o conceito de população residente para o conjunto da população moradora no PE Chandless e população entrevistada para o conjunto dos entrevistados em 2008. Foram registradas 95 pessoas organizadas em 19 famílias, moradoras em 16 localidades ao longo do rio Chandless.

Para caracterizar a população do entorno foi realizada pesquisa de campo na cidade de Santa Rosa do Purus e no Projeto de Assentamento Santa Rosa, do INCRA, localizado nas proximidades da sede do município, área de influência do Parque. Os seguintes objetivos foram definidos para esse levantamento: (i) verificar a relação do Parque com o seu entorno e (ii) identificar pontos de pressão sobre os recursos naturais e vulnerabilidades do ponto de

vista econômico, social e ambiental. A pesquisa foi realizada entre 2 e 11 de julho de 2008. Foram entrevistadas 30 pessoas: 24 funcionários públicos, 4 agricultores e 2 comerciantes; deste total, 4 são funcionários públicos e agricultores e 1 é funcionário público e comerciante.

A compreensão dos grupos de interesse secundário concentrou-se em três segmentos: o Município de Manuel Urbano, a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e a fronteira internacional. Foram utilizados dados secundários, relatórios técnicos e literatura sobre as áreas.

Para realizar a análise dos aspectos antropológicos foram utilizados estudos especializados além de documentos recentes produzidos por organizações não governamentais e notícias em veículos especializados a respeito dos povos sem contato.

Por último, as sugestões para o Plano de Manejo resultaram da análise dos dados coletados e de entrevistas e reuniões realizadas com os órgãos do Governo do Estado e a coordenação do Plano de Manejo.

### **3. HISTÓRIA DO RIO CHANDLESS**

Este capítulo analisa as diferentes fases de ocupação do Alto Purus e, especificamente do rio Chandless, com o objetivo de contextualizar o presente e aprofundar a compreensão das características sociais e econômicas das populações que atualmente ali residem.

#### **3.1. Fases da Ocupação**

A história do Alto Purus pode ser organizada em cinco fases: a primeira é indígena, pré-colombiana e imemorial, durante a qual predominaram relações sociais, culturais e comerciais entre diferentes sociedades que habitavam o Purus.

A segunda fase é de expedições com objetivo de reconhecimento do território e seus habitantes e de investigação científica que ocorreram na segunda metade do século XIX, entre 1861 e 1864, organizadas por Manuel Urbano da Encarnação e William Chandless, que fizeram as primeiras descrições a respeito dos grupos nativos que viviam no rio Purus e seus afluentes.

A terceira fase corresponde à expansão das atividades de exploração da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e do caucho (*Castilloa elastica*), nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, por brasileiros vindos do litoral e peruanos da serra e da selva, que ocuparam as margens do Purus, seus afluentes e tributários, inclusive o rio Chandless, da foz às cabeceiras. Conflitos de fronteira entre caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros influenciaram a formação da sociedade regional. Euclides da Cunha, designado para chefiar a Comissão Mista Brasileiro-Peruana, percorreu o Purus até sua foz em 1904 e 1905, e levantou subsídios que resultaram em acordo de limites firmado em 1909 pelo Tratado do Rio de Janeiro.

A quarta fase ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 do século passado, período do governo militar e sua política de incentivo à ocupação da região. O rio Chandless foi palco de conflitos entre moradores tradicionais, indígenas e fazendeiros que, de forma fraudulenta, "compraram o rio" e exploraram a madeira, o comércio de peles de fantasia e a pecuária.

A quinta fase corresponde à atualidade, ou seja, à arrecadação das terras do rio Chandless pelo INCRA e sua transformação, em 2004, em uma unidade de proteção integral, o Parque Estadual Chandless.

Os atuais moradores do rio Chandless são descendentes de famílias representativas dos diferentes grupos que ocuparam o rio em cada fase histórica: indígenas das etnias Manchineri e Jaminawa, peruanos descendentes de famílias que vieram na época do caucho e outros que chegaram recentemente, e brasileiros descendentes de nordestinos que também migraram na época da borracha e outros já nascidos no Acre. As famílias atuais resultam de uniões realizadas entre todos os grupos, ou seja, de diferentes origens geográficas e étnicas.

Assim, o Parque Estadual Chandless, visto do ângulo de quem mora na área, é a etapa final de uma longa história, cujo período mais recente tem mais de cem anos, durante a qual ocorreram épocas de prosperidade e outras de confrontos. Primeiro, a demanda internacional por látex tornou a exploração da seringueira e do caucho um negócio muito lucrativo, que levou à ocupação e disputa por territórios, à expulsão, à escravidão e incorporação à empresa extrativista dos povos indígenas que habitavam a região. Depois, na década de 1970, em decorrência das políticas voltadas à integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional pela agropecuária, à destruição da floresta e expulsão de seus moradores. As últimas décadas, desde que os pretensos "donos do rio" se afastaram de lá, a ocupação ribeirinha se consolidou e se expandiu.

Aspecto central na história do rio Chandless resulta da peculiar característica dos solos locais, não apropriados ao crescimento da seringueira e da castanheira (*Bertholletia excelsa*), espécies florestais que viabilizaram a ocupação humana não-indígena na região do Alto Purus durante mais de 40 anos. No rio Chandless somente encontra-se o caucho, cuja exploração é temporária e itinerante, uma vez que para obter o látex é preciso extinguir a árvore. Assim, o rio Chandless é um enclave natural no Alto Purus, aspecto que influenciou de forma peculiar a história regional; enquanto a seringueira e a castanheira podem ser exploradas indefinidamente e asseguram a ocupação humana em espaços permanentes como cidades, vilas e colocações, o caucho é explorado por grupos itinerantes que não se fixam e não se pelo curto período de exploração de um conjunto de árvores, e não se organizam em comunidades estáveis nos locais onde obtém o látex.

Esse conjunto de elementos tornou a ocupação do Chandless distinta da ocorrida em todos os outros rios da bacia do Purus, assim como influenciou a composição peculiar da população que ali vive, uma mescla de indígenas, peruanos e brasileiros que desenvolveram uma economia não dependente dos produtos mais típicos da floresta Amazônica ocidental, a borracha e a castanha.

### **3.2. Expedições e Populações Indígenas**

Castelo Branco afirma que as primeiras ocupações dos afluentes do rio Amazonas, foram antecedidas de expedições de sertanistas, como João da Cunha Corrêa, nomeado Diretor dos Índios do Juruá, entre 1855 e 1877, o primeiro a transitar as terras do Juruá Federal (1922:595). No mesmo período, Manuel Urbano da Encarnação foi nomeado para função semelhante no rio Purus, antecedendo a ocupação do Acre, que ocorreu no período seguinte. Euclides da Cunha ressalta o papel destes primeiros indigenistas na mediação entre os que chegavam e as tribos que ocupavam as margens dos rios (1905:256).

O reconhecimento inicial do Alto Purus foi realizado por Manuel Urbano da Encarnação, em 1861 e suas informações foram transmitidas e registradas pelo engenheiro João Martins da Silva Coutinho. Urbano encontrou índios Ipurinã, Juberi, Jamamadi, Maneteneri e Canamari, uma população estimada em cinco mil pessoas, que formava uma rede de relações sociais e econômicas entre diferentes tribos localizadas no Alto Purus. Os Maneteneri são descritos como os mais adiantados pois plantavam, fiavam e teciam o algodão para confecção de roupas e redes que costumavam trocar com outros grupos.

Segundo Castelo Branco não se sabe exatamente até onde chegou Manuel Urbano, mas o relatório de William Chandless informa que ele percorreu com certeza os rios Acre, Iaco e o

Aracá (depois nomeado Chandless em homenagem ao geógrafo), por 10 dias, indo a cerca de 150 milhas a montante deste rio.

Em 1862 o governo do Amazonas organizou uma segunda expedição, sob o comando do engenheiro João Martins da Silva Coutinho, para realizar investigações científicas sobre geologia, hidrografia, flora e índios da região. Pela primeira vez uma embarcação a vapor, denominada Pirajá, penetrou pelo rio Purus. Mas por problemas de navegação a expedição não chegou a alcançar as terras acreanas e o Alto Purus.

A primeira expedição científica a percorrer todo o Purus foi realizada pelo geógrafo inglês William Chandless entre junho de 1864 e fevereiro de 1865, indo da foz até as vizinhanças da nascente em território peruano, na desembocadura do Curanja, percorrendo cerca de 3 mil quilômetros. Chandless afirma que tudo que se sabia sobre o Purus até então se devia a Manuel Urbano, apesar das viagens terem sido feitas sem instrumentos científicos adequados; a primeira expedição com instrumentos para observação astronômica foi a dele. Estabeleceu coordenadas, medições de profundidade e elaborou um mapa detalhado do percurso percorrido anotando tanto aspectos físicos quanto culturais relativos à economia e à ocupação indígena. Chandless foi acompanhado pelo filho de Manuel Urbano que dominava a língua Apurinã.

Segundo Castelo Branco, o objetivo principal das primeiras expedições oficiais do governo do Amazonas ao Purus era descobrir uma passagem livre das cachoeiras para os povoados da Bolívia. Isso permitiria uma comunicação entre as bacias do Purus e do Madeira a montante das zonas das cachoeiras; poderia também facilitar o aproveitamento dos campos naturais nas margens do Madeira e do Purus para exploração do gado e o comércio entre Mato Grosso e Amazonas.

Outro objetivo científico das expedições era identificar a origem do Purus e a possível existência de ligação entre ele e as bacias dos rios Madre de Dios e Ucayali. Euclides da Cunha, ao sistematizar o conhecimento existente sobre o rio afirmou que havia dúvidas se o Purus era um prolongamento do Madre de Dios ou um rio originário dos Andes. "Diante de juízos tão contrapostos, compreende-se que a Royal Geographical Society, de Londres, comissionasse, em 1864, um dos seus membros, William Chandless, para resolver o controvertido assunto, ou, como se ousou dizer por muito tempo, o problema do Madre de Dios e do Purus" (Cunha 1995:783).

Chandless fez um relato de todos os grupos indígenas que encontrou evidenciando a existência de uma vasta rede de comunicação e trocas entre os vales do Alto Madre de Dios e Ucayali e o Purus. O interesse pelo Purus estava associado à riqueza do rio em produtos vegetais como borracha, salsaparilha, bálsamo de copaíba, amêndoas e cacau. Algumas milhas a partir da boca do rio estava se concentrando a exploração da borracha, com um número grande de canoas subindo o rio no início da estação seca, de junho a novembro. O maior produto de importação nesse período era farinha de mandioca, vinda do Pará e que deixou de ser produzida localmente uma vez que todos passaram a produzir borracha.

O relatório de Chandless descreve os grupos indígenas à medida que os encontra: no médio Juruá os Mura, Pamary e Jubery e, entre o rio Sepatinim e Iaco, os Hypurinã (Apurinã), "a mais numerosa, guerreira e formidável tribo do Purus" (Chandless 1866:96). Na boca do rio Aracá (depois denominado Chandless), o pesquisador encontrou os Manetenery (Manchineri) e logo depois os Jamamadi. Os Manchineri estavam vivendo no Purus e seus afluentes: Aracá, Caspaha e Hyacu (Iaco). Chandless fez observações detalhadas sobre os Manetenery, um dos maiores grupos indígenas da região, por ficar impressionado ao encontrar indígenas agricultores, excelentes caçadores, hábeis construtores de embarcações, fazendo uso do ferro e usando roupas de algodão plantado, fiado e tecido por eles, que realizavam atividades comerciais ao longo do Purus e falavam inclusive algumas palavras em português (op.cit.:1866:101 e segs.).

O *Handbook of South American Indians* de 1948 classifica os Manchineri como parte do grupo lingüístico Arawak da bacia do Juruá-Purus, que é formado por várias etnias: Piro, Campa, Chontaquiro, Masco, Sirineri, Maniteneri e Inapari. Eles vivem entre as bocas dos rios Iaco e Aracá e até a boca do Curinahá (Curanja) e ao longo do rio Caspahá e do rio da Maloca, tributário do alto rio Acre.

Subindo o Purus acima do último ponto visitado por Manuel Urbano, a expedição encontrou os Canamary que afirmaram ser originários do rio Curumaha (Curanjá); subindo o Curanja, encontraram uma grande maloca de índios de outro grupo que se autodenominava Caianás, o que lhe pareceu uma corruptela para "castillano". De acordo com Gow (2006:455), esse grupo seria de índios Piro do Urubamba, ou seja, pertencente a outro território, dos rios Ucayali-Urubamba.

Chandless se surpreende com o uso que estes índios fazem da borracha para manter tochas acesas à noite; deduz que deve existir a árvore nesta distância, embora não tenha visto nenhuma na floresta (107). Daquele ponto para cima, não viu traço de ocupação indígena. "Poucas milhas acima", relata Chandless, o rio se divide em duas forquilhas, quase iguais e nenhuma delas parece ter nem a metade de tamanho do rio de antes da junção". De 11 a 23 de dezembro ele seguiu o percurso desse rio, o Cujar; no início de janeiro viajou para outro rio, o Curiuja, até que encontrou uma cachoeira, o limite de sua jornada. Não havia como passar com o pequeno número de pessoas que o acompanhava. Ele retornou tendo subido por este braço um terço menos do que no outro. No dia 9 de janeiro reencontrou o grupo na boca deste braço e no dia 10 iniciou a volta (Chandless, op.cit.:115).

Chandless não conseguiu demonstrar a separação entre as bacias do Purus e Ucayali da bacia de Madre de Dios. Mas deixou a primeira referência geográfica do Purus, base para todas as pesquisas que foram realizadas depois, principalmente para Euclides da Cunha que, em 1905, finalmente chegou à foz.

O registro que fez das populações que encontrou foi a comprovação de que, antes do período da borracha, o Purus era um rio povoado por diferentes etnias, algumas delas envolvidas em comércio entre si e com brasileiros e peruanos que faziam incursões intermitentes pelo rio, tanto no médio quanto no alto curso. A grande capacidade de resistência destes grupos se evidencia quando encontramos, na mesma região, Kulina, Machineri e Jaminawa, os principais grupos indígenas que ainda hoje vivem no entorno do rio Chandless.

### **3.3. Presença Norte-Americana**

Vários relatos referem-se à existência de uma colônia norte-americana que teria construído uma cidade na boca do rio Chandless. De acordo com Castello Branco, alguns anos após a expedição de Chandless surgiu no Purus o norte-americano Asrael D. Piper. Em novembro de 1870 saiu de Boston com uma comitiva de colonizadores com destino ao norte da Bolívia. Chegando ao Pará seus companheiros desistiram e ele seguiu em frente com a esposa e uns indígenas como empregados. Apesar dos Apurinã fazerem comércio com Manuel Urbano, até aquela data ninguém havia decidido morar na terra deles. O morador mais próximo era Braz Gil da Encarnação, filho de Urbano, na foz do Ituxi. A idéia de que Piper teria construído uma casa e decidido realizar um projeto de colonização na boca do Aracá é contestada por Castello Branco:

"A navegação a vapor, em 1871, mal transpunha a foz do Ituxi, último ponto do Purus, habitado por civilizados, e, somente em 1878, atingia à boca do Aquiri, levando ainda uns cinco anos para abranger a zona do rio Chandless (1883), época em que já havia alguns milhares de moradores entre os rios Ituxi e Aracá (Chandless), mas todos brasileiros levados para essas paragens por motivos mui diversos, e durante mais de uma dúzia de anos. Como é que Piper, apenas, de setembro de 1872 a novembro de 1874, em cerca de

dois anos, conduzia para aqueles ermos e, numa distância de 1.455 km, como adianta ele, estabeleceu nas vizinhanças do rio Aracá três mil pessoas civilizadas, contando, apenas, com o vaporzito *El Pioner*, ou melhor uma lancha, cuja movimentação era a sua 'maior dificultad', embaraço este que o fez regressar ao Pará para nunca mais voltar?" (1960:44).

### 3.4. Período da Borracha e do Caucho

Nas últimas décadas do século XIX, o rio Purus foi o centro de duas correntes migratórias: de brasileiros em direção à foz, movidos pelos retornos econômicos da exploração da borracha, e de peruanos, das bacias do Ucayali e Urubamba em direção ao Brasil, para exploração do caucho. A boca do rio Chandless, no Alto Purus, foi o ponto de encontro das duas frentes de ocupação: os peruanos, buscando novos cauchais, varavam de uma bacia fluvial para outra, saindo do Alto Madre de Dios e Ucayali para o Alto-Purus e Alto-Juruá, abrindo picadas na mata, os varadouros; os nordestinos buscavam novas áreas de exploração da seringueira e estabeleciam controle econômico e permanente sobre extensas áreas nas margens do Purus, até a embocadura do Chandless, subindo até terras peruanas (Tocantins 1979: 340 a 363). Os conflitos com populações indígenas que ali já estavam estabelecidas há muito mais tempo, foram inevitáveis.

Em sua "Monografia del Purús", P. Dionisio Ortiz afirma que a expansão portuguesa sobre territórios peruanos ocorreu em decorrência da falta de controle sobre as fronteiras e as facilidades de navegação. Citando Padre Vargas Ugarte: "a Coroa de Portugal, desde seu rompimento com Espanha, adotou uma tática que deu inegáveis resultados. Sem declaração de guerra e sem estrondo de armas, aproveitou o abandono das fronteiras orientais dos domínios espanhóis para ir rebaixando, pouco a pouco, os limites que lhe correspondiam e se introduzir nas exuberantes selvas da bacia amazônica" (Ortiz 1980:24).

Enquanto a seringueira dominava o baixo e médio Purus, o caucho estava concentrado no Alto Purus e Alto Juruá e nas bacias do Alto Ucayali e Alto Madre de Dios. Duas formas de sociedade resultaram da exploração de uma e de outra árvore. A seringueira pode ser sangrada regularmente e induz os seringueiros à estabilidade em torno de um conjunto organizado de árvores; o caucho é mais frágil e não suporta a exploração permanente, morrendo. A partir desta constatação os caucheiros encontraram a forma de explorar a árvore: retirando todo o látex de uma única vez e destruindo a árvore. Assim a exploração dos cauchais deu origem a grupos itinerantes, nômades, sempre em busca de novas árvores e nunca voltando ao local anterior; são os "caçadores de árvores", como definiu Euclides da Cunha (1976:138)

À medida que foram se esgotando os cauchais peruanos, os caucheiros foram descendo e explorando as áreas brasileiras, assim como brasileiros comercializavam também em áreas peruanas. A exploração do caucho iniciou em 1882 e em 1887 já figurava em nono lugar nas exportações do Peru (Ortiz, op.cit.: 67). Em 1871 a população do Purus era de 2.000 pessoas; de 1870 a 1890 aumentou muito a ocupação chegando em 1902, época do auge da borracha, a 80 mil pessoas e um intenso comércio entre os dois países, assim como conflitos por territórios.

A expansão dos caucheiros peruanos para o Alto Purus se deu por varadouros, caminhos abertos para estabelecer a conexão entre as bacias do Ucayali e do Purus. Um dos centros dos caucheiros que se dirigiam ao Purus era o rio Sepahua, afluente do Urubamba, de onde saía um varadouro para o Alto Purus.

A guerra dos acreanos com a Bolívia na mesma época, e o acordo para a formação do território do Acre, causaram apreensão entre os peruanos com receio de também perder espaço para o Brasil. Por esta razão intensificaram a ocupação como forma de manter presença na área. O rio Chandless, como já foi salientado, fazia parte da região coberta por árvores de caucho estabelecendo um elo entre o Purus, ocupado por brasileiros explorando a hévea, e os caucheiros peruanos em busca de novas áreas de exploração. Foi nesse

contexto que o Chandless foi ocupado e virou cenário de disputas entre brasileiros e peruanos. Sob a alegação de problemas de fronteira, eclodiu uma guerra comercial e econômica entre seringalistas e caucheiros.

### **3.5. A "Guerra de Santa Rosa"**

O antropólogo Peter Gow conta que em 1987, quando viajava descendo o rio Purus, um velho seringueiro lhe contou sobre a disputa entre o Brasil e o Peru e a chamou de "A guerra de Santa Rosa", que havia testemunhado no rio quando menino e que custou, segundo ele, 21 vidas. "Concluindo sua história, ele fez uma reflexão sobre o que percebia como uma perda inútil de vidas desperdiçadas e disse: 'A verdade é que essa terra nem é o Peru nem o Brasil. É a terra deles, é dos índios'" (Gow 2006:459).

A guerra de Santa Rosa eclodiu em 1903, entre caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros, entre a boca do rio Chandless e a localidade peruana de Santa Rosa, no Alto Purus, levando a um acordo de convivência entre os dois países, em 1904 e, em 1909, à definição final das fronteiras pelo Tratado do Rio de Janeiro. As versões peruana e brasileira sobre os eventos não são coincidentes, especialmente no que se refere a quantos morreram de um lado e de outro e quem foi responsável pelas diferentes atrocidades cometidas. Seria necessário aprofundar a pesquisa para elucidar os fatos, o que não cabe neste relatório. Confrontos ocorridos na boca do Chandless e em Santa Rosa, estão em todos os documentos, e serão sinteticamente apresentados.

Os conflitos resultaram de uma combinação de fatores: indefinição de fronteiras entre os dois países e, em consequência, de competência para a cobrança de tributos sobre a borracha e o caucho produzidos no Alto Purus, tanto em território peruano por seringalistas e comerciantes brasileiros quanto o contrário, caucheiros peruanos em território brasileiro. Os principais atores desses episódios são Carlos Scharff, caucheiro peruano, José Ferreira de Araújo, coronel e seringalista brasileiro e José Cardoso da Rosa, tenente-coronel da Guarda Nacional e seringalista brasileiro.

A organização administrativa brasileira dos territórios do Acre se estendia teoricamente ao divisor de águas oriental do Ucayali, o que resultou em protesto peruano. Postos fiscais brasileiros arrecadavam direitos de exportação sobre a borracha produzida por peruanos. A instalação de representações peruanas (sede de governo e alfândega) no Alto Purus e Alto Juruá, desde 1889, ocupadas por caucheiros, motivou oposição do Brasil. Caucheiros peruanos famosos e influentes ocuparam estas posições: em 1900, Delfin Fitzcarrald, irmão do colonizador Carlos Fitzcarrald, foi nomeado comissário e agente aduaneiro da região de Manu e Alto Purus; também foi chefe da aduana o comissário Leopoldo Collazos, famoso por ter sido o primeiro peruano, em 1899, a partir do rio Urubamba, atravessar um varadouro, e chegar às águas peruanas do rio Purus (Torralba 1978:4).

Em fins de 1901 chegou ao Alto Purus o caucheiro peruano Carlos Scharff, que explorava cauchais do Ucayali ao Juruá. Com movimento comercial forte, índios escravizados e grande número de pessoas, assumiu a função de Governador do Alto Purus e seus afluentes, nomeado por autoridades do Departamento de Loreto. Passou a incitar os brasileiros a não pagar impostos, organizou correrias aos índios, instalou clima de terror que levou os brasileiros a ameaçar expulsá-lo. Um governo começou a ser organizado pelo Comissário Jorge Barreto assessorado por Carlos Scharff e uma aduana começou a funcionar a exemplo do que ocorrera no rio Acre no conflito com a Bolívia.

De acordo com Tocantins, em 22 de junho de 1903 chegou à foz do Chandless uma expedição militar peruana composta de 20 praças e dois oficiais, viajando pelas cabeceiras do Purus em ubás, acompanhados por funcionários aduaneiros, aos quais competia organizar um posto fiscal na Boca do Chandless. Houve hasteamento da bandeira inca, cerimônias militares, instalação de vigilância das margens do rio e na propriedade localizada

na vizinhança, do seringalista José Cardoso da Rosa. Os brasileiros abandonaram as propriedades próximas do Chandless e foram seringais abaixo (1979:342).

O General Olympio da Fonseca, interventor na questão do Acre com a Bolívia, determinou que a comissão peruana fosse deslocada do rio Chandless, fez uma proclamação declarando o território setentrional do Acre ocupado militarmente pela República brasileira, ocupação que se estendeu também do rio Iaco ao rio Purus. O governo do Peru protestou por essa invasão e apresentou comprovantes evidenciando seus direitos à zona ocupada por brasileiros no rio Iaco e ao Alto Purus, onde vivem mais de 1.000 peruanos.

De forma semelhante ao que já ocorrera no rio Acre, em 6 de setembro de 1903, os seringalistas decidiram convidar o comissário peruano a se retirar da boca do Chandless; tropas de Manaus e o seringalista José Ferreira de Araújo, à frente de mais de 100 homens armados, intimaram o Comissário Barreto a sair no prazo de 6 horas. Uma comissão de cinco pessoas foi à boca do Chandless levar o ultimatum, aceito pelo Comissário, sob protestos. A guarnição peruana da boca do Chandless, composta por 10 soldados, se rendeu ao coronel José Ferreira de Araújo. Foram presos o Comissário, Carlos Scharff, e outros membros do contingente militar e da alfândega, embarcados para Manaus.

Scharff foi libertado em Manaus e rumou a Iquitos para pedir ajuda ao prefeito Coronel Portillo. Em março de 1904 uma força regular do Peru tentou reconquistar a posição perdida na boca do Chandless, fruto das articulações de Carlos Scharff. Portillo nomeou um novo comissário, D. Pedro Lopes Saavedra que, com 30 homens e 300 caucheiros, partiu para o Purus. Ele desceu com seus homens o Santa Rosa, a meio caminho entre Curanjá e o Chandless, e posicionou 30 na margem direita e 37 na esquerda.

O Alto Purus estava bloqueado pelas autoridades brasileiras; peruanos que chegavam ao seringal Liberdade do coronel José Ferreira de Araújo, eram impedidos de passar. Esse bloqueio impedia o abastecimento dos caucheiros peruanos rio acima. Mais de 250 peruanos desceram o rio para se abastecer na propriedade do comerciante peruano Elíseo Vasquez em Independência. Os brasileiros, ao ver a comitiva ficaram temerosos de represália peruana. Os seringalistas José Ferreira e Cardoso Rosa começaram a recrutar gente, armas e munição e a patrulhar o rio.

A lancha "Mercedes" saiu do Chandless levando 6 peruanos presos que foram deixados no seringal Funil onde foram fuzilados no dia 1º de abril. No barracão Funil houve confrontos entre peruanos e brasileiros, com violência e morte de ambos os lados. As populações ribeirinhas, relata Tocantins, apelaram para José Ferreira de Araújo que reuniu uma centena de seringueiros e foi ao encontro dos peruanos. O seringal Cruzeiro era o quartel general dos peruanos, que já estava abandonado quando chegaram. Barracões destruídos, pessoas famintas pois houve saque de víveres, encontrou o novo acampamento peruano na foz do Santa Rosa, afluente da margem esquerda do Purus, onde os peruanos tinham um povoado de 60 habitantes (Tocantins, op.cit.:360). Foi neste local que ocorreram os confrontos armados entre brasileiros e peruanos.

A batalha de Santa Rosa teve uma primeira vitória dos brasileiros que atacaram de surpresa, no dia 31 de março, controlando a guarnição da margem direita, e matando todos os caucheiros peruanos. No dia seguinte, 1º de abril, atacaram a margem esquerda, mas houve resistência, 58 brasileiros foram mortos e os que sobreviveram se retiraram para uma volta rio abaixo. Ao final, por serem muito poucos, os peruanos tiveram que abandonar o lugar e foram pelos varadouros para as cabeceiras do rio.

Do ponto de vista brasileiro, a guerra resultou do fato de considerar brasileira a borracha estava sendo produzida por peruanos no Alto Purus sendo, portanto, sujeita a impostos de exportação e a presença de peruanos em território brasileiro uma invasão que deveria ser repelida. Do ponto de vista peruano a guerra foi consequência da tentativa das autoridades

brasileiras de impor impostos a patrões peruanos por explorarem borracha em território peruano estando, portanto isenta desta taxa.

Peter Gow, no artigo citado, apresenta disputas comerciais e familiares entre o caucheiro Carlos Scharff e o seringalista Cardoso da Rosa como sendo as razões verdadeiras para o conflito: "O interessante nesse caso", afirma, "é a facilidade com que essas pessoas conseguiram mobilizar os políticos, as forças e os soldados de Estados-Nação para seus próprios fins, e a facilidade com que as disputas internas de uma única companhia foram elevadas a contendas entre interesses nacionais e cidadãos nacionais" (Gow op.cit.: 2006: 446).

Esses conflitos de 1903, que vitimaram um número bem maior de brasileiros e peruanos do que lembrava o velho seringueiro citado por Gow, deram origem ao *modus vivendi* entre os dois países, assinado em 12 de julho de 1904, que criou as Comissões Mistas de Reconhecimento dos Rios Purus e Juruá com o objetivo de conhecer o modo de vidas das populações que ali viviam e sugerir soluções para os conflitos.

Mas, como afirma Torralba, não foram os acordos que apaziguaram a região, afinal, mas a queda brusca do preço da borracha no mercado internacional. Nesta mesma época, em toda a selva amazônica, surgiu um movimento de sublevação por parte das tribos que começaram a fazer represálias contra os caucheiros, patrões e autoridades que, durante tantos anos, haviam invadido suas terras, desarticulado seus povos, roubado suas mulheres e escravizado seus homens (op.cit. 1978:9).

### **3.6. A Comissão Mista Brasileiro-Peruana**

Em 1904 foi firmado um Protocolo entre Peru e Brasil (*modus vivendi*) definindo duas zonas neutras, uma no alto Juruá e outra no Alto Purus. Cada governo deveria nomear uma Comissão Especial para cada área formando duas comissões mistas com o objetivo de reconhecer os rios dos territórios neutros.

Um tribunal arbitral de 3 pessoas foi formado para examinar e resolver as reclamações de cidadãos brasileiros e peruanos (Tribunal 1916). O capitão de corveta Pedro A. Buenaño integrou a Comissão do Purus pelo Peru e o engenheiro Euclides da Cunha pelo Brasil. Em 8 de setembro de 1909 um Tratado assinado no Rio de Janeiro, definiu os limites entre os dois países.

Assim, depois de William Chandless, o único reconhecimento que se fez até as cabeceiras do Purus foi o da Comissão Mista, cujos resultados, em grande parte, são um complemento dos trabalhos do inglês, conforme reconheceu o próprio Euclides da Cunha. O que de mais importante diferenciou os trabalhos do membro da Royal Geographical Society dos realizados pela comissão foi que, chegando às cabeceiras do Purus, num trecho onde o mesmo se reparte em dois braços, um dos quais leva o nome de Cavaljani, e o outro leva o nome do rio principal, William Chandless resolveu seguir por este último, não prosseguindo além de poucas milhas, enquanto a comissão decidiu subir o Cavaljani, chegando até a parte mais extrema da origem do Purus.

Antes de realizar a viagem ao Purus, Euclides da Cunha já havia expressado sua opinião a respeito do conflito entre brasileiros e peruanos. Em "Conflito Inevitável" artigo publicado no jornal "O Estado de São Paulo" em 14 de maio de 1904 (Cunha 1995:179-182) Euclides analisa o dilema do Peru limitado em sua expansão pela Cordilheira do Andes e aponta a incursão pela Amazônia como um movimento histórico voltado para uma saída para o Atlântico. Argumenta que "o Pacífico pouco influenciará no progresso do Peru. O seu verdadeiro mar é o Atlântico; a sua saída obrigatória o Purus" (op.cit.:181).

Em outro artigo, "Contra os Caucheiros", também publicado no jornal "O Estado de SP", em 22 de maio de 1904, Euclides da Cunha critica o envio de batalhões para o Alto Purus:

"prejudica... a campanha provável e torna desde já precária a defesa das circunstâncias administrativas criadas pelo Tratado de Petrópolis" (Op.cit.:182). Argumenta que são as forças do jagunço nordestino, adaptado às características do clima regional, mais aptas ao confronto com os caucheiros – um híbrido moral formado pela "bravura aparatosa do espanhol difundida na ferocidade mórbida do quíchua" (Op.cit.:185).

Em outro artigo, "Entre o Madeira e o Javari", publicado no mesmo jornal, em 29 de maio de 1904, Euclides descreve o processo de "expansão de novos horizontes" que estava ocorrendo no Purus e Juruá, os rios mais navegáveis no continente depois do Paraguai. E refere-se ao objetivo principal da viagem de Chandless, o de encontrar uma solução para o velho problema da ligação das bacias do Amazonas e do Paraguai, por meio de uma passagem do rio Acre para o Madre de Dios. Não alcançou essa descoberta, afirma, mas antecipou uma transfiguração que aconteceria em breve. Manuel Urbano da Encarnação, o mateiro que mais conhecia a região, firmou ali o primeiro estabelecimento que fixou o homem à terra, preparando o terreno para o coronel Rodrigues Labre e a criação da cidade de Lábrea.

"Em pouco, sucessivas vagas de imigrantes reproduziam em nossos dias o tumulto das entradas do século XVIII. O látex das seringueiras, o cacau, a salsa, a copaíba e toda a espécie de óleos vegetais, substituindo o ouro e os diamantes, alimentavam as mesmas ambições insofregadas" (Op.cit.:188).

Chama a atenção para a força da ocupação que estava se desenrolando na Amazônia e para os riscos de "pela expansão centrífuga do seu próprio movimento" a região vir a se destacar do Brasil; para evitar que isso aconteça, "As novas circunscrições do Alto Purus, do Alto Juruá e do Acre, devem refletir a ação persistente do governo em um trabalho de incorporação que, na ordem prática, exige desde já a facilidade das comunicações e a aliança das idéias [...] transmitidas dos telégrafos" (Op.cit.:189)

Designado para representar o Brasil na Comissão Mista Brasileiro-Peruana Euclides da Cunha chegou a Manaus no final de dezembro de 1904 e logo começou a se preocupar com as dificuldades encontradas para iniciar a viagem ao Purus que seria muito prejudicada pelo retardamento da partida e baixo nível das águas. Em fevereiro de 1905, depois de dois meses de espera, afirmou em carta a José Veríssimo que o inglês Chandless, quando chegou a Manaus para explorar aquele mesmo rio Purus, "encontrou da parte do Governo Provincial e até do povo, o mais eficaz e poderoso auxílio [...] e Chandless era inglês! e Chandless era um simples sócio-viajante da Sociedade Geográfica de Londres! – Nós, brasileiros, revestidos de uma comissão oficial, encontramos empecos indescritíveis!" (Braga 2002:46).

Euclides da Cunha permaneceu em Manaus entre 30 de dezembro de 1904 e 5 de abril de 1905 quando partiu para sua viagem ao Purus, de lá retornando em 20 de setembro e permanecendo até 11 de dezembro quando encerrou a missão que lhe foi confiada pelo Barão do Rio Branco.

Euclides chegou à boca do Chandless no dia 30 de maio de 1905 e de lá escreveu uma carta ao Barão do Rio Branco relatando as dificuldades da viagem em decorrência de uma "vazante das mais prematuras que tem aparecido, na opinião geral dos habitantes" (Braga op.cit.:175). Relata os incidentes ocorridos em São Brás, a 13 praias da Boca do Chandless: um extenso banco de areia levou ao encalhe da lancha peruana Cahuapanas; somando o acúmulo de paus na margem esquerda do rio e o aumento da corrente, levou ao encalhe e naufrágio do batelão Manuel Urbano e à perda de materiais e alimentos. A solução diante dos obstáculos foi dividir a expedição, deixando uma parte em São Brás e seguindo adiante com uma pequena lancha da Marinha. Mesmo assim, ela era muito grande e inadequada dado o baixo nível do Purus.

Apesar das dificuldades, a viagem continuou até o local do acampamento da Comissão Administrativa Brasileira do Alto Purus, aonde chegou em 5 de junho de 1905. De lá enviou outra carta ao Barão do Rio Branco na qual relata que, entre o Chandless e o acampamento peruano da Comissão, a região era deserta, "aparecendo junto às margens uma ou outra barraca abandonada". Daquele ponto até o local da Comissão brasileira, no então, era uma área muito povoada de brasileiros; passaram pelos barracões Triunfo Velho, Porto Mamoriá, Cassianá e Triunfo, até chegar a Novo Lugar, onde estava a base brasileira.

Euclides da Cunha compara sua própria expedição com a de Chandless: "Estou convencido de que a maneira única de se trabalhar eficientemente em tais explorações é a velha maneira de Chandless: um engenheiro (dois, no máximo) e alguns remadores robustos. Fora disso, cai-se num círculo vicioso, deplorável: muita gente para o transporte de gêneros, muitos gêneros para o sustento da gente" (Braga op.cit.:182).

À medida que adentra a região na qual haviam ocorrido os conflitos no ano anterior, as visões opostas de brasileiros e peruanos ficam evidentes. Chegou ao seringal Funil sozinho, no dia 6 de junho de 1905; a necessidade de acondicionar os gêneros em uma nova canoa fez com que se demorasse mais tempo que o chefe da comissão peruana que seguiu na frente. Ele relata para o Barão do Rio Branco em carta de 8 de junho de 1905: "Como sabe V.Exa. neste sítio houve o fuzilamento de vários peruanos em outubro de 1904<sup>1</sup>. As sepulturas estão próximas – de sorte que ontem, logo depois da chegada, toda a comissão peruana seguiu para o improvisado cemitério [...] Na sepultura rasa do centro foi posta no sucedâneo de grande cruz de madeira uma folha de zinco onde se traçaram, a tinta verde, estes dizeres:

† 10-1904

F. LA FUENTE

F. RUIZ

O. OCAMPA

P. REATEGUI

M. MONTALBÁU

Peruanos fuzilados y quemados *por bandoleiros brasileiros*.

Este ato, praticado com a aquiescência do chefe peruano... faz-me concluir que vou entre irreconciliáveis inimigos" (Braga: 184-185).

No dia 28 de junho, a Comissão Mista chegou a Curanja, última etapa antes de chegar à forquilha do Cujar e Curiúja, que levou Chandless ao erro e à não descoberta da foz do Purus. De Curanja à forquilha previu que levaria 25 dias e mais o tempo necessário para explorar o Cujar e o Curiúja; as dificuldades seriam grandes, uma vez que o Purus fica muito menor depois de perder as águas do Curanja.

Em carta de 29 de junho ao Barão do Rio Branco, Euclides fala sobre o lugar: "Curanja, que já foi uma estação próspera e animada, está hoje em franca decadência e sem vida, para o que contribui muito o afastamento dos caucheiros, entregues neste momento à extração do caucho. Os que aqui existem, como os demais até às cabeceiras, são aviados, agregados, ou dependentes do Sr. Carlos Sharf, que é, inegavelmente, o grande *land lord* de todos estes lugares" (Braga, op.cit.:187). O barracão de Scharff estava localizado em Alerta, na confluência do Cujar e Curiúja, e era patrão de 400 homens, a maioria índios hamauaca e campá.

No relatório elaborado pelo representante peruano na Comissão Mista, Pedro A. Buenaño, há uma fotografia da casa de Scharff, onde aconteceu um jantar oferecido à Comissão e

---

<sup>1</sup> Pelos relatos que li esse episódio teria acontecido no dia 1º de abril após as batalhas ocorridas em Santa Rosa (Ortiz 1980; Torralba 1978; Gow 2006).

relatado por Euclides da Cunha em "Sucedeu em Curanja" (1995: 583) e que foi reproduzida no artigo de Peter Gow (2006:458).



**Foto 1: Trabalhadores Piro na Casa de Carlos Scharff em Curanjá, em 1905.**  
**Fonte: (Anônimo 1906, pp. 58-9) in Peter Gow (2006:458).**

No dia 5 de julho saíram de Curanja em direção à forquilha, aonde chegaram em menos tempo, 13 dias. 74 cachoeiras precisavam ser contornadas no Cujar até chegar ao varadouro para Ucayali. Depois, chegariam ao Cavaljane, com os mesmos obstáculos das quedas d'água. Em seguida viria a passagem do Pucani, para finalmente entrar no varadouro. No Curiúja, os obstáculos seriam semelhantes. Além disso, os riscos dos ataques indígenas e a alimentação limitada.

Saíram da forquilha no dia 24 pelo Cujar, no dia 30 de julho alcançaram a confluência do Cavaljane, ponto final da expedição de Chandless. Estavam nas cabeceiras do Purus. Chegaram no dia 3 de agosto, às 12h55min à confluência do Pucani e às 12h58min desembarcados, penetrávamos na estreita quebrada que leva ao varadouro. [...] "Os nossos gêneros esgotavam-se e estávamos em pleno deserto... O Pucani foi percorrido a pé até chegar a um abrigado de paxiúba onde se acolhe os viajantes e se guardam as mercadorias. Em roda, por todos os lados, latas vazias, de conserva, garrafas, e uma velha ferragem espalhada, deletavam a escala forçada dos que por ali passam e um tráfego relativamente grande" (Cunha 1995: 557).

Em "Geografia Real e a Mitológica", Euclides da Cunha compara a carta de Chandless com a que ele produziu e explica porque o geógrafo inglês não conseguiu chegar à foz do Purus: "Ao alcançar a última bifurcação, em Cujar, prosseguiu, inflectindo para a direita, pelo rio de maior volume e que prolonga melhor o Cujar, deixando à esquerda [...] o Cavaljani, isto é, o caminho que em menos de oito dias o levaria simultaneamente aos vales do Ucayali e do Madre de Dios, depois de transmontar o diminuto cerro por onde derivam da nossa banda o ribeirão do Pucani, último galho meridional do Purus, e do outro a quebrada Machete, um dos últimos galhos setentrionais do Ucayali" (Cunha 1976:246)

Euclides continua afirmando que Chandless, se tivesse seguido o percurso por ele percorrido, teria chegado, em um só dia, a conclusões valiosíssimas: a independência da bacia do Purus em relação ao Madre de Dios e a proximidade das nascentes do Madre de Dios e do Ucayali, que justificaria os erros que sobre eles perduraram por tanto tempo (op.cit.: 246).

O Tratado do Rio de Janeiro, firmado entre Brasil e Peru, em 8 de setembro de 1909, definiu as fronteiras internacionais do Estado do Acre. Pelo Tratado o território do Acre foi reduzido em 40.000 km<sup>2</sup> em relação à área que havia sido estabelecida no Tratado de Petrópolis e que se estendia até as cabeceiras do rio Purus, ficando então sob a soberania peruana.

Desde que foi firmado o acordo fronteiriço, não se tem notícias de conflitos entre brasileiros e peruanos na região do Alto Purus, até recentemente, em função da presença de exploração ilegal de madeira e tráfico de drogas que vêm ocorrendo nos limites entre os dois países.

Mas no que se refere ao rio Chandless, há um capítulo mais recente a ser conhecido, dessa história, objeto do item seguinte deste Relatório.

### **3.7. A História Recente do Rio**

A história recente do rio Chandless foi reconstituída a partir dos relatos dos moradores mais antigos e certamente não está completa, uma vez que não foram realizadas pesquisas em arquivos regionais. É possível, também, que esse relato apresente informações incorretas, uma vez que foi quase inteiramente baseado na memória dos moradores do rio, atuais e antigos. Mesmo impreciso, o texto contribui para contextualizar o momento presente, em especial as fases que antecederam a criação do Parque.

As entrevistas que permitem o conhecimento desse momento da história do rio Chandless foram realizadas durante o trabalho de campo, entre os dias 19 e 20 de março de 2008, com as seguintes pessoas:

Alberto Nunes Pacaia: nasceu em 1932 no rio Chandless, tem 77 anos. Morou com o pai no Reentregue, a última colocação do Chandless; passou uns anos no Peru onde estudou por cinco anos. É hoje o morador mais antigo do Chandless. Tem cinco filhos, é separado da mulher e mora com um dos filhos na Colônia Papaial.

José Nunes: nasceu em 5 de abril de 1937, no Seringal Carolina no rio Purus, tem 71 anos. Os pais o levaram para o Peru, bem novo, e voltou com 16 anos para o Chandless, em 1953. Foram para o Peru, porque os pais da mãe dele eram de lá. Estudou 3 anos no Peru. Solteiro, não tem filhos, mora sozinho na colocação desde rapaz.

Milton Leite: nasceu em 6 de janeiro de 1941, em Santa Rosa, tem 67 anos. Mora no Reentregue há 50 anos, chegou com 18 anos. Não estudou, não sabe ler nem escrever. A mãe era peruana e o pai era seringueiro do baixo Amazonas, chamado Francisco Leite Sampaia, de Boca do Acre.

Jerônimo Marques Lustraldj: nasceu em 10 de dezembro de 1955 em Santa Rosa, tem 53 anos. Os avós eram peruanos da serra, os pais brasileiros. Órfão de pai, veio para o Chandless criança e foi criado por Alberto Nunes.

A outra entrevista que também contribuiu para elucidar a história, foi realizada com Leônidas Meireles de Queiroz, 93 anos, em Rio Branco, no dia 24 de março de 2008, ex-fazendeiro e ex-caucheiro, que reivindica direitos de propriedade sobre o rio Chandless.



Foto 2 - Alberto Nunes, morador do PE Chandless



Foto 3 - José Nunes, morador do PE Chandless



Foto 4 - Milton Leite, morador do PE Chandless

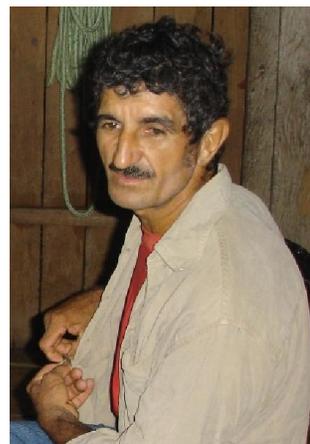


Foto 5 - Jerônimo Lustralnaldi, morador do PE Chandless

Todos são parentes entre si. Alberto e José são irmãos, filhos de Delfino Nunes Galdos e Maria Madalena Pacaia, falecidos. Delfino, que nasceu em 1914 e morreu com mais de 70 anos, foi o principal personagem da história moderna do Chandless. Ele viveu com duas mulheres, irmãs por parte de mãe, Maria Madalena e Rosa Saldanha Mussunbique. Eram peruanos de sangue, da tribo Manchineri, mas nascidos no Chandless. A maioria dos moradores descende dele com uma mulher e com a outra. E os que não descendem por linha direta, são parentes por afinidade. Assim, Milton Leite é casado com Maria Marta, irmã de Alberto e de José, e Jerônimo é casado com Fátima, filha de Milton e Marta, neta de Delfino.

#### **Peruanos no Reentregue**

Contam os moradores do Chandless que o rio foi explorado por um caucheiro peruano de Iquitos, chamado Frederico Carlos Jana (LLana, Jane, Janes, Jaña, Raña, são outras

denominações utilizadas) que, no início do século passado, abriu uma área denominada Acampamento Peruano, depois chamada de Reentregue, de onde controlava o rio e explorava tanto o caucho como a madeira.

A versão mais detalhada da ida de Jana para o Reentregue é a de Milton Leite, atual morador do Reentregue, que disse ter ouvido a história de seu sogro, Delfino Nunes:

"Em 1911 existia um coronel com o nome José Ferreira, que está na história do Brasil, que morava na boca do Chandless nessa época. Aí veio um senhor de Iquitos, por nome Frederico Jane, homem de dinheiro, o pessoal dele. Foi no tempo justamente da guerra do Brasil com o Peru. Aí já vinha correndo com medo de morrer. Aí quando chegou aí, tava esse Coronel, aí ele conversou com ele, contou a história e disse: 'Coronel, eu sou peruano, mas não sou disso não. Eu quero é trabalhar, eu quero que o senhor me dê o seguro de vida... Eu vou entrar aqui prá dentro desse rio, eu quero é trabalhar' (...) Aí o coronel achou que ele merecia, uma pessoa humilde. Ele disse: 'Muito bem, Frederico'. Aí chamou os capangas, porque ele tinha uma tropa, era na boca do Chandless, chamou os capangas e disse: 'Não mexam com nenhum pessoal desse senhor'. Então, o coronel disse: 'Frederico, pode entrar aqui no Chandless e vá abrir sua colocação bem longe, não fique aqui perto; e pode ficar tranqüilo'".

No Reentregue é possível ver alguns sinais dessa antiga ocupação, como relata Milton Leite: "Então, a senhora vê, por sinal, olha, está aqui...Aqui tem o toco, justamente, do chaminé do alambique, que ele sustentou o alambique e destilava a cachaça. Eu ainda alcancei os dois tanques de alvenaria. Está ali um e está aqui o outro. Eles eram todos mais altos quando eu cheguei, eles tinham cinco metros de altura... Ali no canto está a planta justamente de uma... não era uma igreja, era uma capela. Está aí o piso de alvenaria, só aparece assim uma ponta. É acolá, né, pois é".



**Foto 6 - Sobras de Construção da Época de Frederico Jana no Reentregue.**

Jana explorava caucho e mogno. A madeira ele comercializava em Manaus e um rebocador ia até o Reentregue de onde levava 500, 1000 toras de mogno. Quando ele foi embora, abriu uma estrada até o rio Caeté e o laco para tirar o gado e foi para Manaus. "Ganhou muito dinheiro", diz Milton, "já estava forrado; foi embora e só deixou o nome na história".

José Nunes contou que ouvia o pai dele, Delfino, dizer: "Esse Frederico que tava no Reentregue, queria fazer uma freguesia peruana; mas quando esse marco subiu prá onde

está agora, ele disse: 'Sabe de uma coisa, entre viver no Brasil aqui nas cabeceiras, melhor ir prá Manaus'. Isso foi em 1920, por aí". O marco a que ele se referia era o que delimitava o Chandless como peruano antes do Tratado de Petrópolis que incorporou toda aquela região ao Brasil, em 1903.

### **A venda do Chandless**

Todos os entrevistados do Chandless contam a história relativa às primeiras décadas do século passado de forma semelhante: Frederico Carlos Jana deixou o Reentregue rico e foi para Manaus e Manoel Meireles de Queiroz, seringalista brasileiro e chamado de "rei do caucho", ficou explorando a área, tendo inclusive assumido o compromisso de cobrar dívidas que Jana havia deixado para trás.

Afirma José Nunes: "Aí os devedores ainda ficaram devendo a ele. Então ele deixou pro seu Manoel Meireles prá receber as contas. Quando ele fosse prá Manaus, era prá levar o valor das contas".

O que ocorreu depois, e foi a causa de inúmeros conflitos, inclusive expulsões de moradores tradicionais do Chandless, foi o fato do filho de Manoel Meireles, Leônidas (conhecido como Dodô) ter afirmado que Frederico havia vendido o rio Chandless para seu pai e que os moradores deveriam pagar renda a ele. Mais que isso, nos primeiros anos da década de 1970, decidiu vender o Chandless para os "paulistas" e retirar todos os moradores do rio. Mas para isso, precisava ter um documento que comprovasse a propriedade da terra.

Milton Leite conta essa história em detalhes:

"Contava o meu sogro, torno a dizer, eu não sou dessa época. Eu não conheci esse homem, conheci pelo nome, chamavam ele Cincinato, em Sena Madureira ele foi tabelião, ele foi juiz, foi delegado, foi o diabo a quatro...Era primo desse Leônidas Meireles de Queiroz... Aí ele foi lá, mandou o Cincinato fazer um documento como coisa que o peruano tivesse vendido o Chandless todinho pro finado pai dele... Como se tivesse vendido o Chandless do peruano pro pai dele. Do Frederico Jane para o Manoel Meireles de Queiroz. Justamente, ele era cranudo, né? E aí foi renovando, foi renovando. E aí foi... Olhe, se eu conto é porque eu trabalhava com eles, foram meu patrão. Eu morava aqui esse tempo todo.

O Leônidas Meireles de Queiroz foi meu patrão no trabalho de madeira. Uma vez nós tava trabalhando na madeira, aí ele vai... Porque olhe, naquela época, o sulista aqui no Acre e no Amazonas ninguém conhecia, e ele me falou: 'Milton, eu vou vender o Chandless pros sulistas; eles estão vindo ao Acre, ao Amazonas, comprando terras, os sulistas'. Aí eu vou e digo: 'Meireles, tu já conversou com eles? Encontrou com eles?'. Disse: 'Já, eu encontrei com dois em Rio Branco um tempo desses. Olha, essa gente é que nem nós..'. Ninguém ouvia falar, não é verdade? Era assim. Não era assim? Pois é, ele disse: 'É a mesma coisa de nós rapaz, são gente fina, esse povo...'

Aí sabe por quanto ele vendeu esse rio? Por cem contos. A gente dizia naquela época, cem contos. Cem... cem... Ele vendeu por essa quantidade, já pensou? Essa família de Meireles é grande, e tem gente aí de posição. Tem gente que é doutor, advogado, mora em Manaus, mora em Brasília, Rio. Aí quando souberam, aí vieram em cima dele. Aí ele disse: 'Não, eu vendi a minha parte, a de vocês está lá'. É verdade, isso não é mentira mesmo não. Ele conta e ri disso ainda mais".

Leônidas Meireles "vendeu" o rio Chandless para Nelson Taveira, um corretor de imóveis do Mato Grosso do Sul que se instalou no Reentregue com o objetivo de tentar revender a área para outros paulistas.

Milton Leite conta como era esse tempo: "No primeiro ano que foi fundada essa pista aqui, tinha dia de aterrissar dois táxis aéreos cheios de sulistas, e tudo empresários, justamente,

de Londrina, de São Paulo, do meio daquele meio de mundo, deles pernoitar ali do outro lado, na casa do Nelson Taveira, tudo atrás de comprar terra. E olhe, mas Deus é bom, que olhe, ninguém comprou uma polegada de terra do Nelson Taveira, a senhora não acredita?"

E continua: "E ninguém comprou uma polegada de terra de Nelson Taveira. Nós íamos com eles prá mata, nós entrávamos meio metro, quinhentos metros, seiscentos metros, oitocentos metros; aí eles mandavam nós cavar um palmo e meio, com a ponta do terçado, um buraco assim redondo, nesse tamanho. Dali prá baixo nós tirava aquela areia, aquele barro, e botava naquele saquinho que eles andavam – todos eles andavam com aqueles saquinhos plásticos. Aí eles levavam lá prá fora prá fazer exame, prá ver que tipo de terreno era".

Taveira conseguiu vender uma parte, 50 mil hectares, para o fazendeiro paulista Roberto Junqueira, juntamente com um irmão e o pai, Mario Junqueira, presidente da Associação de Neloires do Brasil e construíram uma sede no outro lado do rio, acima um pouco do Reentregue.

### **Expulsão de Delfino Nunes**

Quando os paulistas "compraram" o Chandless, a família de Delfino Nunes morava no Reentregue e estava lá desde o tempo de Frederico Jana. Havia trabalhado na extração do caucho com Manoel Meireles e no comércio de madeira com Dodô Meireles. Quando Nelson Taveira decidiu explorar o Chandless, fez dois grandes desmatamentos: um no Reentregue e outro mais abaixo, onde hoje começa a ocupação do rio, dando à fazenda o nome de sua filha, Jussara.

Para impedir a permanência de moradores tradicionais e evitar direitos de posse, decidiu impor regras que passaram a inviabilizar a sobrevivência. José Nunes explica: "Até que esse homem vendeu para um tal de Nelson Taveira, paulista, esse homem veio, ele pegou dinheiro, ficou no Reentregue, e nós morava com o meu pai ainda ali. Todos nós, ele era o cacique, eram muitos, nós morava lá nesse Reentregue. Nesse tempo eu era rapazinho, com uns 20 anos, lá ele vendeu, esse Meireles, pro Nelson Taveira. Ele tinha dois filhos, Joel e Djalma. Aí eles vieram empatar, dizendo que eles tinham comprado do seu Meireles, empatar prá nós não matar mais anta, nenhum animal de pena".

Milton Leite continua: "Porque eles fizeram isso, né, porque tinha aqueles códigos proibindo matar os passarinhos, como eles chamam, o mutum, o jacu, o kujubin, o jabuti, a nambu azul. E começaram, justamente a dominar até... começaram a controlar a entrada da vertente. E ele, o sogro, foi e desocupou, foi tudo embora. Da família só ficou eu, a mulher e meus filhos pequenos. Só".

Jerônimo Lustraldi complementa: "Saímos do Reentregue devido aos paulistas, quando entraram no Acre, eles falaram que não queriam mais que morasse ninguém, então eles empatavam que matasse kujubim, macaco, não queria que matasse mais nada. Saímos do Reentregue todo mundo. Tivemos muita compaixão que não metemos bala, não fizemos nada. Foram 10 famílias. Era muita gente, tudo parente, tudo de uma família só. Da vez que nós saímos do Reintregue, fomos pro Purus, aqui prá Volta Grande. Ficamos tudo mundo acampado lá no Purus. Aí o velho Delfino ficou pensando, pensando, disse: 'Não, aqui não tá dando certo, vamos voltar pro Chandless; e vamos passar'".

### **O empate do Chandless**

Delfino Nunes decidiu que eles iriam se instalar em um lugar acima do Reentregue, abrir uma área nova, já que não podiam continuar onde sempre haviam vivido. Mas para isso, precisam passar pela fazenda de Nelson Taveira.

Na entrevista com Jerônimo Lustralnaldi, ele contou com muitos detalhes esse *empate*<sup>2</sup> que fizeram contra Taveiras, para conseguir continuar vivendo no Chandless:

"Aí nós fizemos todos nossos barcos com tábuas, aí nós viemos, compramos gasolina, compramos munição, nos armamos todo mundo, 'Hoje nós passa lá!' Aí viemos, tava só eles aí, os bichão, o Nelson Taveira com os filhos dele. Aí nós aparecemos no estirão, aquele estirão comprido, botamos tudinho as canoas uma atrás da outra, tudinho com motor, tuk, tuk, tuk, aí chegamos lá, encostamos mesmo assim no porto deles, lá, desse lado de cá. Aí não tavam aqui, nessa casa, tavam na casa do outro lado, lá na sede mesmo. Daí atravessamos para o outro lado, aí o Delfino Nunes subiu, ele mais o tio Andres [o filho mais velho de Delfino], subiram na frente e nós ficamos tudinho dentro da mata, escondido, com as nossas armas. Qualquer coisa nós invadia lá e matava tudinho eles, não deixava nenhum. Nós tava resolvido mesmo: nós passamos aqui e vamos morar lá em cima. Assim fizemos.

"Aí o Delfino Nunes foi pedir prá passar que eles queriam mudar lá pro Peru, no marco", continua Jerônimo. "Aí, o Nelson Taveira não quis, não aceitou de jeito nenhum; aí o Joel, filho dele, mais atrevido, voou em cima do tio Andres, pegou na camisa dele, o tio Andres também segurou na camisa do outro. Aí o Nelson Taveira viu a coisa preta, disse: 'Não, não, calma, calma, calma...' E o Delfino Nunes que era também educado, religioso: 'Acalma', fez a alta dos dois, fizeram as pazes. Mas ia tendo coisa! Tinha bem umas 8 canoas enfileiradas, era um bocado de família ali dentro. Não demorou muito, eles já vieram dizendo que tinham feito as pazes. Ou eles deixava nós passar, ou nós matava eles".

"Aí o Taveira disse: 'Você pode passar, Delfino, você pode passar, mas você vai lá pro Peru, não fica aqui nas nossas terras não. Você vai lá pro Peru, a 600 km da boca do Chandless-chá, o senhor pode ficar'. Ele pensou que ia ser no Peru. Aí eles, com medo de nós vir atacar eles de noite, foram de tardezinha, nós dormimos na praia do porto do Moisés, aí eles foram de noite, levaram pão, bolacha, prá ver se nós ia fazer alguma coisa".

José Nunes confirma: "Eles vieram empatar nós, dizendo 'O senhor não passa'. Nós dissemos: 'Passamos sim, porque você não pode empatar o rio'. Aí nós fomos morar lá na terra do Peru. Tudo nós de novo, meu pai juntou todos e abriu lá uma colônia bonita."

### **San Martin e Papaial**

Jerônimo continua a narrativa: "No outro dia nós nos mandamos, viajamos o dia todinho, dormimos por aí, no outro dia cedinho saímos catando campo prá se localizar. Aí achamos uns nervos de água, terra bonita e já formamos o San Martin a 6 km da boca do Chandless-chá. O velho que botou o nome de San Martin.

De lá nós vinha atrás de rancho prá comer, que nós não tinha rancho, farinha que nós trouxemos do Purus tinha acabado, vinha atrás de banana, nos roçados de banana, que era o nosso bananal, eles tinham cortado tudo; o macaxeiral tava inteiro, mas eles não deixavam a gente tirar a macaxeira. Prá tirar pau de macaxeira era preciso falar com o gerente: 'Pode tirar mas não pode tirar muito', ele dizia. Nós fazia os feixos e levava".

Embora morasse há muito tempo no Reentregue, Delfino não havia tentado regularizar a posse da área ocupada pela sua família. "Quando passou o conflito", disse Alberto, "ele foi para Rio Branco buscar os direitos, mas disseram que era tarde. Aconselharam ele a voltar para o lugar dele e ele voltou para o Reentregue. Disseram que ele não deveria ter saído. Aí meu pai conversou lá, disseram: 'O Delfin, o senhor perdeu, sabe por quê? O senhor tinha que ter vindo na hora, quando estava quente a coisa. Agora, o senhor deixou esfriar, o senhor perdeu. Tudo bem. Mas vamos fazer assim: o senhor volta para o seu lugar, volta

---

<sup>2</sup> Chamo de "empate" a ação de Delfino Nunes e seus filhos a exemplo do que faziam os seringueiros de Xapuri e Brasília na década de 1970.

para o seu lugar, toma posição no seu lugar. Agora se chegarem a atormentar o senhor, o senhor vem de novo. O mesmo disseram os padres de Sena Madureira – 'O Reentregue é de Delfino'.

Mas a família estava em San Martin, ele não podia voltar para o antigo lugar. Alberto afirmou que seu pai tirou uma escritura do Reentregue e que este documento estaria em Rio Branco. Já José Nunes afirmou que eles têm título de propriedade do Reentregue, que está em Sena Madureira, com a irmã, Severina. "Tem. Ele não era besta, no tempo que fomos expulsos pelos paulistas ele foi pedir garantia".

Depois que o pai morreu os filhos de espalharam. Na década de 1980, com a morte de Nelson Taveira, a família Pacaia deixou San Martin e voltou para um local abaixo de onde morava antes e fundou a Vila Papaial, de onde não pretende se afastar nunca mais. Milton Leite foi o único da família que continuou até hoje no Reentregue.

As fazendas foram abandonadas pela impossibilidade de pagar ITR por áreas tão amplas. No processo de regularização fundiária feito pelo INCRA, nos anos seguintes, o Chandless foi declarado área da União e, em 2004, transformado em Unidade de Conservação estadual.

### **A fraude**

Discriminatória aberta pelo INCRA em relação a inúmeros seringais do rio Purus e afluentes, esclareceu o processo de fraude envolvido na "compra e venda" do rio Chandless. Mesmo depois de arrecadado como terra da União e transformado em Unidade de Conservação, o antigo pretense proprietário continua tentando encontrar um comprador para o Chandless ou provar que tem direito a ser desapropriado por ser legítimo dono da área. Para entender o ponto de vista dele, fui entrevistá-lo.

Leônidas Meireles de Queiroz (conhecido como Dodô), hoje com 93 anos, apresentou cópia de um documento que seria um título da Bolívia, referente a 1.000 hectares de terra, de 16 de novembro de 1899, de propriedade de Frederico Carlos Jana, que teria sido adquirido pelo pai dele, Manoel Meireles de Queiroz. Este documento teria sido publicado no "El Acre", órgão oficial do Governo Boliviano. Mostrou também uma certidão de cartório de Manaus atestando que Manoel Meireles de Queiroz era proprietário das benfeitorias e terrenos em exploração situados na margem direita e esquerda do rio Chandless, afluente do rio Purus, adquiridos por escritura pública, lavrado no Tabelião do 2º Ofício da cidade de Manaus.

Para dar consistência histórica ao fato, ele me mostrou uma certidão do Instituto Histórico e Geográfico do Acre, de 5 de fevereiro de 1975, com o seguinte teor:

"Certifico a requerimento da parte interessada que Manoel Meireles de Queiroz tomou parte ativa na Revolução Acreana, com muito heroísmo e bravura, deixando transparecer muito patriotismo nos combates realizados contra os peruanos que invadiram as terras ocupadas pelos desbravadores nordestinos brasileiros desde o ano de 1877 e já aos 26 anos de residência fixa (1903), considerados posseiros legítimos das mesmas. No ano de 1903, quando os peruanos continuavam a penetrar nas terras habitadas pelos supracitados brasileiros, humilhando-os, até mesmo com massacres, o coronel José Ferreira de Araújo, aliado ao coronel José Plácido de Castro, resolveu recrutar mais de mil homens para expulsão daqueles invasores, tendo Manoel Meireles de Queiroz como um de seus assessores, com a patente de Tenente Coronel e ainda seu irmão, Agostinho Meireles de Queiroz, ladeado ao seu primo, Agostinho Jorge de Queiroz, considerados no final da batalha como grandes heróis, pelas bravuras e táticas de guerrilha nas selvas.

O titular da presente certidão, que cooperou com o seu primo para a prisão de Carlos Scharff e Misael Medina, no local denominado Reintegro, no rio Chandless, residência do

senhor Frederico Carlos Jana, ambos prisioneiros, chefes dos carabineiros e caucheiros peruanos, lutou até o fim das refregas no local denominado Tamari, acampamento oficial dos peruanos. Terminada definitivamente a revolução, com a vitória dos brasileiros, o herói em pauta regressou juntamente com seus irmãos aos seus seringais e suas propriedades, como sejam, Mamoriá, Funil e Sobral e ali ficaram em contato com Agostinho Jorge de Queiroz e seu chefe geral da Revolução no rio Purus-Acre, José Ferreira de Araújo, para qualquer eventualidade".

O esforço visava demonstrar que seu pai havia adquirido o Reentregue de Frederico Jana sobre o qual teria título de propriedade e, portanto, a área não poderia ter sido transformada em um Parque sem ser desapropriada.

Consultando o documento "Autos N. 23-84-ACRE (antigo 1.941), relativos à Ação Discriminatória do INCRA contra Pedro Aparecido Dotto e outros", pode-se entender a fraude cometida por Leônidas Meireles de Queiroz em relação à venda do rio Chandless. Informações novas sobre a história do rio também podem ser colhidas no documento, permitindo que se organize a cronologia com base em documentos oficiais.

A inventariante do espólio de Manoel Meireles de Queiroz e Maria Raimunda Meireles de Queiroz apresentou o seguinte argumento: "o seringal denominado Vale do Rio Chandless, com 750.000 hectares, tem sua cadeia dominial ligada a um título de concessão definitiva de propriedade expedido pelo Governo Boliviano, em 16 de novembro de 1899 em favor de Frederico Carlos Jaña, o qual teria sido registrado em 1933 no Cartório Imobiliário de Sena Madureira. Frederico Jaña teria alienado o referido imóvel a Manoel Meireles de Queiroz mediante escritura pública de transferência e venda de 1º de outubro de 1933" (Poder Judiciário 1985:1977).

O INCRA considerou o título falso apresentando os seguintes fatos comprobatórios:

"a) o jornal "El Acre", órgão oficial do Governo Boliviano teve sua primeira edição em outubro de 1901, não podendo ter trazido em suas páginas o teor do título em questão, expedido em 2 de dezembro de 1899; b) o formato do aludido jornal era diferente do que foi exibido pelo espólio; c) em 2 de dezembro de 1899, ainda não havia chegado a Porto Alonso o Delgado Nacional Andrés S. Munhoz, cuja assinatura nele consta; d) não contém o aludido título a descrição dos limites e confrontações do imóvel mas somente a área global, sem menção a qualquer ponto de referência que possibilite a sua localização; e) não contém selos, o que contraria os usos da época; f) a certidão do registro imobiliário não obedece ao modelo de praxe, contendo dados extra-registro como a área de 970.000 ha e o nome da mulher do cedente, que não aparecem no original." (Op.cit.: 2009-2010).

De acordo com os autos do processo, apenas um documento é verdadeiro: a declaração passada pelo Prefeito de Sena Madureira, em 8 de janeiro de 1944, dando conta de que o requerente era, então, o proprietário de terras no vale do Rio Chandless. A declaração estava se referindo a registro no Cartório Imobiliário local onde, em 1933, fora registrada, no livro II folhas 139-140 – embora indevidamente – em nome de Manoel Meireles de Queiroz, o imóvel rural denominado Seringal Chandless.

Este registro, no entanto, não foi feito com base em escritura pública que teria sido celebrada em Cobija, mas em contrato de "cessão de direito de benfeitorias e exploração" celebrado entre Frederico Carlos Jaña e Manoel Meireles de Queiroz, perante o Tabelião de Manaus, em 8 de julho de 1933, e que teve por objeto "benfeitorias e explorações dos terrenos situados às margens direita e esquerda do rio Chandless, afluente do rio Purus, segundo Termo da Comarca de Sena Madureira, Território do Acre Federal, limitando-se pela frente com as margens direita e esquerda do dito rio Chandless, pelo lado (ilegível) com o Igarapé Ipetan e Francisco Theophilo da Motta, e lado direito, de baixo, com o Igarapé Maloca e Lima & Cia., compreendendo seus afluentes e confluente" (Op.Cit. 2019).

A conclusão é que Frederico Jana, quando residia em Manaus, "transferiu a Manoel Meireles apenas a posse que detinha sobre o imóvel e este o transcreveu no Registro de Imóveis, fenômeno que ocorreu com frequência nos cartórios do Acre" (Op.cit.: 2020). A escritura de Manaus, de forma fraudulenta, foi transformada em um "título" emitido pelo Governo Boliviano, em um cartório de Cobija. "O propósito ressalta à evidência: o título de Cobija deveria tomar o lugar do título de Manaus, no registro imobiliário, indevidamente feito em Sena Madureira em 1933. [...] Diante dessas evidências, não há senão concluir pela nulidade absoluta dos documentos em questão, por desenganadamente falsos" (2021).

No processo foram inseridas duas informações sobre o Chandless e Frederico Jana que enriquecem a reconstituição daquele momento da história do rio. A publicação "Recenseamento do Brasil", do Ministério da Agricultura, editado em 1920, relaciona entre os seringais de Sena Madureira o Reintegro, pertencente a Frederico C. Jana. A escritura confirma que Jana já explorava casa comercial no local em 1911, ou seja, reafirmando os depoimentos transmitidos por memória oral dos moradores.

A segunda informação é oriunda do trabalho "Terras de Matto Grosso e da Amazônia" de Lima Figueiredo, citado às folhas 2.013 e 2.014 do processo, no qual o autor relata viagem que realizou ao Chandless, apresentando uma descrição do seringal Reintegro. Embora não faça referência à data da viagem, deve ter sido um tempo depois da saída de Jana para Manaus, pelo fato de ter encontrado o local abandonado. "Visitamos a capella, a engenhoca, a casa de moradia, a pocilga. Parecia estarmos numa povoação mal assombrada, pois cada objeto que topávamos nos enchia a imaginação de mil fantasmas".

Esclarece, o autor, os motivos da iniciativa de Jana de se localizar no Chandless: "Morara outrora naquelle rincão Don Frederico Raña, julgando viver em terras peruanas. Tinha elle a velleidade de ser o fundador da futura cidade de Reintegro. O seu catello de cartas desabou no dia em que soube que, pelo Tratado de Petrópolis, aquella vasta área acreana pertencia ao Brasil. A vontade de viver naquelle ermo extinguiu-se com o seu sonho. Mandou cortar enormes toras de cedro, organizou uma jangada, onde collocou tudo que podia transportar e, logo que o rio encheu, deixou-a descer 'de bubuia', abandonando com sua família a terra que julgara ser o confim de sua pátria" (2.014).

Por último, pode-se saber pelos autos desse processo que Frederico Carlos Jana nasceu em 1879 e que, no ano em que teria sido expedido o título boliviano em seu nome, 1899, ele teria apenas 20 anos de idade. Além disso, longe de ser um latifundiário, em 1912 explorava, em sociedade com Manoel Demétrio Pinedo, o seringal Reintegro, no rio Chandless. Os dois sócios adquiriram benfeitorias no lugar São João, às margens do Chandless, provavelmente o mesmo onde hoje está a Colocação São João, de Jerônimo Lustralnaldi. Essa é a localidade mais próxima do Reintegro e ali foram encontradas louças, machado, objetos que deveriam ter pertencido, no passado, aos caucheiros. Ao desfazer a sociedade, teria vendido as benfeitorias para Manoel Meireles.

Além de tudo, a área não poderia ser chamada de seringal, uma vez que não haviam seringueiras no local, como já foi abordado neste texto. Como afirmou José Nunes, "O rio Chandless é do caucho, aqui não tem seringa, não tem balata, aqui só é caucho e a madeira, o mogno e o cedro. O Chandless não é seringal. Tem duas plantinhas que Frederico Janes plantou. Até meu pai ajudou a trazer essas seringas".

Mas não foram suficientes para mudar o destino do rio.

### **Criação do Parque Estadual Chandless**

Pode-se concluir, ao final da reconstituição da história do rio Chandless, que a criação do Parque Estadual Chandless, em 2004, é a etapa mais recente de uma longa história de conquistas e lutas em torno do controle deste território.

O Parque Estadual Chandless foi criado pelo Decreto Nº 10.670 de 02 de setembro de 2004 com o objetivo de "assegurar a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Art. 2º.) O Art. 7º do Decreto afirma que "As benfeitorias particulares localizadas dentro dos limites... (descritos no Art. 2º do Decreto) ficam declaradas de interesse social para fins de desapropriação".

De acordo com a Peça de Criação do PE Chandless, a Área 14 - Alto Chandless, segundo levantamento realizado junto ao INCRA, já possui sua situação fundiária regularizada. São terras de propriedade da União, já arrecadadas pelo INCRA, e para as quais ainda não foi dada destinação. Esta gleba está registrada sob matrícula N.º 2112, de 29 de maio de 1998 (livro 2-G(RG), às fls.185/186v, na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Sena Madureira, Acre. O referido imóvel, denominado Gleba 9/Chandless, tem 728.457,9043 ha (setecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e sete hectares, noventa ares e quarenta e três centiares).

Como já se sabe, o proprietário é a União Federal, em acordo com sentença de fls.1.975/2038, proferida nos autos da Ação Discriminatória n.º 23/84 (antigo 1.941) onde figuram como autor o INCRA e réus Pedro Aparecido Dotto e outro, em trâmite na 1.ª Vara de Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Acre.

O registro das terras do rio Chandless em nome da União foi feito em 1988 e a criação do Parque ocorreu em 2004. Neste período, a família Nunes procurou apoio em Rio Branco e em Sena Madureira para "cortar" uma parte e regularizar uma área para os antigos moradores, conforme depoimentos:

"Eu fui lá com os padres lá em Sena. Eu fui com o meu pai, prá ver como é esse negócio do Rio Chandless. Eles disseram: 'Ó compadre Delfim, o Chandless é do Estado. Esse rio é prá qualquer pessoa pobre, que não tenha onde morar, tem o rio Chandless. Pode entrar e abrir onde mais ou menos tiver precisando. Tudo bem, né. Então, por isso, não está cortado", relatou Alberto Nunes.

José Nunes complementa: "Esse Chandless ficou como terra da União, prá todo povo morar, porque é da União, é de todo mundo. Mas o povo não queria mais, alguns saíram. O padre Paulino também fez esta área de terra dos índios. Pegou os Kulina, os índios que moram dentro do Cuchichá, do igarapé Acre, pegou uma área lá nos Maronawa e fez toda essa área, indígena. Antigamente ninguém sabia que era terra indígena. Era terra da União, aí ficou como terra indígena. Aí os índios não queriam mais ninguém morando na terra deles. Aí o Alberto quis ficar mais abaixo. E ninguém pode abrir mais porque é terra indígena e os índios não consentem. E aí vem essa lei de reserva".

Ao perguntar a Alberto Nunes o que ele estava achando da criação do Parque, ele me respondeu: "Dona menina, eu, eu não saio daqui não. Eu vou morrer aqui. Achei bom aqui, já tô ficando velho, tô com 76 anos que eu moro aqui dentro. Então eu não saio. Eu não saio. E todos os meus filhos estão comigo".

### **Observações Finais**

Chama a atenção o fato de, em nenhum momento dessa longa história de mais de cem anos, ter sido tomada qualquer iniciativa visando o reconhecimento dos direitos dos moradores tradicionais do rio Chandless. Em nenhum dos documentos produzidos para fundamentar a criação do Parque, os direitos de posse dessas pessoas foram identificados ou registrados.

São três gerações de uma mesma família – sem considerar outros moradores em situação semelhante – vivendo sempre no mesmo rio, comprovadamente, desde o início do século

passado, tendo que sair de um lugar ao outro por ações ilegais de pretensos proprietários, sem conseguir ver direitos de posse reconhecidos. Mais que isso, não existe sequer um levantamento oficial do INCRA fazendo referência à existência dessas famílias à época da discriminatória<sup>3</sup>.

A criação do Parque, se por um lado colocou um fim a qualquer possibilidade futura de especulação e ameaça a estas famílias, deu origem a uma nova ilegalidade, agora gerada pelo próprio Estado, ao criar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral em área ocupada por populações. Um novo impasse surge com relação ao futuro destas pessoas, uma vez que, ao invés de receber um título definitivo das áreas ocupadas, ou uma reserva de uso sustentável que reconhece esses direitos, os tradicionais moradores do rio Chandless passaram a ser ilegais em seu próprio território.

Se, no passado, os moradores do Chandless foram injustiçados pelas fraudes produzidas por falsos donos da terra, no presente foram ignorados e colocados na ilegalidade pelo Estado.

#### **4. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS MORADORES DO PE CHANDLESS**

O Parque Estadual Chandless foi criado pelo Decreto Nº 10.670 de 02 de setembro de 2004 com uma área de 695.303 hectares, representando 4,23% do território do Estado do Acre. O objetivo da Unidade de Conservação é "assegurar a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Não há nenhuma menção, no Decreto de criação do PE Chandless, a respeito das populações residentes na área, dos compromissos assumidos na Audiência Pública em relação ao destino dessas pessoas, nem ao que está definido no Art. 42 da Lei 9.985, de 18.07.2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e define procedimentos para o caso de populações em unidades de proteção integral.

Em 9 de novembro de 2004 a SEMA criou, pela Portaria nº 196, a Comissão para Implantação do PE Chandless, com representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, Secretaria Estadual de Floresta – SEF, Procuradoria Geral do Estado – PGE e Fundo Mundial para a Natureza – WWF e a gestão do Parque passou a ser compartilhada com estas instituições. Foi definido que a implantação do Parque tem como objetivo "promover a conservação da Floresta Amazônica do Acre, através da participação comunitária e da cooperação entre as diferentes instituições governamentais e não-governamentais".

O diagnóstico sócio-econômico do Parque Estadual Chandless está organizado em dois grupos de dados: no primeiro foram sistematizadas e comparadas as características populacionais e locacionais dos moradores da área em três períodos, 2001, 2006 e 2008; no segundo, são apresentados os resultados do levantamento sócio-econômico realizado em março de 2008 para o Plano de Manejo.

Informações sobre os moradores do rio Chandless, inclusive entrevistas na área e no entorno, foram levantadas e sistematizadas, pela primeira vez, em 2001, com o objetivo de preparar e justificar a criação de uma unidade de conservação (GEA 2001). Dados complementares podem ser encontrados nos documentos da audiência pública organizada em 2003 para apresentar a proposta da Unidade de Conservação, e em visitas realizadas

---

<sup>3</sup> Esse aspecto da reconstituição poderá ser aprofundado com entrevistas no INCRA ainda não realizadas.

pela SEMA, após a criação oficial da área, em 2004 e 2006. Até a realização deste estudo, no entanto, não havia sido feito uma pesquisa sócio-econômica completa dos habitantes do rio Chandless, hoje moradores do Parque Estadual Chandless.

Essa limitação da informação já havia sido salientada no documento que justificou a criação do Parque: "A Gleba 9 – Alto-Chandless é uma das regiões menos estudadas do Estado do Acre. Até o momento não foi identificado nenhum estudo sob o ponto de vista sociológico e antropológico da população que habita aquela área. As informações existentes referem-se às viagens realizadas pelos desbravadores da região e datam do final do século XIX e início do século XX. Os estudos mais recentes estão relacionados apenas aos aspectos físicos e biológicos, trabalhos realizados pelo paleontólogo Alceu Ranzi e pelo botânico Douglas Daily" (GEA 2001:50).

Assim, os dados aqui apresentados expressam, principalmente, a realidade contemporânea destas famílias, uma vez que inexistente literatura que permita compreender a situação atual pela comparação com outros momentos do passado. Esforço foi realizado para, na medida da disponibilidade e da compatibilidade das informações, produzir comparações entre os dados recentes de 2001, 2006 e 2008.

#### **4.1. Análise Comparativa da População em 2001, 2006 e 2008**

Antes de apresentar e analisar os dados coletados na pesquisa de 2008 é importante organizar e sistematizar, para fins de comparação, todas as informações disponíveis a respeito da população moradora do rio Chandless, antes e depois da criação do Parque. Foram analisadas as diferentes etapas até a criação e as primeiras iniciativas de implantação da UC, procurando identificar as referências que contribuem para caracterizar a população em diferentes momentos e nos vários documentos produzidos.

Uma síntese das informações relevantes para compreender o presente é apresentada a seguir, com base nos seguintes momentos: Levantamento Sócio-Econômico em 2001 e Primeira Expedição de Fiscalização em 2006.

##### **4.1.1. Levantamento Sócio-Econômico de 2001**

A decisão de criar uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no rio Chandless foi fundamentada nos indicativos do Seminário Consulta de Macapá, realizado em 1999, nos estudos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado realizados entre 1999 e 2001 e no Workshop da Biodiversidade, em 2000. A área preenchia os principais critérios: valor biológico, representatividade, conectividade, sobreposição aos polígonos indicados pelo PROAPAM – Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (versão inicial do Projeto Arpa) e pelo Fundo Mundial para a Natureza-WWF, além de apresentar pequeno contingente populacional e situação fundiária resolvida, nesta ordem.

Estudos técnicos permitiram uma melhor compreensão da biodiversidade da área assim como do contexto social no qual a Unidade de Conservação seria inserida, resultando na Peça de Criação do Parque Estadual Chandless, em 2001, apresentada em Consulta Pública no município de Manuel Urbano em 2003.

A Peça de Criação do Parque Estadual Chandless apontou, entre outros, os seguintes elementos como justificativa para criação de uma unidade de proteção integral na área (GEA 2001:25):

- Barreiras naturais limitam o acesso à área: distância de centros urbanos, dificuldade de navegação durante o verão e as corredeiras do rio Chandless.
- Baixa densidade populacional contribui para a defensibilidade e garantia do atual status de conservação da área.

- Pressão esporádica exercida por famílias que habitam áreas próximas não representa risco.

Esta análise fundamentou-se no levantamento populacional realizado na ocasião, apresentado na Tabela 1, que sintetizou as informações disponíveis naquele momento. No rio Chandless, especificamente na área denominada Gleba 9, havia 10 localidades, 12 famílias e 58 pessoas em 2001. Moradores localizados no trecho da boca do rio Chandless até o início do PE Chandless, referidos no levantamento de 2001, não foram contabilizados para facilitar a comparação entre 2001 e 2008.

**Tabela 1 – Número de Famílias e Pessoas Residentes, por Localidade, na Gleba 9-Chandless, em 2001.**

N.º	Localidade	Famílias	Pessoas residentes
01	Fazenda Jussara	01	01
02	Colocação Canamari	02	08
03	Colocação do Mizael	01	07
04	Colocação Boca do Cuchichá	01	05
05	Colocação do Manoel	01	08
06	Colocação do Jairo	02	10
07	Colocação do Pedro	01	01
08	Colocação São João	01	09
09	Colocação Francisco Nunes	01	01
10	Fazenda Reentregue	01	08
<b>10</b>		<b>12</b>	<b>58</b>

Fonte: Governo do Estado do Acre 2001.

No levantamento de 2001, havia quatro colocações abandonadas, uma delas temporariamente, e apenas duas pessoas novas haviam chegado à área nos últimos anos, conforme o relatório oficial: "o administrador da Fazenda Jussara que foi contratado há cerca de um ano (2000), e um peruano que casou com a filha do antigo dono da Colocação da Boca do Cuchichá e veio habitar na localidade há aproximadamente três anos" (GEA 2001:55). A avaliação dos moradores indicou uma situação de estabilidade populacional no período de 1990 a 2000, com poucas migrações.

Além dos dados populacionais, outro indicador relevante do ponto de vista social, foi a situação fundiária dos moradores da área. De acordo com estudo do INCRA, a Área 14 - Alto Chandless teve a situação fundiária regularizada em 2001. Foram definidas como "terras de propriedade da União, arrecadadas pelo INCRA", para as quais não havia sido dada destinação. A gleba foi registrada sob matrícula N.º 2112, de 29 de maio de 1998 (livro 2-G(RG), às fls.185/186v, na Serventia de Registro de Imóveis da Comarca de Sena Madureira, Acre.

A caracterização econômica apresentada na Peça de Criação (GEA op.cit.: 57 e segs.) apontou a área como historicamente voltada para a exploração do caucho em decorrência da inexistência de borracha e castanha no rio Chandless. No levantamento, a principal atividade econômica dos moradores foi definida como "construção de embarcações", complementando a renda com "agricultura e pecuária". Outras características: a área plantada com culturas anuais em cada propriedade era de aproximadamente 2 ha e cada colocação possuía seu próprio roçado; praias existentes ao longo do rio foram consideradas áreas de uso coletivo, onde era plantado feijão. A produção agrícola caracterizava-se pelo cultivo de culturas alimentares, com destaque para a lavoura do arroz, milho, mandioca (para farinha) e feijão. Os moradores estimavam ter colhido, em média, 200 kg de arroz, 150 kg de milho, 150 kg de feijão e produzido 400 kg de farinha, no último ano, 2000. Os produtos mais importantes como fonte de renda eram o feijão e a farinha.

O relatório de 2001 também registrou a criação de porcos, galinhas e patos para consumo da família e para comercialização. Cada família criava em média 20 porcos e 30 galinhas. Existiam em algumas localidades pequenas criações de gado, entre 10 a 20 cabeças; a maior criação encontrada foi de 40 cabeças. A maioria das famílias via a pecuária como a melhor alternativa de desenvolvimento e expressaram desejo de aumentar seus rebanhos.

A análise dos dados demográficos indicou existir certo equilíbrio quanto às faixas etárias, não havendo um crescimento rápido da população. "Não acontecendo nenhum fluxo migratório para aquela área", concluiu o relatório, "não haverá num futuro próximo, uma pressão muito grande sobre o meio ambiente" (GEA op. cit.: 68).

A síntese do ponto de vista social foi favorável para a criação de uma Unidade de Proteção Integral, com destaque para os seguintes aspectos positivos:

- a) Situação fundiária regularizada.
- b) Inexistência de planos e recursos financeiros para desenvolvimento da área por parte das prefeituras dos municípios de Santa Rosa e Manuel Urbano.
- c) Aceitação por parte dos prefeitos e das lideranças dos dois municípios quanto à proposta de criação da UC e apoio à implantação e consolidação.
- d) Disponibilidade de áreas para assentamento de famílias e mais de 50% de ociosidade nos assentamentos existentes.
- e) Dificuldades de acesso durante o período da estiagem.
- f) Área de perambulação dos índios isolados Masko em parte da área.
- g) Baixo impacto ambiental das atividades produtivas desenvolvidas.
- h) Equilíbrio demográfico.
- i) Aceitação da criação da UC por parte dos moradores, desejo de continuar na área e contribuir com sua fiscalização.

#### **4.1.2. Primeira Expedição de Fiscalização em 2006**

Como parte das atividades de implementação do Parque uma expedição foi realizada no período de 15 a 25 de maio de 2006, com o objetivo de realizar fiscalização e monitoramento da área. A fiscalização ocorreu ao longo do rio Chandless e foi orientada para "coibir, advertir sobre a caça, pesca e exploração de madeira em UC de Proteção Integral" (GEA 2006:5).

Em matéria publicada no jornal Página 20, em 8 de abril de 2006, o repórter que acompanhou a expedição escreveu: "Quando criado, o Parque do Chandless abrigava doze famílias e todas optaram em permanecer no lugar. Como toda Unidade de Conservação de Proteção Integral, entrar nele sem autorização é ilegal. O Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) recebeu a notícia de que mais quatro famílias estão na área, por isso a fiscalização *in loco* tornou-se ainda mais essencial".

Relatório técnico elaborado por Carlos Venícius Castor da Silva apresentou dados novos a respeito da população residente no Chandless, em relação a três variáveis: coordenadas geográficas das localidades habitadas, atividades econômicas e grau de antropização.

Estes dados permitem uma primeira comparação entre o número de localidades e famílias registrado em 2001 e em 2006<sup>4</sup>, apresentados na Tabela 2. As mudanças foram pequenas. Enquanto o primeiro levantamento populacional realizado em 2001 registrou a existência de 10 localidades e 12 famílias, em 2006, quatro anos após, foram identificadas 14 famílias.

---

<sup>4</sup> É preciso observar que podem existir erros nas comparações entre diferentes anos, uma vez que os dados foram obtidos por meio de instrumento não padronizado de pesquisa e as tabelas comparativas não foram checadas com os moradores ou com técnicos que conhecem a área.

**Tabela 2 – Localidades e Moradores Registrados no Rio Chandless em 2001 e 2006.**

Localidades em 2001	Famílias em 2001	Famílias em 2006
01. Fazenda Jussara	01	01. Fazenda abandonada
02. Colocação Canamari	02	02. Olegário Carvalho Peres
03. Colocação do Mizael	01	03. Antonio Gonçalves Iumbato
04. Colocação Boca do Cuchichá	01	04. Mizael Nunes Saldanha
05. Colocação do Manoel	01	
06. Colocação do Jairo	02	05. Jairo Marques Nunes
07. Colocação do Pedro	01	06. Pedro Marques de Souza
08. Colocação São João	01	07. Gerônimo Márquez Lustranald
09. Colocação Francisco Nunes	01	08. Francisco Nunes S. Jaminawa
10. Fazenda Reentregue	01	09. Milton Leite
	<b>12</b>	10. Daniel Leite Nunes
		11. Moisés Nunes
		12. Creuza Marques de Souza
		13. Isac e Thomas Nunes Saldanha
		14. José Nunes Pacaia

Fonte: Governo do Estado do Acre 2001 e 2006.

OBS. Foi mantida a descrição e grafia dos nomes registrados nos documentos a partir dos quais a tabela foi elaborada.

O autor destes dados não manteve a distinção entre "localidade" e "família", como nos dados de 2001. Em consequência, não é possível afirmar, com segurança, a existência de 14 famílias, mas sim de 14 localidades, podendo o número de famílias ser maior. Mantidos os mesmos critérios de 2001, o total de famílias seria de 16, uma vez que em duas localidades havia duas famílias (Antônio Iumbáto Gonçalves e Jairo Marques Nunes).

Também não é possível identificar com certeza quais seriam as "novas" famílias, uma vez que o levantamento anterior pode não ter sido exato e os nomes em um e outro caso podem não ser compatíveis. Pela análise dos dados de 2008, é possível afirmar, com certeza, que Olegário Carvalho Peres retornou ao Chandless em 2005; que Moisés Leite abriu uma nova colocação, deixando a casa paterna, de Milton Leite, em 2002; e que Creuza Marques de Souza, que morava com o filho Jairo, passou a morar em outra casa, com os netos, em anos recentes. Por outro lado, Manoel Ramiro Basque, que está no Chandless desde 1994, não aparece no levantamento de 2006.

Como afirma o relatório de Castor da Silva, é provável que as mudanças ocorridas entre 2001 e 2006 não representem "a entrada de novos moradores na área e sim o retorno destes que, em 2001, haviam abandonado suas casas no rio Chandless para residir na cidade" (GEA 2006:33). Complementando, pode representar também mudanças de localidades ocorridas dentro das famílias já existentes.

Os dados econômicos, assim como o nível de antropização, levantados em 2006 serão comparados com os de 2008, no item seguinte, uma vez que não existem informações quantitativas sobre esses temas, por localidade, para 2001.

#### **4.1.3. População Residente em 2001 e 2008**

Com o objetivo de caracterizar a situação social e econômica da população que mora no Parque Estadual Chandless foi realizada uma pesquisa sócio-econômica, que incluiu um censo demográfico, no período de 16 a 24 de março de 2008.

Foram entrevistadas todas as famílias que se encontravam no local naquele período, mas não todos os residentes no Parque. Pela ausência dos moradores, a pesquisa não pode ser realizada em 3 localidades, totalizando 8 pessoas não registradas. Para estas famílias somente é possível utilizar dados populacionais totais já existentes em outros levantamentos. Para realizar a distinção entre as duas situações, utiliza-se o conceito de **população residente** para o conjunto da população moradora no PE Chandless e **população entrevistada** para o conjunto dos entrevistados em 2008.

Antes de analisar os dados populacionais desagregados de 2008, é interessante realizar uma comparação da população total nas duas datas, 2001 e 2008. Para isso serão utilizados os dados de **população residente** para ambos os anos.

A comparação entre localidades e famílias residentes em 2001 e 2008, ajuda a compreender a dinâmica populacional atual no rio Chandless e identificar fatores que poderão influenciar, no futuro, a relação entre a população e os recursos naturais, variável importante para o Plano de Manejo. Os dados populacionais de 2006 não serão inseridos nessa comparação por não fazerem a distinção entre "localidade" e "família" e porque o espaço de sete anos é mais representativo para compreender as mudanças do que o de dois anos.

Em 2008, conforme pode ser visto na Tabela 3, foram identificadas 16 localidades, 19 famílias e 95 pessoas que formam o universo atual de moradores residentes do Parque Estadual Chandless.

**Tabela 3 – Localidades e Famílias Residentes no PE Chandless, em Março de 2008.**

N.	Localidade	N.	Chefe da família	Pessoas residentes
01.	Fazenda Jussara	01.	Josias da Silva	01
02.	Colocação Morada Nova	02.	Olegário Carvalho de Peres	05
03.	Colocação Nova Jerusalém	03.	Antonio Iumbáto Gonçalves	07
		04.	Moacir Vasques Gonçalves	04
		05.	Silvino Garcia Ruiz	02
04.	Colocação Pense em Deus	06.	Mizael Nunes Pacaia	03
05.	Colocação do Thomas	07.	Thomaz Nunes Saldanha	04
06.	Colocação Boca do Cuchichá	08.	Carlos S. Padilha Jaminawá	07
07.	Colocação Dois Irmãos	09.	Francisco Nunes Saldanha	04
		10.	Heitor M. Saldanha Jaminawá	04
08.	Colocação São Pedro Colônia Papaial	11.	Pedro Marques de Souza	03
09.	Colocação do Manoel	12.	Manoel Ramiro Basque	10
10.	Colocação do Adelson	13.	Adelson Nunes Marques	06
11.	Colocação da Creuza	14.	Creuza Marques Souza	07
12.	Colocação do Jairo	15.	Jairo Marques Nunes	12
13.	Colocação São João	16.	Jerônimo Marques Lustralnardi	08
14.	Colocação Saragosa	17.	José Nunes Pacaia	01
15.	Colônia Reentregue	18.	Milton Leite	03
16.	Colocação Carapanã	19.	Moisés Nunes Pacaia	04
<b>16</b>		<b>19</b>		<b>95</b>

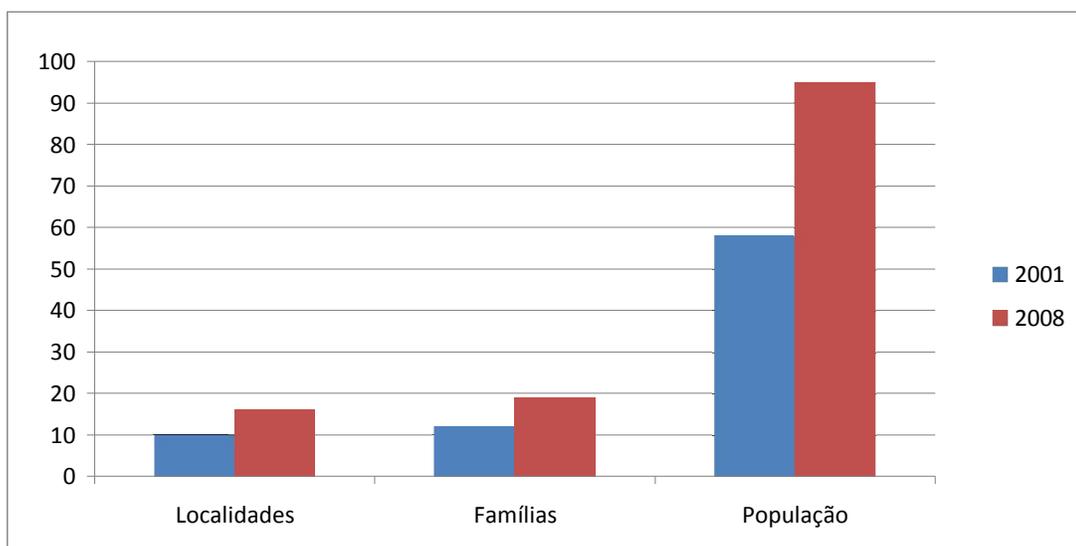
Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.

A comparação entre os dados, sintetizada na Tabela 4 e na Figura 1 apresentadas abaixo, evidencia algumas mudanças relevantes que devem ser compreendidas. Entre 2001 e 2008, um período de 7 anos, 6 novas localidades foram mapeadas no Chandless, um crescimento de 60%; 7 famílias foram acrescentadas ao total registrado em 2001, um crescimento de 59% e a população total aumentou 64%, passando de 58 para 95 pessoas, um acréscimo de 37 indivíduos.

**Tabela 4 – Localidades, Famílias, População Residente e Taxa de Crescimento no PE Chandless, entre 2001 e 2008.**

	Pesquisa em julho 2001	Pesquisa em março 2008	Acréscimo	Taxa de crescimento
<b>Localidades</b>	10	16	6	60%
<b>Famílias</b>	12	19	7	59%
<b>População</b>	58	95	37	64%

Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.



**Figura 1 – Localidades, Famílias e População Residente no PE Chandless, entre 2001 e 2008.**

Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

O aumento populacional pode ocorrer por duas razões: migração e nascimentos. A imigração, chegada de pessoas novas, pode ter ocorrido com indivíduos que nunca moraram no Chandless, ou por retorno de pessoas que haviam saído temporariamente; e pode ter acontecido também emigração, ou seja, saída de pessoas para fora do Chandless. Os nascimentos devem ser computados entre agosto de 2001 e março de 2008, datas das duas pesquisas. As mudanças locais podem resultar da chegada de novas famílias, da formação de novas famílias por moradores já residentes, ou da migração interna.

A análise das mudanças locais indica o seguinte resultado: quatro colocações foram abertas e duas, embora antigas, não estavam registradas em 2001, conforme a Tabela 5.

**Tabela 5 – Mudanças Locacionais no Rio Chandless entre 2001 e 2008.**

<b>N.</b>	<b>Localidades abertas</b>
1.	Colocação Morada Nova
2.	Colocação do Thomas
3.	Colocação Dois Irmãos
4.	Colocação Carapanã
	<b>Localidades antigas não registradas em 2001</b>
5.	Colocação do Adelson
6.	Colocação da Creuza

Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.

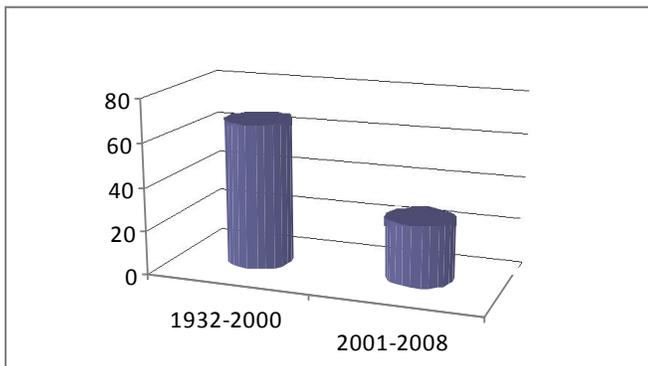
A análise das mudanças demográficas apresenta o seguinte balanço: entre 2001 e 2008, foram registradas 46 pessoas a mais no Chandless; no mesmo período, 6 pessoas deixaram a área, o que totaliza um saldo populacional positivo de 40 pessoas. Considerando que ocorreram 23 nascimentos no Chandless, o saldo migratório no período é de 17 pessoas, inclusive 5 crianças nascidas no mesmo período, fora do Chandless. A Tabela 6 apresenta uma comparação detalhada, por localidade e família, das mudanças populacionais identificadas no período; para alguns casos não existem informações.

**Tabela 6 – Mudanças Locacionais e Demográficas da População Residente no PE Chandless, entre 2001 e 2008.**

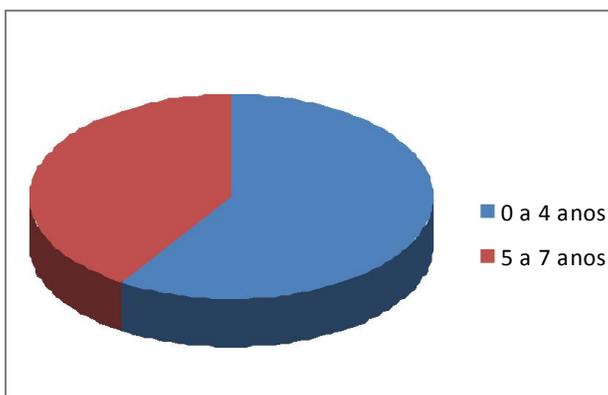
N.	Localidade em 2001	Localidade em 2008	Família em 2008	Data abertura colocação	Famílias		Pessoas		Saldo		Mudanças em relação ao chefe da família
					2001	2008	2001	2008	+	(-)	
1		Morada Nova	Olegário	2005	-	01	-	05	5		Família já morava no Chandless, foi expulsa na década de 1970 e retornou em 2005.
2	Jussara	Jussara	Josias		01	01	01	01	-		Sem mudanças.
3	Canamari	Nova Jerusalém	Francisco Moacir Silvino	1971 1997 2006	02	03	08	13	5		Localidade mudou de nome; filha formou família e o genro, Silvino, veio de fora; nascimento de 3 netas.
4	Mizael	Pense em Deus	Mizael	-	01	01	07	03		(4)	Sem informação.
5		Thomas	Thomas	-	-	-	01	04	3		Sem informação.
6	Boca Cuchichá	Boca Cuchichá	Carlos	2006	01	01	05	07	2		Mesma localidade; nova família; migração por parentesco: filho do Gabriel Nunes.
7		Dois Irmãos	Francisco Heitor	2005 2005	-	02	-	08	8		Migração por parentesco, pai e filho. Francisco é sobrinho de Alberto Nunes.
8	Manoel	Manoel	Manoel	1994	01	01	08	10	2		Nasceram 4 filhos; é possível que 2 parentes tenham saído da colocação.
9		Adelson	Adelson	1984	-	01	-	06	6		Localidade não aparece em 2001, mas foi aberta em 1984.
10		Creusa	Creuza	1984	-	01	-	07	7		Localidade foi aberta em 1984; morava com Jairo, foi morar com netos.
11	Jairo	Jairo	Jairo	1984	02	01	10	12	2		Reduziu para uma família e nasceram 2 filhos.
12	Pedro	Pedro	Pedro	2006	01	01	01	03	2		Separou da mulher e dois filhos vieram morar com ele.
13	São João	São João	Jerônimo	1982	01	01	09	08		(1)	1 filha saiu.
14	Francisco Nunes	Saragosa	José Nunes	1982	01	01	01	01	-		Francisco foi para Dois Irmãos; José Nunes veio para a colocação.
15	Reentregue	Reentregue	Milton	1958	01	01	08	03			Filho formou família e abriu Colocação Carapanã; neto mora com ele.
16		Carapanã	Moisés	2002	-	01	-	04	4	(1)	Nova família.
	<b>10</b>	<b>16</b>	<b>19</b>		<b>12</b>	<b>19</b>	<b>58</b>	<b>95</b>	<b>46</b>	<b>(6)</b>	
									<b>40</b>		

Fonte: GEA 2001 e SOS Amazônia - Pesquisa de Campo.

Analisando a população total do PE Chandless, percebe-se que 68% nasceram entre 1932 e 2000, um período de 69 anos, enquanto 32% nasceram nos últimos sete anos, como mostra a Figura 2. Destes nascimentos, 53% têm de 0 a 4 anos e 47% têm de 5 a 7 anos, como mostra a Figura 3.

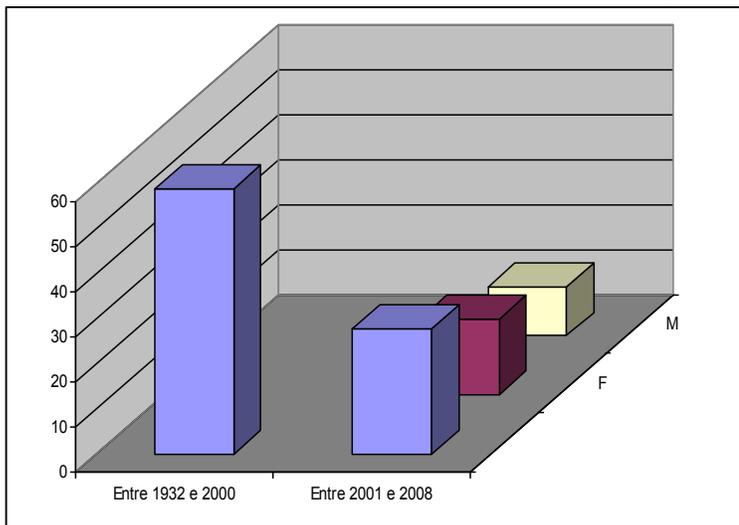


**Figura 2 - Nascimentos até 2001 e entre 2001 e 2008 no PE Chandless.**  
 Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de campo.



**Figura 3 – Nascimentos pós-2001 por Faixa Etária no PE Chandless.**  
 Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de campo.

Analisando os nascimentos ocorridos depois de 2001, por sexo, percebe-se que nasceram mais meninas do que meninos, como se observa na Figura 4:

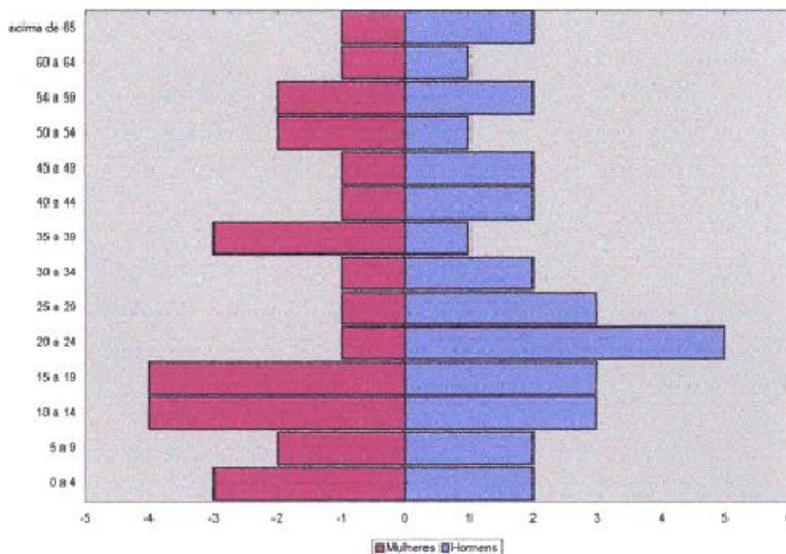


**Figura 4 – Nascimentos pós-2001 por Sexo no PE Chandless.**  
 Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de campo.

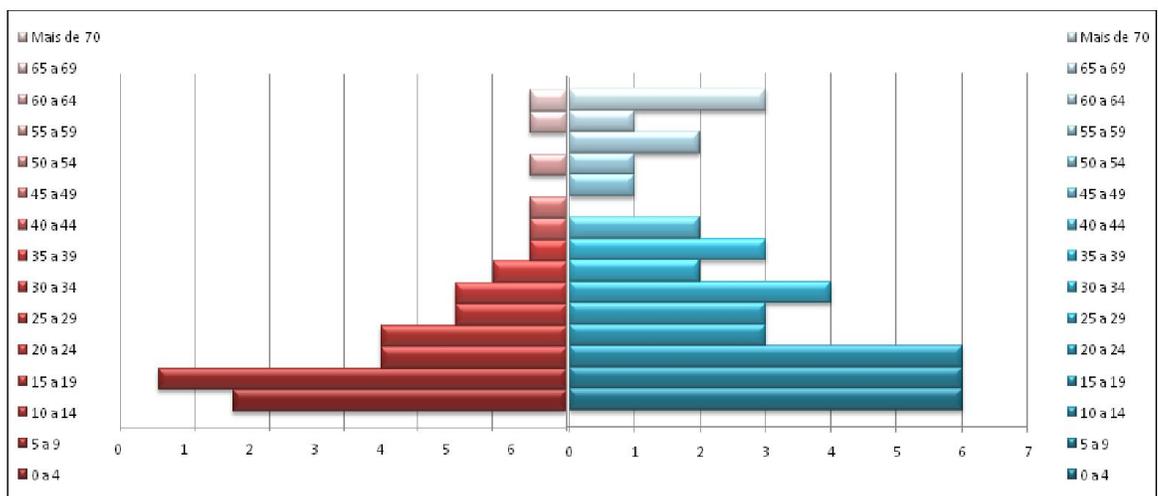
A conclusão principal da análise comparativa dos dados populacionais entre 2001 e 2008 indica que o saldo positivo do crescimento da população do Chandless resultou tanto de migrações quanto de nascimentos, sendo que o peso maior foi dos nascimentos. Isso indica a inexistência de pressões externas oriundas de migrações sobre a área, mas aponta para uma população jovem em crescimento, aspecto que deverá ser levado em consideração no planejamento futuro do Parque.

A comparação da pirâmide populacional de 2001 e 2008 (Figuras 5 e 6) comprova essa afirmação. Enquanto em 2001 havia a predominância de jovens em idade fértil, hoje o maior número de indivíduos encontra-se na faixa etária de 0 a 15 anos. Assim, percebe-se que não haverá uma estabilidade populacional no curto prazo; ao contrário, pode-se presumir um aumento constante do número de habitantes do local nos próximos 10 a 20 anos.

Outro aspecto interessante que resulta da comparação entre os gráficos, é o aumento relativo de moradores com mais de 65 anos, reflexo, provavelmente, da estabilidade da vida social no Chandless nas últimas décadas e, em consequência, melhoria da alimentação. Também é relevante a inexistência de óbitos no período em análise. Aliás, não existe cemitério no Chandless.

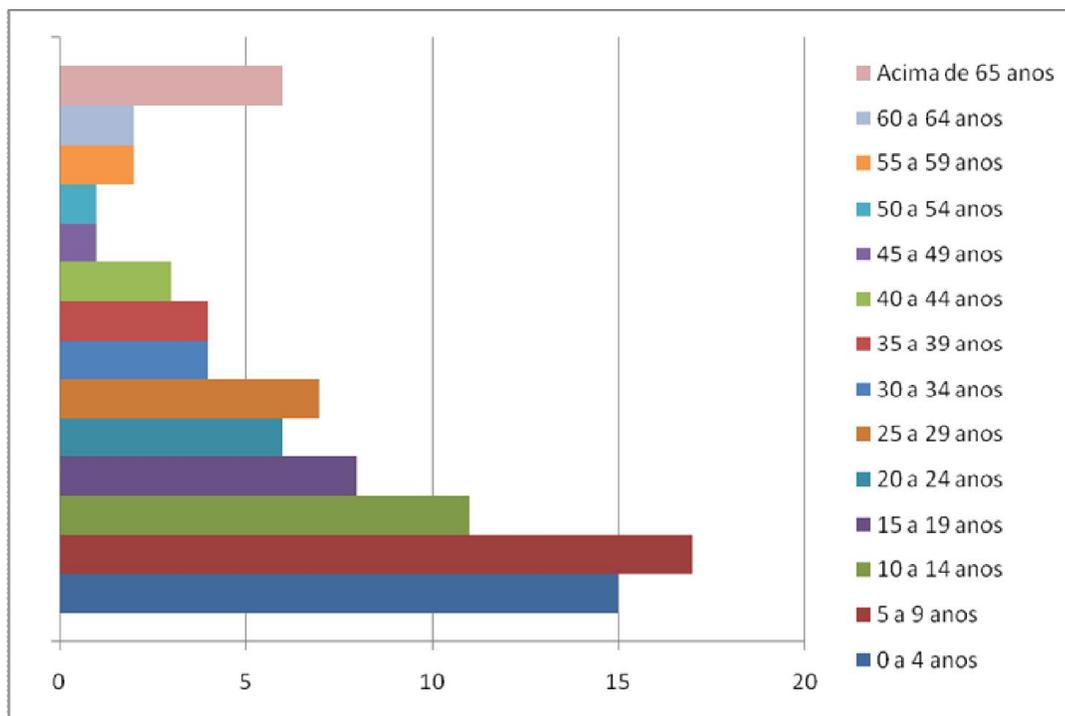


**Figura 5 - Pirâmide Populacional do PE Chandless, em 2001.**  
 Fonte: GEA 2001.



**Figura 6 - Pirâmide Populacional do PE Chandless, em 2008.**  
 Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

Se na análise feita em 2001 afirmou-se que a base da pirâmide não era muito ampla indicando que não haveria um crescimento rápido da população, em 2008 observa-se que o maior número de indivíduos se encontra na faixa etária de 0 a 15 anos, podendo ocasionar crescimento exponencial do número de habitantes do Chandless nos próximos anos, como pode ser visualizado na Figura 7.



**Figura 7 – Distribuição da População por Faixa Etária no PE Chandless, em 2008.**

Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

#### 4.2. Caracterização Demográfica e Social em 2008

Do total de moradores do Parque Estadual Chandless, oito pessoas não foram entrevistadas porque não se encontravam no local na data da pesquisa:

- Josias da Silva - Fazenda Jussara - 1 pessoa
- Mizael Nunes Saldanha – Colocação Pense em Deus - 3 pessoas
- Thomas Nunes Saldanha – Colocação do Thomas - 4 pessoas

Por esta razão, para fins de tabulação dos dados, o universo da pesquisa é formado por 87 pessoas, 16 famílias e 13 localidades, conforme a Tabela 7.

**Tabela 7 - Localidades, Famílias, Data de Abertura da Colocação e Total de Entrevistados em Março de 2008, no PE Chandless.**

N.	Localidade	N.	Famílias	Data abertura colocação	Pessoas residentes
1.	COLOCAÇÃO MORADA NOVA	1.	Olegário Carvalho de Peres	2005	05
2.	COLOCAÇÃO NOVA JERUSALÉM	2.	Antonio Iumbáto Gonçalves	1971	07
		3.	Moacir Vasques Gonçalves	1997	04
		4.	Silvino Garcia Ruiz	2006	02
3.	COLOCAÇÃO BOCA DO CUCHICHÁ	5.	Carlos Saldanha Padilha Jaminawa	2006	07
		6.	Francisco Nunes Saldanha	2005	04
4.	COLOCAÇÃO DOIS IRMÃOS	7.	Jaminawa	2005	04
			Heitor M. Saldanha Jaminawa		

5.	COLOCAÇÃO SÃO PEDRO COLÔNIA PAPAIAL	8.	Pedro Marques de Souza	1994	03
6.	COL. DO MANOEL	9.	Manoel Ramiro Basque	1994	10
7.	COL. DO ADELSON	10.	Adelson Nunes Marques	1984	06
8.	COL. DA CREUZA	11.	Creuza Marques Souza	1984	07
9.	COL. DO JAIRO	12.	Jairo Marques Nunes	1984	12
10.	COLOCAÇÃO SÃO JOÃO	13.	Jerônimo Marques Lustralnardi	1982	08
11.	COLOCAÇÃO SARAGOSA	14.	José Nunes Pacaia	1982	01
12.	COLÔNIA REENTREGUE	15.	Milton Leite	1958	03
13.	COLOCAÇÃO CARAPANÃ	16.	Moisés Nunes Pacaia	2002	04
<b>13</b>		<b>16</b>			<b>87</b>

Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.

Estatisticamente a diferença entre os dois totais não é relevante. Como mostra a Tabela 8, a população pesquisada representa 91,6% da população residente. No entanto, pesquisa complementar é necessária para que o banco de dados fique completo e possa ser periodicamente atualizado.

**Tabela 8 – Representatividade da População Entrevistada em Relação à População Residente no PE Chandless, em 2008.**

	Localidades	Famílias	População residente
<b>População residente em março de 2008</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>95</b>
<b>População entrevistada em Março de 2008</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>87</b>
<b>Representatividade da população entrevistada sobre a residente</b>	<b>81%</b>	<b>84%</b>	<b>91.6%</b>

Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.

### Linha do Tempo

A Tabela 9 apresenta dados relativos à data de abertura ou ocupação de cada uma das colocações pelos atuais moradores, o que permite uma análise a respeito dos ciclos de ocupação do rio Chandless nas últimas décadas.

**Tabela 9 – Localidades e Famílias do PE Chandless, por Data de Abertura da Colocação.**

Localidade	Famílias	Data abertura ou ocupação da colocação
COLÔNIA REENTREGUE	Milton Leite	1958
COLOCAÇÃO NOVA JERUSALÉM	Antonio Iumbáto Gonçalves	1971
COLOCAÇÃO SÃO JOÃO	Jerônimo Marques Lustralnardi	1982
COLOCAÇÃO SARAGOSA	José Nunes Pacaia	1982
COLOCAÇÃO DO ADELSON	Adelson Nunes Marques	1984
COLOCAÇÃO DA CREUZA	Creuza Marques Souza	1984
COLOCAÇÃO DO JAIRO	Jairo Marques Nunes	1984
COLOCAÇÃO SÃO PEDRO	Pedro Marques de Souza	1994
COLOCAÇÃO DO MANOEL	Manoel Ramiro Basque	1994
COLOCAÇÃO NOVA JERUSALÉM	Moacir Vasques Gonçalves	1997
COLOCAÇÃO CARAPANÃ	Moisés Nunes Pacaia	2002

COLOCAÇÃO DOIS IRMÃOS	Francisco Nunes Saldanha Jaminawa	2005
COLOCAÇÃO DOIS IRMÃOS	Heitor M. Saldanha Jaminawa	2005
COLOCAÇÃO MORADA NOVA	Olegário Carvalho de Peres	2005
COLOCAÇÃO BOCA DO CUCHICHÁ	Carlos S. Padilha Jaminawa	2006
COLOCAÇÃO NOVA JERUSALÉM	Silvino Garcia Ruiz	2006

Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.

Cinco momentos principais podem ser identificados. O primeiro ocorreu entre 1958 e 1971. Conforme foi apresentado no capítulo 3, sobre a história do Chandless, o local denominado Reentregue foi aberto no início do século passado pelo peruano Frederico Carlos Jane e ali morou a família de Delfino Nunes até a década de 1970. É a colocação mais antiga do Chandless e está ocupada por Milton Leite desde 1958.

De acordo com os relatos históricos, a segunda área aberta foi à colocação Manaus, onde hoje está localizada a Fazenda Jussara. Isso se confirma com a data de abertura da colocação Nova Jerusalém, anos depois da primeira, por Antonio Iumbáto Gonçalves, que nasceu na Colocação Manaus e, quando se casou, abriu a atual área, que antes se chamava Canamari.

O segundo momento, entre 1982 e 1984, foi quando a colocação São João foi ocupada por Jerônimo Lustralnardi e a Vila Papaial, com a descida da família Pacaia da localidade San Martin.

Outras duas famílias, filhos de Alberto Nunes Pacaia, abriram suas colocações dez anos depois: Pedro e Antônia, esta casada com Manoel Ramiro Basque.

A partir dos últimos anos da década de 1990, especificamente em 1997 e 2002, duas colocações foram abertas para abrigar novas famílias que saíram das casas de seus pais e se estabeleceram perto da família de origem: Moacir, filho de Antônio e Moisés, filho de Milton.

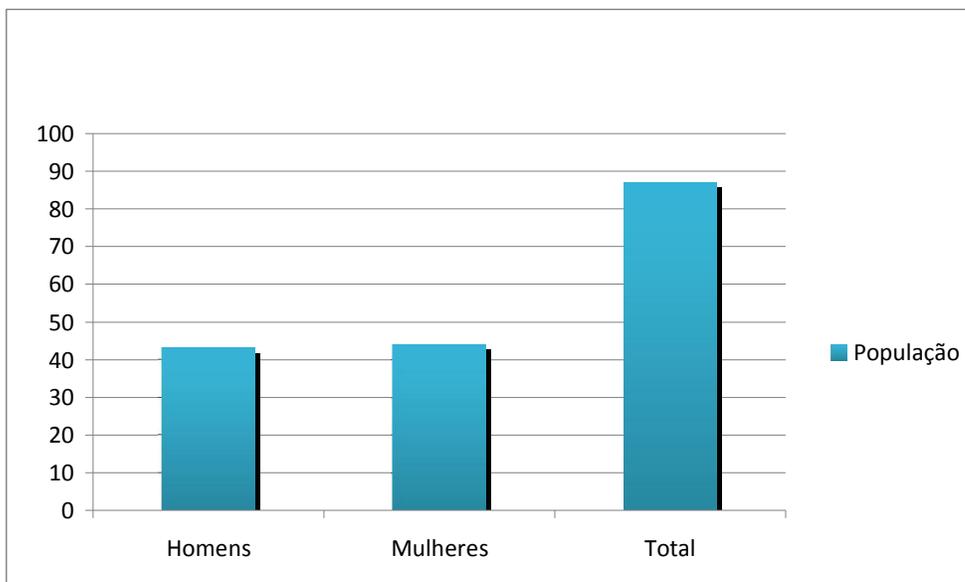
O último período, entre 2005 e 2006, corresponde às ocupações mais recentes, pós-criação do Parque, resultado de migrações de parentes (Francisco, Heitor e Carlos), formação de nova família com a filha de Antônio e retorno da família de Olegário.

Os cinco momentos podem ser reagrupados em dois grandes blocos: de 1958 a 1984, quando se estabelecem nessa faixa do rio as duas principais famílias: Nunes-Marques e Gonçalves; e, de 1994 a 2006, quando os filhos das famílias originais abrem suas próprias colocações. A exceção é a família de Olegário que, embora seja antiga na região, voltou recentemente ao rio Chandless.

Esses dados ratificam a análise realizada em 2001, quando os moradores falaram em uma estabilidade na ocupação do rio nos últimos vinte anos, período sem migrações. As principais mudanças registradas foram dentro das próprias famílias já estabelecidas ali.

### **População por Sexo e Idade**

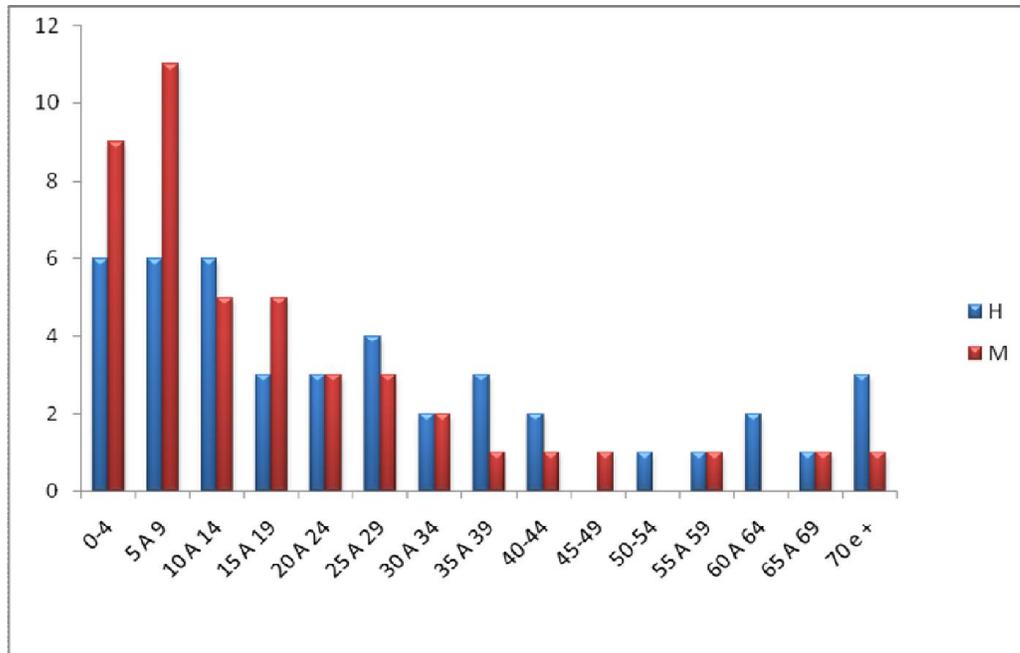
A população entrevistada no PE Chandless, em 2008, de 87 pessoas, apresenta uma paridade quase perfeita entre os sexos: são 44 indivíduos do sexo feminino (50,6%) e 43 do sexo masculino (49,4%), conforme se pode visualizar na Figura 8.



**Figura 8 - População Pesquisada no PE Chandless, por sexo, em 2008.**

Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

Como se pode observar na Figura 9, no que se refere à distribuição da população por sexo e faixa etária, percebe-se uma predominância feminina na faixa de 0 a 9 anos e de 15 a 19 anos; por outro lado, há um equilíbrio do número de homens na faixa de 0 a 14 anos; na faixa de 20 a 24 anos, há o mesmo número de homens e mulheres, assim como na faixa de 45 a 59 e 65 a 69. Longevidade maior entre os homens; predominam os homens na faixa de 60 a 64 e 70 e mais.



**Figura 9 - População Entrevistada no PE Chandless, por Sexo e Idade, em 2008.**

Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

Enquanto as mulheres predominam nas faixas mais novas de idade, os homens são maioria entre 25 e 44 anos, na faixa de idade de maior produtividade e força física, elemento fundamental em comunidades rurais. Existe equilíbrio entre adultos e jovens (20 pessoas de 20 a 39 anos e 15 pessoas de 40 a 70 anos e mais) e concentração em faixa jovem até 29 anos.

Há um número elevado de crianças do sexo feminino de 0 a 9 anos, que poderá gerar um desequilíbrio em breve na organização das futuras famílias; terão problemas para encontrar parceiro (essencial para sobreviver na área rural). Este problema já ocorre hoje com as jovens, uma vez que na faixa de 15 a 19 anos existem mais mulheres do que homens.

### Local de Nascimento

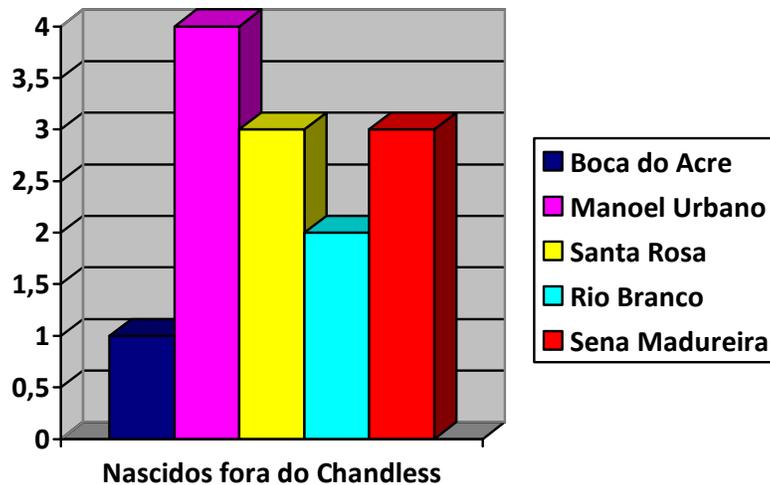
Foram identificadas quatro regiões diferentes de procedência da população entrevistada no Chandless: os provenientes do próprio Chandless, os nascidos no rio Purus, os nascidos no Peru e os que nasceram em outras localidades (as quais são especificadas abaixo).

Como pode ser visualizado na Figura 10, a população é majoritariamente nativa do próprio rio, ou seja, 55 pessoas, mais de 50% do total da população nasceram no rio Chandless. Os mais velhos nasceram acima da localização atual das colocações, entre o Reentregue e a Colônia San Martin, ou entre o Reentregue e a Vila Papaial. A partir da década de 1980, passaram a nascer no local onde moram atualmente.



**Figura 10 - População do PE Chandless por Local de Nascimento, em 2008.**  
Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.

O segundo local de origem mais importante é o rio Purus, em seringais e colocações que provavelmente não existem mais. Três moradores do Chandless nasceram no Peru, próximo à fronteira com o Brasil. Cerca de 10% dos habitantes do Chandless (13 moradores) são nascidos em outras localidades que não a área do Parque. Como pode-se visualizar na Figura 11, essas pessoas estão concentradas na Colocação da Boca do Cuchichá e na Colônia Dois Irmãos. Desses 13, um nasceu em Boca do Acre, quatro nasceram em Manuel Urbano, três são de Santa Rosa, dois provenientes de Rio Branco e três são da região de Sena Madureira.



**Figura 11 – População do PE Chandless Nascida Fora do Rio Chandless, por Local de Nascimento, em 2008.**

Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

### Escolaridade

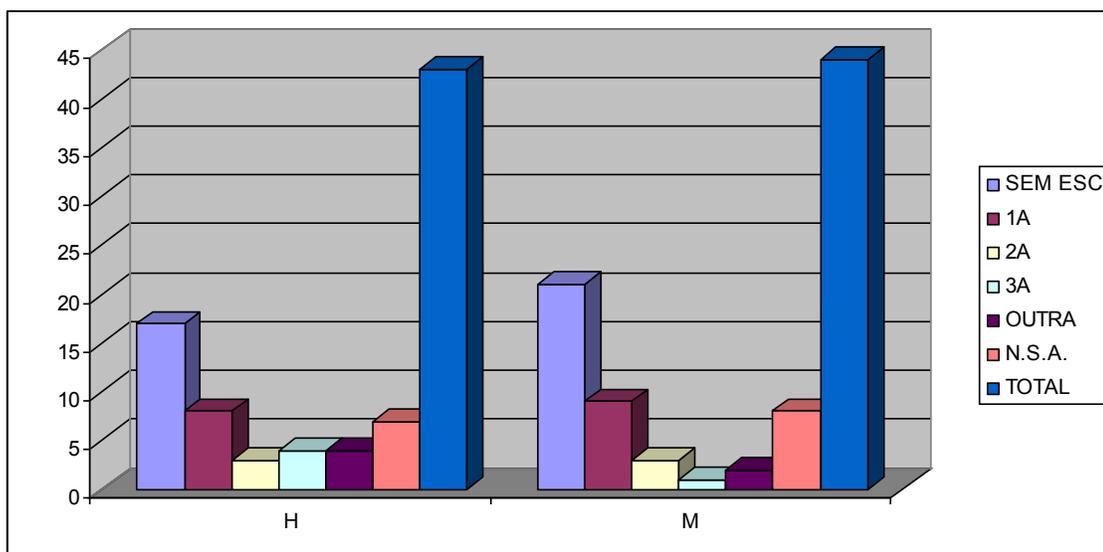
A maior parte da população do Parque Estadual Chandless, 44% do total, não tem nenhuma escolaridade, ou seja, é analfabeta, como pode-se ver na Figura 12. Excluindo a população que não está em idade escolar (17.2%), algumas pessoas tiveram a chance de estudar durante um ano (19.5%), período em que funcionou uma escola na área.



**Figura 12 – Escolaridade da População Pesquisada no PE Chandless, em 2008.**

Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de campo.

Seis pessoas foram enquadradas na categoria "outro grau", o que significa que tiveram escolaridade acima da média: um indivíduo tem 2º grau completo, tendo sido este cursado no Peru; um habitante tem 1º grau completo; um morador cursou até a 4ª série; um indivíduo cursou até a 5ª série; duas mulheres cursaram até a 6ª série.



**Figura 13 – Escolaridade da População Pesquisada, por Sexo, no PE Chandless, em 2008.**

Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

Analisando o perfil de escolaridade da população, por sexo, pode-se observar na Figura 13 que as mulheres superam os homens na categoria analfabetos; porém essa posição é compensada com o fato de duas mulheres terem estudado até a 6ª série. Nas outras categorias as diferenças entre os sexos não são significativas.

Os dados de escolaridade apontam duas graves questões: a alta taxa de analfabetismo entre os adultos requer um programa especial de educação; as dificuldades residem no fato da população viver dispersa no rio, não dispondo de meios para se concentrar em um local com escola. A outra questão refere-se ao alto índice de crianças e jovens em idade escolar, fora da escola; são 17 crianças de 7 a 15 anos, quase 20% da população do Parque, que não se encontra em ambiente de aprendizagem<sup>5</sup>.

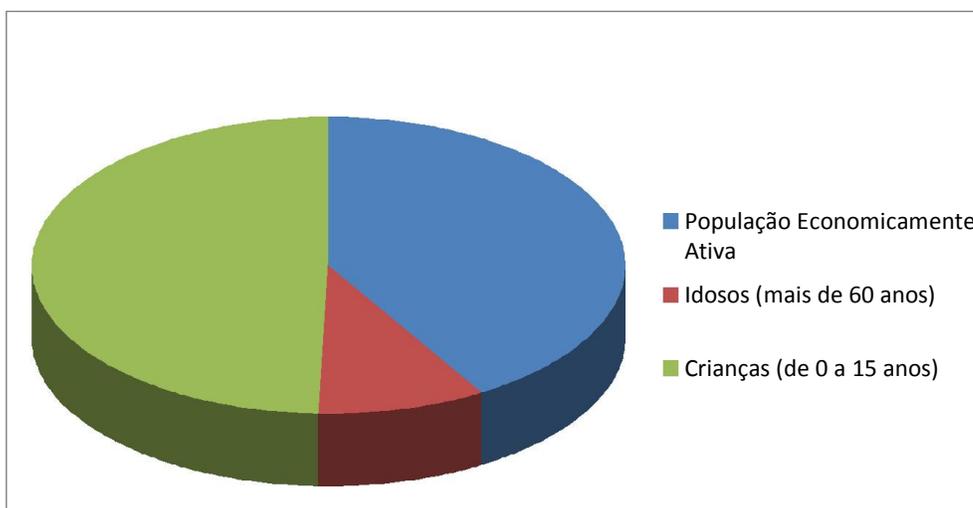
A partir desses dados, pode-se estimar que em 10 anos irá se gerar uma grande pressão por cursos profissionalizantes e escolas de 2º grau demanda essa proveniente das crianças que hoje se encontram na idade em que deveriam freqüentar escolas primárias e de educação fundamental.

### **População Economicamente Ativa**

Conforme por ser visualizado na Figura 14, a população total do Chandless está assim distribuída em termos de idade: 43 indivíduos (49.4%) são crianças de 0 a 15 anos; 36 (41.4%) constituem a população economicamente ativa e 8 (9.2%) do total é formado por idosos.

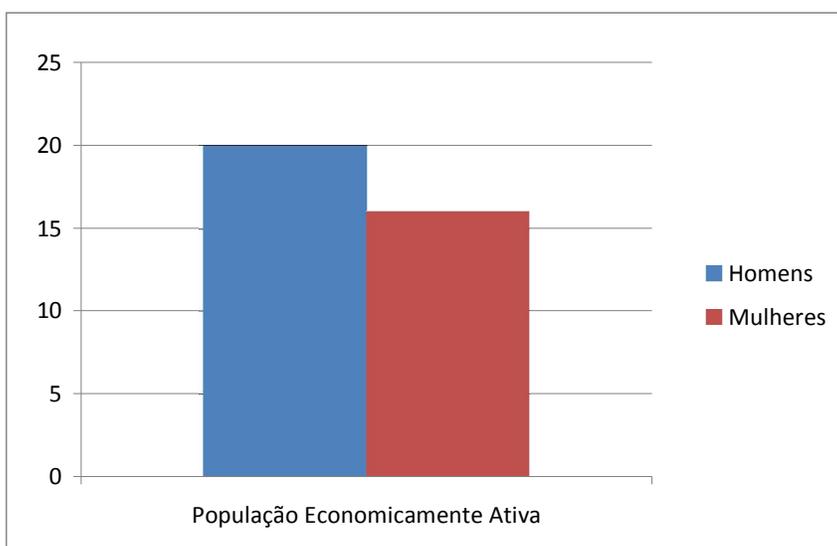
No total, cada indivíduo economicamente ativo é responsável pela sustentação de menos de uma pessoa, entre jovens e idosos. Essa distribuição é bastante favorável para o bem-estar da comunidade, no presente. Primeiro, porque o número de idosos é pequeno, o que lhes dá maior segurança de serem adequadamente cuidados pelas famílias; segundo, porque a distribuição de jovens por adulto não chega a dois, ou seja, um adulto cuida, em média, de uma criança.

<sup>5</sup> Uma escola fundamental foi inaugurada pela Prefeitura de Manuel Urbano no dia em que finalizamos a pesquisa de campo e não existem informações sobre o seu funcionamento atual.



**Figura 14 - População Total e Economicamente Ativa do PE Chandless, em 2008.**  
 Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

A distribuição da população economicamente ativa por sexo é equilibrada, existindo 20 homens e 16 mulheres em idade produtiva, como se visualiza na Figura 15. Na medida em que as atividades são igualmente desenvolvidas por ambos os sexos, também nesse aspecto a comunidade do Chandless apresenta harmonia.



**Figura 15 - População Economicamente Ativa, por Sexo, Pesquisada no PE Chandless, em 2008**  
 Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de Campo.

Os números gerais podem ocultar diferenças relevantes nas unidades domésticas, dado importante na área rural. A análise dos dados econômicos, no próximo item, vai evidenciar que a pesquisa comprovou a inexistência de crianças em condições de subnutrição, nem de idosos sem atendimento ou de adultos em precárias condições de vida. Em geral, a qualidade de vida no Chandless é acima da média das comunidades florestais amazônicas.

### 4.3. Caracterização Sócio-Econômica das Unidades Familiares

A análise dos dados sócio-econômicos levantados na pesquisa de campo será realizada a partir da compreensão da estrutura das unidades familiares. Em um grupo social como o que existe no PE Chandless, algumas características básicas são compartilhadas por todos:

- As atividades econômicas estão prioritariamente voltadas para a subsistência e dependem, exclusivamente, da força de trabalho familiar.
- O padrão das atividades econômicas é condicionado pelo ciclo de desenvolvimento da vida doméstica, ou seja, pelo número, idade e sexo dos filhos, que expressam o momento em que estão de suas vidas.
- Os laços de parentesco podem contribuir para equilibrar as necessidades de cada família.
- As atividades econômicas não estão desvinculadas da lógica geral e dos valores que organizam a vida social e que se expressam tanto nas estratégias para adquirir os bens que necessitam no presente quanto os que pretendem transferir aos filhos no futuro.

As famílias do Chandless caracterizam-se por mesclar identidades culturais e étnicas de origem indígena, nordestina e peruana. Essas heranças se mesclam de forma diferenciada conforme o aspecto da vida social que se queira analisar: a língua pode ser indígena ou peruana, mas é sempre misturada com o português, que todos falam; a herança indígena é claramente presente na forma de produção, mais agrícola que extrativista, assim como na habilidade para construir pequenas canoas; as habitações e a forma de educar os filhos têm influência nordestina; e os traços fisionômicos, assim como a origem das famílias, de ascendência peruana.

Artigo de Marianne Schmink e Charles H. Wood (1987) organiza as características de grupos sociais rurais da Amazônia comparando três tipos - indígenas, camponeses e tradicionais - do ponto de vista da organização econômica e da relação com os recursos naturais. Os autores partem da idéia de que estes grupos sociais, no conjunto, se caracterizam pelo que se denomina de reprodução simples, ou seja, organizam seu sistema de produção e sua vida social visando à reprodução dos meios de vida para assegurar sua continuidade, de maneira tipicamente não capitalista. O contrário seria a reprodução ampliada, própria das sociedades industriais, baseada na produção de mercadorias e na busca do lucro.

Embora os três grupos - indígenas, camponeses e tradicionais<sup>6</sup> - possam estar sob essa mesma denominação geral, apresentam diferenças relevantes que contribuem para que se compreenda o objeto de estudo deste relatório, especialmente quando se consideram as características principais de cada segmento em relação à produção econômica e às interações com o meio ambiente.

De acordo com os autores citados, as características principais dos **grupos indígenas**, em relação à economia, são: produção de subsistência com geração de pequeno excedente; diferenciação interna baseada em parentesco, idade e gênero; divisão de trabalho baseada em normas, valores e crenças; trocas organizadas em redes de parentesco e obrigações cerimoniais que viabilizam a redistribuição de bens dentro do grupo, fortalecendo a sobrevivência coletiva.

Estes mesmos grupos apresentam interações com o meio ambiente caracterizadas por uma utilização diversificada de recursos minimizando o potencial de degradação; territórios extensos e baixa densidade populacional que permitem a sustentabilidade dos ecossistemas por centenas de anos; mínimos impactos ambientais uma vez que as

---

<sup>6</sup> Essa descrição não pretende ser exatamente fiel ao texto mas o utiliza como inspiração para os objetivos desta análise; por esta razão, no lugar de 'caboclos', no original, adotamos o termo comunidades tradicionais.

necessidades de subsistência são finitas, a tecnologia utilizada é simples, o tamanho da população é pequeno e o sistema de trocas baseado no parentesco assegura a provisão da sociedade como um todo.

Os **grupos camponeses** apresentam algumas diferenciações em relação à economia: são produtores conectados ao mercado, mas que seguem uma estratégia de subsistência similar aos indígenas, ou seja, maximização da segurança e minimização dos riscos; o comércio é orientado para obter bens que não podem produzir por conta própria; a força de trabalho é calculada com base nas necessidades previstas da família; a busca de recursos financeiros é orientada pelas demandas de consumo da unidade familiar mais do que por investimentos visando expandir a produção e o lucro.

As interações com o meio ambiente destes grupos são influenciadas pelo fato de serem migrantes recentes atraídos pelos projetos de construção de rodovias que abriram novos territórios para ocupação; trazem práticas agrícolas pobremente adaptadas à ecologia da floresta tropical; as relações com os recursos naturais estão sujeitas a limites sócio-econômicos e políticos: concentração da propriedade da terra, sistemas de crédito, intermediários, termos desiguais de troca com o mercado; não são inerentemente predatórios: suas relações com a terra e os recursos naturais são limitadas por fatores sociais, econômicos e políticos.

As **comunidades tradicionais** resultaram da migração ocorrida para a região no período da borracha e situam-se entre os camponeses e os indígenas no que se refere às características produtivas; os padrões de subsistência combinam a coleta de produtos da floresta com pequena agricultura, caça e pesca; laços com o mercado são baseados no sistema de aviamento: aviadores adiantam alimentos, instrumentos, espingarda e bens em troca da borracha e da castanha.

Em termos de interação com o meio ambiente, o sistema caboclo, ou tradicional, partilha com o indígena a diversidade adaptativa desenvolvida em centenas de anos de ocupação dos ecossistemas amazônicos; a organização social é diferente dos grupos indígenas: são a regra são famílias isoladas ou pequenos agrupamentos mais do que sistemas de alocação comunal de trabalho e terra baseados em parentesco ou grupos clânicos.

Os autores organizam as características destes três grupos em um *continuum* no que se refere aos padrões de apropriação dos recursos naturais. Em uma ponta, estratégias complexas de adaptação, com pequena conexão com o mercado, desenvolvidas por povos indígenas. Em outra, produtores camponeses com métodos mais especializados de produção e laços fortes com as redes de mercado e a economia monetária. No meio, comunidades locais tradicionais que também apresentam adaptação ao ambiente em que vivem, mas têm orientação para o mercado.

No caso amazônico, esse modelo tradicional de uso dos recursos e de reprodução da vida social foi consolidado exatamente no momento em que deixou de estar dependente da comercialização da borracha que o vinculava diretamente com o mercado industrial em expansão. Situação semelhante pode ser encontrada em todas as regiões do país, dando a estes grupos locais aspectos peculiares em função do ecossistema específico no qual se desenvolvem ou nas tradições culturais dos seus antepassados.

Em comum todos têm o fato de serem comunidades estabelecidas em um lugar, geralmente pequenos núcleos populacionais isolados, uma vez que a densidade demográfica está relacionada com a capacidade de suporte dos recursos naturais; essa mesma característica também pode se expressar na forma como a ocupação se dá, geralmente em pequenas unidades familiares espalhadas e distantes entre si; têm sua reprodução baseada no uso dos recursos locais, trocam bens com o mercado para atender demandas de consumo de produtos industriais e desenvolvem com os recursos naturais uma relação de dependência, o que os leva a acumular conhecimento útil para a própria sobrevivência.

Essa descrição enquadra-se perfeitamente para o caso das famílias do rio Chandless. Têm uma economia voltada para a subsistência, principalmente por meio de produção agrícola, com inserções pontuais com o mercado e atividades extrativistas de caça e pesca para subsistência; utilizam madeira da floresta para a fabricação artesanal de pequenas embarcações comercializadas em Manuel Urbano e Sena Madeira, principal fonte de renda monetária, uma vez que no rio não existem produtos extrativistas tradicionais que possam ser comercializados, como borracha e castanha.

Os laços de parentesco formam uma grande teia que conecta todas as famílias entre si, direta ou indiretamente. Mas não as leva a partilhar o mesmo espaço físico, ou a criar espaços coletivos. O padrão é a organização econômica, social e espacial sob gestão da família extensa, ou seja, pais, filhos solteiros e casados, e netos.

Das 19 famílias entrevistadas, 18 estão distribuídas na margem direita do rio Chandless e apenas 1 na margem esquerda ocupando 0,04% da área do Parque (Ver Mapa 1). Para melhor compreender a lógica social e espacial predominante, as 13 localidades foram agrupadas em três modalidades, dando origem a uma espécie de **zoneamento sócio-espacial**:

#### **Grupo I: Entrada do Parque – 33 pessoas**

Famílias com laços de parentesco, mas com habitações em localidades autônomas, encontram-se da entrada do Parque até a Vila Papaial:

1. Colocação Morada Nova
2. Colocação Nova Jerusalém
3. Colocação Boca do Cuchichá
4. Colocação Dois Irmãos

#### **Grupo II: Vila Papaial – 47 pessoas**

Pequena comunidade formada pela família de Alberto Nunes e seus descendentes, uma combinação de brasileiros, peruanos e indígenas, moradores da Vila Papaial e adjacências:

5. Colocação São Pedro
6. Colocação do Manoel
7. Colocação do Adelson
8. Colocação da Creuza
9. Colocação do Jairo
10. Colocação São João
11. Colocação Saragosa

#### **Grupo III: Reentregue – 7 pessoas**

Área ocupada pela família de Milton Leite na margem direita do rio e por seu filho casado na margem esquerda:

12. Colônia Reentregue
13. Colocação Carapanã

Conforme pode-se visualizar na Tabela 10, a área com maior densidade populacional é a Vila Papaial; isso não significa que todas as famílias estejam agrupadas no mesmo espaço físico. As colocações São João e Saragosa, embora mais distantes das demais, pertencem ao mesmo grupo familiar.

O segundo maior grupo populacional é formado pelas famílias que moram da entrada do Parque até o Igarapé Cuchichá. Aqui são quatro famílias distintas, embora com laços de parentesco entre si e com os demais núcleos.

E o menor grupo fica isolado dos demais em decorrência da distância maior que separa o Reentregue de todas as demais áreas ocupadas.

**Tabela 10 - Localidades, Famílias e Total de Entrevistados em Março de 2008, no PE Chandless.**

N.	Localidade	N.	Famílias	Pessoas residentes
<b>GRUPO I – ENTRADA DO PARQUE</b>				<b>33</b>
1.	COLOCAÇÃO MORADA NOVA	1.	Olegário Carvalho de Peres	05
2.	COLOCAÇÃO NOVA JERUSALÉM	2.	Antonio Iumbáto Gonçalves	07
		3.	Moacir Vasques Gonçalves	04
		4.	Silvino Garcia Ruiz	02
3.	COLOCAÇÃO BOCA DO CUCHICHÁ	5.	Carlos Saldanha Padilha Jaminawa	07
4.	COLOCAÇÃO DOIS IRMÃOS	6.	Francisco Nunes Saldanha	04
		7.	Jaminawa Heitor M. Saldanha Jaminawa	04
<b>GRUPO II – VILA PAPAIAL</b>				<b>47</b>
5.	COLOCAÇÃO SÃO PEDRO COLÔNIA PAPAIAL	8.	Pedro Marques de Souza	03
6.	COL. DO MANOEL	9.	Manoel Ramiro Basque	10
7.	COL. DO ADELSON	10.	Adelson Nunes Marques	06
8.	COL. DA CREUZA	11.	Creuza Marques Souza	07
9.	COL. DO JAIRO	12.	Jairo Marques Nunes	12
10.	COLOCAÇÃO SÃO JOÃO	13.	Jerônimo Marques Lustralnardi	08
11.	COLOCAÇÃO SARAGOSA	14.	José Nunes Pacaia	01
<b>GRUPO III – REENTREGUE</b>				<b>07</b>
12.	COLÔNIA REENTREGUE	15.	Milton Leite	03
13.	COLOCAÇÃO CARAPANÁ	16.	Moisés Nunes Pacaia	04
<b>13</b>		<b>16</b>		<b>87</b>

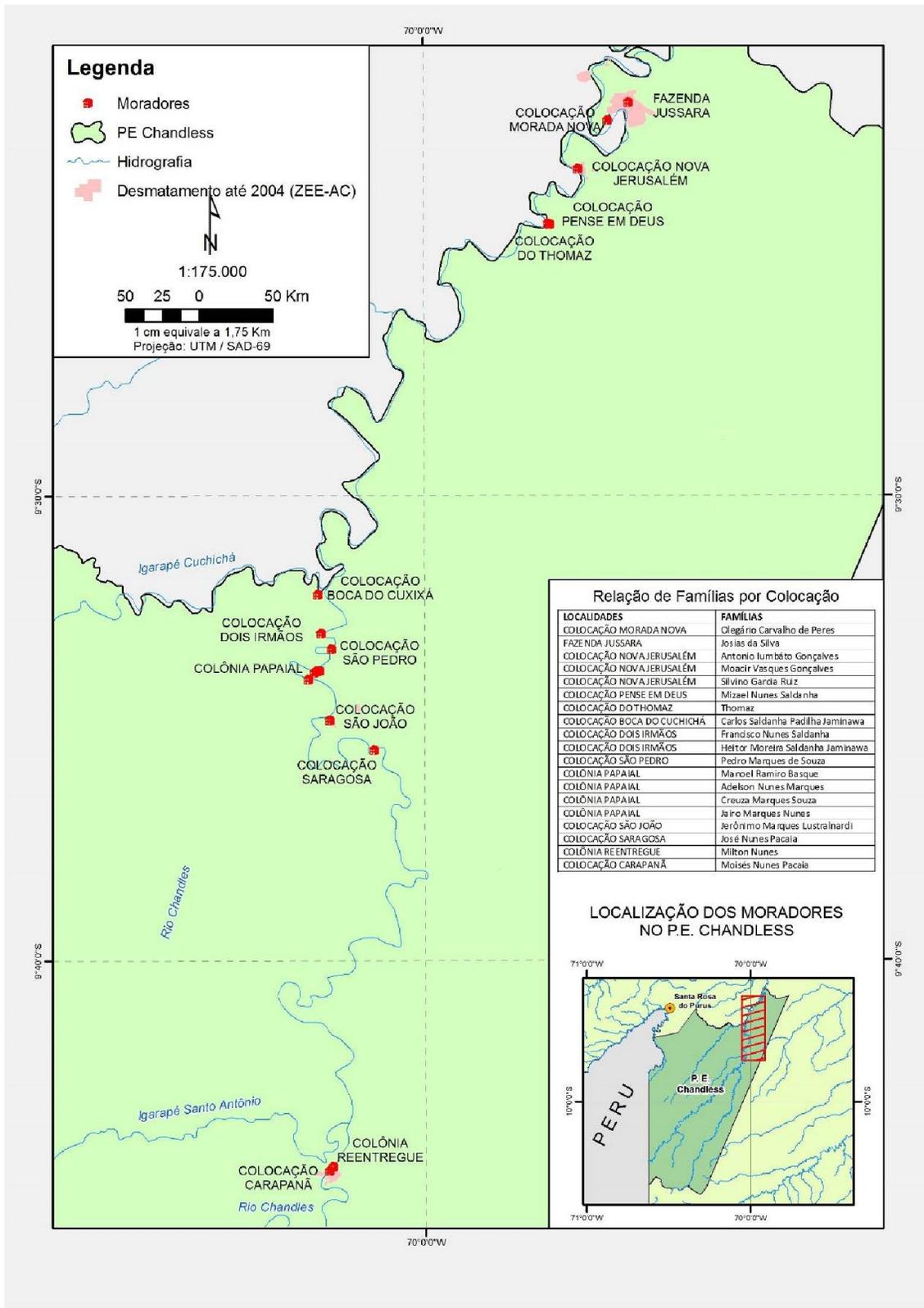
Fonte: SOS Amazônia - Pesquisa de campo.

#### 4.3.1. Perfil Sócio-Econômico e Ambiental das Unidades Familiares

Para compreender a dinâmica social, econômica e ambiental das unidades familiares do rio Chandless, as seguintes informações foram organizadas:

- Ficha familiar: nome, posição na família, sexo, idade, escolaridade e local de nascimento.
- Gráfico de população total e economicamente ativa em cada unidade familiar para comprar o número de pessoas ativas e de dependentes.
- Quadro com as características da economia familiar considerando as seguintes variáveis: atividades agrícolas e outras, para subsistência ou mercado, informações sobre criação doméstica e renda monetária.
- Observações complementares sobre a economia da colocação, inclusive mapa do desmatamento por unidade familiar produzido pelo GEA em 2006.
- Benfeitorias disponíveis na colocação.
- Fotos: a maioria foi tirada durante a pesquisa de campo; nos casos onde isso não foi possível, foram utilizadas fotos de 2006 ou 2007.

**Mapa 1 – Localidades e Moradores do PE Chandless, em 2008**



Fonte: SOS Amazônia – Pesquisa de campo.

## COLOCAÇÃO MORADA NOVA

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Olegário Carvalho de Peres	Chefe	M	76	Nenhuma	Rio Chandless
Maria Vasques Senjes	Esposa	F	62	Nenhuma	Sta. Rosa
Francisco Senjes Peres	Filho	M	35	1º ano	Rio Chandless
Naíz Senjes Peres	Filho	M	28	1º ano	Rio Chandless
Naide Senjes Peres	Filho	M	28	1º ano	Rio Chandless



Foto 7 – Colocação Morada Nova



Foto 8 – Família de Olegário Peres

Pop Total e PEA

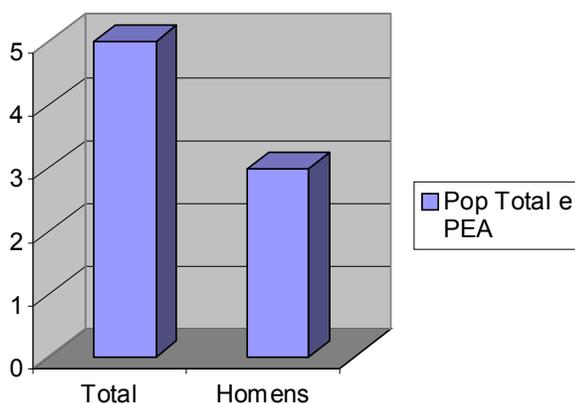
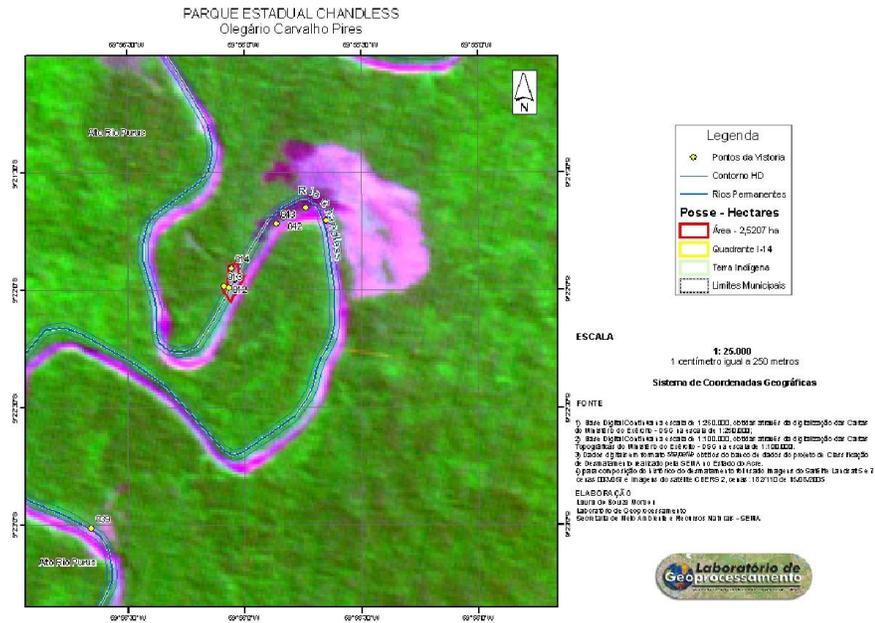


Figura 16 – População Total e PEA da Colocação Morada Nova

## ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, feijão, roça, farinha, milho, caça, pesca, frutíferas (banana, goiaba, graviola, caju, abacate).	Galinha	Feijão	400 kg x 1,50 = 800,00 ano
		Arroz, farinha	
		Aposentadoria	415,00 x 3 = 14.940 ano
		Casco	
		Comércio	
		Total	15.740,00
Profissão: Soldado da Borracha aposentado com dois SM; esposa é aposentada.			
Benfeitorias: casa grande, 1 barco, 2 motores, energia por placa solar.			
Área desmatada: 2,52 hectares. Colocação aberta em 2005.			



**Figura 17 - Desmatamento na Colocação Morada Nova e Fazenda Jussara, em 2006.**  
Fonte: GEA 2006.

#### **CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA:**

- O avô foi freguês de Frederico Jana; veio de Pauini para o Acampamento Peruano. O filho casou com peruana e ficou no Chandless. Os pais da Maria Vasquez eram peruanos.
- A família de seu Olegário já morou no rio Chandless no passado, mas foram expulsos na década de 1970 quando fazendeiros decidiram explorar o Chandless.
- Quando moravam no Purus, perto da boca do Chandless, tiveram que sair da área porque foi criada a TI Alto Purus; não receberam indenização.
- Trabalhou como seringueiro, caucheiro e agricultor até 1990. Ele é aposentado como Soldado da Borracha e ela pelo Funrural.
- Três filhos homens moram com os pais e desenvolvem todas as atividades produtivas.
- Quando ele vai buscar o dinheiro da aposentadoria em Manuel Urbano, traz estiva e vende para os moradores do rio.
- Na imagem o desmatamento é na fazenda Jussara que fica próxima à colocação.
- Não existe perspectiva de crescimento populacional porque os filhos não casaram.

## COLOCAÇÃO NOVA JERUSALÉM

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Antonio Iumbáto Gonçalves	Chefe	M	57	Nenhuma	Col. Manaus – Faz. Jussara, Chandless
Francisca Vasques	Esposa	F	48	1º ano	Santa Rosa
Feliciano Vasques Gonçalves	Filho	M	21	Nenhuma	Rio Chandless
Iris Vasques Gonçalves	Filha	F	18	1º ano	Rio Chandless
Antonio V. Gonçalves Filho	Filho	M	15	Nenhuma	Rio Chandless
Pedro Vasques Gonçalves	Filho	M	11	Nenhuma	Rio Purus
Michaela Iumbáto V. Gonçalves	Neta	F	05	Nenhuma	Rio Chandless
Moacir Vasques Gonçalves	Filho	M	30	Nenhuma	Rio Chandless
Zenilda Nunes Peres	Nora	F	24	Nenhuma	Rio Chandless
Evanilde Peres Gonçalves	Neta	F	06	Nenhuma	Manuel Urbano
Alzenir Peres Gonçalves	Neta	F	04	Nenhuma	Manuel Urbano
Silvino Garcia Ruiz	Genro	M	24	3º ano	Rio Chandless
Clotilde Vasques Gonçalves	Filha	F	21	3º ano	Santa Rosa



Foto 9 – Colocação Nova Jerusalém



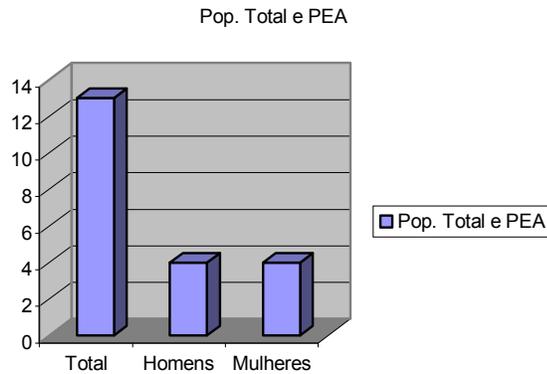
Foto 10 – Família de Antônio Gonçalves



Foto 11 – Família de Moacir Gonçalves



Foto 12 – Família de Silvino Ruiz



**Figura 18 – População Total e PEA da Colocação Nova Jerusalém**

### ECONOMIA ANTÔNIO

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, feijão, roça, farinha, galinha, carneiro, amendoim, cana de açúcar, caça e pesca, frutíferas (melancia, 200 pés banana, abacaxi).	100 galinhas	feijão	200 kg x 2.00 = 400
		Total	400,00 ano
Profissão: agricultor.			
Benfeitorias: a área tem 30 ha; casa grande, barco, motor, canoa, casa farinha; tem pastagem, mas não tem gado.			
Área desmatada de todas as unidades familiares: 5,01 hectares. Colocação aberta em 1971.			

### ECONOMIA MOACIR

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, roça, amendoim, farinha, caça, pesca, frutíferas (tangerina, limão, laranja, coco, banana)	5 galinhas	Arroz, feijão, amendoim	
		Serviços de mateiro ao PE Chandless	15 a 25 a diária = 1000,00
		Total	1.000,00 ano
Benfeitorias: casa grande, barco, motor, canoa. Tem roçado próprio, faz farinha separado, tirou uma parte do terreno do pai para fazer sua casa.			
OBS. Com auxílio maternidade comprou um motor. Antes pagava com peixe a gasolina que comprava do Olegário; agora é proibido.			

### ECONOMIA SILVINO

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, roça, frutíferas, caça, pesca, galinha, frutíferas (laranja, tangerina, ingá).	20 galinhas		

Benfeitorias: casa, casco.

OBS. Está aprendendo a fazer barco. A colocação foi aberta em 2006.

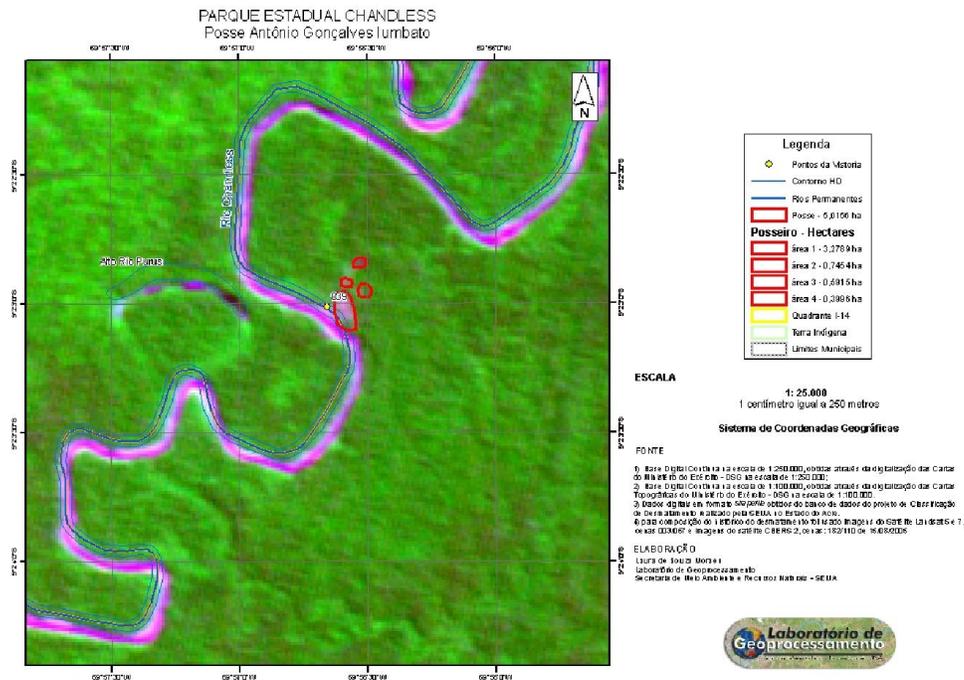


Figura 19 - Desmatamento na Colocação Nova Jerusalém, em 2006.

Fonte: GEA 2006.

#### CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS FAMÍLIAS:

- Antônio nasceu na colocação Manaus que depois passou a fazer parte da Fazenda Jussara. São três famílias na mesma colocação: a de Antônio, a do filho e da filha. São 8 adultos trabalhando para 4 dependentes
- A família de Antônio vive dois ciclos simultaneamente: tem filhos casados com netos e tem dois pequenos (uma neta que ele cria como filha). Não são aposentados.
- A colocação é uma das mais antigas e tem um desmatamento grande de 5 hectares. Tem um pasto pequeno, ia colocar gado de leite, mas com a criação do Parque ficou proibido. A área é muito rica em mogno.
- Faz agricultura, mas não explora nada de extrativismo. Costumava pescar para vender em Manuel Urbano (MU), mas depois do Parque não podem mais vender.
- Arrumou um patrão em MU, de quem compra a crédito e troca por agricultura. Deve 800,00; paga e compra outra feira, que dura 2 meses, e tem prazo de 3 meses para pagar.
- O filho Moacir presta serviços ao Parque quando são feitas expedições.

## COLOCAÇÃO BOCA DO CUCHICHÁ

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Carlos Saldanha Padilha Jaminawá	Chefe	M	27	4ª série	Boca do Acre
Eliane Esteves Chaves	Esposa	F	20	6ª série	Rio Purus
Hexlly Chaves Padilha Jaminawá	Filha	F	06	Nenhuma	Sena Madureira
Queiliane Chaves Jaminawá	Filha	F	05	Nenhuma	Sena Madureira
Maria Antônia Jaminawá	Filha	F	03	Nenhuma	Aldeia S.Paulino-SM
Francisca Islaine Jaminawá	Filha	F	6 m.	Nenhuma	Rio Chandless
Gabriel Saldanha Nunes Ashaninka	Pai	M	63	Nenhuma	Rio Chandless



Foto 14 – Gabriel Ashaninka



Foto 15 – Família de Carlos Saldanha Jaminawa



Foto 13 – Colocação Boca do Cuchichá

Pop. Total e PEA

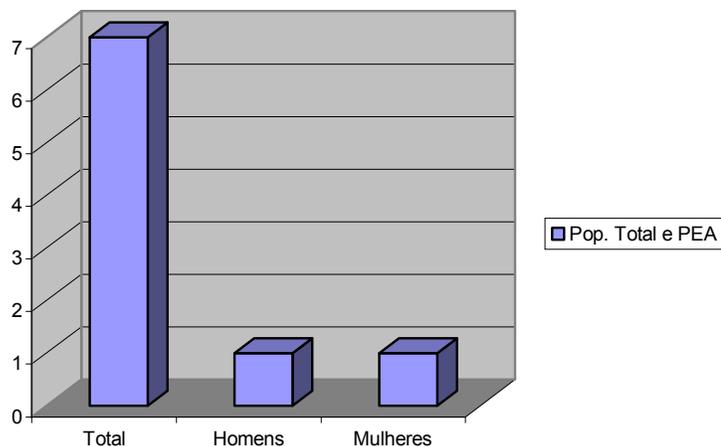
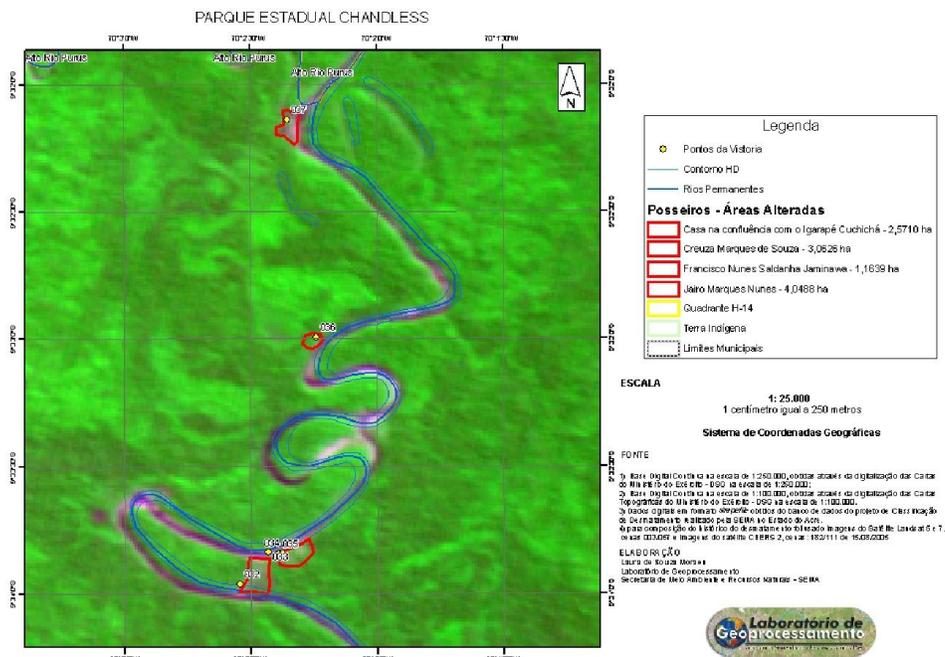


Figura 20 – População Total e PEA da Colocação Boca do Cuchichá

## ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Roça, feijão, farinha, caça, pesca, frutíferas (goiaba, palíδια).	galinha 15 porcos	Feijão	500 kg x 1,00 = 500,00
		Barcos	7: 700,00; 350,00; 250,00 e 150,00 = 1.130,00
		Diárias	150,00
		Total	1.780,00,00 ano
Benfeitorias: casa, barco, motor está quebrado.			
Área desmatada: 2,57 hectares. Colocação aberta em 2006.			



**Figura 21 - Desmatamento na Boca do Cuchichá, Área Aberta no Alto da Imagem, em 2006.**  
Fonte: GEA 2006.

### CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA:

- Heitor morava em Sena Madureira, na Aldeia São Paulino, aldeia Jaminawa ainda não demarcada; o pai é Ashaninka. Saíram de lá porque ele não tem estudo nem emprego e o pai sugeriu que viessem para o Chandless. Chegaram em 16.11.2006.
- O pai nasceu em San Martin, no Chandless, é irmão do Alberto Nunes por parte de pai, Delfino Nunes. A mãe era Ashaninka. Tem um salário de aposentadoria.
- A mãe é de Aquidauana, no Mato Grosso, e veio com Nelson Taveira quando ele abriu a fazenda, para trabalhar como cozinheira. Casou com Gabriel e depois se separou e hoje mora em Rio Branco.
- São dois adultos para 4 filhos menores; a aposentadoria do pai ajuda a família. E a principal renda vem da fabricação de barcos.
- A área já estava aberta antes deles se instalarem aqui porque a imagem é de maio de 2006 e eles chegaram em novembro do mesmo ano.

## COLOCAÇÃO DOIS IRMÃOS

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Francisco Nunes Saldanha	Chefe	M	42	1º ano	Rio Chandless
Raimunda Moreira Silva	Esposa	F	55	1º ano	Rio Purus, AM
Francisco Nunes Filho	Filho	M	19	3º ano	Rio Branco
Camila Nunes Moreira Saldanha	Filha	F	09	3º ano	Rio Branco
Hector Moreira Saldanha Jaminawa	Filho	M	21	5ª série	Aldeia S.Paulino SM
Jocineide Carmo da Silva	Nora	F	26	6ª série	Rio Iaco
Emily da Silva Nunes	Neta	F	05	Nenhuma	Sena Madureira
João Welinton da Silva Nunes	Neto	M	01	Nenhuma	Sena Madureira



Foto 16 – Família de Francisco Saldanha



Foto 17 – Raimunda Moreira Silva



Foto 18 – Hector Moreira Saldanha



Foto 19 – Jocineide da Silva, Eliane Chaves, Raimunda Silva e filhos

Pop. Total e PEA

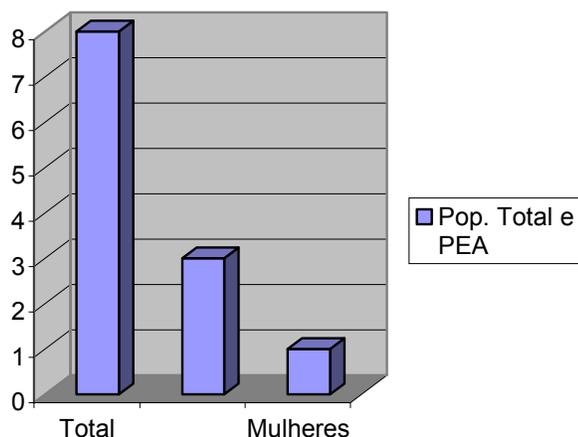


Figura 22 – População Total e PEA da Colocação Dois Irmãos.

### ECONOMIA FRANCISCO

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, 8 mil pés de roça, farinha, feijão, inhame, jerimum, amendoim, cana de açúcar, caça, pesca, frutíferas (banana, mamão, limão, manga, melancia, mamão)	100 galinhas 1 porco	Aposentadoria	415,00 mês
		Total	4.980,00 ano
		Benfeitorias: casa, fogão, motosserra, casa de farinha, placa solar.	
Área desmatada: 1,16 hectares. Colocação aberta em 2005.			
OBS. Não tem barco nem motor, não pode vender produção.			

### ECONOMIA HECTOR

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
		barcos	4 = 1.100,00
		diárias	150,00
		Total	1.250,00 ano
Benfeitorias: casa, barco, fogão, 3 canoas, motor está quebrado.			
Área desmatada: sem informação. Vieram em 2005.			
OBS. Define-se como carpinteiro; vende 3 a 4 canoas por mês em Manuel Urbano ou Sena Madureira.			

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS FAMÍLIAS:**

- Francisco é sobrinho do Alberto Nunes e descendente de Jaminawa. O pai dele saiu quando os paulistas compraram o Chandless e expulsaram as famílias.
- Voltaram em 2005 porque têm parentes no Chandless e onde estavam não dava para plantar, na Aldeia São Paulino, em Sena Madureira.
- Abriram a colocação e trabalham juntos na agricultura e na criação. Raimunda é aposentada e o dinheiro ajuda na compra de bens industrializados. São 5 adultos e 3 menores.
- Vendem feijão e farinha para comprar combustível. A casa é de madeira serrada coberta de palha, tem cama e prateleira com roupas, fogão a gás.

## COLOCAÇÃO SÃO PEDRO

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Pedro Marques de Souza	Chefe	M	41	3º ano	Rio Chandless
Sávio Almeida Souza	Filho	M	11	2º ano	Rio Chandless
Saulo Almeida Souza	Filho	M	12	2º ano	Rio Chandless



Foto 20 – Pedro Marques de Souza



Foto 21 – Família de Pedro Marques de Souza

Pop. Total e PEA

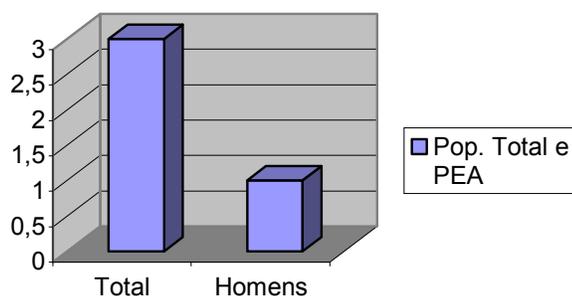


Figura 23 – População Total e PEA da Colocação São Pedro.

## ECONOMIA

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, roça, farinha, feijão, caça, pesca, frutíferas (banana)	7 cabeças de gado 5 porcos	canoa	1 = 400,00
		feijão	50 kg x 1,00 = 50,00
		Total	450,00 ano
Benfeitorias: casa, 2 canoas, motor quebrado, pasto.			
Área desmatada: sem informação. Colocação aberta em 2006.			

### CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA:

- Nasceu no Reentregue, filho de Alberto com Creuza. Separou da mulher e mudou para a colocação com dois filhos. Em 1980 saíram do Reentregue e vieram para a Vila Papaial.
- Moram na colocação um adulto e dois dependentes.

## COLOCAÇÃO DO MANOEL

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Manoel Ramiro Basque	Chefe	M	27	1º grau	Peru
Antonia Marques Souza	Esposa	F	35	Nenhuma	Rio Chandless
Daniela Souza Nunes	Filha (dela)	F	14	1º ano	Rio Chandless
Francisco Souza Basque	Filho	M	12	1º ano	Rio Chandless
Rosilene Souza Basque	Filha	F	11	1º ano	Rio Chandless
Elisandro Souza Basque	Filho	M	06	Nenhuma	Rio Chandless
Lucilene Souza Basque	Filha	F	05	Nenhuma	Rio Chandless
Luciana Souza Basque	Filha	F	04	Nenhuma	Rio Chandless
Anderson Souza Basque	Filho	M	03	Nenhuma	Rio Chandless
Lucineide Souza Basque	Filha	F	01	Nenhuma	Rio Chandless

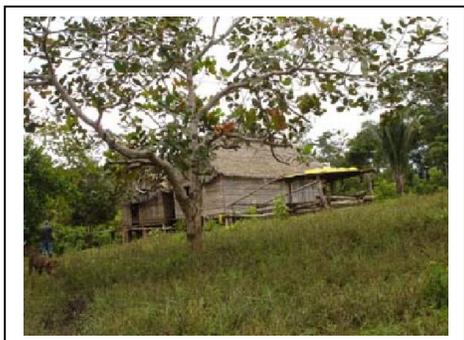


Foto 22 – Colocação do Manoel



Foto 23 – Família de Manoel Ramiro Basque

Pop. Total e PEA

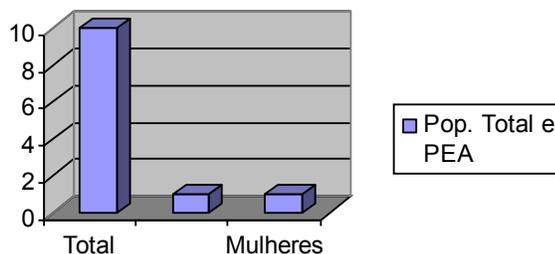


Figura 24 – População Total e PEA da Colocação do Manoel.

## ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, feijão, roça, farinha, , caça, pesca, frutíferas (laranja, limão, lima, caju, ingá, abacate).	1 cabeça de gado 4 ovelhas 4 galinhas	Feijão	5 sacos
		Canoa	3 = 1700,00 ano
		Total	1.700.00 ano
Benfeitorias: casa precária, canoa sem motor. O pasto é do pai dela, Alberto.			
Área desmatada: sem informação. Abriram a colocação em 1994.			

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA:**

- Antônia é filha de Alberto e Creuza e nasceu no Reentregue. Manoel é peruano e veio direto do Peru para o Chandless; veio para cá porque o pai morou dez anos dentro do Chandless. O pai mora em Sena Madureira.
- Trabalha como marceneiro, fez a casa e faz canoa para vender. Toda a produção agrícola é para subsistência.
- São dois adultos para 8 dependentes.

## COLOCAÇÃO DO ADELSON

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Adelson Nunes Marques	Chefe	M	37	Nenhuma	Rio Chandless
Ivanilda Santos Ramirez	Esposa	F	25	Nenhuma	Peru
Francisco Ramirez Marques	Filho	M	06	Nenhuma	Rio Chandless
Francilene Ramirez Marques	Filha	F	05	Nenhuma	Rio Chandless
Cleidiane Ramirez Marques	Filha	F	02	Nenhuma	Rio Chandless
Alberto Nunes Pacaia	Pai	M	76	2º grau	Rio Chandless



Foto 24 – Vila Papaial



Foto 25 – Família de Adelson e Alberto Nunes

Pop. Total e PEA

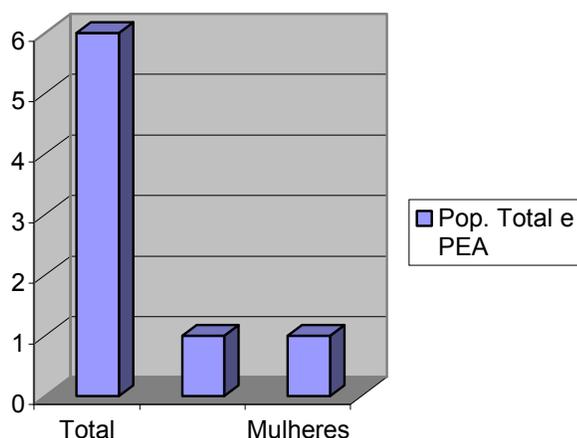
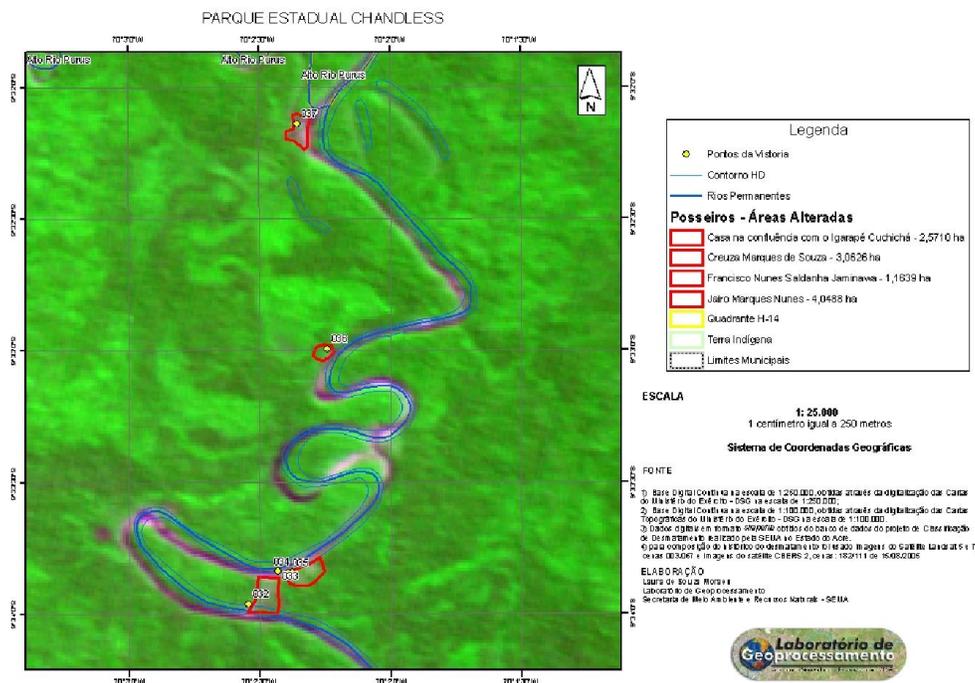


Figura 25 – População Total e PEA da Colocação do Adelson.

### ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, feijão, roça, farinha, caça, pesca, frutíferas (caju, limão, laranja).	29 cabeças de gado do Alberto Pacaia. Galinha.	Aposentadoria	415,00 mês
		Total	4.980,00 ano
Benfeitorias: casa, canoa sem motor.			
Área desmatada: 3,06 hectares onde está a Vila Papaial (identificada na Tabela 11 como Creuza Marques). A colocação foi aberta em 1984.			



**Figura 26 – Desmatamento na Vila Papaial, a Segunda de Baixo para Cima, na Imagem, em 2006.**  
Fonte: GEA 2006.

#### **CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA:**

- Adelson nasceu em San Martin, filho de Alberto e Creuza. É casado com uma peruana de Puerto Esperanza.
- São dois adultos para três dependentes.
- Vende um pouco de feijão, só para adquirir mercadorias. Faz farinha no Jerônimo.
- Alberto Nunes mora com eles e tem um salário mínimo de aposentadoria que ajuda na casa.
- A área onde está a casa é a mais aberta e onde está sendo construída uma escola. É como a vila principal do rio Chandless.

## COLOCAÇÃO DA CREUZA

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Creuza Marques Souza	Chefe	F	72	Nenhuma	Peru
Julia Marques	Filha	F	30	Nenhuma	Rio Chandless
Fabiana Marques	Neta	F	17	Nenhuma	Rio Chandless
Janete Marques	Neta	F	14	Nenhuma	Rio Chandless
Eliane Marques	Neta	F	08	Nenhuma	Rio Chandless
Jaime Marques Nunes	Neto	M	17	Nenhuma	Rio Chandless
Rosilendo Marques	Neto	M	11	Nenhuma	Rio Chandless



Foto 26 – Colocação da Creuza



Foto 27 – Família da Creuza Marques Souza

Pop.Total e PEA

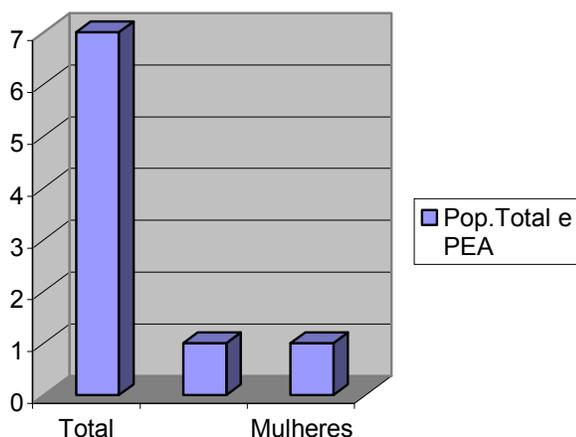


Figura 27 – População Total e PEA da Colocação da Creuza.

## ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Milho, feijão, roça, frutíferas (limão, caju, graviola, laranja).	3 cabeças de gado galinha, porco, pato.	Aposentada	415,00 mês
		Total	4.980,00 ano
Benfeitorias: casa			
Área desmatada: 3,06 hectares, parte da Vila Papaial.			
OBS. Não existem fontes de renda própria além da aposentadoria. Filhos cuidam da Creuza; Jaime, filho do Jairo e neto dela, mora na casa e ajuda. Outra filha, Julia, não foi entrevistada, mas deve ajudar no orçamento da casa.			

## COLOCAÇÃO DO JAIRO

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Jairo Marques Nunes	Chefe	M	37	Nenhuma	Rio Chandless
Nazaré Cardina Segar	Esposa	F	33	Nenhuma	Rio Purus
Liliane Cardina Nunes	Filha	F	18	2º ano	Rio Purus
Jaíla Cardina Nunes	Filha	F	15	1º ano	Rio Purus
Jaísa Cardina Nunes	Filha	F	12	1º ano	Rio Purus
Jaicélia Cardina Nunes	Filha	F	09	1º ano	Rio Chandless
Allison Cardina Nunes	Filho	M	08	1º ano	Rio Chandless
Jaisson Cardina Nunes	Filho	M	07	Nenhuma	Rio Chandless
João Paulo Cardina Nunes	Filho	M	03	Nenhuma	Rio Chandless
Francisca Cardina Nunes	Neta	F	04	Nenhuma	Rio Chandless
Gildo Cardina Nunes	Neto	M	01	Nenhuma	Rio Chandless
Paula Cardina Nunes	Filha	F	01	Nenhuma	Rio Chandless



Foto 28 – Colocação do Jairo



Foto 29 – Família do Jairo Marques Nunes

Pop. Total e PEA

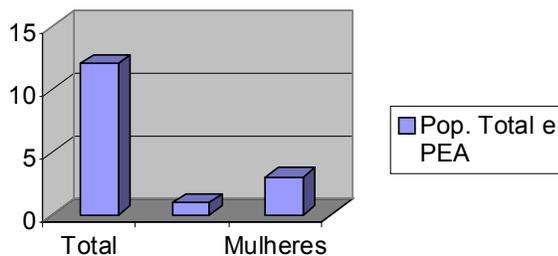
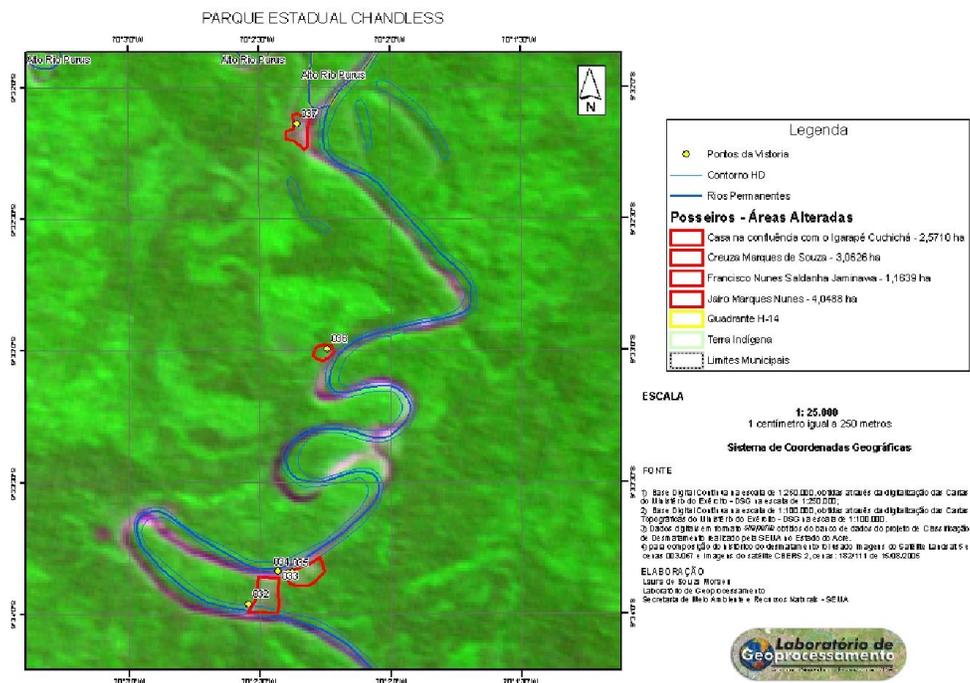


Figura 28 – População Total e PEA da Colocação do Jairo.



**Figura 29 - Desmatamento na Colocação do Jairo, a Primeira de Baixo para Cima, na Imagem, em 2006.**  
 Fonte: GEA 2006.

**ECONOMIA:**

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, feijão, roça, farinha, pesca, caça, frutíferas (coco, banana, lima, goiaba, palóidia).	5 porcos 20 galinhas	canoa	800,00 ano
		carvão	2,50 a lata
		Total	800,00 ano
Benfeitorias: casa boa, dois quartos, não tem barco nem motor, casa de farinha. Tem pasto para 10 cabeças de gado do Alberto Nunes.			
Área desmatada: 4,04 – parte da Vila Papaial. Colocação aberta em 1984.			

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA**

- Ele e três irmãos abriram a área da Vila Papaial quando decidiram sair de San Martin, em 1984. Ele mora no mesmo lugar desde então. Alberto morava com eles até pouco tempo atrás, ele fica um pouco com cada filho.
- São três adultos, duas mulheres e um homem, para sustentar oito menores.
- A renda é obtida da venda de canoa, farinha, um porco, galinha, quando precisa. A economia é toda para subsistência.

## COLOCAÇÃO SÃO JOÃO

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Jerônimo Marques Lustralnaldi	Chefe	M	52	Nenhuma	Santa Rosa
Maria de Fátima Leite Pacaia	Esposa	F	44	Nenhuma	Rio Chandless
Silvana Pacaia Lustralnaldi	Filha	F	15	2º ano	Rio Chandless
Joelma Pacaia Lustralnaldi	Filha	F	14	2º ano	Rio Chandless
Sandro Pacaia Lustralnaldi	Filho	M	11	2º ano	Rio Chandless
Denilson Pacaia Lustralnaldi	Filho	M	07	Nenhuma	Rio Chandless
Janicleide Pacaia Lustralnaldi	Filha	F	05	Nenhuma	Rio Chandless
Dacilene Pacaia Lustralnaldi	Filha	F	03	Nenhuma	Rio Chandless

Fotos 30,31



Foto 30 – Colocação São João



Foto 31 – Família de Jerônimo Lustralnaldi

Pop.Total e PEA

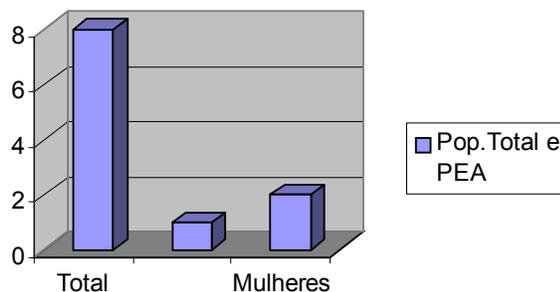
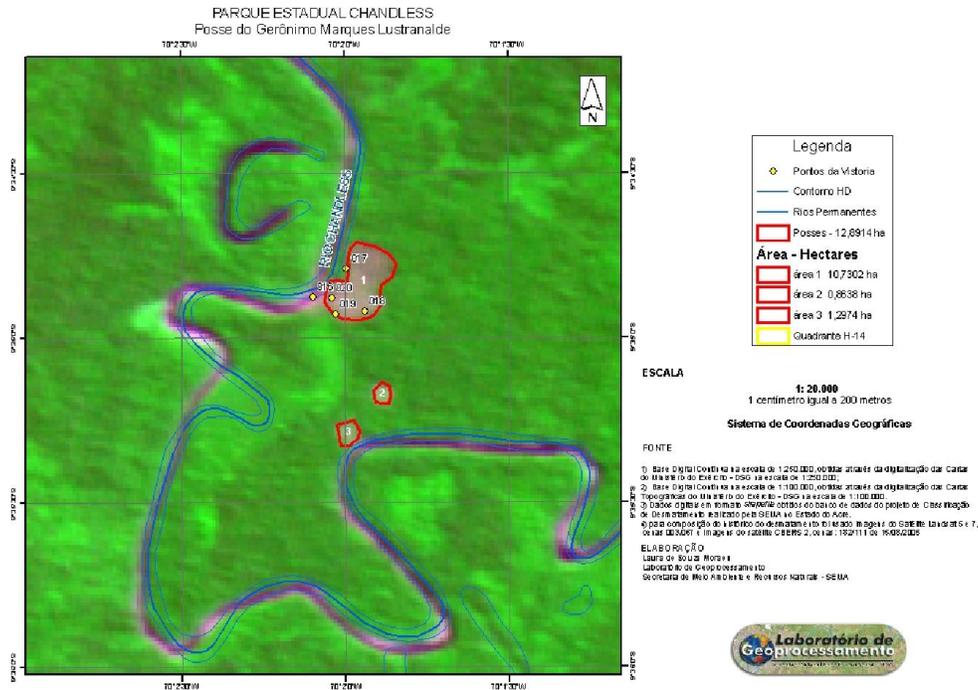


Figura 30 – População Total e PEA da Colocação São João

### ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, feijão, milho, roça, farinha, amendoim, frutíferas (banana, goiaba, lima, laranja, coité, banana, mamão).	60 cabeças de gado 50 galinhas 28 porcos 10 patos	feijão	300 kg x 2,75 = 825,00
		gado	6 = 2.400,00
		porco	
		Total	3.225 anual
Benfeitorias: casa grande, paiol, galinheiro, 8 hectares de pasto, 4 barcos, 1 motor, fogão a gás, motosserra, máquina costura.			
Área desmatada: 12,89 hectares. Colocação aberta em 1982.			



**Figura 31 - Desmatamento na Colocação São João, em 2006.**  
Fonte: GEA 2006.

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA:**

- Morou em San Martin e no Purus na época dos paulistas e em 1982 se estabeleceu na colocação São João e ali ficou desde então.
- Jerônimo é analfabeto, tem liderança reconhecida na comunidade e é muito empreendedor. Sua colocação é a mais rica do Chandless.
- Pratica o Daime, é o único que tem essa religião; faz curas nas pessoas.
- Tem quatro filhas que não moram mais com eles.
- São três adultos para 5 dependentes.

## COLOCAÇÃO SARAGOSA

Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
José Nunes Pacaia	M	71	3º ano	Rio Purus



Foto 32 – Colocação de José Nunes Pacaia

### ECONOMIA:

Subsistência	Mercado	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Roça, banana, pesca.	canao	Aposentado	415,00 mês
		Total	4,980,00 ano
Benfeitorias: casa, barco, motor.			
Área desmatada: 1,03 hectare. Colocação aberta em 1982.			
Vive sozinho, não casou e não tem filhos. Mora alguém tempo com Jerônimo.			

## COLÔNIA REENTREGUE

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Milton Leite	Chefe	M	67	Nenhuma	Santa Rosa
Maria Marta Nunes	Esposa	F	65	Nenhuma	Manuel Urbano
Hilton Nunes Peres	Neto	M	05	Nenhuma	Rio Purus



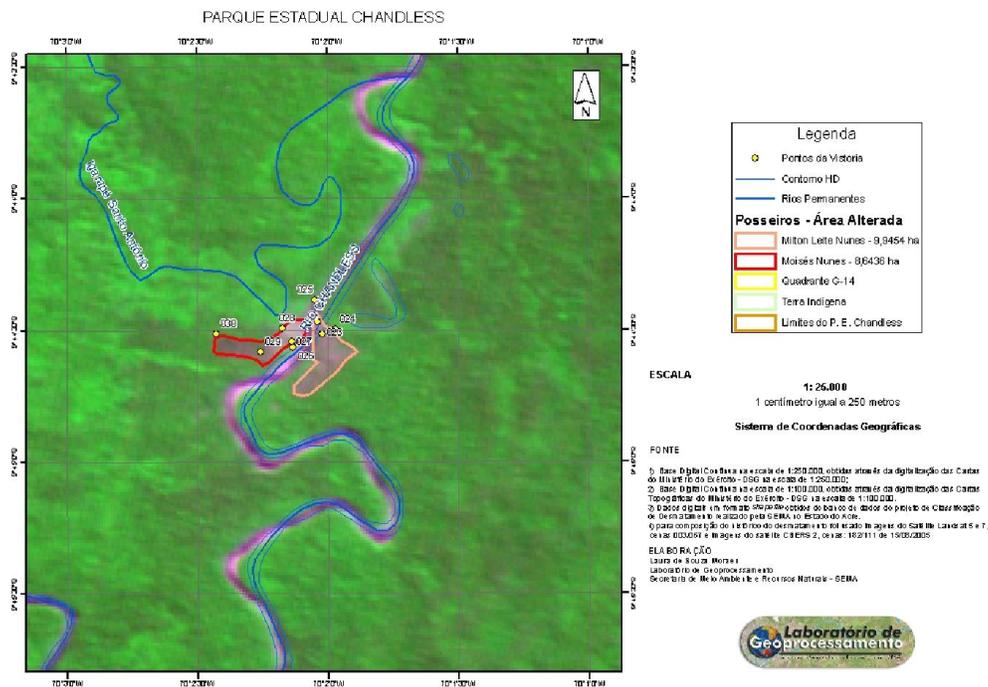
Foto 33 – Colônia Reentregue



Foto 34 – Família de Milton Leite

### ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, milho, roça, farinha, feijão, amendoim, caça, pesca, frutíferas (melancia).	60 cabeças de gado, 20 porcos, 20 galinhas, 20 patos.	arroz	300 kg x 2,35 = 705,00
		aposentado	415,00 mês = 4.980,00
		Total	5.685,00 ano
Benfeitorias: casa grande, 1 barco, 2 motores, pista de 500 metros, uma colônia na boca do Chandless.			
Área desmatada: 9,94 hectares. Colocação aberta em 1958.			



**Figura 32 - Desmatamento na Colônia Reentregue, Lado Esquerdo da Imagem, em 2006.**

Fonte: GEA 2006.

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAMÍLIA:**

- Veio para o Reentregue com 18 anos, há 50 anos mora no mesmo lugar. Trabalhou com Nelson Taveira e com Roberto Junqueira, com carteira assinada, por 25 anos.
- É casado com Maria Marta, irmão de Alberto Nunes, filha de Delfin Nunes.
- Comprou uma colônia na boca do Chandless, por R\$4.500,00, há dois anos para poder expandir a criação de gado depois que o Parque foi criado.
- Tem grande conhecimento da história do rio Chandless pelo fato de ter ficado sempre morando no mesmo lugar – o Reentregue, ocupado desde o começo do século passado.

## COLOCAÇÃO CARAPANÃ

Nome	Posição	Sexo	Idade	Escolaridade	Local de Nascimento
Moisés Nunes Pacaia	Chefe	M	30	Nenhuma	Rio Chandless
Adélia Senjes Peres	Esposa	F	25	1º ano	Rio Chandless
Nilson Peres Pacaia	Filho	M	03	Nenhuma	Rio Chandless
Gilson Peres Pacaia	Filho	M	01	Nenhuma	Rio Chandless



Foto 35 – Colocação Carapanã



Foto 36 – Família de Moisés Nunes Pacaia e Milton Leite

Pop. Total e PEA

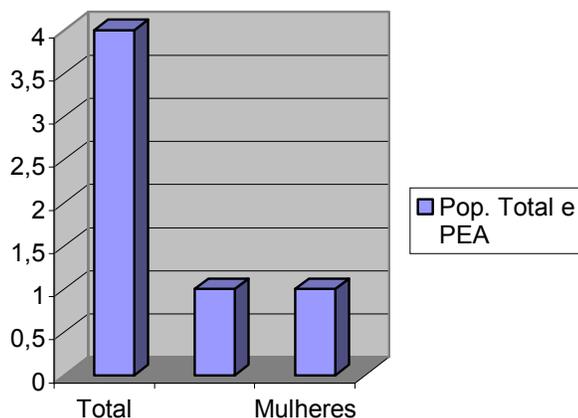
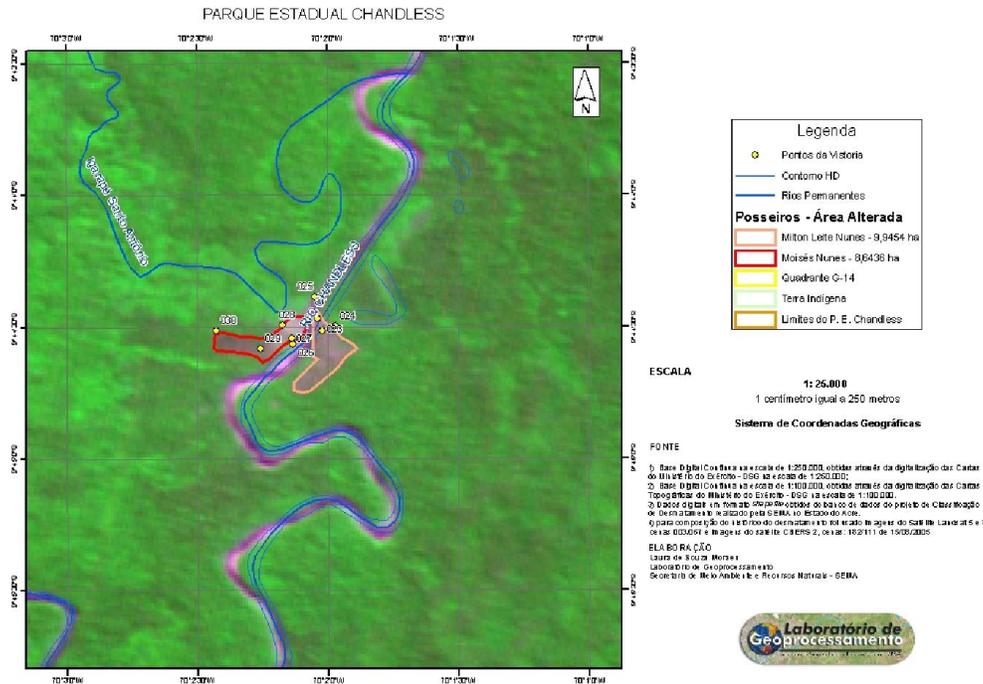


Figura 33 – População Total e PEA da Colocação Carapanã

### ECONOMIA:

Subsistência	Criação	Renda monetária 2007	
		Item	Valor
Arroz, feijão, milho, amendoim, caça, pesca, frutíferas (goiaba, graviola, limão).	Porcos galinha	casco	500,00
		Total	500,00 ano
Profissão: agricultor e carpinteiro, faz barcos para vender.			
Benfeitorias: casa, canoa. Tem uma grande área de pastagem aberta por Roberto Junqueira na década de 1970.			
Área desmatada: 8,6 hectares.			
OBS. Não foi possível entrevistar a família em decorrência da dificuldade de acesso.			



**Figura 34 - Desmatamento na Colocação Carapanã, Lado Direito da Imagem, em 2006.**  
Fonte: GEA 2006.

#### 4.4. Desmatamento no PE Chandless

Levantamentos realizados em 2004 (ver Mapa 2) apontaram um total de 305 hectares desmatados, ou seja, 0,04% da área total do Parque Estadual Chandless no ano da sua criação.

Os dados levantados em 2006, pela equipe de fiscalização do IMAC (GEA 2006) apontaram um total de 144, 67 hectares desmatamentos, ou seja, área ainda menor que o cálculo anterior, representando apenas 0,02% do total (Tabela 11).

O primeiro grupo, com os maiores desmatamentos, é formado por 5 áreas. As duas maiores áreas abertas são as das duas fazendas implantadas na década de 1970: Jussara e Reentregue; a Fazenda Jussara tem 88,77 ha de pasto implantado. A Colônia Reentregue tem 9,94 ha de área aberta do lado direito do rio e mais 8,64 ha do lado esquerdo, hoje Colocação Carapanã, totalizando 18,58 ha abertos. Em terceiro lugar vem a Colocação São João, com 12,89 ha abertos para pastagem pelo seu morador; e em quarto lugar está a Colocação Nova Jerusalém com 5 hectares abertos. Mesmo sendo as maiores áreas abertas, totalizam 125,27 hectares e representam 86,6% do total desmatado.

O segundo grupo é formado pelos desmatamentos médios que totalizam 12,20 ha e representam 8,43% do total desmatado. Por último, os pequenos desmatamentos somam 7,2 ha e representam 4,9% do total desmatado.

**Tabela 11 - Quantitativos de Antropização no PE Chandless, em Maio de 2006**

<b>Localidade</b>	<b>Área desmatada (ha)</b>	<b>% do total</b>
<b>GRANDES</b>	<b>125,27</b>	<b>86,59</b>
Fazenda abandonada	88,77	61,36
Gerônimo Márquez Lustranalde	12,89	8,91
Milton Leite	9,94	6,87
Moisés Nunes	8,64	5,97
Antônio Gonçalves Lumbato	5,01	3,47
<b>MÉDIOS</b>	<b>12,20</b>	<b>8,43</b>
Jairo Márquez Nunes	4,04	2,8
Creuza Marques de Souza	3,06	2,11
Casa na confluência c/ o lg. Cuchichá	2,57	1,78
Olegário Carvalho Peres	2,52	1,74
<b>PEQUENOS</b>	<b>7,20</b>	<b>4,98</b>
Mizael Nunes Saldanha	1,79	1,24
Daniel Leite Nunes	1,72	1,19
Isaac e Tomás Nunes Saldanha	1,48	1,03
Francisco Nunes Saldanha Jaminawa	1,16	0,8
José Nunes Pacaia	1,03	0,72
<b>TOTAL</b>	<b>144,67</b>	<b>100</b>

Fonte: GEA 2006.



#### 4.5. Observações Finais

Os dados apresentados neste capítulo permitem algumas conclusões a respeito das características econômicas e sociais das 87 pessoas e 16 famílias que habitam as 13 localidades que compõem o universo dos moradores entrevistados do Parque Estadual Chandless:

**1. Auto-suficiência.** A economia das famílias do rio Chandless caracteriza-se pela auto-suficiência. A produção é voltada principalmente para subsistência e o nível de dependência de produtos não produzidos pelos moradores, ou seja, industrializados, é reduzido ao essencial: combustível, açúcar, sal, azeite e café. Para obtenção de renda monetária e aquisição destas mercadorias, vendem produtos agrícolas e pequenas canoas de fabricação própria, sempre na medida do necessário para adquirir os bens não produzidos localmente.

**2. Agricultura.** A economia é agroextrativista, com predominância da agricultura, restringindo-se o extrativismo à pesca. Não existem produtos extrativistas florestais sendo comercializados; são os produtos agrícolas que são vendidos para obtenção de renda monetária. São famílias de agricultores, com produção diversificada, abundante: arroz, feijão, milho, roça, amendoim, farinha, frutíferas variadas. A criação de animais domésticos, especialmente porco e galinha, é bastante difundida havendo mais de 300 galinhas e mais de 80 porcos contabilizados.

**3. Criação de gado.** Existem 160 cabeças de gado, sendo o maior plantel concentrado em três famílias: Milton Leite, Gerônimo Lustralnaldi e Alberto Nunes Pacaia. As regras definidas após a criação do Parque no sentido de não expansão da criação de gado levou Milton Leite a comprar uma colônia na boca do rio Chandless para poder expandir a pecuária. Todos os moradores têm interesse em possuir cabeças de gado, seja leiteiro seja como reserva de valor ou como alimentação.

**4. Produtos da floresta.** As famílias que moram no Chandless não podem ser qualificadas de extrativistas no sentido convencional conhecido na Amazônia. Pelo fato de não existir borracha nem castanha, os principais produtos da floresta com preço no mercado, torna a sobrevivência pouco dependente da floresta e dos recursos extrativistas em geral. Não se trata, portanto, de uma comunidade tradicional com alto nível de dependência dos recursos naturais. Os moradores não utilizam comercialmente nenhum produto não-madeireiro. Em todas as colocações foi feita a mesma pergunta: 'se explora algum produto da mata' e a resposta foi 'não', em todos os casos. A exceção é a retirada de madeira para fabricação de canoas e o uso doméstico de plantas com fins medicinais.

**5. Fabricação artesanal de canoas.** Muitos moradores são artesãos e fabricam pequenos barcos para venda em Manuel Urbano ou Sena Madureira, sendo essa uma importante fonte de renda monetária para a comunidade.

**6. Pesca.** A pesca era uma atividade comercial importante para algumas famílias, mas foi proibida com a criação do Parque.

**7. Mercado.** Os produtos agrícolas comercializados são, por ordem de importância: feijão, arroz e farinha. Vendem em Manuel Urbano ou para Olegário Peres em pagamento pela aquisição de bens industrializados que ele compra com aposentadoria em Manuel Urbano.

**8. Aposentadorias.** Nas 16 famílias entrevistadas, 8 pessoas são aposentadas, sendo essa uma importante fonte de renda monetária. Geralmente os idosos contribuem com a subsistência das famílias de seus filhos e netos.

**9. Serviços ao Parque.** Entre 3 e 4 moradores têm prestado serviços ao Parque e essa renda monetária tem grande importância na economia familiar.

**10. Alimentação diversificada.** Quase todas as famílias têm um volume importante de produção agrícola, complementada por caça, pesca, criação de animais domésticos e frutíferas. O resultado é que a alimentação é farta, saudável e as pessoas são muito saudáveis.

**11. Governo.** Com exceção das aposentadorias, não existe auxílio de governo de nenhum tipo. Não existe bolsa-família porque não tem escola.

**12. Comunidade.** Os moradores do Chandless formam uma comunidade quando são vistos do ângulo de quem se relaciona com eles como um grupo social que habita um mesmo espaço físico. Internamente, porém, constituem famílias extensas, com laços de parentesco entre si, mas sem uma identidade coletiva construída. Não existe nenhuma instituição representativa nem a preocupação em criá-la.

Em síntese, do ponto de vista do Plano de Manejo é preciso considerar que a economia familiar no rio Chandless é dinâmica, as famílias são empreendedoras, querem crescer e têm necessidade de expandir a produção, desejam melhorar de vida, querem que os filhos estudem e se ressentem dos limites impostos pela criação do Parque. Essas características podem entrar em choque com as regras de gestão a serem definidas para uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

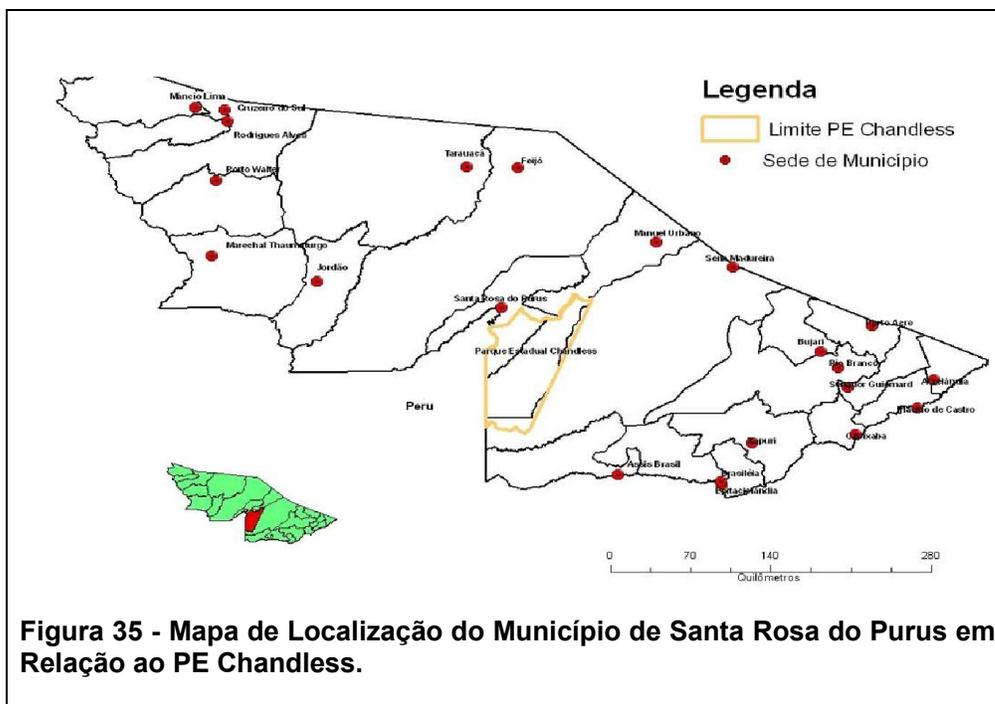
## **5. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE SANTA ROSA DO PURUS**

O Parque Estadual Chandless ocupa 24% das terras do município de Santa Rosa do Purus, 67% de Manuel Urbano e 9% de Sena Madureira. Limita-se ao norte com o Projeto de Assentamento Santa Rosa, do INCRA e a Terra Indígena (TI) Alto Purus; ao sul, com o seringal Santa Helena e a TI Mamoodate; a oeste, está separado por aproximadamente 114 km de faixa de fronteira com a República do Peru e a leste, com parte da Reserva Extrativista Cazumbá e da Floresta Nacional do Macaúã.

Este item faz uma análise da dinâmica sócio-econômica do município de Santa Rosa do Purus pelo fato de se localizar na área de influência direta do PE Chandless, especialmente no que se refere ao Projeto de Assentamento (PA) Santa Rosa: a ponta do eixo do desmatamento do PA está a pouco menos de 3 km do limite da área do Parque na porção sul. A expansão demográfica e econômica do município e, especificamente, do assentamento, poderá exercer pressão sobre os limites do Parque; por outro lado, a proximidade também poderá gerar interesse em monitorar e proteger a unidade de conservação se as instituições locais forem envolvidas.

### **5.1. Histórico do Município**

O município de Santa Rosa do Purus está localizado na região central do Estado do Acre, tem como limites os municípios de Feijó a oeste, Manuel Urbano ao norte e leste e ao sul faz fronteira com o território peruano (Fig. 35). Está na margem direita do rio Purus cujas nascentes encontram-se também no Peru. Como pode ser observado no mapa, trata-se do aglomerado urbano mais próximo ao Parque Estadual Chandless.



O município foi fundado em 28 de abril de 1992 pela Lei nº 1.028, com o objetivo de proteger a fronteira internacional do Acre com o Peru, em uma área que estava desabitada e sem fiscalização e que já foi objeto de conflitos no passado, conforme detalhado no capítulo 3.

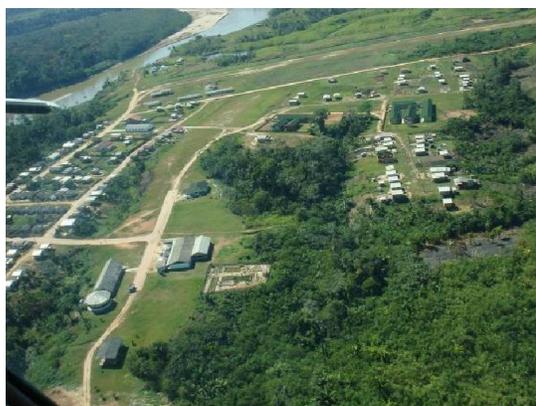


Foto 37 - Vista Aérea de Santa Rosa do Purus



Foto 38 - Sede da Prefeitura Municipal da Cidade



Foto 39 - Vista Geral do Município



Foto 40 - Monumento de Fundação da Cidade

A iniciativa de criar o município surgiu na gestão do ex-governador Nabor Teles da Rocha Junior (1983-1986), diante da necessidade de defender as terras do Estado na região porque havia trânsito livre de peruanos no território brasileiro. Foi uma demanda da população indígena que morava na área totalmente sem assistência, conforme relata Francisco Lopes da Silva, o Pancho Kaxinawá:

"Em 1992, a cólera tava chegando ao Peru. Fiquei com medo, porque cólera ninguém sabia curar. Morreu muita gente lá em Esperanza, no Peru. Então, fui prá Rio Branco. Nesse tempo, o governador era Edmundo Pinto. Foi eu, o Mário, o Edivaldo e o Nicolau. Fomos pedir ao governador prá Santa Rosa passar a município. Ele perguntou: 'quem vai prá lá?' Eu respondi: 'Quem vai não, os índios já moram lá. Precisa município prá ter assistência de saúde decente e prá vigiar a fronteira. Nossa fronteira não tem nenhuma segurança'. Depois, nós mesmos fomos a Santa Rosa, reunimos e votamos no plebiscito prá criar o município. Lá era tudo mato, mas nós vencemos! Hoje em dia temos vereadores e vice-prefeito Kaxinawá (Aquino e Iglésias 2006b:23).

Porém a iniciativa não foi concretizada, sendo cogitada novamente na gestão da ex-governadora Iolanda Lima Fleming (1986-1987), que encaminhou materiais para o início da construção dos prédios dos órgãos dos poderes Executivo e Legislativo (Prefeitura e Câmara de Vereadores) e para a construção de casas para a população. Mas por falta de assistência do governo, as pessoas que lá se encontravam para dar início à construção da cidade começaram a abandonar o local. Somente com a gestão do ex-governador Edmundo Pinto de Almeida Neto (1990-1992), a área foi transformada em município, juntamente com outras 7 localidades no Estado, por meio de plebiscito.

Para a realização do plebiscito, em 1992, as autoridades reuniram ribeirinhos ao longo do rio Purus e seus afluentes, além de pessoas interessadas dos municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano, levados em cerca de 3 batelões para fundar a cidade de Santa Rosa do Purus. Os novos moradores tiveram seus títulos eleitorais transferidos para o município recém-criado para participar de uma eleição para os poderes executivo e legislativo. Apurados os votos estava dado o passo inicial de construção do município. Como não havia infra-estrutura na área, foi construído um paiol numa colônia próxima de onde hoje está a sede do município, para que fossem instaladas as urnas de votação. Ao final do processo a população constituída de apenas 119 habitantes, elegeu seus representantes. Porém como a cidade não apresentava condições de abrigar os novos cidadãos, todos tiveram que retornar aos seus lugares de origem. O prefeito e o vice, bem como os vereadores, tiveram que ser diplomados no município de Manuel Urbano.

No ano seguinte às eleições, houve uma movimentação para a ocupação da área; no entanto, relatam os primeiros moradores, havia apenas poucas casas, cobertas de palha, abandonadas, quase destruídas pelo tempo, e completamente cobertas de mato.

A partir daí os políticos eleitos começaram a providenciar a construção de infra-estrutura e urbanização da cidade. Foram construídos os prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, com materiais vindos em balsas de Manuel Urbano, já que o único meio de se chegar ao município era pelo rio. A sede da prefeitura, além de ser o centro do poder, também abrigava os primeiros moradores; em seguida foi construída a Câmara de Vereadores que também abrigava os moradores. Então foram construídas as primeiras casas para os moradores pioneiros, medindo 6x6m, divididas para duas famílias. Lentamente as ruas foram abertas pelos próprios moradores, com enxadas, terçados e carros de mão (Fotos 41 e 42).



**Foto 41 – Primeira Rua do Município**



**Foto 42 - Região de Concentração Indígena**

Não havia água encanada, meios de comunicação, sistema de saúde, educação, produção de alimentos e o comércio era realizado por batelões que já subiam e desciam o rio desde antes da fundação do município. O meio de transporte tanto de saída quanto de entrada de pessoas e o comércio de produtos no novo município era fluvial.

Com o passar dos anos, a cidade foi conquistando serviços básicos e passou a ter a seguinte infra-estrutura: escolas, posto de saúde, cartório, sistema de tratamento de água, sistema de distribuição de energia (através de motor a combustível), uma pequena pista de pouso para aviões monomotor e bimotor e pequenos comércios.

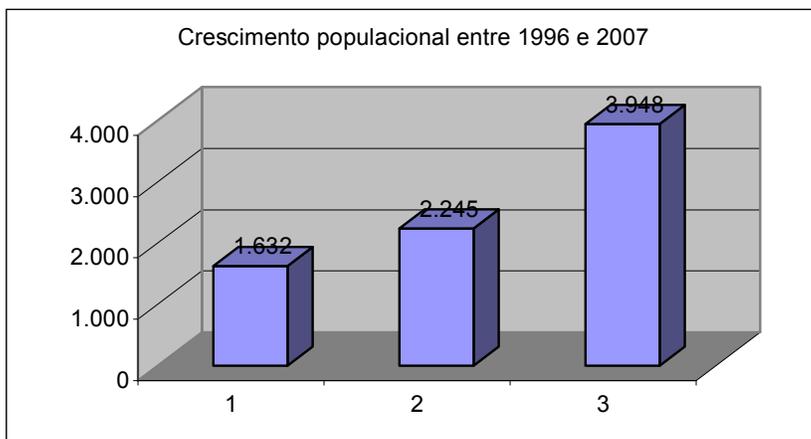
## 5.2. Perfil Demográfico

A primeira contagem populacional do município, realizada em 1996, registrou a existência de 1.663 pessoas; quatro anos depois, o Censo de 2000 apontou um crescimento de 37.5%, totalizando 2.246 pessoas e a nova contagem de 2007 apresentou um incremento ainda maior, de mais de 75%. A população atual do município é de 3.948 pessoas, como pode ser visualizado no quadro e na figura abaixo:

**Tabela 12 - Crescimento Populacional em Santa Rosa do Purus entre 1996 e 2007**

Pesquisa/Ano	Total Populacional	Tx crescimento
Contagem da População 1996	1.633	--
Censo 2000	2.245	37.5%
Contagem da População 2007	3.948	75.7%

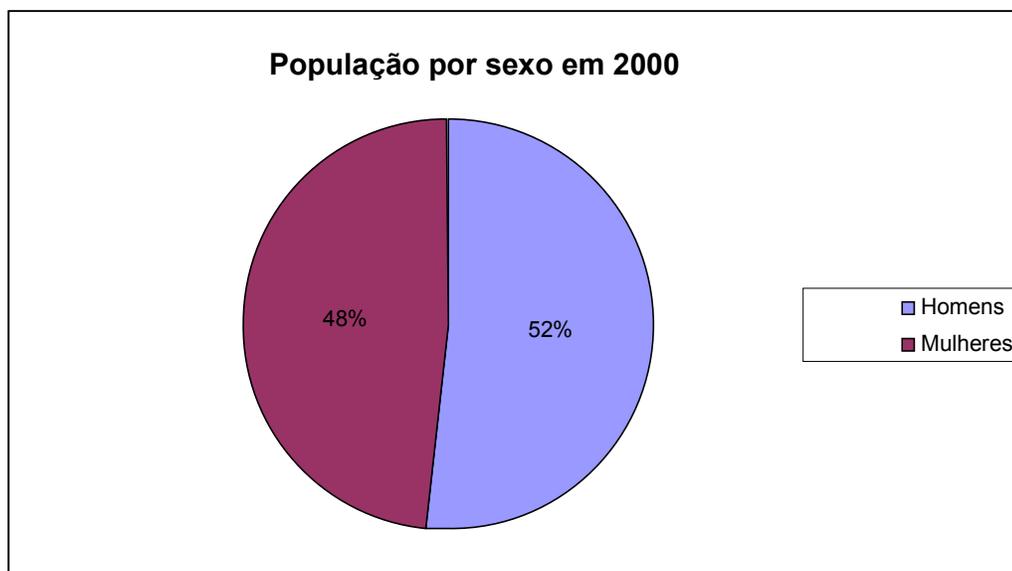
Fonte: IBGE



**Figura 36 - Crescimento Populacional em Santa Rosa do Purus entre 1996 e 2007**

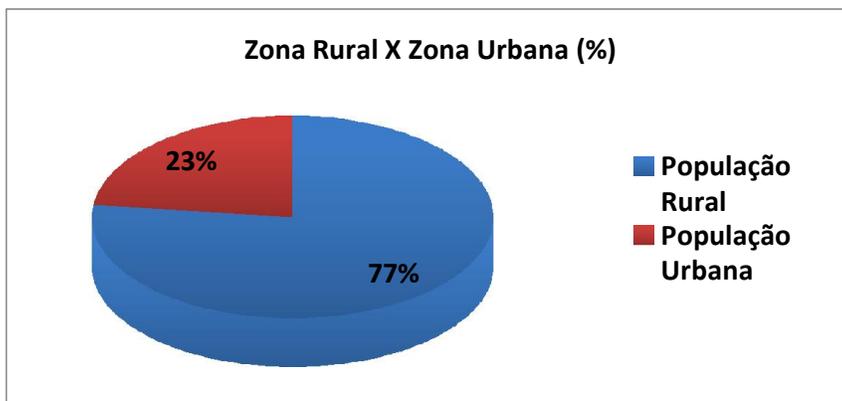
Fonte: IBGE

O Censo de 2000 apontou a existência de 1.162 homens e 1.083 mulheres no município, ou seja, existem mais homens (52% do total) do que mulheres (48% do total), como pode ser visualizado na Figura 37; a densidade demográfica ainda é bastante baixa, ficando próxima a 0,37%.



**Figura 37 - Distribuição da População de Santa Rosa do Purus por Sexo, em 2000**

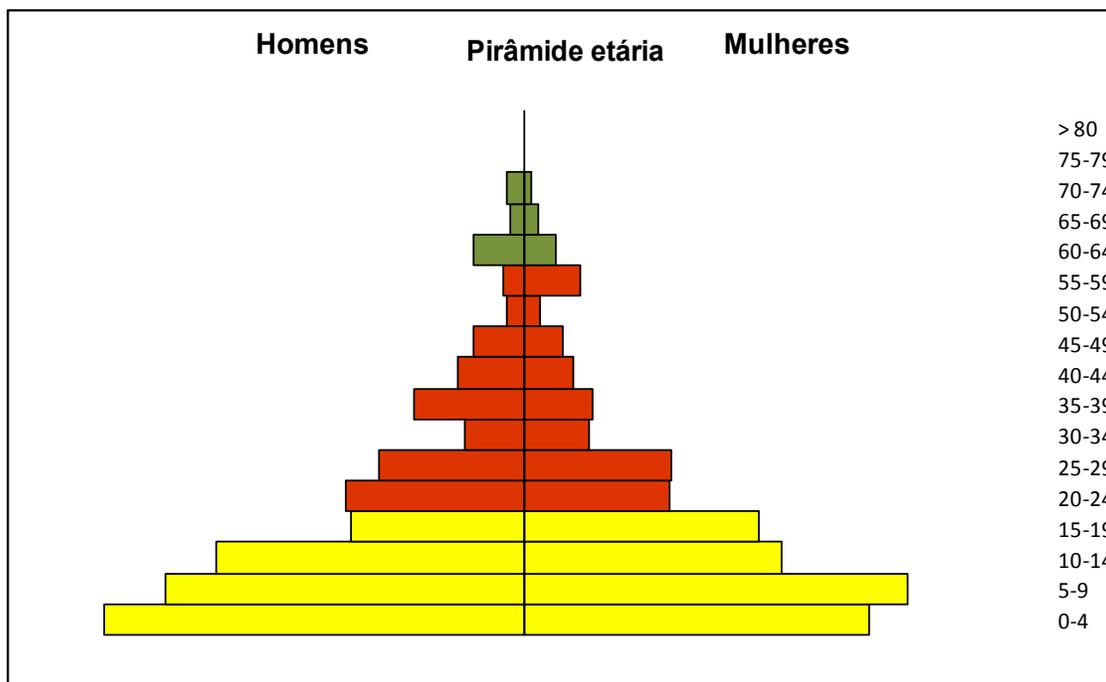
De acordo com o Censo de 2000, a população de Santa Rosa está concentrada na zona rural (1.728 pessoas, 77% do total), como se pode visualizar na Figura 38; isso se explica pelo fato do município ter sido criado há 15 anos e não apresentar oportunidades de trabalho na área urbana. Interessante observar que a população indígena do município está distribuída em diferentes etnias como Jaminawa, Kaxinawá, Kulina, em 27 aldeias, com uma população total de 2.139 pessoas, ou seja, 54% do total dos habitantes do município.



**Figura 38 - População Urbana e Rural em Santa Rosa do Purus, em 2000.**

Fonte: IBGE

A pirâmide etária do município (Figura 39) contribui para que se compreenda a dinâmica populacional atual e evidencia também o fato do município ser novo e ter sido criado pela migração de adultos 15 anos atrás. Tem uma base populacional jovem e o grau de dependência da população (idosos e crianças menores de 10 anos) é alto, aproximadamente em 43%.



**Figura 39 - Pirâmide Etária do Município de Santa Rosa do Purus, em 2000.**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

**Tabela 13 - Distribuição da População por Sexo e Faixa Etária em Santa Rosa do Purus, em 2000.**

	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>
<b>0 a 4</b>	245	201
<b>5 a 9</b>	209	223
<b>10 a 14</b>	180	150
<b>15 a 19</b>	101	137
<b>20 a 24</b>	104	85
<b>25 a 29</b>	85	86
<b>30 a 34</b>	35	38
<b>35 a 39</b>	64	40
<b>40 a 44</b>	39	29
<b>45 a 49</b>	30	22
<b>50 a 54</b>	10	9
<b>55 a 59</b>	12	33
<b>60 a 64</b>	30	18
<b>65 a 69</b>	8	8
<b>70 a 74</b>	10	4
	1.162	1.083

Fonte: IBGE Censo Demográfico de 2000

Algumas características chamam a atenção:

- Embora a população masculina seja maior que a feminina no total, essa distribuição não é homogênea em todas as faixas etárias: nas faixas de 15 a 19 anos e de 55 a 59 a população feminina é maior que a masculina.
- A população jovem é o dobro da população adulta.
- População idosa é bem reduzida uma vez que o município foi criado recentemente.

Há uma tendência de crescimento continuado da população em Santa Rosa do Purus, uma vez que existe um esforço concentrado da prefeitura de atração de novos moradores. Parte desse trabalho envolve a construção de casas para serem sorteadas em um novo loteamento que a Prefeitura está organizando, para as pessoas que não têm residência própria. Este loteamento encontra-se na região próxima ao ramal que dá acesso ao Projeto de Assentamento (PA Santa Rosa) e ao Parque Estadual Chandless (Fotos 43, 44 e 45).



**Foto 43 - Ramal de Acesso ao Novo Loteamento, PA e PE Chandless**



**Foto 44 - Área Destinada ao Novo Loteamento.**



**Foto 45 - Máquina Abrindo a Floresta para o Loteamento de Nova Área no Ramal**

### **5.3. Perfil Sócio-Econômico**

Santa Rosa do Purus é um dos mais recentes municípios do estado do Acre e está em processo de formação. Sua economia é baseada na madeira, pecuária, agricultura de subsistência, pesca artesanal e serviços públicos. A infra-estrutura precária e o aumento constante da população, sem que existam condições econômicas adequadas seja na forma de emprego ou de opções informais de obtenção de renda, têm como consequência um baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Agrava esse quadro o fato do município ter que distribuir seus escassos recursos com os habitantes peruanos da região fronteiriça que vivem em condições ainda piores.

O município depende exclusivamente dos repasses do Governo do Estado não arrecadando recursos próprios para fazer outros investimentos. Não há indústrias ou fábricas, sendo a maior parte dos empregos gerada pelos órgãos públicos, principalmente a prefeitura, que recentemente realizou um concurso para provimento de cargos (motorista, merendeira, auxiliar administrativo, professor, entre outros).

A economia do município está baseada no setor primário. As atividades econômicas restringem-se ao comércio em pequena escala, agricultura de subsistência e uma pecuária

sem muita relevância. Os principais produtos comercializados são arroz, amendoim, farinha de mandioca, feijão e milho. Na pecuária, o comércio de carne atende aproximadamente 30% do consumo, porém a atividade ocupa em torno de 90% da área desmatada e deve ser melhorada através de técnicas de manejo, melhoria de pastagens, etc., conforme recomendações da EMBRAPA e outras instituições de pesquisa. Possui capacidade para aumentar o rebanho de gado leiteiro, que hoje atende menos de 10% da demanda. O potencial madeireiro é notório e deve ser melhorado mediante técnicas de manejo florestal, orientadas por instituições de pesquisa e proteção do meio ambiente. O agroextrativismo é praticado apenas pelos agricultores familiares que extraem óleos vegetais, resinas, cipós e frutas silvestres. Na produção agrícola falta assistência técnica, o rendimento das culturas temporárias é baixo e em decréscimo e falta crédito ao pequeno produtor.

O setor secundário é formado pelos seguintes estabelecimentos: 01 pequena fábrica de confecções, 04 lanchonetes, 01 movelaria, 01 olaria, 01 panificadora, 01 pizzaria, 03 restaurantes, 02 serrarias e 01 sorveteria. O movimento comercial é razoável, ampliando bastante durante o inverno, quando o rio Purus, principal via de acesso, oferece melhores condições de trafegabilidade para pequenas e médias embarcações. As duas serrarias são de pequeno porte, mas permitiram o desenvolvimento de uma pequena indústria de móveis, com capacidade instalada para atender em torno de 30% da população.

A população economicamente ativa é formada basicamente por trabalhadores rurais, funcionários públicos, pequenos proprietários rurais e pequenos comerciantes. Dessa forma, boa parte da população encontra-se desempregada ou subempregada, trabalhando em condições precárias devido à falta de alternativas melhores de renda.

Outra opção de emprego pode ser encontrada em empreendimentos da prefeitura como uma olaria (fotos 46 e 47) que fornece os tijolos para as construções dos prédios e para o calçamento das ruas. Há também uma geleira para auxiliar os pescadores no transporte do pescado; atividade de vacinação do rebanho do município executada pela Secretaria de Agricultura; e uma peladeira de arroz (fotos 48 e 49) que auxilia os produtores no beneficiamento do produto a ser vendido no mercado local, subsidiado em parte pela prefeitura. Não há um posto da Secretaria da Fazenda para regularizar a entrada de produtos vindos do Peru e a saída dos produtos do Brasil para aquele país.



**Fotos 46 e 47 - Vista Geral da Olaria**



**Fotos 48 e 49 - Peladeira de Arroz**

O comércio local é restrito a pequenas lojas do tipo bazar (foto 50), que vendem roupas, móveis, calçados, eletroeletrônicos e equipamentos agrícolas no mesmo local, além do item principal, mantimentos.



**Foto 50 - Comércio Típico Local - Bazar**

O comércio do município recebe suprimentos dos municípios de Manuel Urbano e Sena Madureira; de víveres (feijão, arroz, café, açúcar, verduras, legumes, frutas, e outros mantimentos) a calçados, roupas, eletroeletrônicos, produtos de cama, mesa e banho e demais itens de consumo doméstico. Esse comércio estimula relações permanentes com uma vila e uma cidade peruanas (Palestina e Puerto Esperanza). Isso pode ser comprovado na unidade da Polícia Federal que é procurada diariamente por peruanos vindos destas localidades para solicitar autorização de entrada no país para comprar e vender alimentos e diversos outros produtos de sobrevivência.

Esse controle de entrada e saída de estrangeiros no município passou a ser feito há cerca de cinco meses devido a informações que traficantes estavam usando esse mecanismo para entrar com drogas no Brasil. Segundo a Polícia Federal ainda há um grande fluxo de drogas no município, que é usado como porta de entrada para o tráfico, devido ao pequeno efetivo da polícia no local. Com apenas dois agentes é quase impossível combater esse tipo de ilícito. A população tem denunciando a ação dos traficantes e a polícia tem conseguido fazer apreensões e prender alguns dos grandes traficantes da região.

### **Agricultura**

Em decorrência do acesso extremamente difícil ao município, principalmente durante o verão amazônico (abril a outubro), todas as necessidades da população são atendidas pela

importação de produtos dos municípios vizinhos – Sena Madureira e Manuel Urbano. Não há mercado consumidor relevante e a produção, na maior parte das vezes, é voltada à subsistência, não sendo comercializada com as comunidades peruanas da Palestina e Puerto Esperanza. Os produtores cultivam arroz, feijão, hortaliças, verduras e frutas apenas para consumo.

Há uma geleira que garante o fornecimento de gelo aos pescadores para auxiliar no transporte do pescado. Segundo informações do Coordenador do Pólo Base, há uma produção forte de amendoim sendo realizada pelos indígenas, que estão comercializando o produto em Sena Madureira.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura está o apoio à vacinação do rebanho bovino do município. Ao longo do ramal que interliga o PA Santa Rosa à sede do município observa-se uma crescente criação de bovinos pelos pequenos produtores.

### Infra-Estrutura

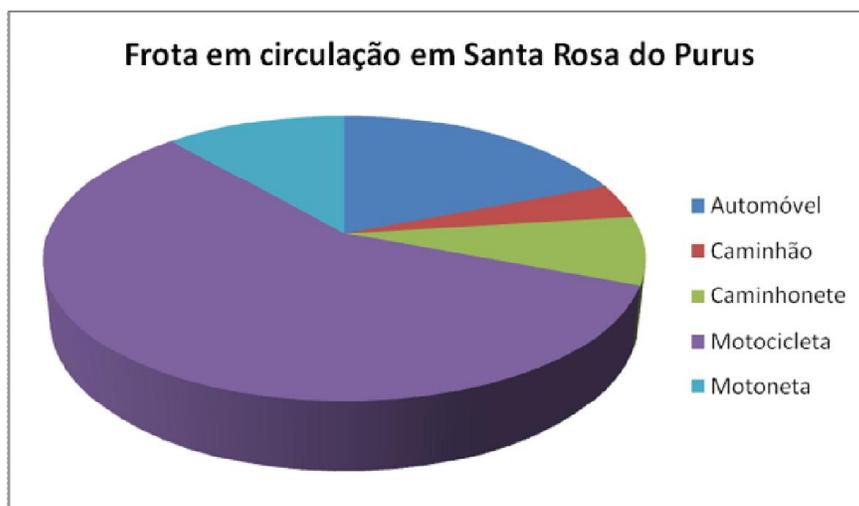
Santa Rosa do Purus é considerado um dos municípios mais isolados do Estado do Acre. O acesso à cidade se dá primordialmente através de vias fluviais; no verão, com a seca do rio que dificulta essa forma de transporte, os moradores sofrem com o isolamento físico. Inacessível por estrada, a pista do aeroporto é de barro, o que faz com que em dias de chuva nem de avião se saia da cidade.

Não há um tráfego intenso de veículos, a frota do município se resume a apenas 10 carros, sendo que desse total apenas 3 são particulares, os demais são veículos oficiais (órgãos públicos). Em 2007, segundo levantamento do IBGE, a frota que circulava na cidade estava distribuída de acordo com a Tabela 14, a seguir:

**Tabela 14 – Frota de Veículos em Santa Rosa do Purus.**

Veículo	Quantidade
Automóvel	5
Caminhão	1
Caminhonete	2
Motocicleta	15
Motoneta	3

Fonte: IBGE 2007.



**Figura 40 – Frota em Circulação em Santa Rosa do Purus.**

Fonte: IBGE

Em comparação com um passado recente, hoje o município de Santa Rosa do Purus apresenta uma infra-estrutura mais desenvolvida, com prédios mais organizados dos poderes federal, estadual e municipal: Polícia Federal, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Secretarias de Educação, Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Obras, Secretaria Indígena, Centro Integrado de Segurança Pública, além de serviços como eletricidade 24 horas, estação de tratamento de água do Departamento Estadual de Água e Saneamento (DEAS), serviço de telefonia fixa e móvel e acesso à internet via rádio da Brasil Telecom, e serviço de correios. Por meio de uma parceria entre o Governo do Estado, Universidade Federal do Acre e Prefeitura de Santa Rosa do Purus, são oferecidos cursos em nível superior no Centro de Cultura e Florestania (Fotos – 51 a 60). Quanto ao abastecimento de energia, há uma proposta de se fazer uma interconexão elétrica com o Peru.



**51 - Posto de Saúde e Hospital da Família**



**Foto 52 - Centro de Cultura e Florestania**



**Foto 53 - Escola Estadual Modelo Padrão do Estado**



**Foto 54 - Estação de Tratamento de Água - DEAS**



**Foto 55 - Pista de Pouso para Pequenos Aviões**



**Foto 56 - Centro Integrado de Segurança Pública**



**Foto 57 - Usina de Energia Elétrica**



**Foto 58 - Posto dos Correios na “Parte Baixa” da Cidade**



**Foto 59 - Unidade da Brasil Telecom**



**Foto 60 - Unidade da Polícia Federal**

O município apresentou um maior desenvolvimento nos últimos 6 anos, com a gestão do prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT), que tem sido apoiado amplamente pelo governo do Estado que é da mesma sigla partidária. Em decorrência destes investimentos novos moradores e investidores de pequeno porte estão sendo atraídos para a região. Este fato é comprovado pelos dados de origem da população residente: cerca de 80% a 90% são provenientes de municípios vizinhos, ou outros estados, inclusive alguns casos de estrangeiros vindos do Peru. Essas pessoas têm sido estimuladas a ficar na cidade, devido ao apoio recebido da Prefeitura, que vai desde a construção de casas até encaminhamento para tratamento de saúde na capital.

Na atual administração, uma pequena parte das ruas foi calçada com tijolos, porém não houve uma maior urbanização da cidade. Não há calçadas para pedestres que dividem as ruas com muitas motos e bicicletas, e poucos carros, que na maioria das vezes são dos órgãos públicos (Secretarias de Educação, Saúde, Obras, Polícia Federal) além de máquinas e tratores.

Todas as atividades existentes no município são realizadas pela Prefeitura, que assume uma postura assistencialista; quase sempre há um incentivo mínimo do poder público para a realização dos eventos.

O grau de urbanização de Santa Rosa do Purus é 23,06%. Não existem agências bancárias na cidade, porém a Caixa Econômica Federal anunciou a criação de uma casa lotérica com o perfil de Agência Bancária até o final do ano no município.

Com o crescimento da cidade e a chegada de novos moradores, vindos de praticamente todos os municípios do Estado, e principalmente dos municípios vizinhos (Sena Madureira e Manuel Urbano) a chamada “parte baixa” da cidade (Fotos 61, 62 e 63) foi ocupada por casas, comércios e alguns órgãos públicos (Polícia Federal e Câmara de Vereadores), uma vez que é a “porta de entrada” do município já que o acesso se dá mais facilmente pelo rio.

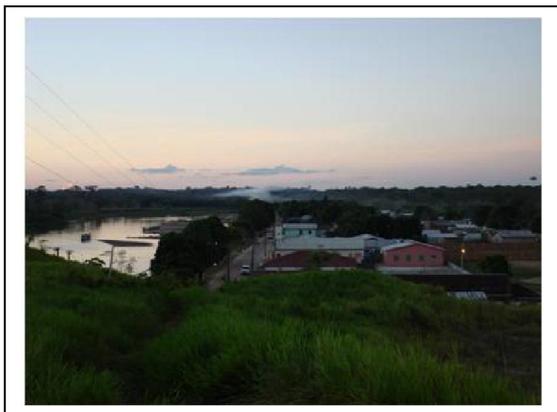
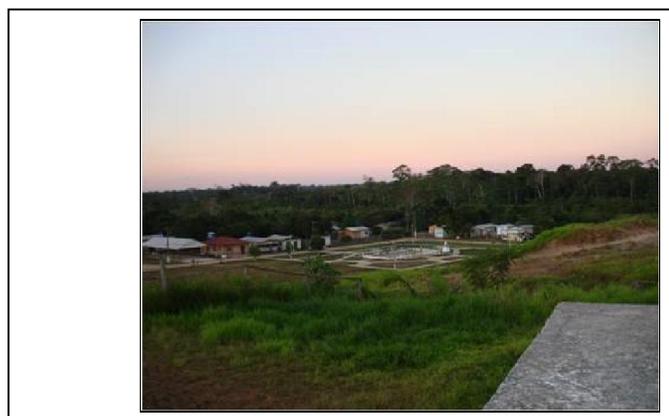


Foto 61 - Vista da “Parte Baixa” da Cidade



Foto 62 - Rio Purus e Parte Baixa da Cidade



**Foto 63 - Praça Localizada na Parte Baixa da Cidade**

Devido ao rápido crescimento da cidade nos últimos anos, principalmente com a atual legislatura, foi necessário fazer a alteração da localização da pista de pouso da “parte baixa” da cidade para a “parte alta” (Fotos 64 e 65). Há uma ordem de serviço da Infraero para realizar melhorias como o aumento do tamanho e asfaltamento da atual pista para que a mesma comporte aviões de maior porte para facilitar o transporte para o município. Hoje o município é atendido por uma única empresa de táxi aéreo com previsão de um único voo por dia ou na dependência da existência de passageiros.



**Foto 64 - Vista Geral da “Parte Alta” da Cidade**

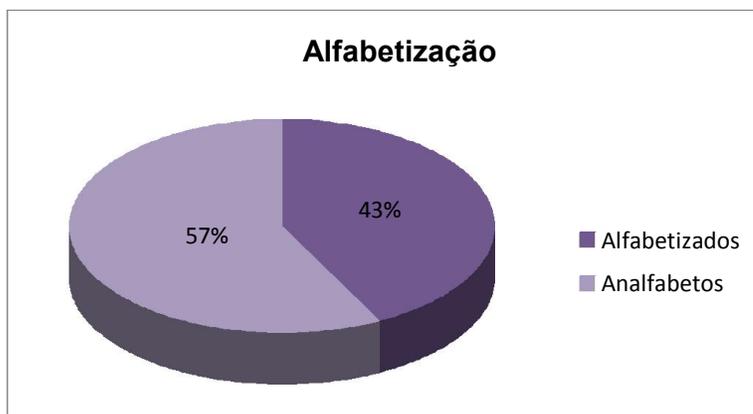


**Foto 65 - Antigo Loteamento com Casas sendo Construídas**

A cidade não apresenta nenhum planejamento ou projeto que oriente a organização, distribuição de bairros, construção de casas, rede de esgoto e água, e tão pouco de crescimento ordenado e urbanismo. Aparentemente nem em outras legislaturas ocorreu esse investimento. As ações de infra-estrutura ficaram restritas à construção de aproximadamente 7 km de ruas com tijolos, porém não foram construídas calçadas para uma população predominantemente pedestre. Santa Rosa do Purus é uma cidade localizada no meio da floresta, porém a maioria das ruas não é arborizada; algumas têm mangueiras, plantadas pelos próprios moradores.

## Educação

Em todo o município existem 38 escolas, que cobrem aproximadamente 1700 alunos, abrangendo ensino infantil, básico/fundamental e médio. As escolas estão distribuídas em todas as comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas. O nível de analfabetismo do município chega a 42,5%, como mostra a Figura 41, estando a maior concentração na zona rural, 25%.



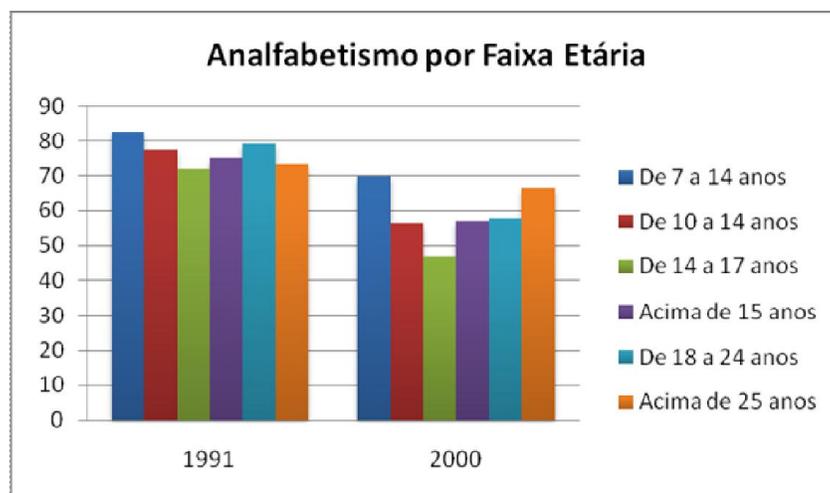
**Figura 41 – Taxa de Alfabetização em Santa Rosa do Purus, em 2000**  
Fonte: IBGE

Entre 1991 e 2001 diminuiu em todas as faixas etárias, como mostra a Tabela 15. O índice chegou a esse nível por conta dos programas Alfa 100 e antigo MOVA, e pelo programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, executados no município entre 2004 e 2007. Atualmente o programa EJA não está sendo executado na zona rural, sendo a população obrigada a se deslocar até a cidade para participar do programa nas escolas urbanas, o que inviabiliza a participação dos moradores das zonas mais distantes da sede municipal.

**Tabela 15 - Analfabetismo por Faixa Etária em Santa Rosa do Purus, em 1991 e 2000.**

Faixa Etária	1991	2000
% de 7 a 14 anos analfabetas	82,48%	70,09%
% de 10 a 14 anos analfabetas	77,58%	56,29%
% de 14 a 17 anos analfabetas	72,13%	46,59%
% acima de 15 anos analfabetas	75,25%	56,84%
% de 18 a 24 anos analfabetas	79,04%	57,48%
% acima de 25 anos analfabetas	73,37%	66,61%

Fonte: IBGE



**Figura 42 – Analfabetismo por Faixa Etária em Santa Rosa do Purus, em 1991 e 2000.**

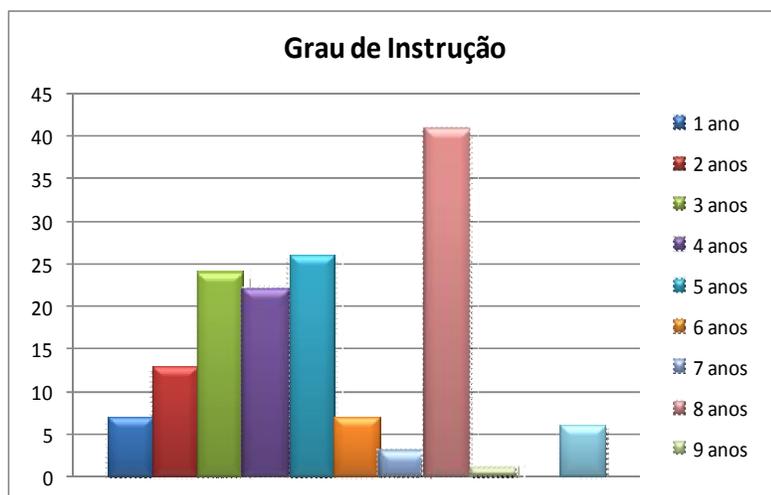
Fonte: IBGE

Em termos de anos de estudo, nenhum morador de Santa Rosa do Purus tem mais do que 12 anos de estudo. A maior parte possui menos de um ano de instrução ou nenhum grau de escolaridade, como se observa na Tabelas e nos Gráficos abaixo:

**Tabela 16 – Grau de Instrução por Número de Moradores em Santa Rosa do Purus**

Grau de Instrução	Número de Moradores
Sem instrução ou menos de 1 ano	175
1 ano	7
2 anos	13
3 anos	24
4 anos	22
5 anos	26
6 anos	7
7 anos	3
8 anos	41
9 anos	1
10 anos	0
11 anos	6

Fonte: IBGE

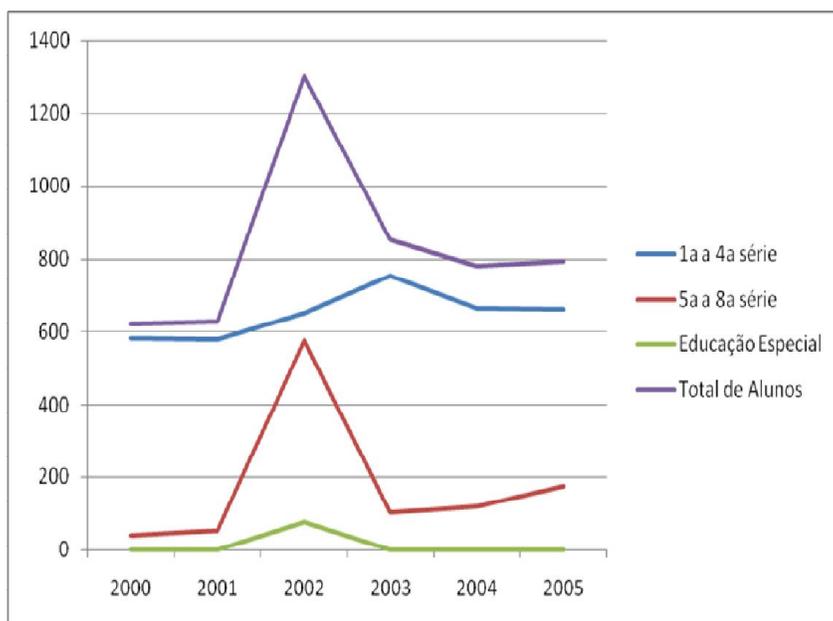


**Figura 43 – Grau de Instrução por Número de Moradores em Santa Rosa do Purus**  
Fonte: IBGE

**Tabela 17 - Número de Alunos por Grau de Escolaridade em Santa Rosa do Purus, entre 2000 e 2005.**

Escolaridade	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1ª a 4ª série	584	580	651	752	663	661
5ª a 8ª série	39	51	574	102	119	174
Educação Especial	0	0	77	0	0	0
<b>Total de alunos</b>	<b>623</b>	<b>631</b>	<b>1.302</b>	<b>854</b>	<b>782</b>	<b>795</b>

Fonte: IBGE



**Figura 44 - Número de Alunos por Grau de Escolaridade em Santa Rosa do Purus, entre 2000 e 2005.**  
Fonte: IBGE

Com o apoio do governo federal, por meio de um convênio entre UFAC, Governo do Estado e Prefeitura, estão sendo oferecidos 3 cursos em nível superior nas áreas de Biologia, Matemática e Letras. Esse programa tem auxiliado o município na diminuição de evasão de alunos que terminam o ensino médio e procuram continuar seus estudos nos municípios vizinhos, ou mesmo na capital do estado. O programa tem gerado oportunidades para os que não possuem condições de custear os estudos fora do município de Santa Rosa do Purus. Mas a oferta é limitada e não atende às necessidades da comunidade escolar do município, que tem pleiteado ampliação dos cursos, visando diminuir a evasão de jovens que buscam completar seus estudos de nível superior em municípios vizinhos. Há uma previsão para a implantação de 4 novos cursos nos próximos anos – História, Geografia, Pedagogia e Educação Física, o que provavelmente diminuirá consideravelmente essa demanda.

Em geral a avaliação dos alunos é de que a qualidade do ensino é baixa, gerando um fluxo de estudantes para outros municípios e para a capital do estado, porque acreditam que assim terão melhores oportunidades. Nem sempre estes alunos retornam para o município de Santa Rosa.

### **Saúde**

Em relação à infra-estrutura de saúde, o município de Santa Rosa do Purus dispõe de um pequeno hospital no qual foi instalado o Programa de Saúde da Família – PSF. Com a inserção no programa, o município passou a receber mais recursos para cobrir a compra de medicamentos e equipamentos e a aquisição de uma ambulância.

No hospital são feitos os atendimentos rotineiros ambulatoriais, enfermagem, vacinação, obstetrícia/saúde da mulher. O atendimento médico é feito por 5 médicos e quando necessário há o auxílio do médico do Exército. O sistema conta ainda com 5 enfermeiros, 26 auxiliares de enfermagem, envolvendo também os auxiliares indígenas, 3 técnicos em enfermagem e mais a equipe de apoio.

O sistema não está apto a realizar exames laboratoriais de qualquer natureza, mas apenas a coleta de material que é encaminhado para Rio Branco, em casos de doenças graves. Não há capacidade de realizar cirurgias, raio-x, ou intervenções mais complexas, cabendo à Prefeitura providenciar o transporte dos pacientes para Rio Branco para Tratamento Fora de Domicílio - TFD.

O município também recebe o apoio da Funasa no Programa de Assistência à Saúde Indígena, que atende também a população ribeirinha ao longo do rio Purus. Para garantir este atendimento há uma unidade na sede do município, denominada Pólo Base, que funciona como um centro de referência aos indígenas que necessitem se deslocar até o município para receber um atendimento médico mais complexo. O Pólo oferece apoio de combustível para o deslocamento dos indígenas e ribeirinhos e no fornece medicamentos. A equipe do Pólo Base tem desenvolvido um trabalho de sensibilização quanto à prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs, nas comunidades indígenas, que apresentam um alto grau de casos de hepatite tipos B e C. Tanto os indígenas brasileiros quanto os peruanos são atendidos pelo Pólo Base. Uma equipe de enfermeiros mantida pela igreja católica no lado peruano, sem vínculos com o órgão de saúde daquele país, tem desenvolvido pesquisas para conhecer o mecanismo de transmissão destas doenças. O resultado até o momento demonstra que há um fluxo e refluxo destas enfermidades entre indígenas brasileiros e peruanos. O fato de serem nômades, possuírem familiares tanto do lado peruano quanto brasileiro e terem o costume de freqüentar, às vezes por períodos prolongados, ambos os territórios, ficando longe de suas famílias, ocasiona relacionamentos ocasionais sem a preocupação do uso de proteção nas relações sexuais.

A atividade do Pólo Base é complementada por um barco que promove o atendimento ao longo do rio Purus. O barco realiza atendimento básico às comunidades ribeirinhas com

médico, enfermeiro, auxiliar e pessoal de apoio. Os trabalhos em saúde são auxiliados por um núcleo de Educação em Saúde e Mobilização Social.

Hoje o município conta com atividades sistemáticas de vigilância sanitária, com uma pequena equipe organizada responsável pelas atividades. Anteriormente as ações eram pontuais, porque exercidas por uma equipe de Rio Branco que se deslocava até o município para realizar as atividades necessárias. Apesar disso, o município não tem matadouro de animais, que são abatidos em pleno ar livre na cidade, normalmente embaixo das árvores na beira do rio, na rua principal da cidade.

O sistema de saúde do município atende também a comunidade peruana das localidades de Puerto Esperanza e Palestina, que dependem em tudo da cidade brasileira, desde a aquisição de mantimentos (víveres) até o atendimento à saúde. Embora o recurso destinado ao município seja apenas para atender aos brasileiros, o atendimento aos estrangeiros é realizado e registrado em fichas. E o município não recebe recursos para cobrir o atendimento aos estrangeiros.

### **Saneamento**

Nenhum investimento em saneamento básico foi realizado até hoje pela prefeitura. As casas em sua maioria foram construídas em madeira, são poucas as de alvenaria, normalmente com os banheiros na parte exterior da casa, algumas vezes sendo um cômodo independente. Não há sistema de coleta de esgoto, apenas de distribuição de água do DEAS. Nas residências com melhor infra-estrutura, o esgoto é destinado para fossas sépticas, e naquelas menos organizadas há as “privadas” nas quais os resíduos ficam em contato com o solo, sendo fonte de contaminação e transmissão de doenças.

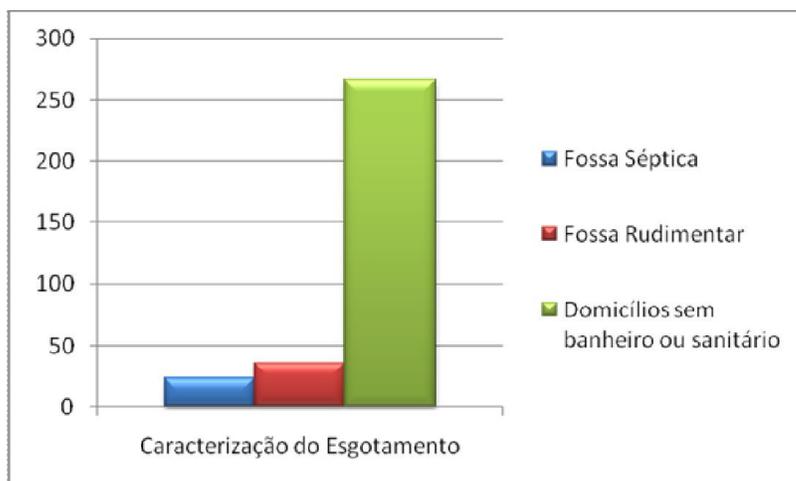
Essa realidade é comum na região onde se concentram os indígenas. Uma das características das casas é a cobertura, normalmente de palha, lona ou amianto, e quase nenhuma condição sanitária (Fotos 70 e 71).

O município não conta com rede de esgoto, o que contribui para a proliferação de doenças e para uma baixa qualidade de vida da população. Apenas nove domicílios em toda a cidade apresentam um banheiro enquanto dependência na casa, os outros 316 domicílios que abrigam 2.206 habitantes de Santa Rosa do Purus não possuem nenhum tipo de sanitário (Tabela 18 e figura 45).

**Tabela 18 – Caracterização do Esgotamento Sanitário em Santa Rosa do Purus**

<b>Caracterização do Esgotamento</b>	<b>Domicílios</b>	<b>Moradores</b>
Fossa Séptica	23	121
Fossa Rudimentar	36	194
Sem banheiro ou sanitário	266	1.931
<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>2.246</b>

Fonte: IBGE



**Figura 45 - Caracterização do Esgotamento Sanitário em Santa Rosa do Purus**  
 Fonte: IBGE

### Abastecimento de Água

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que a má qualidade da água é hoje o maior problema de saúde do mundo, tendo em vista que pelo menos 60% das internações acontecem por conta de doenças transmitidas pela água. No Acre, embora não haja pesquisas nesse sentido, as epidemias de diarreias, hepatites, bem como problemas de pele e verminoses comprovam essa situação.

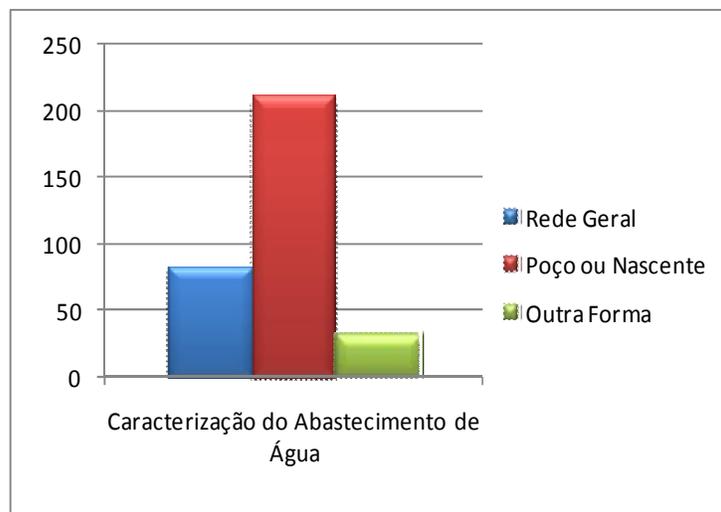
Por isso, garantir o fornecimento de água de boa qualidade e na quantidade necessárias à população esteja ela nas cidades, vilas, seringais, colônias e aldeias indígenas, é a proposta que vem sendo executada pelo Departamento Estadual de Água e Saneamento. Isso coloca o desafio permanente de apresentar soluções alternativas e tecnológicas para solucionar os problemas de abastecimento de água e o destino dos esgotos de acordo com as características e condições de cada comunidade urbana, rural ou florestal.

Em Santa Rosa do Purus, a água consumida pela população é sem tratamento adequado, retirada diretamente do Rio Purus (Tabela 19 e Figura 46).

**Tabela 19 - Caracterização do Abastecimento de Água em Santa Rosa do Purus**

Caracterização do Abastecimento	Domicílios	Moradores
Rede geral	83	429
Poço ou nascente (na propriedade)	211	1.576
Outra forma	31	241
<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>2.246</b>

Fonte: IBGE



**Figura 46 - Caracterização do Abastecimento de Água em Santa Rosa do Purus**  
Fonte: IBGE

### Destino do Lixo

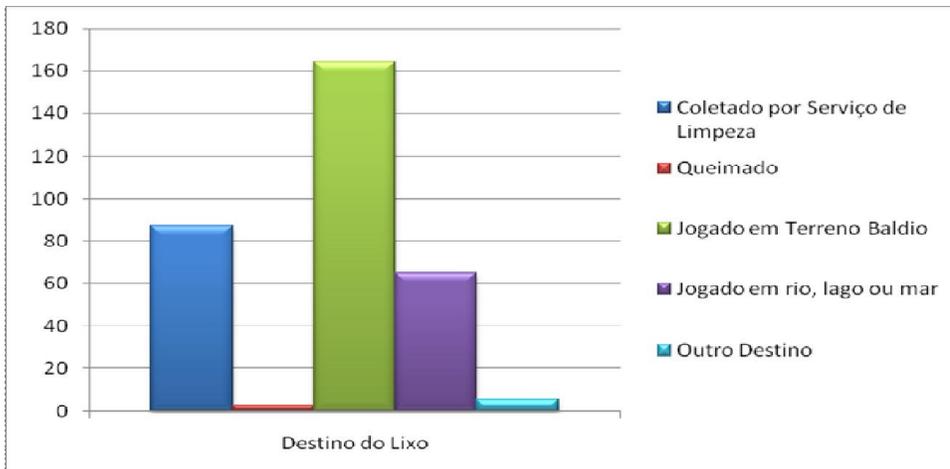
A gestão responsável e sustentável dos resíduos sólidos urbanos nas cidades brasileiras é atualmente um dos grandes desafios enfrentados pelo poder público, especialmente no âmbito municipal. Em Santa Rosa do Purus, essa é uma questão de extrema importância visto que menos da metade do lixo produzido pela população é coletado.

Ações visando a gestão sustentável de resíduos sólidos pressupõem uma abordagem que se referencie nos princípios da redução, da reutilização e da reciclagem. Devido a condições estruturais, sabe-se que o Brasil está ainda muito distante de um processo que busque a redução do volume de resíduos gerados, e é neste contexto que aumenta a importância da implantação de um programa de coleta de lixo realmente eficiente.

Durante vários anos, o lixo produzido por toda a população era depositado nas margens do rio Purus. Denúncias da população levaram a prefeitura a criar um lixão a céu aberto, que inicialmente ficava nas proximidades de onde hoje está o prédio da prefeitura, na chamada parte alta da cidade (Tabela 20 e Figura 47).

**Tabela 20 – Destino do Lixo em Santa Rosa do Purus**

Destino do Lixo	Domicílios	Moradores
Coletado por serviço de limpeza	87	460
Queimado	3	22
Jogado em terreno baldio ou em logradouro	164	1.280
Jogado em rio, lago ou mar	65	438
Outro destino	6	46
<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>2.246</b>



**Figura 47 – Destino do Lixo em Santa Rosa do Purus**

Fonte: IBGE

Atualmente a coleta de lixo é realizada uma vez por semana, por um único caminhão da prefeitura, que também é utilizado para desenvolver outras atividades. Não há coleta seletiva e nenhum tipo de tratamento do lixo, que continua sendo depositado em um lixão a céu aberto no ramal do Espigão, a pouco mais que 3 km da sede do município (fotos 66 e 67), acumulando insetos, urubus e outros animais transmissores de doenças.

**Fotos 66 e 67 - Situação do Lixo em Santa Rosa do Purus Depósito a Céu Aberto.**



**Fotos 68 e 69 - Situação do Lixo em Santa Rosa do Purus – Depósito a Céu Aberto**

Ainda não há previsão de mudanças, por parte do poder municipal, no tratamento do lixo. Segundo informações do prefeito os órgãos ambientais do Estado já foram procurados para identificar uma alternativa viável para o tratamento do lixo, porém o município nunca recebeu resposta. Devido a esse problema o município já foi multado diversas vezes pelo Ministério Público, mas ainda não encontrou uma solução.

Não há um planejamento a longo prazo em qualquer área no município, apenas planos imediatos que envolvem a construção de uma nova praça e de uma piscina olímpica, abertura de novos ramais e conservação dos já existentes e construção de novas casas.

### Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano é calculado com base em dados econômicos e sociais, por isso, em uma cidade onde a taxa de analfabetismo passa dos 50% e o índice de qualidade de vida fica abaixo dos 15%, não se pode esperar encontrar um IDH alto.

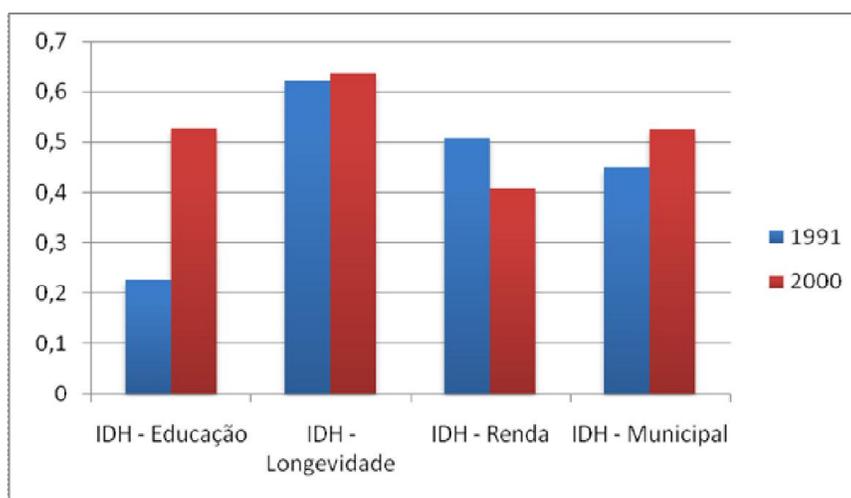
Santa Rosa do Purus é um exemplo disso. O município tem uma das piores médias de IDH do estado do Acre, um dos motivos para esse resultado pode ser nitidamente visto ao analisar-se a jovialidade do município, ainda muito atrasado em relação aos demais, apresentando indicadores tanto nos setores saúde, educação renda e infra-estrutura muito abaixo da média brasileira e, em alguns casos negativos quando comparados aos outros municípios do Estado do Acre.

Calcula-se o IDH municipal através da média do IDH Longevidade, IDH Educação e IDH Renda, no caso de Santa Rosa do Purus, as piores médias são as relacionadas à renda e à educação, contribuindo para o baixo índice municipal (Tabela 21 e Figura 48).

**Tabela 21 - Índice de Desenvolvimento Humano em Santa Rosa do Purus**

Índice de Desenvolvimento	1991	2000
IDH - Educação	0,227	0,528
IDH - Longevidade	0,622	0,637
IDH - Renda	0,508	0,409
IDH - Municipal	0,452	0,525

Fonte: PNUD



**Figura 48 - Índice de Desenvolvimento Humano em Santa Rosa do Purus**

Fonte: PNUD

A partir do gráfico acima se pode perceber que o IDH – Educação teve o crescimento mais notório, enquanto o índice relativo à renda apresentou uma queda significativa. Percebe-se também que o índice de longevidade é o responsável por puxar o IDH Municipal para cima, apresentando os resultados mais favoráveis no município.

#### 5.4. População Indígena

Há no município uma concentração de indígenas das etnias Jaminawa, Kulina e Kaxinawa. Segundo informações obtidas no Pólo Base, mais de 60% da população do município é indígena e somente na área urbana moram mais de 200 indivíduos.



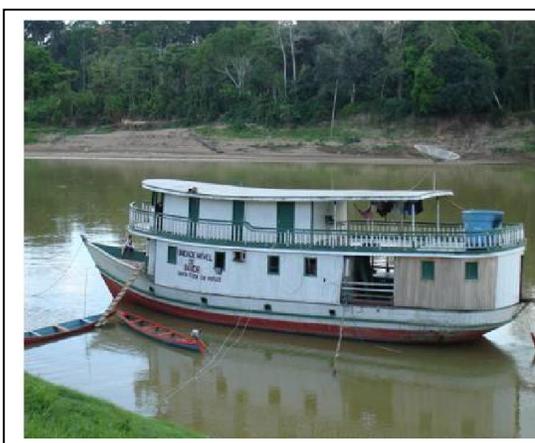
**Foto 70 – Casas de Indígenas em Santa Rosa do Purus**



**Foto 71 – Bairro onde se Concentram os Indígenas em Santa Rosa do Purus.**

Alguns indígenas trabalham em órgãos públicos: na Prefeitura (Secretaria Indígena), órgãos do Governo do Estado (Secretarias de Saúde e Educação) e no Governo Federal (Programa da Funasa de assistência à saúde indígena, coordenado pelo indígena Pedro Augusto Kaxinawá). Um programa do governo federal, através da FUNAI e FUNASA, em parceria com a Prefeitura, para prestar assistência à saúde indígena está sendo implementado; o programa presta assistência também na questão do transporte e auxílio na aquisição de medicamentos.

São benefícios dessa parceria: 1) Pólo Base - é um centro de referência para os indígenas que precisam buscar assistência do sistema de saúde do município, principalmente atendimento médico mais complexo e coleta de medicamentos no hospital (posto) municipal; 2) Barco Hospital - percorre os rios da região fazendo atendimento mais simples, vacinação e prevenção de DSTs nas aldeias indígenas e comunidades ribeirinhas (Fotos 72 e 73).



**Foto 72 - Barco Hospital**



**Foto 73 – Criança Indígena**

## 5.5. Projeto de Assentamento Santa Rosa

Santa Rosa possui um Projeto de Assentamento com 37.460 ha e capacidade para 370 famílias. O PA Santa Rosa foi criado em 2000 pelo INCRA no ramal denominado “Espigão” localizado a cerca de 1 km após a cidade. O ramal tem 27 km no total, ficando a pouco menos de 3 km do limite da área do Parque na porção sul. Por volta do quilômetro 18, há uma “manga” no ramal, que segue em direção ao centro da cidade. Os lotes do PA estão ao longo de todo o ramal e da “manga” (fotos 74 e 75). Foram distribuídos 59 lotes, mas até o presente momento o Projeto encontra-se desabitado, por não dispor de infra-estrutura que possibilite o assentamento das famílias, tais como estradas, assistência técnica, escolas, etc.



Foto 74 – Condição do Ramal “Espigão”.



Foto 75 – Condição do Ramal “Manga”.

Segundo informações do prefeito o projeto começou a ser planejado antes do mandato do governador Jorge Viana, ou seja, ainda na década de 1990. Porém, somente a partir de 2000 é que o INCRA passou a atuar realmente na seleção de famílias para ocupar o assentamento. O PA Santa Rosa tem cerca de 60 lotes, com medidas variando de 63 ha a 82 ha. Recentemente o INCRA liberou verba para a construção das casas (auxílio-instalação).

Os produtores rurais estão organizados em uma associação, que ainda não desenvolve um trabalho efetivo, mas que está iniciando a busca de melhorias para os associados. O presidente da associação informou que a maior parte dos lotes está ocupada, há poucos desocupados, porque as famílias foram assentadas agora e as casas ainda estão em construção (Foto 76). Parte significativa dos beneficiados com lotes são funcionários da prefeitura, alguns recém concursados; outra parcela é formada por famílias ribeirinhas que moravam próximo a Santa Rosa.



Foto 76 – Casa em Construção no PA



Foto 77 – Lotes sem a Presença dos Assentados

Quase todos os assentados também têm casas na área urbana, motivo pelo qual há moradias fechadas (Foto 77) como se não houvesse ninguém morando ali.

Na maioria das áreas ainda não há plantio ou cultivo de qualquer produto. São poucos os pequenos produtores que plantaram hortaliças, frutas, verduras ou legumes em parte da sua área. (Fotos 78, 79, 80 e 81).



**Foto 78 – Plantação de Bananas**



**Foto 79 – Plantação de Feijão**

Normalmente os lotes ainda estão cobertos por capoeira ou vegetação de pequeno porte. Em alguns há a transformação da área de floresta em pasto para criação de gado e de um pequeno rebanho de caprinos, suínos, criados para consumo. Há casos em que a vegetação foi suprimida sem que haja qualquer tipo de criação.



**Foto 80 – Lote Coberto por Capoeira**



**Foto 81 – Lote para Criação de Gado**

Os assentados reclamam da falta de apoio contínuo do poder público; não há assistência técnica efetiva, crédito, orientação ou incentivo à produção; a única assistência recebida é o transporte, por meio de um caminhão da prefeitura, que duas vezes por semana (terças e sextas) percorre toda a extensão do ramal para fazer o transporte da pequena produção excedente que os produtores comercializam no mercado local para aquisição de utensílios e gêneros de primeira necessidade (Fotos 82 e 83).



**Foto 82 - Milho de Sebastião Estragando por Falta de Comprador.**



**Foto 83 - Antonia Fernandes – Assentada que Sobrevive da Própria Produção.**

Para os assentados do PA Santa Rosa, não há acesso a crédito ou mecanização da produção nem apoio dos poderes municipal, estadual ou federal. A prefeitura garante o transporte de produtores, da produção e suas compras, realizado por um caminhão (caçamba) duas vezes por semana (na terça-feira e na sexta-feira). Não há uma política agrícola do município de apoio aos pequenos produtores de modo a reduzir os impactos ambientais causados pelos desmatamentos e queimadas da área destinada à produção. A maior parte dos proprietários dos lotes, atualmente, é formada por funcionários da prefeitura, ou tem algum vínculo com o poder municipal. Parte adquiriu esses lotes por compra dos primeiros proprietários. Há, portanto, a informação de que alguns dos atuais proprietários não são os assentados originais.

Dois conceitos fundamentam a existência de um projeto de assentamento como o PA Santa Rosa: o de reforma agrária do INCRA, concebido como a doação de lotes em áreas distantes, transferindo aos assentados a tarefa de pressionar por infra-estrutura pública, que acaba sendo implantada pelo governo estadual; e o de resolução dos problemas de pobreza urbana com a transferência de população para espaços vazios na fronteira.

O município depende inteiramente de repasses de recursos públicos e exerce uma enorme atração para a população de áreas próximas. A existência de lotes vagos e de uma grande capacidade ociosa no PA Santa Rosa, certamente levará a um crescimento populacional acentuado nos próximos anos.

Revisar os objetivos do PA Santa Rosa, de forma a compatibilizá-lo com a filosofia do Governo do Estado e com as características mais gerais da área na qual se localiza – um mosaico de unidades de conservação e terras indígenas – deverá ser tarefa prioritária do INCRA, a partir de sugestões do Plano de Manejo do PE Chandless.

## **5.6. Riscos e Oportunidades**

O que poderia ser visto como oportunidade é percebido como risco. Segundo o prefeito de Santa Rosa do Purus, um dos complicadores para o crescimento do município é o fato de estar cercado por Áreas Protegidas (Terras Indígenas, Parques e Florestas). Ele acredita que, por esta razão, não há como garantir um grande crescimento ao longo do tempo para o município.

Ao ser perguntado sobre a possibilidade do Parque Chandless atrapalhar esse crescimento, o prefeito respondeu que provavelmente o Parque não trará prejuízos ao município; ao contrário, poderá trazer benefícios, porque pode despertar o interesse para o turismo ecológico, gerando emprego e renda para a população; além disso, também contribui com a

conservação da floresta. Mas não há uma visão clara a respeito de como desenvolver as potenciais ligações entre a cidade e o Parque.

Grande parte da população já ouviu falar do Parque e faz uma referência à unidade como Reserva; porém muitos não têm a menor noção do objetivo da UC. Ao serem perguntados sobre a possibilidade de prejuízos ao município devido à existência do Parque, a maioria acredita que isso não ocorrerá e alguns não tiveram opinião sobre o tema. Aparentemente eles não vêem as unidades de conservação como um problema ou um entrave ao crescimento do município.

Pelo contrário, a visão que a maioria compartilha é a de que as unidades, e especificamente o Parque Estadual Chandless, podem ser responsáveis por trazer inúmeros benefícios ao município e à comunidade residente. Principalmente porque pode despertar o interesse de estrangeiros para o turismo, pode gerar emprego e renda para os moradores de Santa Rosa do Purus, que certamente serão contratados para prestar serviços ao Parque.

A dúvida que ficou ao final da pesquisa foi no sentido de entender se os moradores estavam falando o que os pesquisadores queriam ouvir com relação à unidade, visto que todos sabiam que são funcionários do governo do Estado e trabalham na Secretaria do Meio Ambiente, ou se realmente eles têm essa percepção ambiental.

Na prática, os benefícios virão se a cidade for pensada e planejada para se associar aos objetivos do Parque. Nesse sentido, poderia ser desenvolvida a idéia de uma "cidade-parque" a exemplo do que existe para "estrada-parque", ou seja, quando se definem objetivos complementares de desenvolvimento sustentável.

## **6. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DOS GRUPOS DE INTERESSE SECUNDÁRIO**

A área de influência do Parque Estadual Chandless é constituída pelos municípios de Manuel Urbano, Santa Rosa do Purus e Sena Madureira que juntos formam a Regional Purus, totalizando 4.050.729 de hectares, que corresponde a 24,67% da área total do Estado. Até a década de 1970 o Alto Purus era formado somente por Sena Madureira que depois foi desmembrado para formar o município de Manuel Urbano que por sua vez foi desmembrado para dar origem ao de Santa Rosa do Purus. Os três municípios congregavam, em 2007, uma população de 45.326 pessoas, representando apenas 7% da população total do Estado.

A pesquisa de campo evidenciou que o maior potencial de impacto sobre o Parque está localizado no município de Santa Rosa do Purus, pela presença do Projeto de Assentamento Santa Rosa e proximidade com a sede do município. Por esta razão foi incluído no grupo de interesse direto do Parque, juntamente com a população residente, e analisado no item anterior.

Este capítulo do Relatório vai descrever as características agregadas dos três municípios e, em seguida, analisar os segmentos que exercem influência indireta sobre o PE Chandless, selecionados de acordo com a interface que apresentam com o Parque, seja em termos de impacto ou de contribuição para sua proteção.

Foram identificados três segmentos sociais e institucionais: a cidade de Manuel Urbano, a Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema e os grupos sociais e econômicos existentes na fronteira internacional Brasil-Peru. O capítulo também analisa os riscos e oportunidades em relação ao PE Chandless.

## 6.1. Caracterização da Área de Influência do PE Chandless

A região de influência do PE Chandless passou por um processo de urbanização nos últimos anos. Em 2002 havia um equilíbrio entre as zonas rural (47,5%) e a urbana (53,5%). Em 2007 essa correlação se alterou: 60% da população estavam na zona urbana e 40% na zona rural. A maior taxa de urbanização é de Sena Madureira (62,39%) seguida por Manuel Urbano, igual a 58,10%; Santa Rosa do Purus ainda tem maior concentração de pessoas na área rural, sendo a taxa de urbanização igual a 36,09%, como pode-se observar na Tabela 22:

**Tabela 22 - População Residente por Município e Localização, em 2007**

Município	Total	Urbana	Rural	% Tx Urbaniz.
Manuel Urbano	7.148	4.153	2.995	58,10
S.Rosa Purus	3.948	1.425	2.523	36,09
S. Madureira	34.230	21.356	12.874	62,39
Alto Purus	45.326	26.934	18.392	59,42
Acre	655.385	464.680	190.705	70,90

Fonte: O Acre em Números 2007-2008.

A Regional Alto Purus concentra 48 aldeias indígenas de um total de 161 existentes no Estado. São grupos de diferentes etnias (Kulina, Jaminawa, Manchineri, Kaxarari, Kaxinawá) correspondendo a 25% (3.597 pessoas) da população indígena do Estado do Acre que é de 14.318 pessoas. Santa Rosa do Purus é o segundo município com maior população indígena, um total de 2.139 pessoas.

Os dados sócio-econômicos dos três municípios evidenciam diferenças significativas entre eles: Sena Madureira é um dos mais antigos e o terceiro município do Acre em termos de população, renda e dinâmica econômica; Santa Rosa do Purus está entre os últimos e Manuel Urbano ocupa uma posição intermediária. Essas diferenças podem influenciar a forma como as atividades existentes nestes municípios vão impactar o PE Chandless no futuro ou a influência que o PE Chandless pode exercer sobre eles.

Os dados apresentam um quadro da região anterior ao asfaltamento da BR 364 que vai conectar as capitais dos municípios a Rio Branco. Na área de influência indireta do Parque, o município de Manuel Urbano será o mais impactado e a compreensão da realidade anterior ao asfaltamento pode contribuir para monitorar o futuro.

Para qualificar essa análise é preciso sistematizar as informações a respeito das variáveis mais significativas sobre a realidade sócio-econômica do Alto Purus.

A taxa de analfabetismo na Regional Alto Purus está bastante acima da média do Estado, que é de 23,7%; Manuel Urbano tem 45,8% da população analfabeta; Santa Rosa do Purus 56,8%, a segunda maior do Estado é Sena Madureira 34%. Esse dado indica a carência de investimentos em educação, problema crônico no Estado que a existência do Parque contribui para dar visibilidade e, possivelmente, para influenciar na alocação de recursos públicos. Quanto mais informada for a população que vive no entorno, maiores as chances do Parque se inserir na realidade regional.

O número de escolas e a infra-estrutura escolar (abastecimento de água, energia elétrica e esgoto) nestes municípios segue um padrão semelhante: Sena Madureira apresenta os melhores números e Santa Rosa os piores, ficando Manuel Urbano entre os dois. Em Sena Madureira existem 173 escolas, todas com água encanada, mas apenas 34 têm energia embora o saneamento beneficie um número maior, 95. Manuel Urbano tem 50 escolas, todas com água encanada, mas somente 24 com energia e 23 com esgoto. No município de Santa Rosa, existem 32 escolas, todas com água encanada, mas apenas 13 têm energia e 7 tem esgoto. São 255 unidades escolares que devem ser contempladas no planejamento de implantação do Parque; ao implantar um programa de informação e de educação

ambiental, os alunos destas escolas passam a se beneficiar da presença do Parque na região.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado do Acre, em 2000, era igual a 0,697; todos os municípios do Alto Purus estão abaixo da média. Sena Madureira tem a melhor posição (0,652), em seguida está Manuel Urbano (0,601) e Santa Rosa ocupa o penúltimo lugar no Estado, com 0,525. Este indicador pode ser utilizado como uma referência para comparação futura e para verificar se o Parque contribui para atrair investimentos sociais e melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em sua área de influência.

Em termos de ordenamento territorial o Alto Purus apresenta uma realidade típica do Acre, que é a forte presença de unidades de conservação e terras indígenas; além disso, ali está a maior concentração de projetos de assentamento no Estado. No total são 27 territórios assim distribuídos: 19 destinados a projetos de colonização com uma área de 527.540 ha; 6 unidades de conservação com uma área de 1.918.493 ha e 2 terras indígenas com área de 576.776 ha (Tabela 23). O território total é de 3.022.809 hectares, representando 74,6% do território total dos três municípios e 18,4% da área total do Estado, como pode ser observado no quadro abaixo. Não se pode totalizar o número de pessoas residentes nestes projetos porque os critérios estatísticos não são compatíveis.

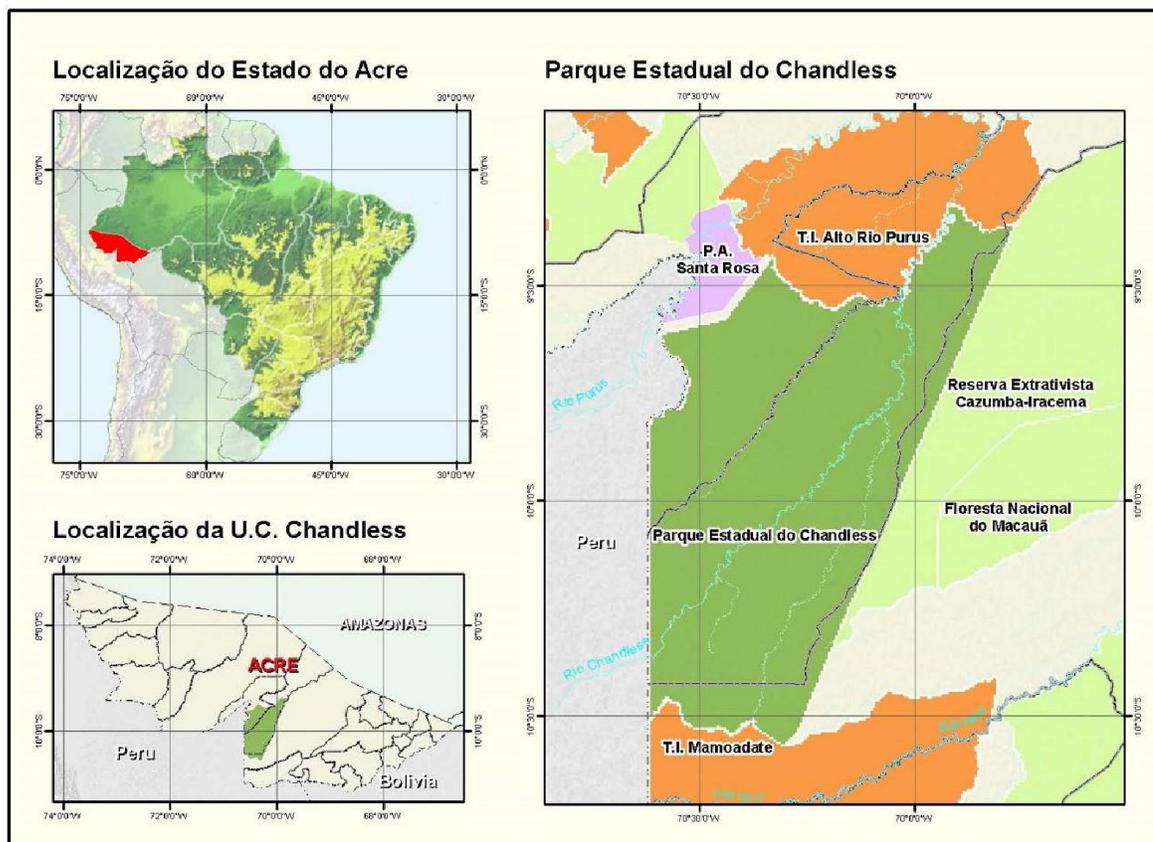
**Tabela 23 - Área e Número de Famílias em Projetos de Reforma Agrária, Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Alto Purus, em 2007.**

Município	Modalidade	Área (ha)	N. Famílias	N. Pessoas
Manuel Urbano	4 Projetos de Assentamento	54.367	585	
Santa Rosa	1 Projeto de Assentamento	37.460	82	
	1 Floresta Nacional Sta. R. Purus	230.257	s.i.	
Sena Madureira	14 Projetos de Assentamento	435.713	2.628	
	1 Resex Cazumbá-Iracema	750.794	281	
	1 Floresta Estadual Antimary	47.064	11	
	2 Flonas Macauã e São Francisco	195.075	19	
S. Madureira e Assis Brasil	TI Mamoadate	313.647		1.105
Santa Rosa e Manuel Urbano	TI Alto Rio Purus	263.129		2.282
Nos 3 municípios	1 Parque Estadual	695.303	19	95
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>3.022.809</b>		
<b>Total Alto Purus</b>		<b>4.050.729</b>		

Fonte: Acre em Números 2007-2008 e Iglesias e Aquino 2006.

O Mapa 3, abaixo, mostra o mosaico de territórios protegidos do Alto Purus e a posição estratégica do PE Chandless na proteção de amplos corredores naturais na fronteira com o Peru.

### Mapa 3 - Parque Estadual Chandless e Mosaico de Territórios Protegidos do Alto Purus.



Fonte: SOS Amazônia.

Outro aspecto importante do ordenamento territorial é o fato de todos os projetos de assentamento apresentarem ociosidade, ou seja, o número de pessoas assentadas está aquém da capacidade de ocupação prevista. Isso significa que não há necessidade de abertura de novas áreas para regularizar o acesso à terra ou para inserir população migrante que possa acorrer à região em decorrência do asfaltamento da BR 364.

A existência de uma estrutura fundiária definida para cerca de 75% da área total dos três municípios, é também um indicador positivo do ponto de vista do PE Chandless por diminuir a pressão potencial sobre seus limites em decorrência da mudança na economia que poderá advir da conexão rodoviária com os outros municípios do Estado e com o restante do país.

A economia do Alto Purus está concentrada nas atividades agropecuárias e no extrativismo. A agricultura é de base familiar, com baixo nível tecnológico e baixa produtividade, voltada principalmente para a subsistência com pequeno excedente para o mercado local. Os principais produtos são arroz, feijão, milho e mandioca. Os índios Manchineri em Sena Madureira e Kaxinawá em Santa Rosa se destacam no cultivo do arroz e da mandioca. Em decorrência da distância em relação aos centros de abastecimento e da baixa renda monetária, a população local utiliza a caça e a pesca para complementar a alimentação cotidiana.

O extrativismo florestal da borracha e da castanha ainda tem relevância na economia local. Sena Madureira é o segundo maior produtor de borracha natural bruta subsidiada do Estado; em 2005 foram produzidos 407.303 kg de borracha e de castanha e representam importante fonte de renda no município de Manuel Urbano, assim como de Santa Rosa do Purus.

A pecuária tem grande importância na economia local no Alto Purus e está concentrada em Sena Madureira que abastece o mercado local e de Rio Branco. O efetivo do rebanho bovino cresceu entre 2002 e 2006 em todos os municípios, com exceção do último ano em Santa Rosa (Tabela 24).

**Tabela 24 - Efetivo do Rebanho Bovino no Alto Purus entre 2002 e 2006.**

Município	2002	2003	2004	2005	2006
M.Urbano	13.330	13.773	14.313	16.316	22.839
S.R. Purus	1.900	1.917	2.100	2.839	2.189
S.Madureira	133.006	135.225	156.658	177.908	186.642
Acre	1.817.467	1.874.804	2.062.690	2.313.185	2.452.915

Fonte: Acre em Números 2007-2008.

Analisando o conjunto das atividades, apresentado na Tabela 25, percebe-se que, além das já citadas, o setor mais importante em termos de valor adicionado é o da administração pública, tanto em Manuel Urbano quanto em Santa Rosa, que apresentam uma distribuição bastante semelhante do valor gerado. Em segundo lugar vem a pecuária nestes municípios. Já em Sena Madureira a economia tem peso maior do que o Estado na geração de renda para o município estando a administração pública em segundo lugar. Nos três municípios as atividades industriais são irrelevantes e a de serviços apresenta uma participação semelhante, entre 12% e 20%.

**Tabela 25 - Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicional dos Municípios do Alto Purus, por Setor Predominante, em 2005**

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm.Pública	Total
M.Urbano	24,47	5,28	16,96	53,29	100,00
S.R. Purus	24,47	4,89	12,33	58,31	100,00
S.Madureira	46,12	5,11	19,89	28,88	100,00

Fonte: Acre em Números 2007-2008.

Este comportamento se confirma na análise do PIB (Produto Interno Bruto) municipal, apresentado na Tabela 26. Há uma distância considerável entre o PIB de Sena Madureira e o dos demais municípios: enquanto Sena está em 3º lugar na economia do Estado, Santa Rosa está em último e Manuel Urbano, apesar de ser um município bem mais antigo, tem apenas o dobro do PIB de Santa Rosa. A participação de cada município no total do Estado expressa essa mesma posição.

**Tabela 26 - Produto Interno Bruto dos Municípios do Alto Purus, em 2005.**

Município	PIB	Participação no total do Estado
Manuel Urbano	31.268	0,7
Santa Rosa do Purus	15.321	0,3
Sena Madureira	234.381	5,2
Acre	4.481.747	

Fonte: Acre em Números 2007-2008.

O PIB per capita, visualizado na tabela abaixo, apresenta dois dados interessantes: a população de Sena Madureira tem um PIB maior que o do total do Estado e o crescimento da renda gerada em Santa Rosa foi maior do que o de Manuel Urbano. Isso indica que aquele município encontra-se em expansão enquanto este está estagnado. Isso pode ser explicado pelo fato de Santa Rosa ser um município novo em fase de implantação e de

Manuel Urbano ter sido afetado pela progressiva queda nos preços dos produtos extrativistas, base de sua economia. A Tabela 27 mostra estes dados:

**Tabela 27- PIB Per Capita Municipal no Alto Purus entre 2002 e 2005.**

<b>Município</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Manuel Urbano	3.206	3.933	4.160	4.095
S.R do Purus	2.817	3.564	4.208	5.254
S. Madureira	6.124	7.159	6.294	7.105
Acre	4.707	5.278	6.251	6.792

Fonte: Acre em Números 2007-2008.

Os dados econômicos expressam uma situação anterior à conclusão do asfaltamento da BR 364, especialmente para Manuel Urbano e são indicadores importantes para monitoramento futuro. A economia deste município vem sendo influenciada pelas atividades de apoio à construção da estrada e deverá ser mais alterada nos próximos anos, quando a conexão rodoviária com Rio Branco ficar permanente. Essas mudanças poderão ter influência sobre o PE Chandless e, por esta razão, a análise deverá ser mais aprofundada em Manuel Urbano.

## **6.2. Município de Manuel Urbano**

A primeira avaliação de impacto indireto sobre o PE Chandless pode ser realizada a partir das vias de acesso à Unidade de Conservação. O acesso aéreo pode ser feito de Rio Branco até as cidades de Santa Rosa do Purus ou Manuel Urbano e depois de barco pelo rio Purus até a embocadura do rio Chandless. O acesso rodoviário pela BR 364 depende da estação do ano: no verão pode ser feito até Manuel Urbano e no inverno até Sena Madureira, seguindo depois o trajeto fluvial, via rio Iaco e rio Purus.

Manuel Urbano é, assim, a cidade de passagem para quem deseja ir ao Parque e é o local onde se realizam as atividades comerciais dos moradores da UC. Além disso, programas municipais nas áreas de educação e saúde para os moradores do Parque, são de responsabilidade da Prefeitura de Manuel Urbano. Por estas razões, é importante conhecer a dinâmica demográfica, econômica e social do município e avaliar os pontos favoráveis e os riscos em relação à conservação da área e ao apoio aos moradores locais.

O município foi criado em 1976, tem uma área de 1.063 km<sup>2</sup>, está localizado na margem esquerda do rio Purus a 203 km de Rio Branco. A região foi explorada no período de expansão da borracha, final de século XIX. Em 1936, a pedido dos moradores, passou à categoria de Vila e quarenta anos depois se desmembrou do município de Sena Madureira. Durante todo esse tempo, o município permaneceu isolado, sem acesso rodoviário permanente. O projeto de asfaltamento da BR 364, que conecta as sedes dos municípios acreanos à capital do estado, deverá estabelecer, a partir deste ano, conexão permanente com Manuel Urbano. O isolamento favoreceu a proteção aos recursos naturais da região; o asfaltamento da rodovia, apesar dos cuidados tomados pelo governo, certamente irá afetar a dinâmica sócio-econômica local, seja atraindo população para as áreas urbana e rural, seja porque estradas secundárias serão demandadas, como, por exemplo, uma ligação entre a cidade de Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus e outra em direção a Feijó. É nesse contexto que a análise dos impactos e benefícios potenciais sobre o PE Chandless deve ser realizada.

### **Perfil demográfico**

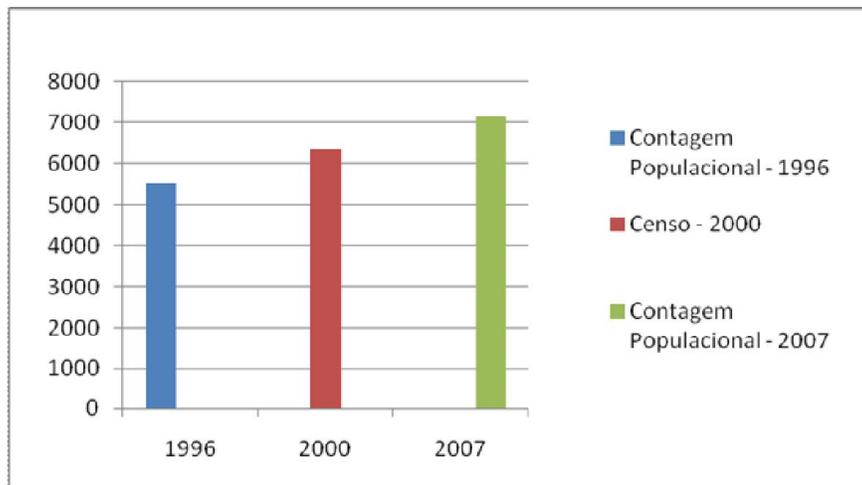
A contagem populacional do município, realizada em 1996, registrou a existência de 5.520 pessoas; quatro anos depois, o Censo de 2000 apontou um crescimento de 15.47%, totalizando 6.374 pessoas. A contagem de 2007 evidenciou um crescimento menor do que o anterior, igual a 12.14%, totalizando 7.148 pessoas. No geral, a população de Manuel

Urbano cresceu 30% na última década, resultado coerente com o isolamento e falta de oportunidades de renda e de trabalho que o município apresenta. O crescimento populacional pode ser visualizado na Tabela 28 e Figura 49, abaixo:

**Tabela 28 - Crescimento Populacional em Manuel Urbano entre 1996 e 2007**

Pesquisa/Ano	Total Populacional	Tx crescimento
Contagem da População 1996	5.520	--
Censo 2000	6.374	15.47%
Contagem da População 2007	7.148	12.14%

Fonte: IBGE



**Figura 49 - Crescimento Populacional em Manuel Urbano entre 1996 e 2007**

Fonte: IBGE

O Censo de 2000 apontou a existência de 3.375 homens e 2.999 mulheres no município, ou seja, existiam mais homens (53% do total) do que mulheres (47% do total), como pode ser visualizado na Figura 50; a densidade demográfica ainda é bastante baixa, ficando próxima a 0.62 hab/km<sup>2</sup>.



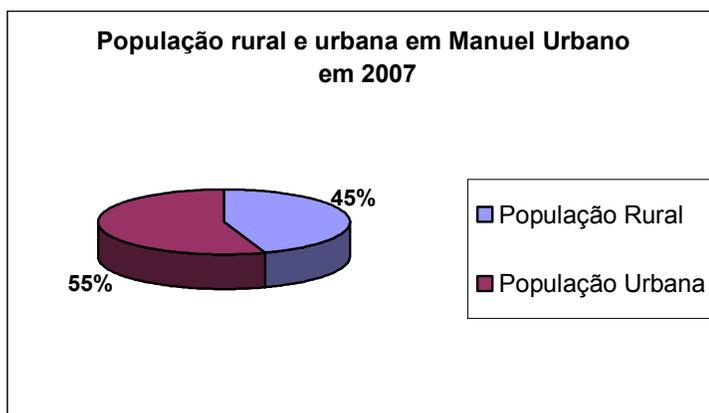
**Figura 50 - Distribuição da População de Manuel Urbano por Sexo, em 2000**

Fonte IBGE

De acordo com o Censo de 2000, a população de Manuel Urbano estava distribuída de forma equilibrada entre a zona urbana (3.281 pessoas, 52% do total) e a rural (3.093, 48% do total), como pode-se visualizar na figura abaixo; essa característica estava associada ao isolamento e às limitadas opções de renda na área urbana.

Mas os dados de 2007 apresentam uma modificação desse perfil, como pode ser visualizado na Figura 51; houve uma transferência populacional da zona rural (que agora conta com 2.995 pessoas ou 41,9% do total) para a urbana (4.153 pessoas ou 58,1% do

total). A taxa de urbanização deve ser crescente nos próximos anos à medida que a cidade passará a ser ponto de circulação rodoviária pela BR 364 em direção a Rio Branco.



**Figura 51 - População Urbana e Rural em Manuel Urbano em 2000**

Fonte: Acre em Números 2007-2008.

No que se refere à caracterização dos domicílios torna-se evidente que o município sofre uma série de carências, as quais se refletem na precária urbanização e nas condições de saúde da população, como se pode constatar na Tabela 29:

**Tabela 29 - Caracterização dos Domicílios em Manuel Urbano**

Caracterização dos Domicílios	Percentual de domicílios
Domicílios permanentes com acesso a água por rede geral	36,51
Domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo	98,47
Domicílios permanentes sem banheiro ou sanitário	56,36
Domicílios com sanitário atendidos pelo serviço de esgoto	3,38
População que vive em domicílios improvisados	0,25

Fonte: Banco da Amazônia

Segundo informações do Banco da Amazônia (BASA) o percentual da população dependente (idosos e crianças) é bastante alto (36%), estando dividido entre 32,48% que representam a população com menos de 10 anos de idade e os demais 3,42% representando a população acima dos 65 anos de idade (BASA 2002).

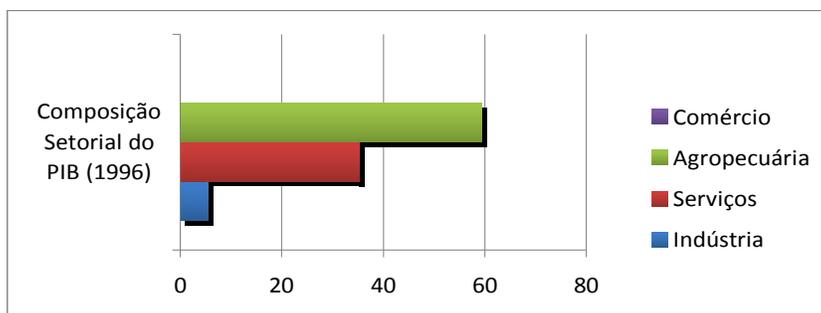
### Perfil Sócio-Econômico

A principal fonte de renda dos habitantes de Manuel Urbano é a agricultura familiar, o extrativismo de borracha vegetal e a agropecuária. Segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), em 2000 havia 396 estabelecimentos rurais, 3 de serviços e 2 de comércio; não existiam estabelecimentos industriais ou de construção civil. A cidade contava apenas com uma agência bancária da Caixa Econômica e uma usina geradora de energia elétrica movida a diesel.

Do ponto de vista da distribuição setorial do PIB, o setor agropecuário apresentava-se como o de maior participação relativa, tendo garantido em 1996 a parcela de 59,3% do PIB do município. O setor de serviços vinha a seguir e detinha a segunda maior participação com cerca de 35% do PIB. Finalmente, a participação da indústria no PIB de Manuel Urbano era de 5,4% e o comércio não possuía, segundo os dados do IBGE, participação alguma no PIB em 1996, como pode-se observar na Tabela 30 e na Figura 52:

**Tabela 30 - Composição Setorial do PIB em Manuel Urbano, em 1996**

Indústria	5,4%
Comércio	0%
Agropecuária	59,3%
Serviços	35,2%



**Figura 52 - Composição Setorial do PIB em Manuel Urbano, 1996**

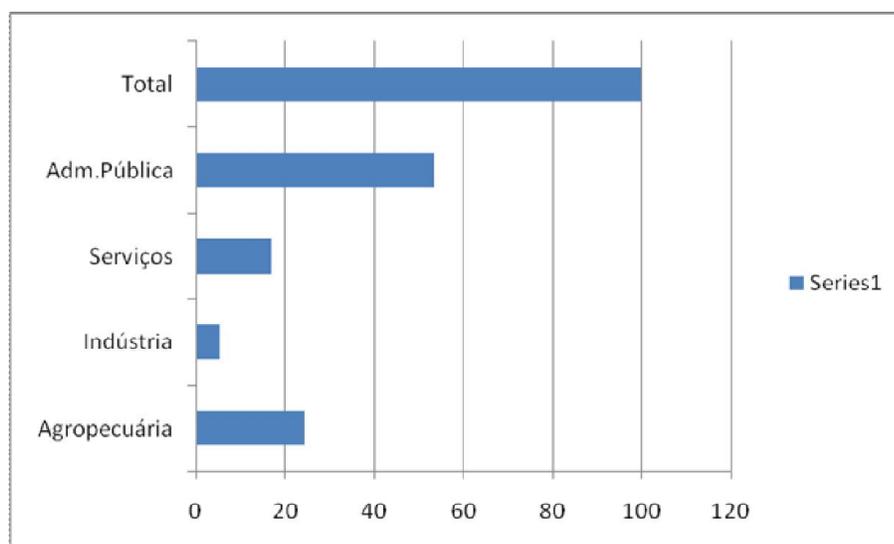
Fonte: IBGE

Em termos de estrutura de renda e emprego, em 2005, observou-se uma alteração nessa distribuição: a administração pública passou a gerar mais de 50% do valor adicional, sendo seguida pela agropecuária e pelos serviços (Tabela 31 e Figura 53).

**Tabela 31 - Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado do Município de Manuel Urbano, por Setor Predominante, em 2005**

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm.Pública	Total
M.Urbano	24,47	5,28	16,96	53,29	100,00

Fonte: IBGE



**Figura 53 - Participação dos Setores Econômicos no Valor Adicionado do Município de Manuel Urbano, por Setor Predominante, em 2005**

Fonte: IBGE

Atualmente é o setor público o maior empregador de Manuel Urbano, evidenciando uma grande dependência dos recursos governamentais na economia do município. Em termos de finanças públicas, o município depende essencialmente de transferências governamentais federais e estadual.

Uma das atividades que mais cresce no município é a pecuária bovina: em 2000 foram registradas 5.6 mil cabeças e, em 2006, esse número passou para 22.839. A agricultura está concentrada na produção de mandioca, milho e arroz, sendo a primeira o principal produto agrícola do município; há um volume pequeno de extrativismo de borracha e de madeira em tora. O valor da produção mais representativo é o gerado pela mandioca.

O PIB do município de Manuel Urbano apresentou um crescimento de cerca de 40% entre 2002 e 2005, passando de R\$22.486 para R\$31.268, conforme a Tabela 32. No mesmo período, o PIB per capita cresceu relativamente menos, igual a 28%, passando de R\$3.206 para R\$4.095.

**Tabela 32 - PIB Municipal e Per Capita em Manuel Urbano entre 2002 e 2005**

Ano	Preços Correntes (R\$)	Per Capita (R\$)
2002	22.486	3.206
2003	28.396	3.933
2004	29.755	4.160
2005	31.268	4.095

**Fonte: Acre em Números 2007-2008.**

Esta alteração pode ser atribuída à recente urbanização sem contrapartida em empregos formais geradores de tributos; ou seja, o crescimento registrado na economia foi distribuído por um número maior de pessoas, fazendo com que o PIB per capita diminuísse.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD/IPEA/FIP) de 1991, situação de Manuel Urbano é considerada ruim na maioria dos indicadores (Tabela 33). Os índices de condições de vida em relação à infância, educação, habitação e grau de desigualdade, apenas para citar os mais importantes, são todos considerados ruins, estando bem abaixo dos índices levantados para o Brasil.

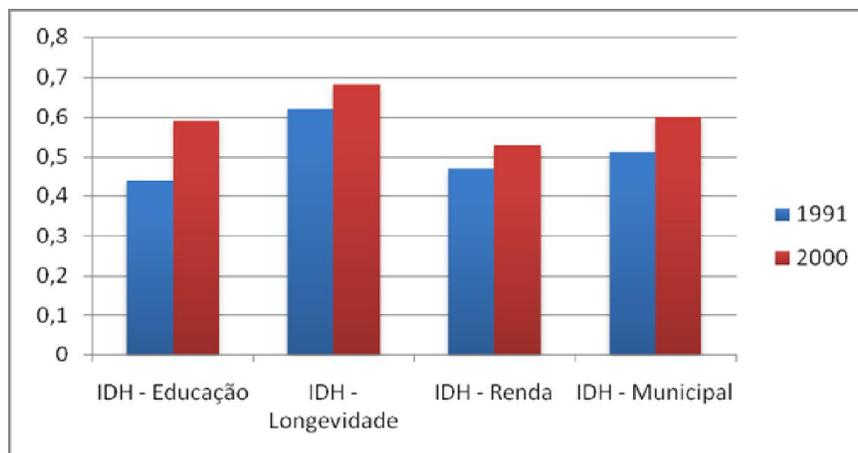
Em Manuel Urbano, a esperança de vida ao nascer é considerada de nível intermediário, são 61,62 anos, enquanto a média brasileira é de 63,29 anos. Já em relação à educação, é ilustrativo assinalar que a média de anos de estudo da população de 25 anos e mais é de apenas 1,3 anos.

**Tabela 33 - Índice de Desenvolvimento Humano de Manuel Urbano em 1991 e 2000**

Índice de Desenvolvimento	1991	2000
IDH - Educação	0,439	0,593
IDH - Longevidade	0,622	0,682
IDH - Renda	0,470	0,527
IDH - Municipal	0,510	0,601

**Fonte: PNUD**

Vale lembrar que o IDH – Municipal é obtido pela média aritmética simples dos três sub-índices, referentes às dimensões Expectativa de vida (IDH - Longevidade), Educação (IDH - Educação) e Renda (IDH - Renda) (PNUD).

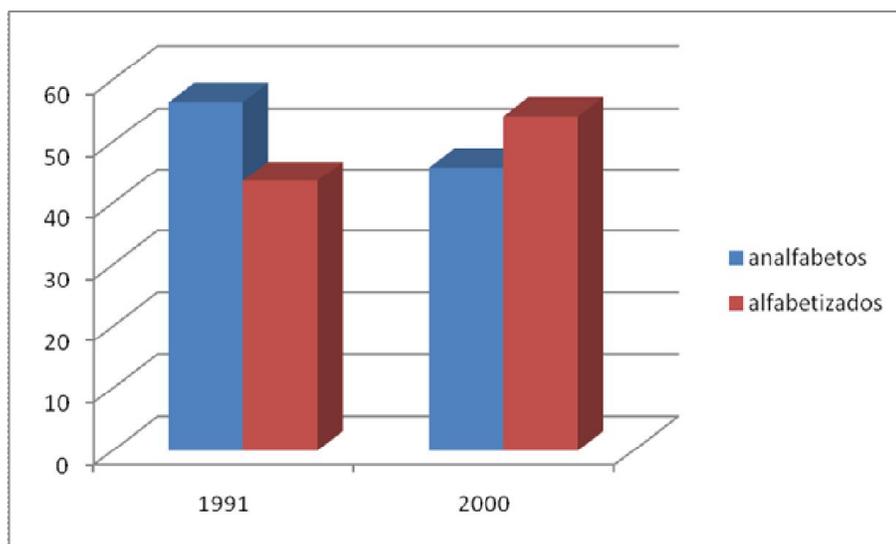


**Figura 54 - IDH de Manuel Urbano em 1991 e 2000**

Conforme a Figura 54 nota-se que o crescimento desses índices não é de significativa notoriedade, embora represente uma melhoria na condição de vida da população de Manuel Urbano entre 1991 e 2000.

### Educação

A taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais, em Manuel Urbano, teve uma melhora entre 1991 e 2000; em 1991 era de 43,6% e em 2000 passou para 54,2%, um aumento de mais de dez pontos, como pode-se visualizar na Figura 55. Mesmo assim, continua bastante inferior à média do Estado que é de 76,3%.



**Figura 55 - Taxa de Analfabetismo em Manuel Urbano em 1991 e 2000.**

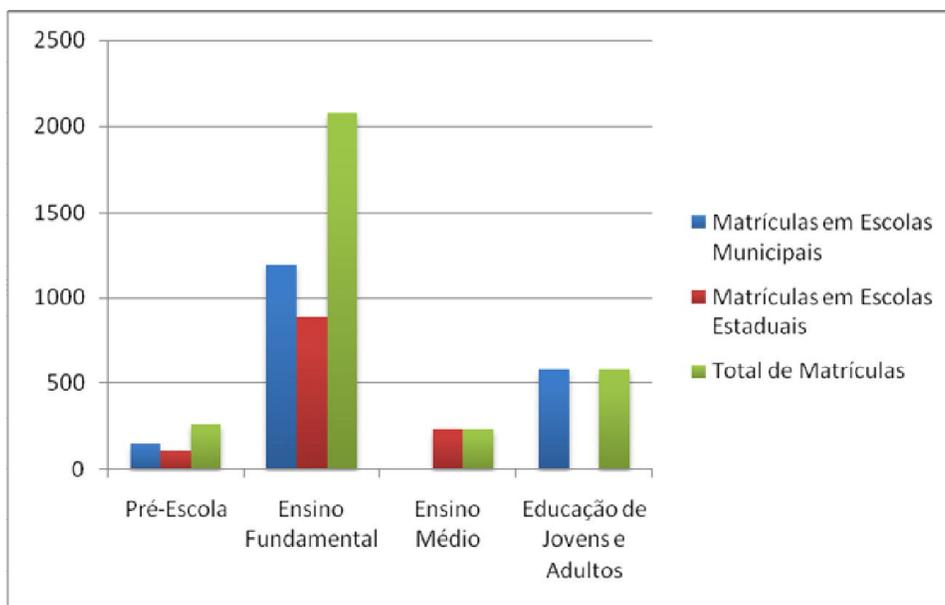
Fonte: IBGE

De acordo com o Censo Educacional de 2005 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do total de matrículas em estabelecimentos de ensino de Manuel Urbano em 2005, 1223 foram realizadas em escolas estaduais e 707 em escolas municipais (Tabela 34 e Figura 56). Existem 10 escolas públicas estaduais e 39 municipais.

**Tabela 34 - Matrícula Inicial nos Diferentes Níveis de Ensino em Manuel Urbano, em 2005.**

Dependência	Matrícula Inicial							
	Pré-escola	Educação especial	Ensino Fundamental (Regular)			Ensino Médio Regular	Educação de Jovens e Adultos (presencial)	
			Total	1a-4a e anos iniciais	5ª-8ª e anos iniciais		Total	Fundamental
Estadual	110	1	880	577	303	232	0	0
Municipal	150	5	1198	1046	152	0	574	574
Total	260	6	2078	1623	455	232	574	574

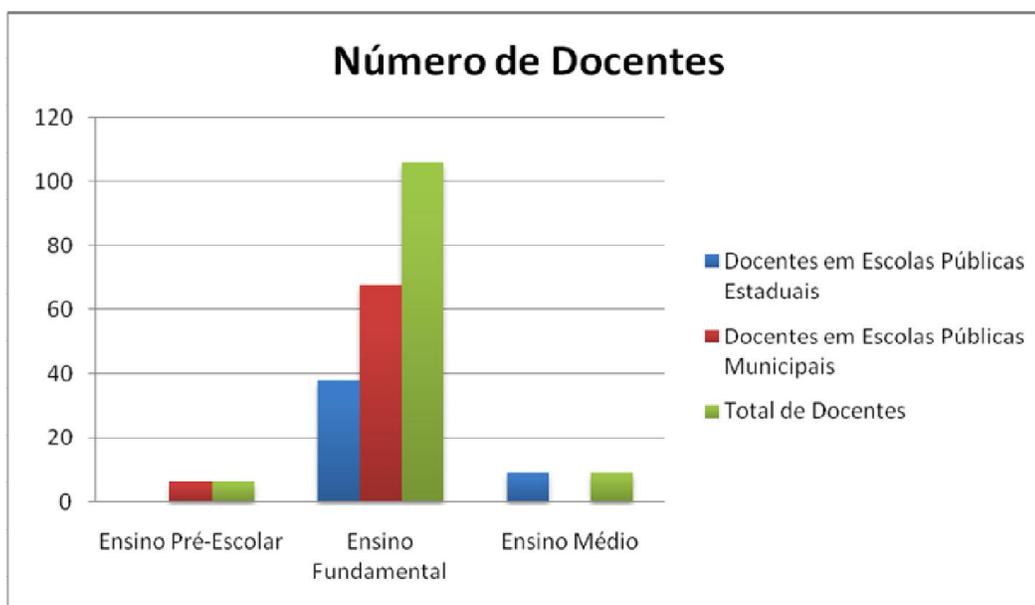
Fonte: INEP, Censo Educacional de 2005.



**Figura 56 - Matrícula Inicial nos Diferentes Níveis de Ensino em Manuel Urbano, em 2005.**

Fonte: INEP, Censo Educacional de 2005.

Em 2007 foram realizadas 195 matrículas no ensino pré-escolar; existe um estabelecimento e 6 docentes para esse nível de ensino. No ensino fundamental foram realizadas 2.116 matrículas em 47 estabelecimentos com 106 docentes, em escolas públicas estaduais e municipais. No ensino médio, no mesmo ano, foram realizadas 198 matrículas em um único estabelecimento com 09 docentes (Figura 57).



**Figura 57 - Número de Docentes em Escolas Públicas em Manuel Urbano, em 2007.**  
Fonte: IBGE

O que chama mais atenção na área de educação é o elevado índice de analfabetismo; apesar dos avanços, metade da população de Manuel Urbano é analfabeta.

Quando se agrega a esse dado os índices de evasão (31,8%) e reprovação no ensino fundamental (17,2%), e a defasagem idade-série, que atinge 60,8% no ensino fundamental, completa-se um quadro verdadeiramente sombrio do sistema educacional. Em um primeiro olhar, afirma-se que é preciso atacar sem contemporização e com máxima prioridade as questões do analfabetismo e da evasão escolar.

Pelo lado do magistério, registra-se que no ensino fundamental da região existe apenas um professor com formação superior com licenciatura completa. A qualificação dos docentes é baixa e precisa ser revertida - 60% dos professores têm apenas o 1º grau (13% incompleto) e 40%, o 2º grau. São 121 professores com essa formação e responsáveis pela educação dos alunos do ensino fundamental.

Acrescenta-se, ainda, as seguintes informações: o município não possui estabelecimentos de educação especial e também não oferece sistema de Educação de Jovens e Adultos semipresencial. De acordo com dados do INEP, não há oferta de vagas em cursos profissionalizantes, como também não há registros de matrículas em creches, nem registrou-se a existência das mesmas no município. Não há escolas privadas ou federais em Manuel Urbano.

Sabe-se que o acesso à escola e ao conhecimento são fundamentais para o processo de cidadania e de construção do capital humano e social. Por isso um investimento maior no sistema educacional de Manuel Urbano é fundamental para que a população jovem possa vir a se beneficiar das novas oportunidades que estão sendo abertas no município e que serão intensificadas com a consolidação do Parque Estadual Chandless.

## Saúde

Um dos indicadores que expressam com maior clareza as condições de saúde e de vida de uma população é a taxa de mortalidade infantil. Nesse aspecto, as condições de Manuel Urbano são consideradas ruins, pois os índices são elevados.

Segundo dados de 1991, o índice atingia em Manuel Urbano a taxa elevada de 64,83% (por mil nascidos vivos). Estudo do IBGE realizado em 1998 indicou a redução desse índice, porém não de maneira significativa, pois apontou um índice bruto de mortalidade infantil de 63,04%. Esses índices são reflexos, em grande medida, das condições precárias de saneamento básico, de nutrição, de higiene e de limpeza, e a limitação da estrutura e do atendimento em termos de saúde pública e de medicina preventiva.

A rede de saúde de Manuel Urbano dispõe de 85 leitos, uma proporção de 0,011% leitos por habitante. Esses equipamentos de saúde, além de insuficientes, se caracterizam pela precariedade das instalações, dos equipamentos mesmos, e da falta de material hospitalar e ambulatorial. O Programa Saúde da Família atende cerca de 80% da população do município.

As doenças mais comuns na região são anemia, asma, verminose, diarreia, malária, hepatites virais, insuficiência respiratória, desidratação, escabiose, etc.

Em relação ao saneamento, menos de 40% dos domicílios estão ligados à rede de abastecimento de água e o percentual de domicílios sem banheiro ou sanitário é também elevado, ou seja, mais de 50% (BASA 2002). Existem problemas no recolhimento e condicionamento do lixo urbano, não se dispõe de aterros sanitários, de serviços regulares de coleta e, em conseqüência, a população tem feito dos rios que banham as cidades verdadeiros "depósitos de lixo", contribuindo, dessa forma, para a poluição ambiental e visual de suas respectivas cidades.

### **Infra-estrutura**

O município de Manuel Urbano tem infra-estrutura precária, tanto urbana quanto rural.

O transporte fluvial é feito por balsas e por pequenos batelões que circulam no rio Purus. A Rodovia BR-364, que liga o município a Sena Madureira, não oferece condições de tráfego no período invernos, que começa, geralmente, com as primeiras chuvas de outubro e vai até o final de abril, condenando os moradores da região ao completo isolamento.

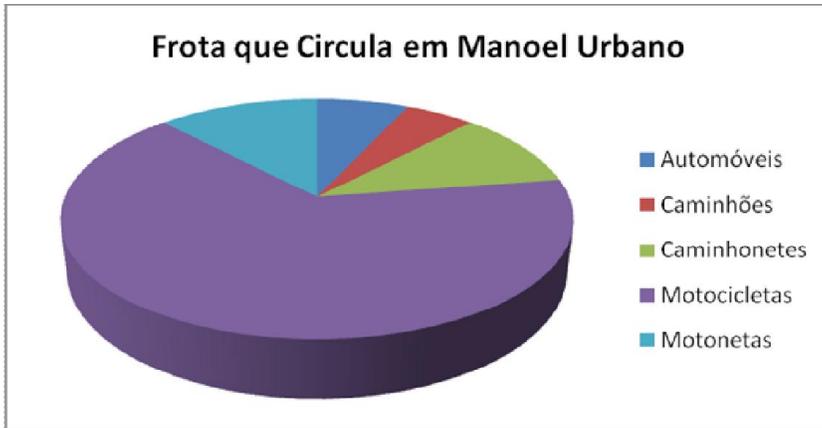
A cidade possui uma usina geradora de energia elétrica de motores a diesel, com uma potência instalada de 450 KWA.

Em 2007, segundo levantamento do IBGE, a frota que circulava na cidade era formada por 115 veículos, dividida da seguinte forma (Tabela 35 e Figura 58):

**Tabela 35 - Frota de Veículos em Manuel Urbano, em 2007**

<b>Veículo</b>	<b>Quantidade</b>
Automóvel	8
Caminhão	6
Caminhonete	12
Motocicleta	75
Motoneta	14

Fonte: IBGE

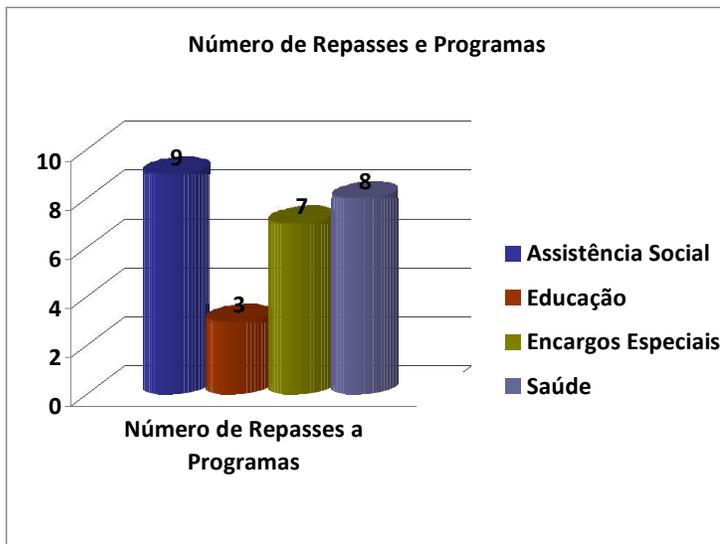


**Figura 58 - Frota de veículos em Manuel Urbano em 2007**

Fonte: IBGE

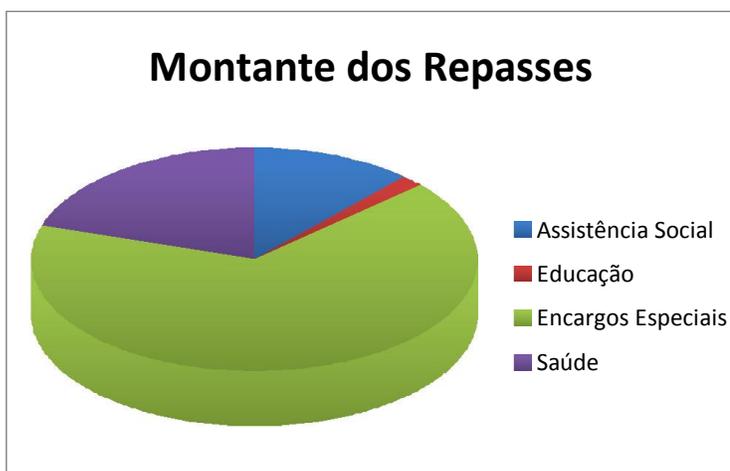
**Investimentos do Governo Federal no município de Manuel Urbano em 2007**

O Governo Federal é responsável pelos principais investimentos em ações voltadas para a proteção de segmentos vulneráveis da população nas áreas de assistência social, educação, encargos especiais (Fundo de Participação dos Estados, Imposto Territorial Rural, royalties, entre outros) e saúde. Em 2007 o valor total repassado foi igual R\$5.300 mil, assim distribuídos: 634 mil para assistência social; 88 mil para educação; 3.593 mil para encargos especiais e 1.072 mil para saúde, conforme as Figuras 59 e 60 demonstram.



**Figura 59 - Repasses e Programas do Governo Federal para Manuel Urbano em 2006.**

Fonte: Portal Transparência, Governo Federal



**Figura 60 - Montante de Repasses em Projetos Especiais do Governo Federal para Manuel Urbano, em 2007.**

Fonte: Portal Transparência, Governo Federal

### Projetos Especiais em Execução em Manuel Urbano

Projetos inovadores, executados em parceria com organizações não governamentais, ou com órgãos federais, podem contribuir para formar opinião para questões ambientais em Manuel Urbano, qualificar recursos humanos e inserir estes temas nas políticas públicas locais, criando ambiente favorável às iniciativas futuras de implantação do Parque Estadual Chandless.

#### Inclusão Digital:

Fonte: Jornal Ac24horas, [www.ac24horas.com.br](http://www.ac24horas.com.br)

Em parceria com a Prefeitura de Manuel Urbano, o Ministério Público do Estado do Acre (MPE) inaugurou no dia 9 de julho de 2008, por meio de um Termo de Cooperação, a sala de inclusão digital no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Manuel Urbano.

O espaço oferece computadores, recursos tecnológicos, e toda a orientação necessária para que os usuários utilizem adequadamente o conhecimento que a internet oferece. A sala de inclusão digital inaugurada pela Prefeitura do município e o MPE capacitará jovens e adolescentes no uso das ferramentas de informática básica em software livre, com uma metodologia baseada na utilização de temas geradores, a partir da realidade da comunidade.

#### Projeto de Assentamento Florestal:

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Levado a cabo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de autoria do então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rolf Hackbart, o novo modelo de assentamento para a Região Amazônica pretende aliar produção familiar e preservação ao meio ambiente.

O principal potencial dos imóveis é o manejo florestal, com viabilidade econômica e sustentabilidade ambiental. O projeto integra as estratégias do novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que prevê o respeito aos biomas, diferenças regionais, tradições e ao meio ambiente.

No projeto está previsto que cada assentado receberá a concessão de uso de uma área de aproximadamente 200 hectares. Em 2007, os assentados receberam capacitação voltada ao aprendizado do manejo florestal. A idéia é criar núcleos comunitários para facilitar o acesso a benefícios como educação e saúde.

### **Projeto Alto Purus:**

Fonte: WWF Brasil

A iniciativa, realizada em conjunto por WWF-Brasil, Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF) do Acre e a Colônia de Pescadores de Manuel Urbano desde 2003, capacita comunidades locais para o manejo do pirarucu, maior peixe de água doce do planeta.

O Projeto Alto Purus capacitou pescadores locais para implementar acordos de pesca na região, que consistem na criação de normas para regular a atividade, sua sustentabilidade e a reposição das espécies.

A iniciativa é baseada no Projeto Várzea, voltado para o manejo participativo de recursos pesqueiros realizado desde 1994 na região de Santarém, Estado do Pará. Executado em conjunto por WWF-Brasil e Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Eram), proporcionou os primeiros acordos de pesca na bacia amazônica, melhorando em até 60% a produtividade dos lagos manejados e aumentando a produção de pirarucu, em média, em 4,7 vezes. Iniciativa fruto de parceria entre WWF-Brasil, governo do Acre e comunidades do Município de Manuel Urbano, melhora a conservação dos lagos, aumenta a renda das famílias locais e influencia políticas públicas em nível regional.

### **Observações Finais**

Atualmente a cidade de Manuel Urbano está vivendo um momento de expansão econômica e um certo caos urbano em decorrência da presença das empresas responsáveis pela pavimentação da rodovia BR 364. A cidade não estava preparada e não dispõe de hotel, restaurantes, supermercado, farmácias e até serviços básicos de contabilidade. Não há oferta de material de construção como tijolos e a única cerâmica existente não atende à crescente demanda.

Ao lado desse impulso econômico também vem crescendo a violência e a prostituição infantil e adulta. As empresas contratam trabalhadores para a construção da estrada, 400 a 600 homens que vêm para a cidade nos finais de semana gerando problemas sociais de toda ordem. Os serviços de segurança são precários e não conseguem manter a ordem social em prejuízo dos moradores da cidade.

Do ponto de vista do Plano de Manejo do PE Chandless, é preciso considerar riscos e oportunidades associados ao papel que a cidade de Manuel Urbano poderá desempenhar.

Em termos de riscos é preciso considerar as seguintes variáveis:

a) A falta de preparação dos órgãos públicos municipais para demandas relacionadas com a implantação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, principalmente neste caso, que abriga populações tradicionais; isso significa que, enquanto não for resolvida a situação dessas famílias, elas serão demandantes de serviços públicos, de educação, saúde e infra-estrutura, que deverão ser implantados pelo município de Manuel Urbano.

b) A ausência de programas de educação ambiental nas escolas municipais, dificultando a compreensão dos moradores urbanos a respeito das funções desempenhadas por unidades de conservação.

c) O limitado orçamento municipal e a carência de serviços públicos urbanos em Manuel Urbano, diminuindo as chances de a Prefeitura poder alocar fundos adicionais ao Parque.

d) A pressão que será exercida sobre estes serviços a partir da conclusão do asfaltamento e da conexão com Rio Branco.

Em termos de oportunidades, a cidade poderá oferecer:

a) Suporte de infra-estrutura para a gestão do Parque: pode funcionar dentro do escritório local do órgão estadual de meio ambiente.

b) Sede de projetos de apoio à população residente no Parque: projetos podem ser desenvolvidos em parceria com ONGs e ter base de apoio na cidade.

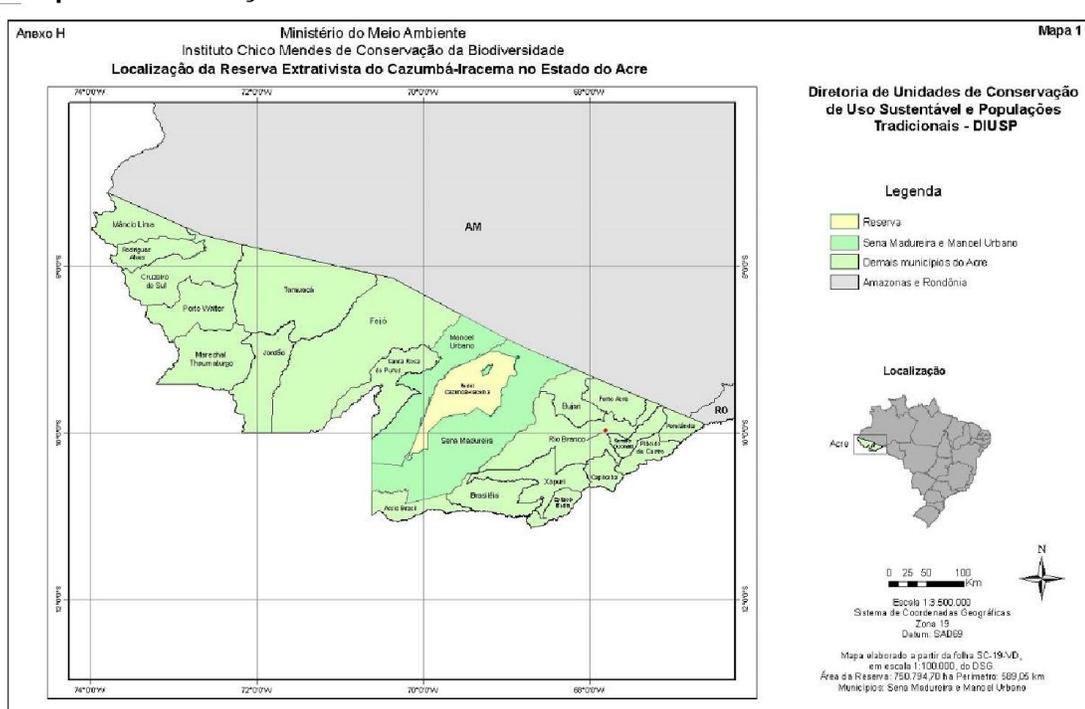
c) Base de projetos de turismo no Parque: na medida em que o turismo se desenvolva como uma opção para o Parque, será necessário implantar alguma infra-estrutura de suporte, como pousada e restaurante para atender pessoas em trânsito para a área.

Além disso, é preciso implantar projetos de educação pública, nas escolas e em organizações da sociedade civil, com o objetivo de esclarecer a população de Manuel Urbano a respeito dos benefícios que a existência de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral pode trazer em nível local, nacional e planetário.

### 6.3. Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema

A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, localizada na bacia do rio Caeté, nos municípios de Sena Madureira e Manuel Urbano, foi criada por Decreto Federal s/nº, de 19 de setembro de 2002 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com área de 750.794,70 hectares. Limita-se ao norte com a Terra Indígena do Alto Rio Purus, ao sul com a Floresta Nacional Macauã e a leste com o Parque Estadual Chandless. A reserva situa-se no domínio da Floresta Amazônica, ocorrendo formações de floresta densa e floresta aberta.

#### Mapa 4 - Localização da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.



Fonte: MMA 2007. Plano de Manejo da Resex Cazumbá-Iracema.

A Resex desempenha importantes papéis sociais e ambientais para toda a sociedade: ajuda a fixar a população no campo, evitando aumento da pobreza na periferia da cidade, contribui para a economia local/regional, fornece serviços ambientais, ajuda a conservar amostra representativa da floresta amazônica, funcionando, ainda, como zona tampão contra impactos ambientais sobre o Parque Estadual Chandless e contribuindo para assegurar a integridade dos recursos naturais em um vasto território contínuo do Alto Purus.

A implementação da Resex visa conciliar conservação, uso dos recursos naturais e manutenção da cultura extrativista; para isso, depende do fortalecimento da organização comunitária, da aplicação adequada dos instrumentos de gestão disponíveis e da gestão participativa em parceria com o poder público.

A Resex Cazumbá-Iracema abriga cerca de 270 famílias (aproximadamente 1,3 mil habitantes), que vivem do extrativismo de castanha-do-Brasil, pesca, artesanato de borracha e sementes, agricultura e pecuária de subsistência, organizados na Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá. Além de populações isoladas, existem quatro comunidades, sendo Cazumbá a maior com população próxima de 50 famílias.

O Conselho Deliberativo da Reserva foi criado pela Portaria IBAMA nº 25, de 09 de março de 2006, resultado de projeto apoiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA e executado em parceria com a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá. É composto por representantes comunitários das cinco grandes associações de moradores da Reserva, além do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sena Madureira e associações do entorno, a ONG WWF-Brasil e organizações governamentais como as Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente, o INCRA, o ICMBio e o IBAMA.



**Foto 84 - Primeira Reunião do Conselho Deliberativo da Reserva**  
Fonte: MMA 2007 Plano de Manejo da Resex Cazumbá-Iracema

## **História**

A criação da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema resultou de um processo de mobilização da comunidade de seringueiros residentes na área, que teve início em meados de 1976, quando o INCRA desapropriou vários seringais no município de Sena Madureira para implantação do Projeto de Assentamento Boa Esperança. Dentre estes seringais estava o Iracema, no rio Caeté, ocupado pela Comunidade do Cazumbá. Com a expansão do assentamento, os líderes desta comunidade organizaram-se, concentrando alguns

moradores em um único núcleo habitacional, a fim de impedir o loteamento da área e a especulação fundiária.

O INCRA destinou uma área aproximada de 17.538 ha para titulação coletiva em nome da associação dos moradores, entendendo que com isso resolveria o pleito das comunidades. Mas a pressão sobre os recursos utilizados por eles só crescia à medida que se pretendia implantar um grande projeto de assentamento na área.

Em outubro de 1999, representantes da Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá procuraram o Escritório Regional do IBAMA em Sena Madureira, na tentativa de implantar um projeto de criação de animais silvestres e de proteger a área da crescente pressão externa. O IBAMA concluiu que a criação de uma Reserva Extrativista seria a melhor forma de garantir a sobrevivência da comunidade e a manutenção de seu modo de vida, baseado na exploração de baixo impacto dos recursos da floresta.

Moradores de outros seringais do rio Caeté, que viviam no mesmo clima de incerteza quanto à garantia de permanência na terra e dos seus costumes, também passaram a ver a Reserva Extrativista como solução para seus maiores problemas.

A criação da UC tornou-se uma prioridade em função dos conflitos fundiários. Durante o processo de identificação das áreas a serem incluídas na Resex, localidades de outras comunidades foram inseridas em função das suas características ambientais e da solicitação de seringueiros residentes, incluindo os seringais Cachoeira e Riozinho, no rio Macauã. As cabeceiras do rio Caeté foram incluídas, a fim de proteger sua micro-bacia. A situação de disponibilidade das terras em poder da União, arrecadadas e/ou desapropriadas, foi também considerada na definição da área, a fim de minimizar os custos de desapropriações.

Para definição dos limites da UC, tomou-se como referência, a oeste, o divisor de águas da bacia do rio Caeté com o rio Purus e a leste o ramal denominado Estrada do Narcélio, localizado no divisor de águas do rio Caeté com o rio Macauã, até o limite do seringal Cachoeira, daí seguindo pelo rio Macauã, limitando-se com a Floresta Nacional do Macauã. Na parte norte/leste foi tomado como referência para definição do limite, as divisas dos lotes efetivamente assentados do Projeto de Assentamento Boa Esperança.

A cidade mais próxima da Reserva é Sena Madureira, acessada a partir de Rio Branco, pela BR 364, por 150 km pavimentados. O acesso à Reserva, a partir de Sena, dá-se pelos rios Caeté e Macauã e, já em seu interior, há diversos igarapés que acessam moradias mais dispersas, como o Santo Antônio, Canamary e Maloca, no rio Caeté e igarapé Riozinho, no rio Macauã. No verão amazônico, os rios e igarapés têm sua navegabilidade muito reduzida ou interrompida e as principais vias de acesso, nessa época, são o Ramal do 16, com 30 km, que liga a BR-364 à Comunidade do Cazumbá e o Ramal do Narcélio, com 126 km de extensão, chegando até o seringal Cachoeira. Esses ramais atendem apenas parte das famílias da Reserva. (Ver mapas da Resex Cazumbá-Iracema em anexo).

A regularização fundiária ainda não foi realizada. Não foi elaborado um plano de regularização para identificação da dominialidade das áreas nos limites da Reserva (porções sob domínio privado, público e eventuais terras devolutas) e estabelecimento, caso necessário, de estratégias de desapropriação, não tendo sido também demarcado seu perímetro, com a definição de limites e estabelecimento de marcos físicos. Há, atualmente, um processo de desapropriação pela via administrativa (Processo no 02002.001448/02-26, em nome de Tonis Euclides D'Ávila Cavalcante e outros), aberto em 2003 e referente ao seringal Cachoeira. Por ser a única área privada ainda ocupada e parcialmente em uso na Reserva, e devido às restrições parciais impostas por um dos proprietários à realização de atividades relacionadas à gestão da Unidade em localidades desse seringal, a desapropriação desse imóvel é prioritária.

Desta forma, o processo de criação da reserva foi expandido para toda a bacia do rio Caeté, a montante da Comunidade do Cazumbá, abrangendo um universo de aproximadamente 200 colocações, em uma área maior que 750.000 ha, com grandes porções de floresta em boas condições de preservação.

Durante todo o processo o pleito da comunidade contou com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e com a oposição do INCRA que continuava com seu projeto de implantar um assentamento na área iniciado em 1986. Outras pressões surgiram da parte de antigos seringalistas que exploravam a área do Seringal Santa Helena e outros, no rio Caeté, e que se denominavam proprietários de 450.000 hectares.

Aos poucos a comunidade extrativista da área conquistou apoio dos movimentos ambientalistas e religiosos acreanos que passaram a apoiar a criação da Resex para atenuar o processo de alteração do meio ambiente, a diminuição da diversidade biológica e a conservação da cultura tradicional de convivência harmônica com a floresta e os rios.

### **Dados Gerais**

Pesquisa realizada de junho a setembro de 2003 permitiu uma primeira caracterização socioeconômica da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema. Foram entrevistadas 247 famílias (95% do total), aplicando um questionário estruturado em 4 partes: 1) informações das unidades habitacionais; 2) aspectos sociais; 3) perfil econômico e 4) estrutura comunitária e percepção da reserva. As famílias entrevistadas estão distribuídas em 145 colocações, totalizando 1.232 pessoas: 56% homens e 44% mulheres. As famílias são relativamente grandes (até 13 pessoas), resultando numa população formada predominantemente por jovens (62%) e adultos (30%), em geral analfabetos (49%) ou com baixa escolaridade.

A dieta provém de produtos agropecuários, caça, pesca e de alguns produtos industrializados. A economia baseia-se no extrativismo da borracha e castanha e na agricultura familiar. É extraída também grande variedade de outros produtos florestais, principalmente para consumo da comunidade. Entre eles: cipó-timbó, açai, patauá, bacaba, cajá, cipó-de-ambe, bacuri, sementes, jatobá, palmito, pupunha, copaíba, breu-branco, cupuaçu, sucuba e buriti.

A mandioca para produção de farinha é o principal produto da agricultura. A criação de gado, apesar de exercida por 55% dos moradores, ainda é pouco intensa, não possuindo grande impacto econômico ou ambiental. A maior parte das famílias cria animais de pequeno porte, principalmente galinhas, patos e porcos. A caça tem peso importante na dieta dos moradores. Está sendo desenvolvido um projeto de criação semi-extensiva de capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), visando garantir o suprimento de proteína animal aos moradores da reserva, reduzir a pressão exercida pela caça e a comercialização de excedentes em Sena Madureira. Apesar do grande potencial madeireiro e da facilidade de escoamento, a comunidade somente extrai para uso próprio, principalmente na construção de casas, cercas e canoas.

Como na maioria das Reservas Extrativistas da região, os serviços de educação e saúde apresentam limitações. Existem duas escolas na reserva que ministram cursos da 1ª a 4ª séries. A taxa de analfabetismo na população adulta chega a 25%. Existe um posto de saúde na comunidade de Cazumbá e outro na cidade de Sena Madureira, mantidos pela prefeitura municipal. As doenças com ocorrência mais freqüente na comunidade são: malária, verminose, hepatite, diarreia e doenças de pele causadas por picadas de insetos.

O IBAMA implantou junto às comunidades, um programa de saneamento, com financiamento de R\$ 270 mil, já aprovados pela Fundação Nacional de Saúde, para melhorar o abastecimento de água e construir fossas sépticas nas moradias, escolas e centros de saúde da área.

Pelo menos 90% da área estão totalmente intocadas pelo homem e, dentre os vários projetos que ali deverão ser desenvolvidos, o financiamento para a instalação de uma criação de capivaras, que depois deve estender a jabutis, porcos e pacas, está aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente.

A Resex desenvolve projetos inovadores de manejo de animais silvestres e pretende que essa atividade viabilize economicamente a área e garantir a preservação das espécies ameaçadas de extinção. O mercado é garantido, pois empresários do Acre e de outros estados estão interessados, não só na compra da carne. Outro projeto relevante é da borracha produzida pelos extrativistas que também despertou interesse por parte dos empresários tanto do Acre como de outras regiões do país.

O sucesso dos projetos, principalmente da criação de animais silvestres e da produção de borracha, resultou em apoio financeiro por parte da Itália, para a consolidação do projeto de conservação e desenvolvimento da biodiversidade naquela região.

### **Plano de Manejo**

O SNUC determina que as Reservas Extrativistas devem ter planos de manejo elaborados e aprovados em até cinco anos após a decretação da unidade de conservação. A Resex Cazumbá-Iracema é uma das poucas que já concluiu a elaboração de seu plano, de forma participativa. O documento foi construído com a participação de vários setores da sociedade local, especialmente os moradores da reserva e o Conselho Deliberativo da Resex aprovou o plano no dia 11 de março de 2008. Agora está sendo iniciado o processo de implementação da Reserva.

Os dados apresentados a seguir foram sistematizados do documento do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema (MMA 2007).



**Foto 85 - Participantes da Comunidade Jacareúba-Redenção, da Resex Cazumbá-Iracema, ao Final de Reunião para o Plano de Manejo.**

Fonte: MMA 2007. Plano de Manejo da Resex Cazumbá-Iracema.

Foi definida como missão da Resex: Promover, a partir de parcerias com diversos segmentos da sociedade, especialmente com as comunidades locais, na condição de principais beneficiárias e co-responsáveis pela gestão da Unidade, a conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais de porção significativa do bioma amazônico no estado do Acre, assegurando a melhoria das condições de vida das populações residentes, em harmonia com a manutenção de sua cultura e modo de vida tradicional” (MMA 2007:3).

### **Objetivos Específicos do Plano de Manejo:**

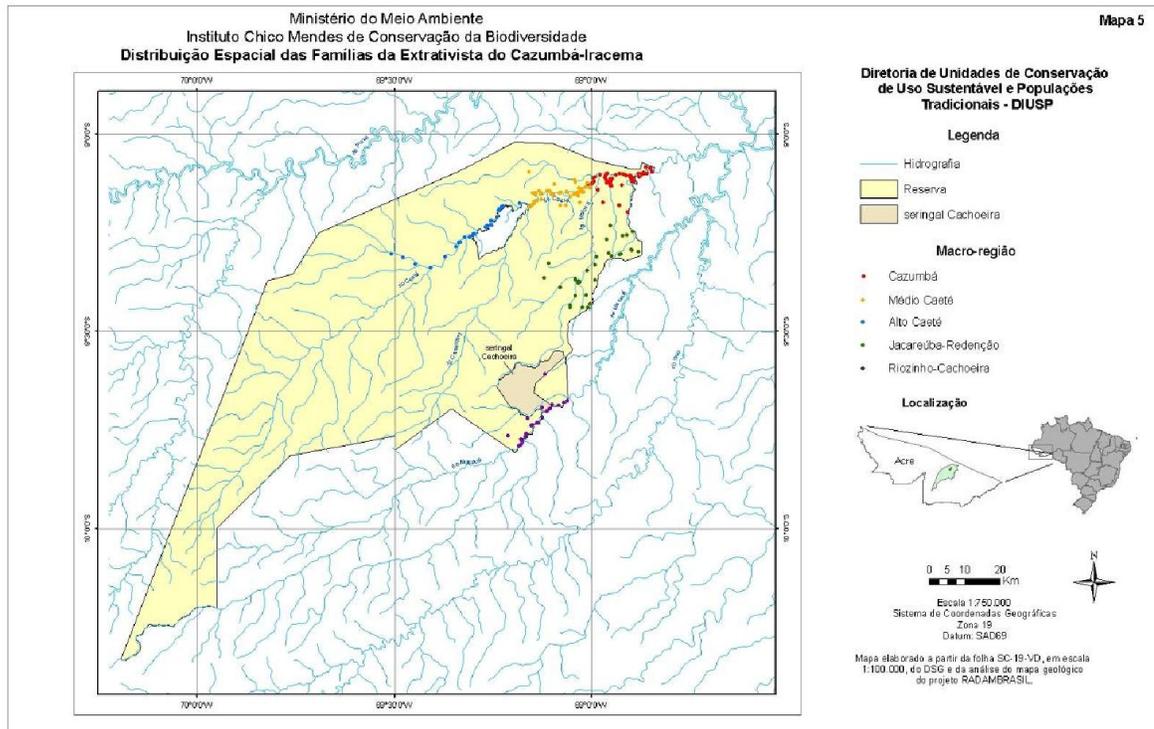
- manter a pressão antrópica baixa em toda a Reserva, garantindo a manutenção da biodiversidade e dos serviços ambientais hoje oferecidos pela UC;
- preservar material biológico, valores e conhecimentos culturais valiosos, possibilitando seu uso presente e futuro pelas comunidades tradicionais e outros segmentos da sociedade;
- fortalecer a organização das comunidades residentes, para que entendam e exerçam na plenitude seu papel socioambiental de co-responsáveis pela gestão da Unidade;
- garantir aos moradores cadastrados acessibilidade aos recursos naturais vitais, em longo prazo, conforme a tradição extrativista;
- melhorar as condições de vida das populações residentes na UC e, se possível, do entorno, sobretudo, no que diz respeito à saúde e à educação;
- fortalecer a organização das comunidades residentes para possibilitar, entre outros benefícios, seu desenvolvimento econômico de modo compatível com os objetivos da UC, a partir das diretrizes estabelecidas neste Plano;
- garantir que a Reserva funcione como zona tampão, contribuindo para reduzir os impactos socioambientais negativos sobre as áreas protegidas localizadas em seu entorno, e que admitem menor grau de intervenção;
- proteger a micro-bacia do rio Caeté;
- aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade e os processos ecológicos da Reserva, a fim de subsidiar ações específicas de manejo e a geração de benefícios para a sociedade;
- proteger a fauna, flora e demais recursos naturais, regulando seu uso nas áreas permitidas, de acordo com os instrumentos de gestão, e estabelecendo áreas seguras para sua manutenção;
- contribuir para a disseminação e melhor compreensão da importância socioambiental e econômica da Reserva pelos diversos atores locais e regionais, visando sua inserção e maior integração aos processos de desenvolvimento regional.

### **Indicadores Demográficos**

Existem hoje 262 famílias cadastradas na Reserva, totalizando aproximadamente 1.300 pessoas, sendo 56% homens e 44% mulheres. Sessenta e dois por cento da população é composta por jovens (até 21 anos); 6% são idosos (a partir de 60 anos). As uniões acontecem, em 95% dos casos, de maneira informal (sem registro civil de casamento). A maioria dos casais possui de três a seis filhos, chegando a 11, em alguns casos. Parte das famílias (10%) inclui agregados: tios, sobrinhos, netos, avós e primos. Praticamente todos os moradores (98%) nasceram no município de Sena Madureira. A maior parte das famílias (61%) vive a mais de 20 anos no mesmo local. Os deslocamentos geralmente limitam-se à

troca de colocações dentro da própria Reserva. Parte das famílias (57%) já morou em outro local: 44% em outro seringal, 12% na cidade e 1% em projetos de assentamento.

### Mapa 5 - Distribuição Espacial das Famílias da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema



Fonte: MMA 2007. Plano de Manejo da Resex Cazumbá-Iracema.

A distribuição das famílias dentro da Resex pode ser visualizada no Mapa 5 (Em anexo, em versão ampliada). No Núcleo do Cazumbá existem 32 casas. Algumas benfeitorias e equipamentos atendem a todos os moradores, como campo de futebol, sede de associação, gerador de energia, bomba d'água, serraria, peladeira de arroz, colheitadeira e triturador de grãos.



Foto 86 - Vista Aérea do Núcleo do Cazumbá na Resex Cazumbá-Iracema.

Fonte: MMA 2007. Plano de Manejo da Resex Cazumbá-Iracema.

## **Organização Comunitária**

A organização comunitária formalmente constituída vem crescendo na Reserva. Nos primeiros anos após sua criação, havia apenas uma associação legalizada (Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá - ASSC). Em 2004, outra associação foi criada: a Associação dos Agricultores Extrativistas do Zirmão-Iracema. Em 2005, como parte do projeto “Estrutura de Gestão da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema”, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA/MMA), os demais moradores foram incentivados e apoiados na criação de associações, surgindo então a Associação dos Produtores Extrativistas do Alto Caeté, Associação dos Produtores Extrativistas do Médio Caeté e Associação dos Produtores Extrativistas do Riozinho-Cachoeira. Estas cinco associações representam moradores de todas as macro-regiões da Reserva: Alto Caeté, Médio Caeté, Cazumbá, Jacareúba-Redenção e Riozinho-Cachoeira.

Por ser a associação mais antiga (criada em agosto de 1993) e abrangente da Reserva (possui atualmente 66 sócios), a ASSC desempenha importante papel, incentivando e auxiliando as associações mais recentes. Surgiu em função da pressão sofrida pela iminente implantação de um projeto de assentamento do INCRA, levando os moradores a se organizarem para defender seus direitos de ocupação e uso da terra. A união entre as famílias vem da religiosidade, que a comunidade busca sempre preservar. Destaca-se a participação do Padre Paolino Baldassari e das Irmãs Servas de Maria, decisiva para que a comunidade do Cazumbá chegasse ao bom nível de organização em que se encontra hoje.

As mulheres da ASSC uniram-se e criaram o Grupo de Formação da Mulher (GFM), que tem como finalidade ampliar sua participação nas decisões da comunidade. O grupo é também responsável pela organização de eventos como treinamentos, cursos, festas e arrecadação de recursos para aquisição de equipamentos.

A Associação dos Agricultores Extrativistas do Zirmão-Iracema, apesar de seu curto tempo de existência, parcialmente em função do perfil de seu atual presidente, tem se mostrado ativa, com boa capacidade de articulação e de superação das dificuldades cotidianas. Além do envolvimento com projetos governamentais, como o Crédito Instalação (INCRA) e o Programa Biodiversidade Brasil-Itália (PBBi), essa associação já conseguiu aprovar e encontra-se envolvida na execução de pequenos projetos nas áreas de produção, saúde, educação e esporte e lazer, todos ainda em fase inicial de execução. As demais associações têm tido uma atuação bastante limitada e vêm enfrentando dificuldades na manutenção de suas atividades cotidianas.

## **O Entorno da Resex**

### **Projeto de Assentamento Agrícola**

As escolas do Projeto de Assentamento Boa Esperança, do INCRA atendem alguns moradores da Reserva, além dos alunos do próprio assentamento. As condições de saúde são precárias. Não há nenhum tipo de atendimento médico regular. O transporte é deficiente e depende de rios, na época chuvosa, e de ramais que devem ser reabertos a cada período de estiagem.

A convivência entre assentados e extrativistas é estreita, havendo vários casos de parentesco. Devido à proximidade e às dificuldades semelhantes que enfrentam, a colaboração mútua é freqüente. Por outro lado, há alguns conflitos decorrentes, sobretudo, de invasões em terras alheias para exploração dos recursos naturais.

## Áreas Indígenas

Circundada pela Reserva, porém excluída dos seus limites, há uma área indígena Jaminawa, ocupando 9.878 ha, à beira do rio Caeté, a partir do igarapé Canamary, no seringal Boa Vista, área cuja propriedade é reconhecida em nome de Ciro Machado Filho.

Nesta área vivem cerca de 30 famílias, dependentes da caça, da pesca e de produtos da agricultura de subsistência, principalmente mandioca, banana e arroz. Esta comunidade foi formada a partir da transferência de famílias de índios Jaminawa que circulavam nas cidades de Rio Branco e Sena Madureira. Durante o processo de criação da Reserva, ficou acordado entre IBAMA, FUNAI e as comunidades indígenas e extrativistas a manutenção da área como Terra Indígena, excluída da Reserva. Seu perímetro foi definido a partir de informações e documentos anexados ao processo de criação da Reserva e a área ainda não foi homologada.

A Terra Indígena do Alto Purus parte da beira do rio Purus, em áreas dos municípios de Santa Rosa do Purus e Manuel Urbano, limitando-se com a Reserva a oeste, onde esta é desabitada.

## Floresta Nacional do Macauã e Floresta Nacional do São Francisco

A sudeste da Reserva, cortadas pelo rio Macauã, estão a Floresta Nacional do Macauã (173.475 ha) e a Floresta Nacional do São Francisco (21.600 ha), UCs de Uso Sustentável criadas em 1988 e 2000, respectivamente. Segundo o decreto de criação, têm como objetivo promover estudos para desenvolvimento do uso múltiplo da floresta e para assegurar a criação permanente de bens e serviços. O clima, o solo, o relevo e a hidrografia das Flonas são muito semelhantes aos da Reserva, devido à proximidade destas duas áreas. As Flonas protegem as cabeceiras do rio Macauã e possuem regiões de lagos, de grande beleza cênica e elevado valor para conservação da biodiversidade.

A fauna das Flonas é bastante diversificada. Até o momento foram registrados, em levantamentos rápidos, apenas nas áreas habitadas: 33 gêneros de peixes, seis espécies de répteis, 166 de aves e 27 de mamíferos (quatro destas ameaçadas - lista oficial do IBAMA). Dezenove famílias vivem nas Flonas, distribuídas em 13 colocações. As condições socioeconômicas são muito semelhantes às da Reserva, com pequenas diferenças, em razão do maior isolamento da área e menor densidade demográfica, que traz vantagens (maior disponibilidade de recursos e menor potencial de conflito entre os moradores) e desvantagens (maior dificuldade de acesso à cidade e aos serviços de saúde). A convivência entre moradores e funcionários destas três Unidades é bastante estreita e tem sido, até o momento, muito positiva, resultando na cooperação mútua. As famílias da Reserva residentes nos seringais Cachoeira e Riozinho convivem diretamente com os moradores das Flonas, sendo que algumas destas participam da Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Macauã e Área de Entorno - ASSEXMA, criada anteriormente à Associação dos Produtores Extrativistas do Riozinho-Cachoeira, que representa os moradores destes seringais.

## Riscos

Pavimentação da BR 364: a estrada que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e que passa por Sena Madureira, dando acesso ao ramal que leva a RESEX do Cazumbá-Iracema será asfaltada. Este processo de asfaltamento deverá aumentar a circulação de pessoas pela região norte da Reserva e provavelmente contribuirá para uma ocupação desordenada da zona de amortecimento.

Áreas privadas: A existência de áreas sob domínio privado na Unidade, em especial o seringal Cachoeira, ainda parcialmente ocupado pelo proprietário, tem gerado conflitos no uso dos recursos e do território, dificultando o acesso a algumas localidades, a realização de

projetos de pesquisa e desenvolvimento, ações de fiscalização e controle e melhoria da qualidade de vida da população.

### **Oportunidades**

Efeito tampão para o Parque Estadual do Chandless: a Reserva também protege o Parque, funcionando como zona tampão contra as pressões antrópicas sobre essa importante área de Proteção Integral do estado.

Conselho Deliberativo: Existência de um Conselho Deliberativo ativo - a Reserva conta com Conselho Deliberativo, criado em março de 2006.

Organização Comunitária: Existem hoje, na Reserva, distribuídas em suas macro-regiões, cinco associações formalmente constituídas: Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá, Associação dos Agricultores Extrativistas do Zirmão-Iracema, Associação dos Produtores Extrativistas do Alto Caeté, Associação dos Produtores Extrativistas do Médio Caeté e Associação dos Produtores Extrativistas do Riozinho-Cachoeira. Têm como objetivo básico integrar os extrativistas, fortalecendo suas atividades sociais, culturais e econômicas. Além disso, podem e devem participar da gestão a Unidade, mediando os conflitos locais, representando os moradores e respondendo formalmente pelo recebimento de recursos provenientes de programas e projetos governamentais.

## **ZONEAMENTO**

O Plano de Manejo da Resex Cazumbá-Iracema definiu sete áreas especiais, descritas a seguir (MMA 2007:103-114) e que podem ser visualizadas no mapa em anexo.

### **1) Zona Agroextrativista (ZA)**

Definição: Compreende a porção norte e noroeste da Reserva, sendo constituída por áreas naturais com alguma ação antrópica devido ao seu uso tradicional pelos moradores, incluindo todas as colocações atualmente ocupadas e áreas próximas, com colocações abandonadas. Compreende, ainda, as áreas de uso populacional e comunitário, as áreas de recuperação e a área de uso não tradicional.

Objetivos: permitir a manutenção da sobrevivência das comunidades residentes e promover o desenvolvimento socioeconômico dessas populações, baseado no uso sustentável da floresta, tendo por base a valorização do modo tradicional de vida dos extrativistas e a promoção de alternativas de renda, geração, aprimoramento e difusão de tecnologias sustentáveis de exploração dos recursos naturais e agricultura familiar.

### **2) Zona de Expansão Extrativista (ZEE)**

Definição: Compreende áreas de antigos seringais, na porção superior do rio Caeté, sem ocupação humana há cerca de 30 anos, com potencial de uso extrativista e grande número de colocações e varadouros abandonados. Inclui lagos com potencial de utilização ordenada.

Objetivos: uso comunitário dos recursos naturais e eventual assentamento de novas famílias extrativistas, resultantes do crescimento populacional na Reserva. Visa estabelecer o manejo de produtos florestais, de fauna e de pesca, de modo comunitário; possibilitar a realização de pesquisas científicas em áreas com histórico de ocupação, porém atualmente sem pressões sobre o ambiente e aliviar a pressão de áreas da Reserva com maior concentração humana.

### 13) Zona com Potencial Turístico (ZPT)

Definição: Compreende áreas de especial beleza natural e cênica, com potencial para realização de atividades de visitação, lazer e turismo. Estas atividades podem, no entanto, ser também desenvolvidas nas demais zonas à exceção da Zona de Preservação.

Objetivos: propiciar geração de renda através da exploração sustentável de atividades de lazer, recreação e ecoturísticas.

### 4) Zona de Caça (ZC)

Definição: Compreende áreas definidas pelas comunidades com finalidade exclusiva de caça, conforme regras acordadas no Plano de Utilização.

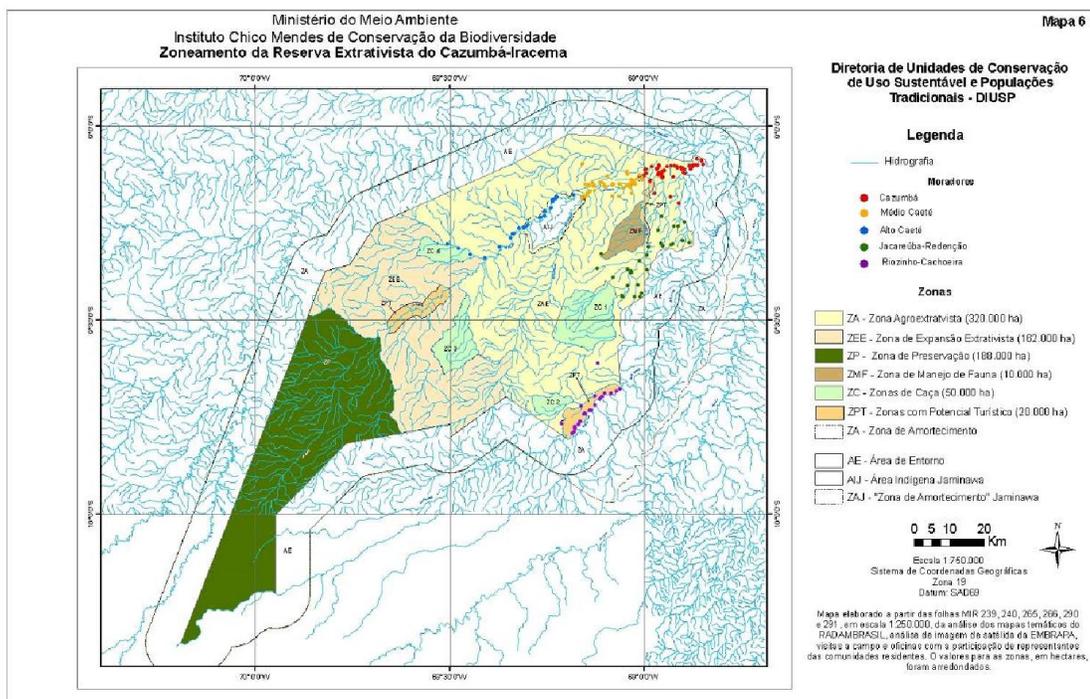
Objetivos: propiciar local com abundância de caça, para uso exclusivo dessa atividade, visando a complementação protéica da dieta dos moradores.

### 5) Zona de Manejo de Fauna (ZMF)

Definição: Área especialmente delimitada para implementação de manejo da fauna, onde práticas que visem o manejo comercial, de subsistência ou conservacionista são aplicadas.

Objetivos: assegurar área sem atividades de caça, ou com caça empregando-se métodos e regras que reduzam seu impacto, visando à recuperação dos estoques de fauna. Já há um acordo de caça para essa área, estabelecido entre os moradores do Núcleo do Cazumbá. Atividades extrativistas de baixo impacto (p. ex.: corte de seringa) são permitidas nessa zona.

Mapa 6 - Zoneamento da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema



Fonte: MMA 2007. Zoneamento da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.

## **6) Zona de Preservação (ZP)**

Definição: Compreendida pelas áreas da “parte alta” da Reserva, onde se encontram as cabeceiras do rio Caeté. Nunca houve ocupação humana desta área e a interferência é mínima.

Objetivos: Visa preservar as cabeceiras do rio Caeté; manter intacta extensão razoável da área da Reserva, que poderá servir como área fonte para repovoamento das demais zonas; resguardar patrimônio genético natural, conservando a biodiversidade e, possivelmente, espécies desconhecidas e/ou ameaçadas; permitir pesquisa científica em ambiente com grau de intervenção humana quase nulo, que poderá servir para comparações com áreas ocupadas, oferecendo indicadores para o monitoramento; garantir a manutenção de área com elevado potencial de prestação de serviços ambientais.

Nível de uso: Restrito

Atividades permitidas e normas de uso:

- Pesquisa científica, desde que sem comprometer a integridade do ambiente.
- Será permitida, exclusivamente, a instalação de infra-estrutura de apoio à pesquisa nessa zona.

## **7) Zona de Amortecimento (ZAM)**

Definição: Conforme estabelecido na lei no 9.985/00 (SNUC) corresponde à zona externa à Unidade, com limites estabelecidos em seu Plano de Manejo, independente da Zona de Entorno, que pode sofrer ou causar impactos de qualquer natureza à Unidade.

Objetivo: As ações de manejo implementadas nesta área devem buscar, em articulação com as prefeituras e órgãos estaduais, a ordenação do uso do solo visando reduzir os impactos negativos sobre a Unidade, assim como implementar ações de fiscalização e educação ambiental.

Nível de uso: Intensivo

Atividades permitidas e normas de uso:

- seu uso deverá ser compatível com a legislação ambiental e medidas restritivas de uso do solo deverão ser tomadas sempre que o processo de ocupação ameaçar a integridade da Unidade.

### **Outras áreas (não caracterizadas como zonas)**

Áreas de infra-estrutura de apoio. De forma similar às áreas de uso populacional e comunitário, as áreas de infraestrutura de apoio correspondem aos espaços definidos para implantação da infra-estrutura, seja administrativa ou de apoio técnico, que apoiarão a implementação das atividades de manejo recomendadas. Sua localização está baseada na escolha de pontos estratégicos para as ações básicas de manutenção da Unidade, fiscalização, desenvolvimento das atividades e de pesquisa e seu acesso.

### **Área de Entorno**

A área do entorno está baseada no Decreto nº 99.274, de 06 de Junho de 1990, e na resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990. Visa estabelecer gradientes de utilização das áreas adjacentes à Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema de modo a assegurar uma transição mais suave entre as áreas de intensa atividade antrópica e a Unidade de Conservação. Compreende a área circundante, num raio de 10 km acompanhando o perímetro da UC, nos quais a execução de qualquer atividade requer procedimentos especiais de licenciamento e autorização prévia do órgão responsável.

As atividades desenvolvidas nesta área deverão promover a interação entre os programas previstos no Plano de Manejo e os de âmbito regional. Deve-se identificar as atividades econômicas e a influência que exercem na Unidade, adotando medidas mitigadoras que minimizem a pressão exercida. Parte da área do entorno se sobrepõe ao Parque Estadual Chandless, à Floresta Nacional do Macaúã e à Floresta Nacional de São Francisco, e alguns programas deverão ser implementados em conjunto nas três Unidades.

## **Programas em Execução na Resex**

### **1. Criação e Manejo de Animais Silvestres.**

Projeto de aproximadamente R\$ 120.000,00, financiado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia (MMA) e executado pela Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá – ASSC, com o apoio da empresa Profauna e do IBAMA/AC. Consistiu do estabelecimento de um criadouro semi-intensivo de capivaras e de uma criação de jabutis, além da definição de uma área para manejo de fauna, escolhida por moradores do Núcleo Cazumbá e para a qual foi estabelecido um acordo de caça. Os criadouros encontram-se, atualmente, em fase de monitoramento/manejo pela comunidade do Núcleo do Cazumbá.

### **2. Estrutura de gestão da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.**

Principal projeto executado na Unidade até o momento teve como objetivo contribuir para o estabelecimento de uma estrutura de gestão participativa na Reserva, através da facilitação da criação de associações pelos moradores e fortalecimento das organizações já existentes, da sensibilização e mobilização social, da capacitação dos atores para a atuação como conselheiros e da criação e implantação do Conselho Deliberativo. O projeto foi financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA e executado pelo IBAMA, em parceria com a ASSC. Foi proposto em outubro de 2003, através de edital lançado pelo FNMA e executado de julho de 2004 a maio de 2006. Foram empregados no projeto R\$ 191.506,00, sendo cerca de R\$ 90.000,00 o valor da contrapartida. As ações desse projeto enquadraram-se no atual Programa de Gestão Participativa.

### **3. Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema – Um Modelo de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade por Comunidades Tradicionais da Amazônia.**

Este projeto faz parte do Programa Biodiversidade Brasil-Itália, cooperação bilateral com atuação na Amazônia, no Cerrado e na Caatinga. O objetivo geral do Programa é melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar das populações-alvo, viabilizando soluções baseadas predominantemente no uso sustentável da biodiversidade. O projeto possui oito linhas de ação: óleos vegetais, plantas medicinais, plantas inseticidas, abelhas sem ferrão, borracha, castanha, agricultura familiar. A elaboração desse projeto iniciou-se ainda em 2003, com representativa participação das comunidades. Após a realização de algumas atividades preliminares de sensibilização e capacitação, o projeto foi efetivamente iniciado em 2006 e encontra-se, atualmente, em andamento.

### **4. Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA.**

Este programa tem como objetivo proteger uma amostra ecologicamente representativa da biodiversidade da Amazônia, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da região. Cerca de 57 UCs são atendidas por este programa, com objetivos de criação e implantação das Unidades. Os principais doadores do ARPA são: Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), gerido pelo Banco Mundial; KfW (Banco de Cooperação da Alemanha) e WWF. O IBAMA é o executor do projeto, fundamental para implantação da Reserva, com ações estruturantes previstas nos seguintes programas: Conservação e Proteção (operações de fiscalização, Agentes Ambientais Voluntários), Gestão Participativa (manutenção do funcionamento do Conselho Deliberativo), Administração e Comunicação (aquisição de equipamentos e infra-estrutura, material de expediente, equipamentos de comunicação etc.).

Cabe destacar, porém, que apenas recentemente (junho de 2006), a Unidade passou a beneficiar-se dos recursos financeiros do ARPA.

#### **5. Programa Nacional de Reforma Agrária (Crédito Instalação).**

É um programa do Governo Federal, com objetivo de financiar moradias para os assentados rurais e extrativistas. O Programa é administrado pelo INCRA, em parceria com o IBAMA, nas áreas por ele geridas, e com as associações de moradores. Entrou em vigor em agosto de 2004. Até o momento, 263 famílias já foram contempladas, representando um investimento total de aproximadamente R\$ 1.400.000,00.

#### **6. Barco de Leitura.**

Este projeto visa à montagem de bibliotecas e a realização de atividades para estímulo ao hábito da leitura em algumas comunidades da Reserva. Foi proposto e é executado por uma servidora do IBAMA, do Escritório Regional de Sena Madureira. No valor aproximado de R\$ 10.000,00, é apoiado pela Fundação Elias Mansour, do Governo do Estado do Acre.

#### **7. Projeto Gestão de Recursos Hídricos da Microbacia dos Rios Caeté, Macauã, Iaco e Purus.**

A ONG local, de Sena Madureira, Fundação Amigos da Amazônia captou, junto à PETROBRAS, e em parceria com o IBAMA e ICMBio, recursos para apoiar a formação e atuação dos Agentes Ambientais Voluntários na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, nas Florestas Nacionais Macauã e São Francisco e na zona de atuação do Projeto Alto Purus, voltado ao manejo de pesca. O projeto, de dois anos, consta com um orçamento aproximado de R\$ 250.000,00 para realizar processos de capacitação, fortalecimento e de intercâmbio de comunitários, entre outras atividades.

#### **8. Projeto de Elaboração do Plano de Comunicação da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema.**

Este projeto pretende fazer uma análise sobre os padrões estabelecidos de comunicação na Reserva e entender quais modos e meios são mais eficientes para incentivar uma comunicação satisfatória da comunidade entre si, da comunidade com o órgão gestor e parceiros e entre o órgão gestor e esses mesmos parceiros. Inicialmente, o trabalho constitui-se de uma consultoria de diagnóstico e a possível produção de materiais de comunicação, custeados pelo WWF-Brasil e pelo Programa ARPA.

#### **9. Programa Biodiversidade Brasil-Itália**

Este projeto tem como objetivo geral, melhorar a qualidade de vida e a segurança alimentar da população residente na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, viabilizando soluções baseadas predominantemente no uso sustentável da biodiversidade natural.

O Programa representa um esforço conjunto dos dois países na implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica, nos seguintes itens prioritários: cooperação; conservação *in situ*; uso sustentável dos componentes da biodiversidade; incentivos; pesquisa e formação; cooperação técnica e científica.

A execução deste projeto deverá significar um avanço substancial na implementação do plano de manejo, destinado a propiciar o uso múltiplo dos recursos do ecossistema mediante aproveitamento mais intenso dos mesmos e maior agregação de valor.

## Observações Finais

A Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema pode ter um papel relevante na proteção do limite leste do PE Chandless por coincidir com as Zonas de Preservação e de Amortecimento.

Além disso, poderá contribuir para a resolução dos problemas criados aos moradores do rio Chandless em decorrência da criação do Parque, podendo se constituir em uma área de reassentamento, se essa for a decisão a respeito.

Outro aspecto importante é o fato da Resex já estar organizada, com Plano de Manejo aprovado, Conselho Deliberativo funcionando, tendo inclusive como membro o Chefe do PE Chandless. O mesmo deveria acontecer com o Conselho Consultivo do Parque.

Os riscos que a pavimentação da BR 364 poderia representar para o Parque ficam minimizados uma vez que, neste aspecto, a Resex exerce um papel de zona de proteção.

## 6.4. Caracterização da Fronteira Internacional com o Peru

O Parque Estadual Chandless fica no centro de um vasto território protegido, no Brasil e no Peru, nas cabeceiras do rio Purus e seus afluentes, de mais de 5,5 milhões de hectares destinado à conservação, à proteção de populações indígenas, comunidades tradicionais e índios em isolamento voluntário.

No Brasil, o PE Chandless é circundado pelas Terras Indígenas Alto Purus e Mamoadate e pela Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema, uma área de mais de 1,3 milhões de hectares. Ao longo da fronteira internacional com Peru, o PE Chandless faz limite com a Reserva del Estado para Povos Indígenas Aislados de Madre de Dios e a Reserva Territorial Murunahua na Região de Ucayali, ambas para povos sem contato; e com duas Áreas Naturais Protegidas, a Reserva Comunal Purús, em Ucayali e Madre de Dios, e o Parque Nacional Alto Purus, em Ucayali. Conforme pode ser visto na Tabela 36, os territórios protegidos no Peru abrangem uma área de mais de 4,2 milhões de hectares.

**Tabela 36 - Territórios Protegidos no Peru, na Fronteira com o Brasil e o PE Chandless**

<b>Categoria</b>	<b>Departamento</b>	<b>Denominação</b>	<b>Extensão (ha)</b>	<b>Ano de Criação</b>
Reservas Para Índios Isolados	Madre de Dios	Reserva del Estado para Pueblos Indígenas Aislados de Madre de Dios	829.941	2002
	Ucayali	Reserva Territorial Murunahua	481.560	1997
Sub-total	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1.513.534</b>	
Áreas Naturais Protegidas	Ucayali e Madre de Dios	Reserva Comunal Purus	202.033	2004
	Ucayali	Parque Nacional Alto Purus	2.510.694	2004
Sub-total	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2.712.727</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>4.226.261</b>	

Fonte: Iglesias e Aquino 2006a.

A parte mais extensa da fronteira internacional do PE Chandless é com a Região de Ucayali, cuja capital é Pucallpa, especificamente com a Província de Purús, que tem cerca de 4.300 habitantes, cuja capital é Puerto Esperanza. Ali vivem desde tempos imemoriais, assentados na bacia do Purus, os seguintes povos indígenas: Mastanahuas, Chaninahuas, Junikuin, Ashaninka, Madija, Sharanahuas, Yine e Amahuaca ([www.munipurus.gob.pe](http://www.munipurus.gob.pe); [www.regionucayali.gob.pe](http://www.regionucayali.gob.pe)). A população da província é predominantemente indígena (80%) e 20% mestiça. A área protegida também assegura a continuidade e sobrevivência de povos indígenas amazônicos em isolamento. Entre eles estão os Amahuanca, Chitonahua, Maxonahua, Moruhaua, Nashua e Mascho-piro.

Puerto Esperanza, capital da Província do Purus, do Departamento do Ucayali, é uma pequena cidade de 3.385 habitantes, a localidade mais próxima de Santa Rosa do Purus, do outro lado da fronteira internacional, na margem direita do alto rio Purus. Há uma pequena Vila, Palestina, entre Santa Rosa e Esperanza, mas não existem informações oficiais a respeito.

De acordo com Torralba (1978) o povoado de Puerto Esperanza surgiu entre 1910 e 1914 no lugar denominado Esperancillo, como sede de comerciantes envolvidos com borracha e caucho e localizado acima do lugar onde está hoje. "Cuando en el año 1910, el misionero dominico P. Pío Aza penetra por el río Piedras y vara hasta el río Purús llegando hasta Catay, lugar de la guarnición peruana, detalla en su diario los diversos poblados encontrados en su recorrido de casi un año de duración, y entre ellos está Esperanza, como ubicada arriba de San Juan. El suscrito, en el año 1961, interrogando a los viejos moradores y caucheros de la zona, llego a la conclusión de que para el año 1915, Esperanza había cambiado de lugar, es decir, al sitio donde hoy existe" (Torralba 1978:4).

Em Esperanza funcionam órgãos públicos do governo central e regional: uma Unidad Militar de Asentamiento Rural (UMAR), um posto policial, a subprefeitura, a Comissão Técnica de Administración Regional (CTAR), repartições do Ministério da Saúde e da Oficina de Migraciones e Naturalizaciones e várias lojas comerciais. Em 2003, viviam na zona urbana cerca de 600 índios e mestiços. Em seu entorno, moram outras 2.550 pessoas, na maioria Kaxinawá, Mastanawa, Sharanawa, Amahuaca, Ashaninka, Yine, Madijá e Chaninawa, nos rios Purus e Curanja, em povoados, e em terras tituladas sob a categoria legal de "comunidades nativas". A construção de infra-estrutura urbana e de uma pista de pouso foi, durante anos, forte atrativo para a chegada em Puerto Esperanza de muitas famílias indígenas (Iglesias e Aquino 2006a:6).

Para analisar como as atividades desenvolvidas na fronteira podem afetar o PE Chandless é preciso, primeiro, entender as categorias de áreas protegidas e, segundo, analisar os processos sociais fronteiriços que podem afetar a integridade socioambiental do Parque: exploração ilegal de madeira, pressão sobre os territórios dos povos isolados e tráfico de drogas.

#### **6.4.1. Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas**

O Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE), no Peru, é formado por 63 áreas naturais protegidas. O SINANPE tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do país por meio da gestão eficiente das áreas naturais protegidas que conservam amostras representativas da diversidade biológica, garantindo os serviços ambientais, sociais e econômicos à sociedade. Hoje abarca 14.80% do território peruano, um total de 19 milhões de hectares.

A coordenação e gestão do SINANPE é uma das responsabilidades do Instituto Nacional de Recursos Naturales - INRENA, que está localizado no Ministério da Agricultura e realiza estas funções por meio da Intendência de Áreas Naturais Protegidas (IANP) e de acordo com a Lei de Áreas Naturais Protegidas N° 26834 e seu Regulamento. D.S.N° 038-2001-AG.

A zona do Alto Purus combina um Parque Nacional tradicional, uma Reserva Comunal e uma Reserva Territorial na qual convivem 9 comunidades que vivem em isolamento voluntário (Tabela 37). São populações que ainda não decidiram realizar contato com a sociedade nacional e cuja decisão de se manter isolados deve ser respeitada.

**Tabela 37 - Territórios Protegidos no Alto Purus, na Fronteira com o Brasil e o PE Chandless**

<b>Categoria</b>	<b>Departamento</b>	<b>Denominação</b>	<b>Extensão (ha)</b>	<b>Ano de Criação</b>
Áreas Naturais	Ucayali	Parque Nacional Alto Purus	2.510.694	2004

Protegidas	Ucayali e Madre de Dios	Reserva Comunal Purus	202.033	2004
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2.712.727</b>	

Fonte: Adaptado de Iglesias e Aquino 2006a.

Com relação às áreas protegidas, as duas principais classificações existentes no Peru são similares às do Brasil: áreas de uso indireto e áreas de uso direto, a exemplo dos Parques Nacionais. O Parque Nacional Alto Purus, está dentro dessa categoria.

Reserva Comunal é uma categoria inexistente no Brasil. As Reservas Comunais são destinadas à conservação da flora e fauna silvestre em benefício das populações rurais que vivem em suas vizinhanças, e que, pelo fato de realizarem uso tradicional comprovado, têm preferência na utilização dos recursos da área. O uso e comercialização dos recursos são feitos mediante plano de manejo, aprovados e supervisionados pela autoridade e conduzidos pelos beneficiários. A regulamentação das Reservas Comunais segue o "Régimen Especial de Reservas Comunales, Resolución de Intendencia Nro. 019-2005-INRENA-IANP".

As Reservas Territoriais Indígenas são áreas geográficas reservadas para aqueles povos A legislação peruana para populações indígenas está centrada na titulação e, no decorrer dos anos, 1500 comunidades nativas detêm a propriedade de mais de 10 milhões de hectares titulados. Além disso, existem cerca de 3 milhões de hectares na forma de Reservas Territoriais, uma forma de titulação sujeita a confirmação, mas contemplada pela lei. As Reservas Comunais ocupam cerca de 2 milhões de hectares.

O processo de titulação das terras indígenas gerou quatro situações distintas para as populações indígenas:

- Alguns povos indígenas obtiveram espaços territoriais que incluem partes importantes de seus territórios étnicos o que lhes permite uma adequada gerência territorial, apesar da divisão da propriedade em inúmeras pequenas áreas como se fosse um arquipélago.
- Outros grupos recuperaram seus territórios históricos, mas perderam as áreas mais importantes, como as localizadas perto das cidades ou nas áreas de expansão da fronteira.
- Algumas comunidades encontram-se em uma situação que mistura as duas anteriores; por um lado, controlam espaços consideráveis de seus territórios tradicionais, por outro, mantêm somente algumas áreas pressionadas pela colonização.
- Existem, finalmente, os grupos que conseguiram titular reservas territoriais extensas em zonas remotas e que mantêm contatos esporádicos ou vivem em isolamento voluntário.

As Reservas Comunais são bastante parecidas com as Reservas Extrativistas da nossa legislação. De acordo com Newing e Wahl (2004) as Reservas Comunais foram definidas legalmente na Lei de Florestas e Vida Silvestre de 1974 para permitir que as populações locais conservem a fauna. A regulamentação de 1977 sobre a Conservação da Vida Silvestre definiu um critério mais específico: primeiro, que os únicos beneficiários poderiam ser as comunidades nativas e segundo, que não haveriam centros populacionais dentro das reservas ou nenhum trabalho floresta e agrícola. Estas reservas asseguravam um marco legal para direitos de subsistência em grandes áreas, porém o uso comercial e os assentamentos estavam proibidos e a propriedade permanecia com o governo. Ou seja, as terras do Estado são entregues em concessão aos povos indígenas em perpetuidade para manejar e administrar segundo os seus próprios interesses e a conservação da natureza.

Uma nova legislação trouxe mudanças importantes. Primeiro, as reservas não ficaram mais restritas às populações indígenas, mas foram destinadas também para populações locais,

comunidades camponesas e nativas. As populações camponesas diferem das indígenas uma vez que são uma mescla de descendentes indígenas e migrantes que, por casamento, adotaram práticas de subsistência dos grupos indígenas. Além disso, os recursos devem ser utilizados com base em planos de manejo que, embora gerenciados pelos beneficiários, devem ser aprovados pelo governo. Isso significa uma ampliação do nível de intervenção estatal nas reservas e diminuição da autonomia local.

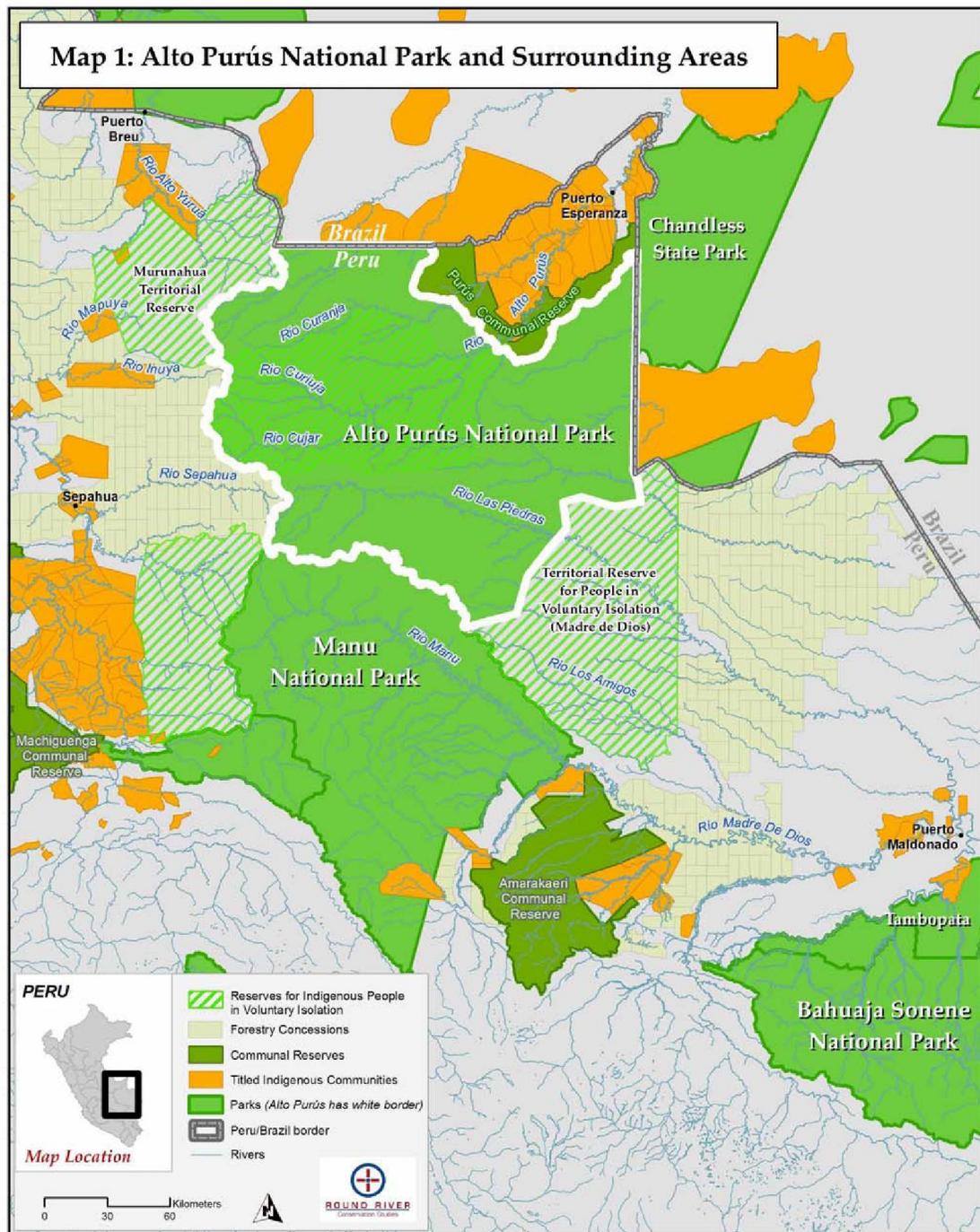
Um Regime Especial de manejo vem sendo estudado e negociado entre governo e comunidades uma vez que existem diferenças entre as percepções indígenas e do Estado sobre o que deve ser a reserva comunal. A visão governamental é que uma reserva comunal é, em primeiro lugar, uma área de conservação e parte da herança natural do Peru. Por isso, é essencial que seja monitorada para assegurar que todo uso seja compatível com a conservação da biodiversidade. As comunidades vêem isso como limitação da própria autonomia no manejo de seus recursos.

Em setembro de 2003 foi aprovado um Regime Transitório pelo qual o Estado assume completa responsabilidade para o manejo das Reservas Comunais até que termine o regime especial e a legislação seja aprovada. Esse regime pode perdurar por muito tempo.

As Reservas Comunales estão sob grande pressão por grupos interessados em utilização intensiva e de curto prazo da madeira. A capacidade de fiscalização do governo é limitada, há uma demora muito grande na aprovação dos planos de manejo e a coordenação é frágil diante de um número muito grande de organizações e comunidades envolvidas.

O texto a seguir detalha as características das unidades territoriais que estão localizadas na área de influência direta do PE Chandless (Mapa 7) e cujo conhecimento pode contribuir para esforços de cooperação entre os dois países.

Mapa 7 - Parque Nacional Alto Purus e Áreas do Entorno.



Fonte: Fagan, C. y Shoobridge, D. 2007.

#### 6.4.2 Parque Nacional do Alto Purus

Pelo Decreto Supremo N° 040-2004-AG, o Governo do Peru criou o Parque Nacional do Alto Purus (PNAP) e a Reserva Comunal Purus (RCP); primeiramente, para o benefício de todas as comunidades do Purus e, em segundo lugar, para proteger as florestas habitadas por indígenas em isolamento voluntário e proteger sua integridade física e cultural; além de ser um local da fonte de recursos hídricos e de reprodução dos recursos naturais essenciais à

existência humana. O Parque Nacional Alto Purus abriga grupos indígenas Mashcos, Mashco Piros e Curanjeños que vivem em situação de isolamento voluntário.

O PNAP tem 2.5 milhões de hectares, está localizado nas Províncias de Purús e Atalaya (Departamento de Ucayali) e Província de Tahuamanú (Departamento de Madre de Dios), e é a maior área protegida do Peru e componente central de um corredor estratégico de áreas de proteção integral da bacia amazônica.

"Ubicado en la esquina sureste del país en la frontera con Brasil, el parque y alrededores albergan numerosas especies de plantas y animales amenazados, tal como el águila arpía (*Harpia harpyja*), el perro de selva de orejas cortas (*Atelocynus microtis*), y el lobo de río o nutria gigante (*Pteronura brasiliensis*). Presenta el record en diversidad de mamíferos, con 194 especies registradas, así como más de 150 especies de aves. Adicionalmente a ser uno de los más importantes y mejor conservados refugios de especies endémicas y amenazadas en la Amazonía, el área presenta gran diversidad cultural". <http://www.roundriver.org>



**Foto 87 - Rio Alto Purus, no Peru**

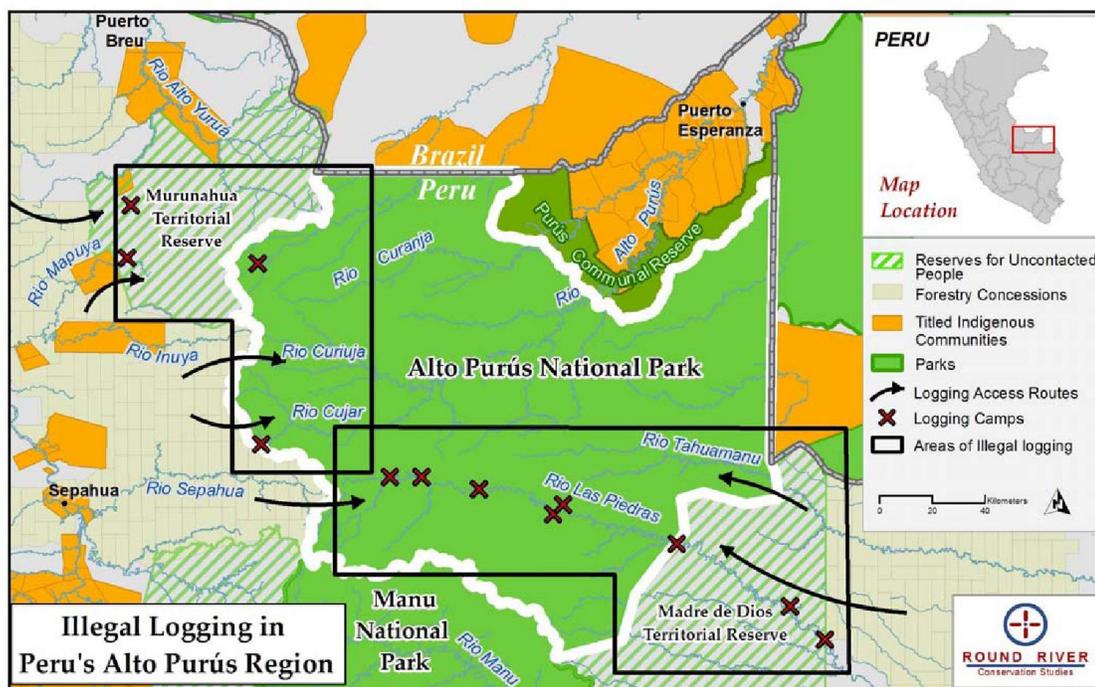
Fonte: <http://www.roundriver.org>

O Parque está localizado no centro de um grande número de grupos indígenas que vivem nos rios que o circundam, em torno de 3 mil pessoas. Além disso, abriga grupos indígenas caçadores e coletores nômades que vivem em isolamento voluntário.

Além disso, a região abriga a maior concentração de mogno que ainda se encontra preservada na Amazônia peruana e vem sendo objeto de pressão de madeireiros ilegais que não somente afetam a biodiversidade da área como exploram as comunidades indígenas e os grupos sem contato. .

Estudos realizados por Fagan e Shoobridge (para ParksWatch em 2005 e para Roundriver em 2007), mostraram que as áreas mais ameaçadas pela extração ilegal de mogno estão localizadas em dois pontos: no limite oeste do Parque e junto às comunidades nativas que vivem no limite noroeste do Parque, de acordo com como se pode observar no Mapa 8:

**Mapa 8 - Áreas de Exploração Ilegal de Mogno na Região do Alto Purús.**



Fonte: Fagan e Shoobridge (2007).

Os relatórios, disponíveis na Internet (<http://www.roundriver.org>) e ([www.parkswatch.org](http://www.parkswatch.org)), apresentaram os seguintes resultados principais, sistematizados por Iglesias e Aquino (2006 a:12) :

- a) o desrespeito à proibição, por 10 anos, estabelecida pela Lei Florestal e de Fauna, da extração de mogno (caoba) e cedro;
- b) práticas de "esquentar" madeira retirada no Parque Nacional como se fosse oriunda de áreas de concessão florestal outorgadas pelo governo peruano, a oeste dessa área natural "protegida";
- c) a ausência de qualquer fiscalização dos limites do Parque, bem como de repressão aos carregamentos de mogno dali extraídos;
- d) a falta de fiscalização sobre as atividades dos madeireiros nos territórios das "comunidades nativas", reconhecidos pelo governo nas adjacências do Parque, feitas, ao contrário do previsto nas licenças obtidas por algumas dessas comunidades, sem planos de manejo, com grandes impactos ambientais, e implicando, muitas vezes, em relações de aviação e exploração econômica;
- e) a carência de qualquer controle, em Esperanza, capital da Província de Purús, sobre a saída de madeira, escoada em aviões (inclusive do Exército) para Pucallpa (Foto 88); e
- f) a sistemática invasão dos territórios dos "isolados" na Reserva Territorial Mashco Piro e no Parque Nacional, gerando encontros cada vez mais freqüentes com madeireiros, conflitos violentos e a disseminação de doenças.



**Foto 88 - Pranchas de mogno prontas para serem transportadas em um avião da Força Aérea Peruana**

Fonte: Fagan e Shoobridge (2007).

Conforme os autores, "La extracción ilegal de madera se lleva a cabo a pesar que la Ley Forestal y de Fauna, Ley No.27308 (16/07/2000), establece una veda de 10 años sobre la extracción de caoba y cedro en diferentes cuencas incluyendo el Alto Purús. El comercio de madera ilegal viola la Convención sobre el Comercio Internacional de Especies Amenazadas de Flora y Fauna Silvestres (CITES), la cual desde noviembre del 2002 incluye a la caoba en el apéndice II de la lista de especies amenazadas (la protección en base a este nuevo listado entró en rigor un año más tarde)" (Fagan e Shoobridge: 2005: 4).

Duas causas principais estariam na base da extração ilegal de madeira na área, segundo os autores: a atratividade do mercado de mogno e a ausência de monitoramento das atividades madeireiras nos territórios titulados e nas concessões que existem nos limites do Parque; ou seja, o comércio ocorre à revelia da legislação e do seu controle pelo poder público, assegurando que a atuação ilegal dos madeireiros fique impune (Op.cit.:4).

#### **6.4.3. Reserva Comunal Purus**

As Reservas Comunais são para uso sustentável das comunidades nativas. A Reserva Comunal Purus (RCP) foi criada pelo Decreto Supremo N° 040-2004-AG e é co-administrada pela Ecopurus, organização indígena local reconhecida pelo governo peruano e que tem um contrato de administração para a co-gestão da unidade. A administração da área visa melhorar a qualidade de vida das comunidades assegurando a conservação dos recursos naturais mediante efetiva e responsável participação dos beneficiários na administração e manejo desta Área Natural Protegida. [www.ecopurus.org](http://www.ecopurus.org).

A RCP está localizada na Província de Purus e constitui a zona de amortecimento do Parque Nacional Alto Purus. Vivem na área 47 comunidades indígenas - Kashinahuas, Sharanahuas, Yines, Chaninahuas e Amahuacas – que se dedicam à agricultura, caça, pesca, coleta e artesanato, todas atividades de subsistência. O Programa de Conservação de Recursos da RCP visa diminuir a coleta descontrolada e realizar o aproveitamento adequado da fauna e flora, em acordo com planos de manejo aprovados pela chefia da RCP, além de proibir a extração de mogno e cedro com o objetivo de evitar o corte ilegal.

O trabalho da Ecopurus tem os seguintes objetivos:

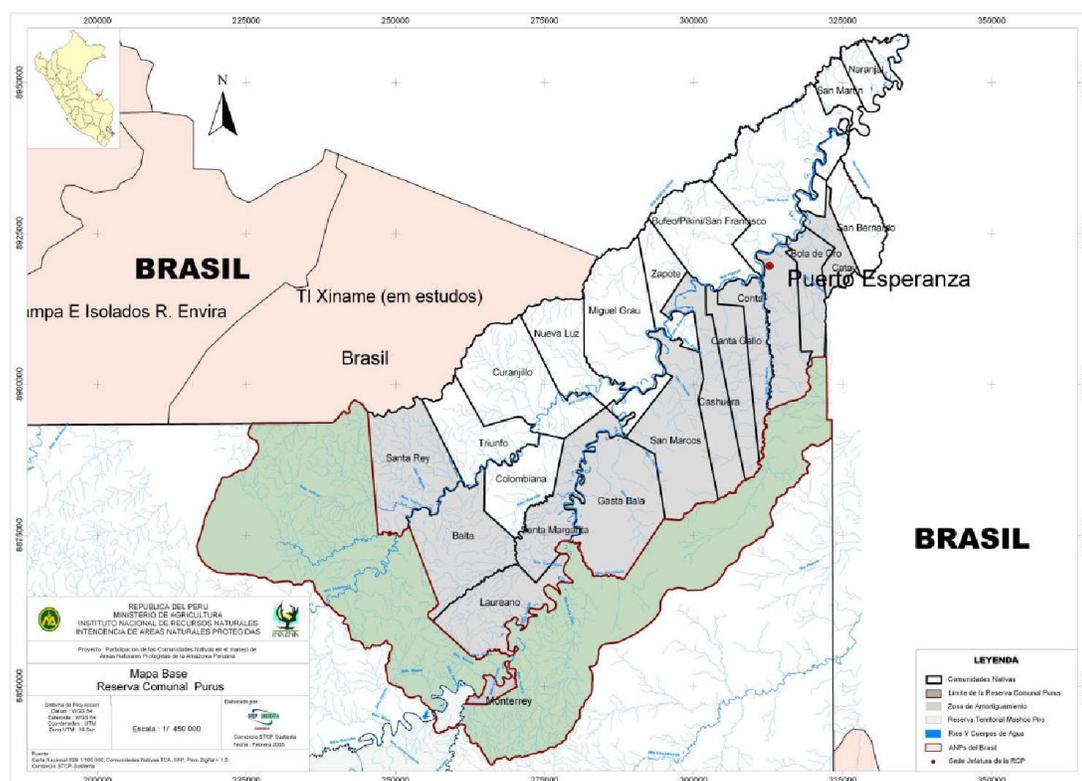
- Melhorar a qualidade de vida dos indígenas do Purus, com desenvolvimento humano sustentável, segurança alimentar e participação na gestão da Reserva.
- Capacitar a população indígena para assegurar sua participação do manejo de recursos naturais.
- Promover a participação cidadã indígena na gestão da Reserva
- Utilizar de forma sustentável os recursos naturais da RCP por meio de planos de manejo
- Promover práticas ancestrais, valores, conhecimento, instituições, cosmovisão, espiritualidade dos povos indígenas e sua relação com a conservação da biodiversidade.

São beneficiários do uso dos recursos da Reserva todas as comunidades nativas do Purus, fronteiriças e não fronteiriças; populações indígenas em isolamento voluntário e em contato inicial e as populações locais mestiças.

De acordo com a FECONAPU (Federacion de Comunidades Nativas de Purus) existem seis povos indígenas naturais da área e três povos indígenas recentemente assentados (Asháninka, Yine Y Shipibo) no Alto Purús, distribuídos em 41 comunidades assentadas ao largo dos rios Purus e Curanja (Feconapu 2004). Segundo o Centro de Saúde de Puerto Esperanza (CSPE), existe uma população total de 4.101 habitantes, dos quais, cerca de 70% é de indígenas e a diferença é formada por população urbana concentrada em Puerto Esperanza. O povo indígena que predomina demograficamente na região é Kashinawá, seguido de Kulina, Sharanawa, Ashaninka, Chaninawa, Amahuaca, Mastanawa e Yine.

Os mapas a seguir e outros que estão no Anexo permitem que se compreenda o desenho espacial da Reserva Comunal Purus exatamente na fronteira oeste do PE Chandless.

**Mapa 9 - Reserva Comunal Purus e Terras Indígenas Tituladas em 2005.**



Fonte: [www.ecopurus.org](http://www.ecopurus.org)

O estudo da FECONAPU indica oportunidades e ameaças para o desenvolvimento do Alto Purus:

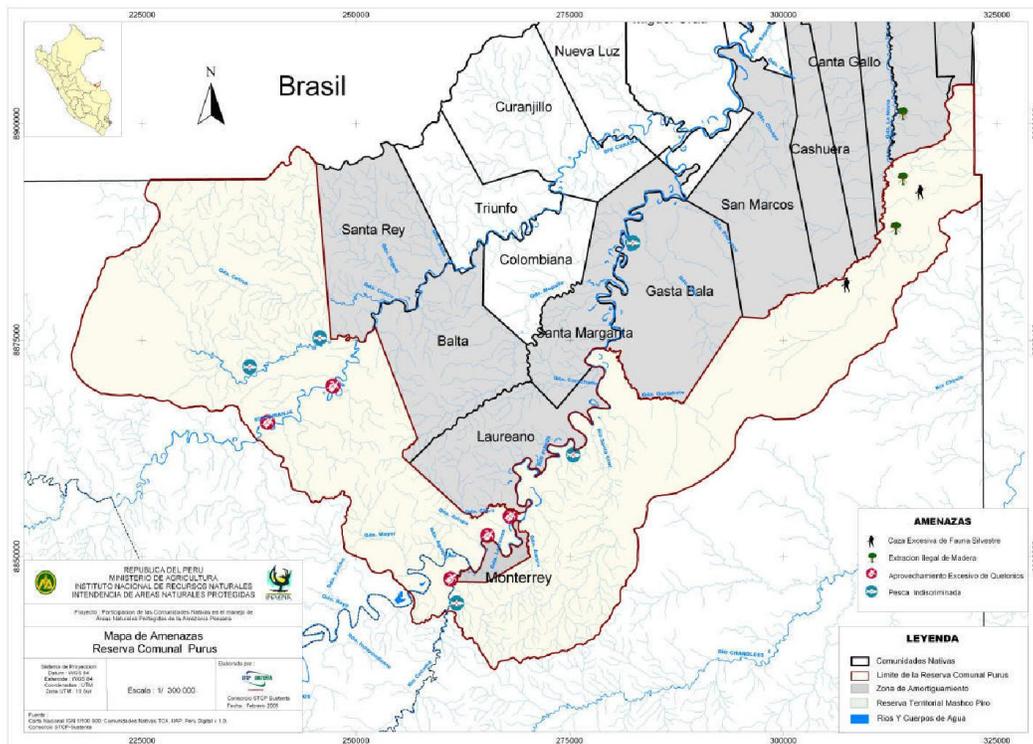
### Oportunidades:

- Existência da terra disponível
- Presença de ONGs e instituições do estado
- Apoio às comunidades no manejo e conservação dos recursos naturais
- Venda de produtos agropecuários na localidade de Puerto Esperanza
- Aquisição de madeira das comunidades para realização de obras de construção pela municipalidade e pela Administração Sub-Regional.
- Autorizações florestais.

### Ameaças:

- Pedido dos colonos e das autoridades para abrir uma estrada de Puerto Esperanza a Iñapari.
- Caça excessiva de fauna silvestre
- Extração ilegal de madeira
- Aproveitamento excessivo de quelônios
- Pesca indiscriminada.
- Existência da prostituição.
- Consumo excessivo do álcool.
- Em algumas escolas iniciantes o espanhol é imposto aos indígenas.
- Discriminação em relação a pacientes indígenas
- Exploradores de madeira têm em suas mãos as permissões florestais de algumas comunidades.
- Algumas comunidades estão endividadadas pela venda de madeira.
- Há casos da divisão interna nas comunidades pela influência de políticas partidárias.

**Mapa 10 - Ameaças na Reserva Comunal Purus, em 2005.**



## **Projeto Fortalecimento Purús**

Em setembro de 2007, a organização Rio Redondo, em colaboração com a Intendência de Áreas Naturais Protegidas e as Federações Indígenas locais, iniciou a implementação de um projeto para melhorar o estado de conservação do Alto Purus. O projeto busca fortalecer a proteção do Parque e a Reserva Comunal, as reservas adjacentes para indígenas não contactados e as terras tituladas das comunidades indígenas próximas. Além disso, ações de capacitação, educação ambiental e desenvolvimento sustentável estão sendo desenvolvidas com a participação da população, esforços para conservar os recursos naturais e melhorar as condições de vida (<http://www.roundriver.org>).

### **6.5. Riscos e Oportunidades**

Os principais riscos à integridade do PE Chandless estão associados à exploração ilegal de madeira, já citada, ao tráfico transfronteiriço de drogas e à construção de estradas.

O aumento no tráfico de pasta base de coca pode representar um risco desde que se delineou uma rota que, de acordo com Iglesias e Aquino (2006 a) começa na cidade de Puerto Maldonado, sobe o Rio de Las Piedras e dali segue por terra até as cabeceiras do rio Iaco e ou do Igarapé Abismo, cujas nascentes ficam no Peru. O risco deriva do fato dessa ser uma rota também utilizada por indígenas isolados que circulam pela TI Mamoadate e PE Chandless durante o verão. Encontros entre estes grupos poderiam resultar em graves conflitos.

Um movimento pela construção de uma estrada ligando Puerto Esperanza, na Província de Purus, a Iñapari, em Assis Brasil, ou seja, à Estrada Interoceânica, ocorreu em 29 de setembro de 2007. Foi uma iniciativa de um grupo de pessoas sob a justificativa de quebrar o isolamento da região e atrair os benefícios da estrada para o Alto Purus. O movimento contou com apoio da Igreja Católica, empresário e políticos locais e regionais. Projeto de lei foi apresentado no Congresso peruano em 2005 propondo a declaração do Eixo Vial Nacional Iñapari-Puerto Esperanza de necessidade e utilidade pública. O traçado da estrada acompanharia, bem próximo, o trecho da fronteira internacional que coincide com os limites do Parque Estadual Chandless, da Terra Indígena Mamoadate e da Estação Ecológica Rio Acre (<http://altino.blogspot.com/>).

A Associação Indígena Ecopurus, que executa o Contrato de Administração da Reserva Comunal Purus rejeitou a iniciativa da estrada "porque terminará com nossos bosques e nossas vidas de indígenas do Rio Alto Purus". Eles denunciaram que está em perigo não somente a Reserva Comunal como o Parque Nacional Alto Purus e criticaram o projeto de lei que proposto. Denunciaram também que os defensores da estrada – Igreja Católica de Puerto Esperanza e Madre de Dios e agentes com interesses econômicos nos recursos naturais, madeiros e colonos, estão negociando com o governo e assumindo a representação da região para ter uma estrada atravessando os territórios indígenas sem autorização.

"Manifestamos a todos los agentes y grupos interesados en el Purus que nuestro territorio esta parcelado y titulado para los indígenas, su Reserva Comunal y el Parque Nacional Alto Purus para beneficio de todos los peruanos. Alto Purus es territorio indígena. En la comunidad Sharanahua de Gastabala, río Purus hoy, acabamos de inaugurar un Centro de Vigilancia Comunal para organizar el cuidado de nuestra Reserva Comunal en acuerdo con autoridades de INRENA. Nosotros creemos en otro tipo de desarrollo en armonía con nuestra forma de vivir". Gastabala, río Purus, julio del 2007. Consejo Directivo de Ecopurus". O documento completo está em <http://www.servindi.org> (Perú: Indígenas rechazan carretera Purus-Iñapari para defender sus vidas).

O potencial de apoio ao PE Chandless, nos municípios do entorno, é grande, tanto por parte de órgãos públicos locais quanto estaduais que se manifestaram com ênfase durante a Audiência Pública que divulgou os objetivos da UC (Ver capítulo 8 deste Relatório).

Do ponto de vista da infra-estrutura disponível nos municípios próximos, não parece ser possível contar com apoio de Manuel Urbano nem de Santa Rosa do Purus; ao contrário, são as autoridades municipais as primeiras a gerar expectativas em relação aos benefícios que seus municípios poderão receber com a presença do Parque.

É provável que instituições comunitárias e não governamentais, se mobilizadas, venham a fazer parte de uma rede de apoio ao Parque. Algumas dessas instituições estão relacionadas a seguir:

#### **Grupos Sociais Organizados em Santa Rosa:**

Conselhos municipais, Programa de Assistência Integral às Famílias (P.A.I.F.), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação de Pescadores em fase de estruturação.

Conselhos municipais existentes: Conselho Municipal de Assistência Social, de Defesa da Criança, de Educação, de Saúde e Conselho Tutelar, cuja função principal é fiscalizar e aprovar projetos junto ao poder executivo. Outros conselhos são voltados especificamente para a Assistência Social ou a Merenda Escolar.

Existe ainda, como parte da organização social, instituições que apóiam o desenvolvimento do município, como as secretarias municipais que constituem a estrutura da Prefeitura, que são as seguintes: Secretaria Municipal da Administração, de Agricultura, de Assistência Social, de Educação, de Esportes, de Finanças, de Obras, de Planejamento e de Saúde.

E as secretarias de governo que atuam como parceiras em iniciativas da administração municipal, como: a Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal - SEATER, a Secretaria Estadual de Educação - SEE, a Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, o Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, o Instituto de Defesa Animal e Florestal - IDAF, a Universidade Federal do Acre - UFAC, além de organizações não governamentais como: Pastoral da Criança e Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

#### **Organizações não Governamentais que Atuam em Manuel Urbano:**

- Associação de Produtores Rurais do Ramal Pedro Machado  
Ramal Pedro Machado - Projeto Nazaré
- Associação de Produtores São Salvador  
Seringal São Salvador - Margem Direita do Rio Purus
- Associação dos Posseiros Agricultores do Seringal Santo Antônio  
Seringal Santo Antônio - Rio Purus
- Associação dos Pequenos Criadores de Manuel Urbano  
Município de Manuel Urbano
- Associação Boa Esperança de Produtores  
Seringal Boa Esperança - Rio Purus
- Associação de Produtores Rurais do Ramal São Joaquim  
Ramal São Joaquim km 04  
Projeto Nazaré
- Associação de Produtores Rurais do Ramal Alegria  
Ramal Alegria, km 08 - Projeto Nazaré.

#### **Instituições Ligadas à Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema:**

Ministério do Meio Ambiente  
WWF

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre  
SEMA – Secretaria de Meio Ambiente do Acre  
Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva  
CPI Acre – Comissão Pró-Índio do Acre

**Instituições Governamentais:**

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA  
Fundação Nacional do Índio – FUNAI  
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA  
Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar – SEPROF  
Parque Estadual do Chandless  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sena Madureira – SEMA  
Secretaria Municipal de Saúde de Sena Madureira – SMS  
Secretaria Municipal de Educação de Sena Madureira – SEME

**Instituições não governamentais:**

Comunidade Alto Caeté  
Comunidade Médio Caeté  
Comunidade Cazumbá  
Comunidade Riozinho-Cachoeira  
Comunidade Jacareúba-Redenção  
Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Macauã – Assexma  
Associação Agrícola Caçaborá  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira – STR  
Fundo Mundial para Natureza - WWF-Brasil

**Principais Organizações Indígenas Peruanas no Alto Purus:**

ASOCIACIÓN INTERÉTNICA DE DESARROLLO DE LA SELVA PERUANA (AIDSESP)  
[aidesep@chavin.rcp.net.pe](mailto:aidesep@chavin.rcp.net.pe)

CONFEDERACIÓN CAMPESINA DEL PERÚ  
[ccp@chavin.rcp.net.pe](mailto:ccp@chavin.rcp.net.pe)  
Sitio Web: <http://www.cepes.org.pe/allpa/miembros/ccp.htm>

COORDINADORA INDÍGENA DE MUJERES ASHANINKA EN ACCIÓN  
Correo electrónico: [cimaa\\_accion@nazcanet.com](mailto:cimaa_accion@nazcanet.com)  
Sitio Web: <http://www.rcp.net.pe/ashaninka/cimaa/index.htm>

COORDINADORA NACIONAL DE COMUNIDADES CAMPESINAS E INDÍGENAS DEL PERÚ (CONACCIP)  
Comunidad Campesina San Pedro de Pirca, Huaral, Lima, Perú

COORDINADORA PERMANENTE DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DEL PERÚ  
Correo electrónico: [coppip@amauta.rcp.net.pe](mailto:coppip@amauta.rcp.net.pe)  
Sitio Web: <http://www.rcp.net.pe/ashaninka/coppip/>

FEDERACIÓN DE COMUNIDADES NATIVAS DEL RÍO CORRIENTES (FECONACO)

FEDERACIÓN NATIVA DEL RÍO MADRE DE DIOS Y AFLUENTES (FENAMAD)  
Correo electrónico: [marinke@terra.com.pe](mailto:marinke@terra.com.pe)  
Sitio Web: <http://www.rcp.net.pe/ashaninka/coppip/Fenamad.htm>

## **Grupo de Trabalho Binacional Brasil - Peru sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço:**

O Brasil é representado pelo Diretor do Departamento da América do Sul II, do Ministério das Relações Exteriores e participam dos trabalhos vários ministérios (Defesa, Integração Nacional, Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Secretaria da Receita Federal) o Governo do Acre e as Prefeituras de Benjamim Constant e de Santa Rosa do Purus.

O Peru é representado pelo Embaixador, Diretor Nacional de Desenvolvimento Fronteiriço, do Ministério das Relações Exteriores, Presidente do Governo Regional de Ucayali, Cônsul Geral em Rio Branco, Prefeito Provincial de Purus e um representante da Polícia Nacional.

Os temas que têm concentrado a atenção do Grupo de Trabalho são de grande relevância para os objetivos de proteção do PE Chandless e este fórum pode ser importante na definição de projetos comuns de fiscalização da área de fronteira e de troca de experiências em manejo e desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

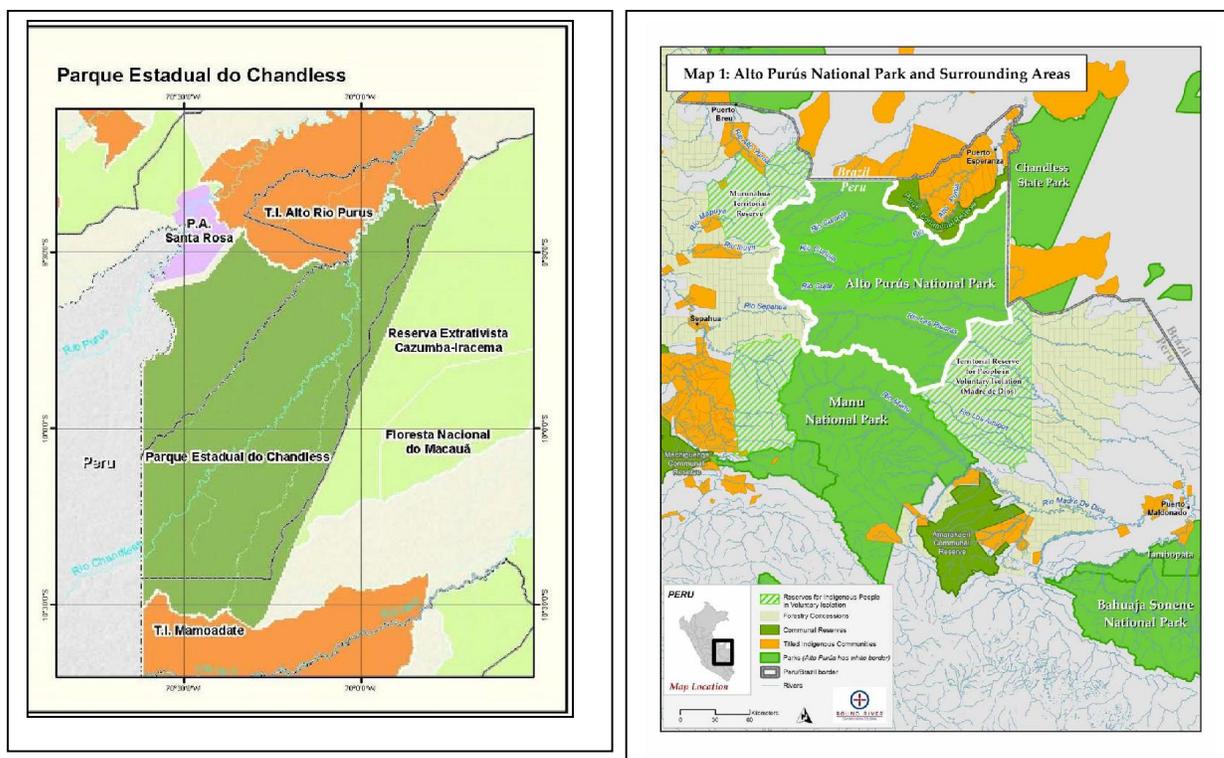
## **7. ASPECTOS ANTROPOLÓGICOS**

Este capítulo analisa os aspectos antropológicos, ou seja, a caracterização das principais etnias indígenas e dos índios isolados que freqüentam a área, assim como a avaliação das interações entre as populações indígenas e não indígenas dentro da UC e na área do entorno.

O Parque Estadual Chandless faz limites com duas terras indígenas: ao norte, com a TI Alto Rio Purus e ao sul com a TI Mamoadate. Na fronteira internacional com o Peru, limita-se com comunidades nativas que vivem nas margens do alto Purus e ao longo da linha seca com o Parque Nacional Alto Purus, unidade de conservação criada pelo governo peruano em 2004.

A área localizada a oeste do Parque e da TI Mamoadate constitui "território tradicional de perambulação e coleta dos Masko, ou Mascho-Piro como conhecidos no Peru" (Iglesias e Aquino: 2006). Os Mapas 11 e 12 apresentam as áreas protegidas confrontantes com o Parque no Acre e no Peru.

## Mapas 11 e 12 - Áreas protegidas no Brasil e no Peru que limitam com o PE Chandless



Fonte: Mapa 1: SEMA; Fonte Mapa 2: Fagan e Shoobridge (2007).

Na fronteira internacional com o Peru, o Acre faz limites com os Departamentos de Madre de Dios e Ucayali. Em território peruano, na fronteira com o Acre, estão localizados os seguintes territórios protegidos: uma "reserva de estado" de Madre de Dios e a Reserva Territorial Murunahua, destinadas a povos indígenas "isolados", a Reserva Comunal Purús, o Parque Nacional Alto Purús (que inclui a Reserva Territorial Mashco-Piro) e territórios de "comunidades nativas" e "bosques de produção permanente", cedidos pelo governo peruano a empresas madeireiras, já analisados no Capítulo 6 (Iglesias e Aquino op.cit:25).

### 7.1. Caracterização das Principais Etnias Indígenas

O território do estado do Acre abriga 34 terras indígenas cobrindo uma superfície de 2.415.644 hectares, correspondendo a 14,6% da área do Estado. As terras indígenas estão destinadas a 14 povos indígenas, falantes das línguas Pano, Arawak e Arawá, uma população estimada em 13.383 índios, cerca de 2,1% da população atual do Estado. Agregando a esse total a população indígena que vive em áreas urbanas, de 3.700 pessoas, e as estimativas de índios isolados, entre 600 e 1000 pessoas, a população indígena total do Acre pode chegar a 18.000, ou seja 2,8% do Estado (Iglesias e Aquino 2006 b)<sup>7</sup>.

As duas terras indígenas que fazem limite com o Parque Estadual Chandless estão registradas e são habitadas pelas etnias Manchineri, Jaminawa, Kaxinawá e Kulina (Madijá) além dos grupos isolados, totalizando uma área de 576.776 hectares e uma população de

<sup>7</sup> Iglesias e Aquino esclarecem que os números totais do Estado não incluem seis terras indígenas "em identificação" ou "a identificar". Os dados sobre indígenas em áreas urbanas são do Censo produzido pela Administração Executiva da Funai em Rio Branco (AER-RBR), em setembro de 2002. Os dados sobre índios isolados são da Frente de Proteção Etno-ambiental Rio Envira (FPEE), da Coordenação Geral de Índios Isolados (CGII/FUNAI) (Op. Cit.:4).

3.387 pessoas (Tabela 38). No município de Santa Rosa do Purus 63% da população é indígena, maior índice do estado do Acre.

**Tabela 38 - Terras Indígenas Localizadas no Entorno do PE Chandless**

Terra Indígena	Município	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Mamoadate	Sena Madureira e Assis Brasil	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Alto Rio Purus	Santa Rosa e Manuel Urbano	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.129	Registrada
			<b>3.387</b>	<b>576.776</b>	

Fonte: Iglesias e Aquino 2006 b.

Três novas áreas estão sendo demandadas no município de Santa Rosa do Purus: as TIs Estirão e Porvir e a Manchineri do Seringal Guanabara.

A TI Estirão está localizada acima da sede municipal, entre os igarapés Pesqueira e Chambuyaco. Existem cinco aldeias: Estirão, do povo Jaminawa, e Morada Nova, Veneza, Cocal e São Martins, do povo Madijá, habitadas por cerca de 160 índios. A aldeia Porvir é habitada por 30 pessoas, fruto do casamento de um homem Madijá e uma mulher Ashaninka, que também reivindicam reconhecimento da área como terra indígena. A TI Manchineri do Seringal Guanabara está localizada no rio Iaco, dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes e a área pretendida tem 213.254 hectares.

As terras indígenas fazem parte do mosaico de áreas protegidas do Vale do Acre-Purus, que é formado por 13 territórios de diferentes categorias (Tabela 39):

**Tabela 39 - Mosaico de Áreas Protegidas do Vale do Acre-Purus**

Categorias	Quantidade	Municípios	Extensão (ha)
Terras Indígenas	5	4	889.544
Reservas Extrativistas	2	7	1.653.997
Florestas Nacionais	2	2	195.075
Estação Ecológica	1	1	77.500
Parque Estadual	1	3	695.303
Projetos de Assentamento Extrativista	2	3	86.748
<b>Subtotais</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>3.598.167</b>

Fonte: Iglesias e Aquino 2006 b.

OBS.: Pequena parte da FLONA Santa Rosa do Purus incide no Município do mesmo nome, portanto, no Vale do Purus; não foi incluída neste quadro mas no mosaico do Vale do Juruá.

De acordo com Iglesias e Aquino (Op.cit:24), o mosaico do Vale do Acre-Purus está distribuído na maior parte da fronteira sul do Estado do Acre e em todo o seu limite ocidental, ao longo da fronteira Brasil-Peru. Está inserido na "faixa de fronteira" (Lei nº 6.634/79) e integra o "Corredor Ecológico Oeste-Amazônico", no âmbito do Projeto "Corredores Ecológicos", do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7).

De acordo com o Instituto Socioambiental ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)) em consulta realizada em 25.11.08, as populações Manchineri, Jaminawa (TI Mamoadate) e Kaxinawá e Kulina (Madijá) (TI Alto Rio Purus) que vivem no entorno do PE Chandless, apresentam as seguintes características principais:

#### 7.1.1. Terra Indígena Mamoadate

A Terra Indígena Mamoadate foi demarcada em 1985 com uma área de 313.647 ha, abrangendo as margens direita e esquerda do rio Iaco, do igarapé Mamoadate até a fronteira do Brasil com o Peru. É a maior terra indígena do Acre e moram ali 937 Manchineri

e 168 Jaminawa e um número indeterminado de índios isolados conhecidos como Mashko. Existem sete aldeias Manchineri: Extrema, Lago Novo, Peri, Jatobá, Alves Rodrigues (Sétimo Céu) e Laranjeira; e quatro aldeias Jaminawa: Betel, Cujubim, Boca do Mamoadate e Salão (ainda em reconhecimento).

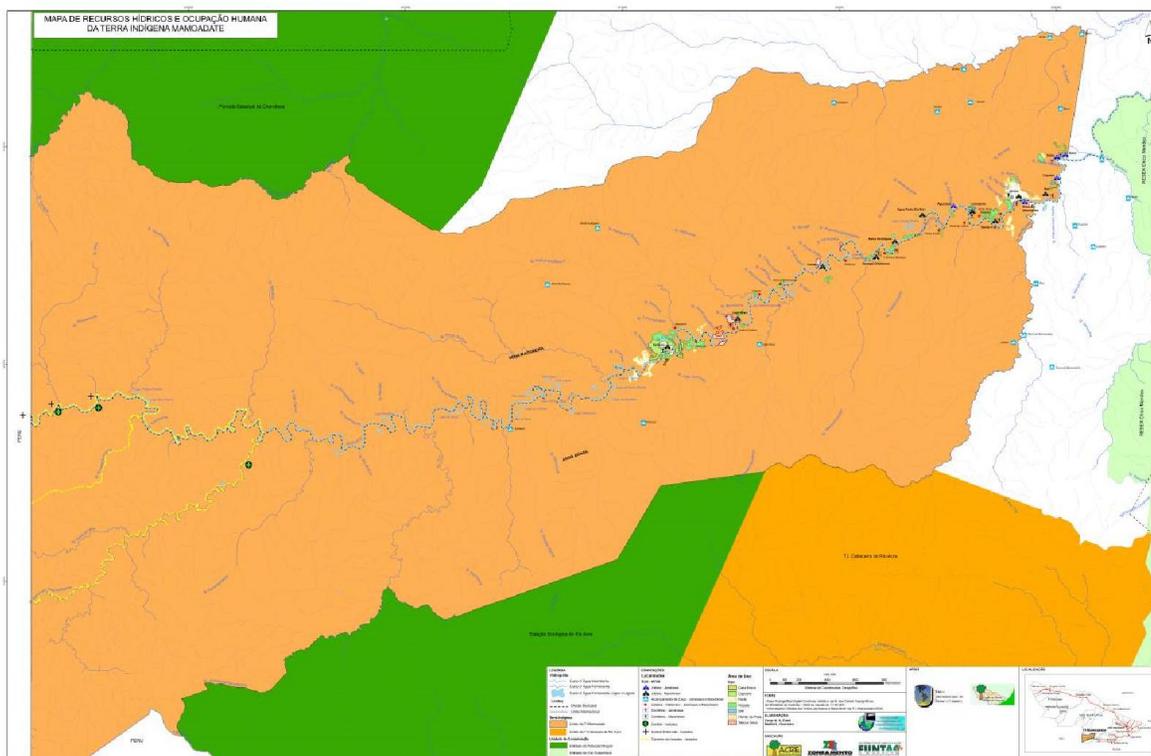
A FUNAI se implantou no Acre em 1975 e, em 1976, decidiu reunir em uma área reservada os Manchineri e Jaminawa que viviam espalhados pelos seringais do rio Iaco. Este trabalho foi coordenado pelo indigenista José Carlos dos Reis Meirelles Jr. e resultou na criação da TI. Duas lideranças foram muito ativas nesse processo: José Urias Manchineri e José Correia Jaminawa.

As atividades econômicas principais das populações indígenas do Mamoadate são a caça, a pesca e a agricultura, desenvolvidas de forma semelhante às comunidades extrativistas da região, uma vez que a área não possui seringa, caucho e castanha que poderiam viabilizar atividades voltadas à comercialização. O isolamento da área é um obstáculo para a gestão; no inverno o acesso é apenas por via fluvial e no verão o rio fica muito seco. Existe a proposta de abrir um ramal ligando a aldeia Manchineri Extrema até o Icuriã.

A partir de 2004 o Governo do Acre iniciou um trabalho visando o manejo dos recursos naturais nas terras indígenas, principalmente nas que serão impactadas pelo asfaltamento das BRs 317 e 364. Promovido pela SEMA-IMAC e articulado pela Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas-SEPI, a experiência teve início na TI Mamoadate, a primeira a realizar o etnozoneamento dos seus recursos e uma série de mapas, produzidos em conjunto por antropólogos e indígenas, permite visualizar as características históricas de ocupação e a forma atual de uso dos recursos (Ver Mapa no Anexo).

O etnozoneamento é um "instrumento de planejamento para os povos indígenas e para o governo. Com ele são produzidos mapas temáticos, diagnósticos e prognósticos, contribuindo, assim, para ações futuras ligadas à gestão territorial e ambiental em terras indígenas", afirmou o antropólogo Cloude Correia, doutorando na Universidade de Brasília doutorando na Universidade e consultor da SEMA/IMAC para coordenar o etnozoneamento na TI Mamoadate. De acordo com Terri Valle de Aquino, "Mapear recursos naturais em terras indígenas, fazendo uso de imagens de satélite com escala de 1:50.000, contando com a participação efetiva das populações indígenas, vem se constituindo uma importante ferramenta para a gestão ambiental em terras indígenas" (Aquino 2005:20).

### Mapa 13 - Recursos Hídricos e Ocupação Humana na Terra Indígena Mamoadate.



Fonte: Governo do Acre. SEMA-IMAC. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre.

Foram realizados sete mapas da TI Mamoadate: histórico, vegetação, extrativismo, ocupação humana e recursos hídricos, caçada, pesca e invasão. Na medida em que a TI está no limite sul do Parque, alguns aspectos identificados no etnozoneamento podem ser importantes para a gestão do Parque:

- A TI Mamoadate vem recebendo invasões de traficantes de trocas que vêm do Peru e descem pelas cabeceiras do lago, situação que pode ocorrer no Chandless, uma vez que os dois rios têm suas cabeceiras próximas uma da outra. Há necessidade de maior vigilância e fiscalização dos limites.
- A vigilância nos limites da reserva também é limitada pelas dificuldades de acesso e presença dos índios isolados, os Mashko, como eles os denominam.
- O igarapé Chandless-Chá, tributário do rio Chandless, dentro do Parque Estadual Chandless foi, no passado, local de caça para comércio de peles pelos Manchineri e Jaminawá com os patrões locais.

#### Manchineri<sup>8</sup>

Os Manchineri pertencem ao tronco linguístico Aruak e são um povo guerreiro, caçador, pescador e agricultor. Eles foram descritos a primeira vez por Manuel Urbano em sua primeira viagem pelo Purus e, posteriormente, por Chandless, que os encontrou na boca do Aracá (atual rio Chandless). Eles ocupam atualmente uma parte da região sul do estado do Acre no Brasil e outros pontos no Peru e Bolívia. Em território brasileiro, os Manchineri são hoje um povo que se encontra espalhado na Terra Indígena Mamoadate e no seringal Guanabara e, em menor número, no São Francisco e no Macauã, bem como na cidade de Assis Brasil.

<sup>8</sup> Texto de referência sobre os Manchineri, no site do Instituto Socioambiental, é de Marcelo Simão Mercante, Departamento de Antropologia Social da UFSC, fevereiro de 2006.

Os Manchineri afirmam que sempre viveram no laco ocupando a área que vai do igarapé do Abismo até onde hoje está o seringal Nova Olinda, chegando mesmo até Sena Madureira. Na época da borracha entraram em conflito com brasileiros, bolivianos e peruanos que os expulsaram de suas terras e os escravizaram no trabalho da borracha, agricultura, pesca, caça. As malocas e o modo tradicional de vida foram destruídos e as famílias espalhadas pelos seringais.

O mapa histórico produzido pelo etnozoneamento evidenciou que os Manchineri sempre moraram na região do Yaco, principalmente em suas cabeceiras, tanto no lado peruano quando brasileiro. A partir da metade do século XIX começaram a descer o rio e estabelecer contato com caucheiros e seringueiros. Os conflitos por territórios e pelos recursos, as chamadas correrias, enfrentados durante o ciclo de expansão da atividade da borracha, desagregou inúmeras comunidades que foram se espalhando pelo rio. Na fase de crise da economia da borracha foram se integrando à empresa seringalista como mão-de-obra para limpar campo, colocar roçado, cortar seringa. Foi nessa condição, de trabalhador subordinado aos patrões seringalistas, que a FUNAI os encontrou a partir de 1975-76 e teve início a identificação e regularização de uma terra específica para eles, a TI Mamoadate.

As primeiras famílias que saíram dos seringais para a reserva se instalaram na aldeia Extrema; já havia outras famílias Manchineri morando no alto Yao, na aldeia Peri, a mais antiga, que chegaram lá por volta de 1970. Aos poucos foram ocupando a beira do Yao até chegarem às 10 aldeias existentes hoje.

No seringal Guanabara permaneceram algumas famílias ocupando a região noroeste da Reserva Extrativista Chico Mendes e oficialmente está sob jurisdição do município de Sena Madureira. Lá os Manchineri habitam nas seguintes colocações: Altamira, Mamoadate, Água Boa, Samaúma, Javali, Mutum, Boa Vista, Natal, Paxiubal, Divisão de Guanabara, Mantiqueira e Livramento (Haverroth 1999). O grupo se dividiu e uma parte ficou no seringal Guanabara e os laços entre eles foram se fragilizando, assim como a perda da identidade cultura, que é maior fora da TI.

Os homens trabalham na roça quando não estão caçando e as mulheres a maior parte do tempo, com exceção do tempo em que estão cuidando os filhos pequenos. Cultivam arroz, abóbora, macaxeira, milho, mamão e batata (inhame e cará), cana e amendoim.

Existem duas organizações atuando entre os Manchineri: Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco e Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia

### **Jaminawá<sup>9</sup>**

O povo Jaminawa, do grupo linguístico Pano, é originário dos vales dos rios Ucayale e Juruá e estabeleceu os primeiros contatos com os brancos, caucheiros peruanos e bolivianos, a partir de malocas situadas nas cabeceiras do rio Chandless: a primeira, no século XIX, formada por índios vindos da cabeceira do rio Juruá; a segunda, no final do século XIX, no igarapé Chambuyaco, afluente do Purus no Peru, por grupos originários do Alto Purus. Os Jaminawa costumam se instalar em estreita relação com outros povos indígenas: no Brasil, especialmente com os Manchineri.

A língua Jaminawa é falada simultaneamente no Peru, na Bolívia e no Brasil, por uma população de mais ou menos 1.250 pessoas. No Peru, as aldeias Jaminawa podem ser encontradas no Departamento de Ucayali, na província Atalaya, na cabeceira do alto Purus, nas seguintes aldeias: Sepahua, no rio Ucayali, distrito de Antonio Raimondi; Sabalo, alto

---

<sup>9</sup> Texto de referência sobre os Jaminawá, no site do Instituto Socioambiental, é de Oscar Calavia Sáez, Universidade Federal de Santa Catarina, fevereiro de 1998.

rio Mapuya, afluente direito do Urubamba; Paititi, distrito Tahuania, alto rio Huacapistea, afluente esquerdo do Juruá, ao sul de Puerto Breu.

O etnozoneamento da TI Mamoodate evidenciou que os Jaminawa, que também moraram na aldeia Extrema, não tiveram uma migração em bloco tão grande quanto a dos Manchineri. Foi uma migração mais dispersa, afirma Cloude Correia (Aquino 2005). "Eles mantiveram os primeiros contatos com alguns Manchineri que tinham subido o laco para caçar. Depois desse primeiro contato, algumas famílias Jaminawa vincularam-se aos patrões de seringais, trabalhando principalmente na abertura dos campos de gado da sede do seringal Petrópolis, caçando para o barracão do Petrópolis, limpando os campos, abrindo pastagens e colocando roçados. Não se vincularam à extração de borracha propriamente dita como os Manchineri. No mapa histórico percebe-se também o impacto que a ocupação humana gerou sobre os recursos naturais do alto laco, como antigas atividades de exploração predatória de madeira nobre e de caça para o comércio de pele, patrocinadas por antigos seringalistas".

As relações com os seringalistas foram conflituosas, como em todo o estado do Acre, e no decorrer dos anos os Jaminawá se estabeleceram entre o rio Acre e o laco. Em 1968 um grupo de mais de cem índios se instalou no seringal Petrópolis ficando em grande dependência dos brancos com estarem muito debilitados em decorrência de epidemias. Quando a FUNAI se instalou no Acre, em 1975, encontrou esse grupo em situação crítica: alcoolismo, prostituição, desorganização do grupo e exploração econômica. Um posto indígena foi estabelecido na área e aos poucos eles se mudaram para a área Mamoodate, concentrando-se em duas aldeias, Bétel e Jatobá. Em 1989, em decorrência de uma dissidência interna, um grupo liderado por José Correia Tunumã migrou para o rio Acre, onde já moravam outros Jaminawa e ali foi criada a TI Cabeceiras do Rio Acre, uma área de 78.512 hectares homologada em 1998, no município de Assis Brasil, fronteira com o Peru.

A economia é baseada principalmente no cultivo da macaxeira e banana, na caça e na pesca. Cada família nuclear possui seu roçado, se tornando economicamente autônoma, mas não exclui relações de reciprocidade entre as unidades familiares, pois a carne e o peixe são distribuídos para toda a comunidade.

Desde 1990, o povo Jaminawá vem passando por um estado de crise. Um fator complexo de difícil explicação até mesmo para os próprios Jaminawá, resultando na vinda de famílias inteiras para as periferias das cidades, principalmente da capital. A realidade da cidade logo se apresenta como uma competição diária para garantir a sobrevivência, fazendo com que passem a viver um tempo diferente e difícil.

José Correia da Silva Tunumã explica que "Até hoje o nosso povo tem essa tradição de viver em pequenos grupos, um bocado aqui e outro acolá... Muitas vezes, as pessoas não entendem o que tá acontecendo com nosso povo e ficam falando mal dos índios em geral. Chegaram até a dizer que o Mamoodate é a maior terra indígena do estado e lá também é terra dos Jaminawa. "Por que, então, esses índios tão pedindo esmolas em Rio Branco?" "Mas não sabiam que aquilo era decorrência de lutas internas entre os grupos Jaminawa. Papo de Índio - Jornal Página 20 Rio Branco, 5-6.02.05

Atualmente rumam em direção a uma reestruturação social, política e cultural, processo desencadeado pela necessidade de fazer uma reflexão sobre sua situação. Na assembléia realizada criaram a Organização das Comunidades Agro-Extrativistas Jaminawá.

### **7.1.2. TI Alto Purus**

#### **Kulina (Madijá) e Kaxinawá**

A TI Alto Purus fica localizada do lado direito do rio Purus onde moram os Kaxinawás e Kulinas, já do lado esquerdo moram comunidades não índias. É área tradicional do povo

Kulina (ou Madijá como se auto-denominam) hoje também habitada por índios Kaxinawá provenientes do Peru e do Envira e que começaram a chegar em 1975. Antes dos Kaxinawá estima-se que a população Kulina totalizava 500 pessoas. Hoje os Kaxinawá são em maior número que os Kulina: 1.409 e 873, respectivamente.

Em 1979 um grupo técnico da FUNAI propôs a criação de três áreas indígenas pequenas e separadas no alto rio Purus. Duas lideranças Kaxinawá, Francisco Lopes da Silva, o Pancho, e Mário Domingos criticaram a proposta e passaram a reivindicar um território único, abrangendo quatro aldeias (duas Kaxinawá e duas Madijá), e impediram a existência de corredores entre elas. Face a essas mobilizações, em 1982, a FUNAI enviou um novo GT, que re-identificou a Área Indígena Alto Purus. Esta identificação foi reconhecida pela FUNAI por meio de uma portaria de delimitação, de 17 de janeiro de 1983, com extensão contínua de 265 mil hectares. Em 1984, novamente liderados por Pancho e Mário, os Kaxinawá e Madijá tomaram a decisão de autodemarcar a primeira área indígena no Acre. Até então, a FUNAI não demarcara nenhuma terra no estado. Com o mapa de delimitação nas mãos, e com o imprescindível apoio de organizações não governamentais, 80 índios abriram picadas em todo o perímetro da área indígena durante quase dois meses de trabalho. Este episódio foi amplamente divulgado, em 1984, na imprensa de Rio Branco, e registrado no "Aconteceu Especial 15", do ISA (Instituto Socioambiental). Em seguida houve a interdição da área pela FUNAI, em 31/07/1987, para estudo e definição, sendo a demarcação oficial datada de 05 de Janeiro de 1996. É hoje a segunda maior terra indígena do Acre, com 263.129 hectares (Aquino e Iglesias 2006).

### **Kulina (Madijá)<sup>10</sup>**

Os Kulina pertencem à família lingüística Arawá. O território originalmente utilizado pelos Kulina compreendia o alto rio Envira, as cabeceiras do rio Jurupari, as terras firmes próximas ao Purus e o igarapé Cuchichá, tributário do rio Chandless (Padilha e Domingues 2004:3). Vivendo nas margens dos rios Juruá e Purus, os Kulina destacam-se pelo vigor com que mantêm suas instituições culturais, entre elas a música e o xamanismo. Um exemplo disso é que, apesar do antigo contato com brancos e da proximidade de algumas aldeias com centros urbanos, não se tem conhecimento de nenhum Kulina vivendo fora de suas terras (Silva 2003).

Os antepassados dos atuais Kulina do Alto Purus podem ter saído da bacia do rio Juruá e se refugiado nas proximidades do Jurupari e Purus em fins do século XIX e partiam rumo ao Cuchichá e Chandless quando foram pressionados pelos encontros com caucheiros, coureiros e seringueiros e por epidemias. Relatos dos mais velhos indicam que tinham uma maloca, a Carolina, próxima ao seringal do mesmo nome, nas margens do rio Purus, onde provavelmente se aldearam e foram inseridos no ciclo de expansão da economia da borracha. Para fugir das mortes, muitos varavam para o Cuchichá e o Chandless, se fixando nas margens do rio Purus. O mesmo processo de fuga os levou ao rio Curanja no alto Purus, onde construíram a aldeia de San Bernardo, que é uma referência para os Kulina no Peru.

Houve um duplo deslocamento provocado pela direção que caucheiros e seringueiros tomavam, não apenas dos Kulina como também de outras etnias em direção as cabeceiras dos rios em elas habitavam. Os primeiros vinham do Peru para a Amazônia e os segundos

---

<sup>10</sup> Texto de referência sobre os Kulina, no site do Instituto Socioambiental, é de Domingos Bueno da Silva, Antropólogo, professor da Universidade Federal do Acre. Julho de 2003.

subiam os rios amazônicos em direção a Bolívia e ao Peru, no caso dos Kulina principalmente no Alto Purus e Juruá.

Atualmente os Kulina habitam 11 aldeias ao longo do rio Purus e uma dentro do rio Chandless, entre os municípios de Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus. Seus principais desafios são a longa permanência nas cidades para resolver problemas burocráticos, a melhoria das condições de saúde nas comunidades e a implantação de uma escola voltada aos seus valores e práticas.

São caçadores e coletores, possuem uma agricultura de subsistência monopolizada pela macaxeira, banana, mamão e milho, cultivando ainda algodão para tecelagem e o urucum para a pintura corporal. Um dos aspectos que os evidencia fortemente para o observador externo é a musicalidade. Qualquer visitante que passa por uma aldeia percebe os cantos, as flautas, a música a qualquer hora do dia.

Muitos jovens vêm preparando-se para atuar como professores indígenas, agentes agro-florestais e agentes de saúde, sobretudo a partir de 1970, com a implantação em Rio Branco do escritório da FUNAI e da atuação de organizações como a CPI (Comissão Pró-Índio) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

Embora a situação jurídica de suas terras esteja regularizada, a pressão social provocada pela interação com fazendeiros e vizinhos, pelo confronto com caçadores e pescadores, além das freqüentes invasões de sua área para a extração ilegal de madeira, demandam atenção permanente e estratégias preventivas no sentido de minimizar os impactos que essas interações causam e poderão causar.

Segundo vários autores os Madija são entre os grupos da região, os que mais preservaram sua integridade cultural. Acredita-se que tenham desenvolvido alguma forma de defesa sociocultural, pois ao longo de sua história, guerreavam constantemente com grupos hostis, como modo de sobrevivência. A estratégia de sobrevivência é explicada em parte pelas relações que se estabelecem numa aldeia, a partir de *manaco* (trocar ou retribuir). O seu sistema de reciprocidade, segundo a literatura disponível aponta, não pode ser comparado a outra forma de relacionamento que tenham estabelecido com os brancos.

Redução dos índices de desnutrição e mortalidade infantil e de casos de doenças, aumento de consultas de pré-natal, da cobertura vacinal e de realização de exames clínicos e laboratoriais e instalação de sistemas de saneamento. Estas são algumas das melhorias implantadas pela Fundação Nacional de Saúde no Acre (Funasa-AC) nas aldeias Kulinhas de Manuel Urbano, nos últimos anos.

### **Kaxinawá**

Os Kaxinawá pertencem à família lingüística Pano e se auto-denominam Huni Kuin, gente verdadeira. É o maior grupo indígena do Acre, com cerca de 6.000 pessoas, ocupando uma vasta área dos Andes peruanos à fronteira com o Brasil, estados do Acre e vale do Javari, no Amazonas.

Os primeiros encontros com europeus ocorreram no século XIX, nas cabeceiras dos rios Juruá e Curanja, conforme descrito por Chandless em território peruano e no Envira e Tarauacá em território brasileiro. Os conflitos com caucheiros levaram à dispersão dos grupos em diferentes territórios. O resultado foi que muitos se mesclaram com os seringueiros e outros migraram para o Peru e permaneceram isolados até cerca de 1945 quando retomaram contato com os brancos. Alguns retornaram ao Envira e outros se mudaram para o Curanja.

Assim como ocorreu com outros grupos, os Kaxinawá foram pressionados pelos seringueiros e caucheiros e se dispersaram nos seringais e nas atividades econômicas de

extração de borracha. No rio Purus a presença Kaxinawá era esporádica, quando em incursões de guerra contra os Kulina. Segundo Padilha e Domingues, um grupo do rio Envira teria migrado para as cabeceiras do Curanja e depois para o alto Purus peruando, depois de terem matado um caucheiro que os aprisionava. (Padilha e Domingues 2004:4). Este grupo ficou relativamente isolado e depois foi novamente inserido na economia do caucho na década de 40.

A história de vida de Francisco Lopes da Silva, o Pancho Kaxinawá, é exemplar desses processos migratórios. Nascido em um seringal do alto Envira, foi muito novo com seus parentes para a aldeia de Balta, no alto rio Curanja, afluente das cabeceiras do rio Purus, no Peru. Em 1975 um segundo grupo Kaxinawá chegou ao Purus proveniente do Envira e passou a dividir o mesmo território com os Kulina, criando a aldeia Fronteira. Em meados de 1979, Pancho e sua família mudaram-se para a Fronteira, atendendo aos apelos do Padre Paolino e de seu primo Mário Domingos, chefe daquela aldeia. Por lá passou menos de dois anos porque muitos de seus parentes do Curanja vieram morar com ele. Desceu o rio e fundou a aldeia Canaã-Recreio, que veio a se tornar a mais importante e populosa comunidade Kaxinawá do Alto Purus (Aquino e Iglesias 2006 b).

Suas aldeias são territórios coletivos, que englobam nichos ecológicos complementares, nos quais as famílias utilizam recursos naturais diversificados da floresta e de espaços domesticados, a saber, rios, lagos e igarapés para a pesca e a obtenção de água potável; terreiros das casas para as plantações de ervas e fruteiras e para as criações domésticas; seringueiras para a produção de borracha; terras firmes para os roçados; praias e barrancos para os cultivos agrícolas de verão; madeiras e palheiras para a construção de casas, galinheiros e paióis; capoeiras e mata bruta onde são coletado um amplo leque de espécies vegetais, tais como, frutas nativas, palhas, corantes, cipós, coagulantes e plantas medicinais. Alguns recursos são apropriados de forma privada pelos moradores de uma casa, enquanto outros são aproveitados de forma coletiva pelas famílias das várias casas que compõem a aldeia ou locais de moradia próximos.

## **7.2. Caracterização da Área Ocupada por Índios Isolados**

Nas cabeceiras dos afluentes dos rios Juruá e Purus, em território fronteiriço entre Peru e Brasil existe uma população flutuante, de etnia desconhecida, grupo humano reduzido numericamente, mas disperso em uma vasta área, conhecido regionalmente como "brabos" e denominados de Mashko pelos outros grupos indígenas que habitam os rios próximos.

Estes grupos encontraram refúgio em áreas nas quais não existe borracha e o caucho foi extinto ficando dessa forma ao largo da expansão da economia gomífera que predominou na Amazônia na segunda metade do século passado. São grupos que sobreviveram, também, às expedições de caça e aprisionamento de indígenas, as correrias, que aconteceram na época de auge da borracha.

Durante o período da borracha foram várias as estratégias utilizadas pelos patrões para controlar os "brabos", como relatam Iglesias e Aquino: "...acordos foram firmados com caucheiros peruanos para que, em troca do aproveitamento dos cauchais, realizassem correrias contra as malocas e 'limpassem' os seringais..." ou então mobilização de "turmas de Ashaninka... para 'fazer rondas' no seringal Revisão, com a finalidade de manter os 'brabos' afastados das colocações de centro e realizar eventuais correrias, para 'dar segurança aos fregueses' e, assim, garantir a realização das safras anuais de borracha" (Op.cit. 31).

Após a queda da economia da borracha, o afastamento dos patrões e a criação de terras indígenas nos limites internacionais com o Peru, os conflitos passaram a ocorrer diretamente com seringueiros e índios moradores de colocações próximas à fronteira. Até recentemente estes grupos tinham mobilidade sazonal; todo verão atravessavam as cabeceiras dos afluentes do Juruá e Purus atravessando a fronteira com o Brasil para pescar, caçar e coletar ovos de traçajá e também para "observar a rotina das famílias de

seringueiros e índios, aprender a usar armas de fogo e saquear casas, de onde levavam instrumentos de trabalho, utensílios, roupas e redes, sementes dos roçados, assim como armas de fogo" (Iglesias e Aquino 2006:30). Estas incursões e enfrentamentos armados, inclusive com mortes de ambos os lados, levaram à necessidade de definição de uma política adequada à situação.

Em 1987 o Departamento de Índios Isolados da FUNAI criou a Frente de Atração Rio Jordão (FARJ), transformada em 1988 na Frente de Contato Rio Envira (FCE), com base montada na margem direita deste rio, em frente à foz do igarapé Xinane, na TI Kampa do Rio Envira em 1996 renomeada para "TI Kampa e Isolados do Rio Envira", especificando, assim, a presença desses últimos nessa terra indígena.

Nesta mesma época houve uma mudança profunda na política da FUNAI para índios sem contato. Até então a FUNAI procurava se antecipar à expansão da fronteira interna no país atraindo os índios para evitar que fossem massacrados pelo contato não qualificado com os diferentes segmentos sociais que trabalham em abertura de estradas, hidrelétricas, mineração. Realizavam, dessa forma, um contato assistido regularizando territórios e promovendo assistência médica para evitar erros cometidos no passado que levaram ao extermínio de sociedades inteiras.

A partir de 1987 a FUNAI decidiu inverter essa política e proteger os territórios habitados por índios isolados evitando a aproximação de populações regionais não índias e buscando assegurar, dessa forma, as condições ambientais e sociais das formas de vida específicas desses povos. Foi com base nessa nova filosofia que o trabalho da FUNAI se consolidou no rio Envira, de maneira inovadora, sob a coordenação do indigenista José Carlos dos Reis Meirelles Jr. Denominada de Frente de Proteção Etno-Ambiental Envira, é a primeira experiência desse tipo na Amazônia e exerce uma permanente fiscalização evitando a entrada de caçadores e os conflitos que ocorreram na década de 1980.

As ações da FUNAI para a garantia dos territórios dos grupos "isolados" tiveram continuidade em 2003, com a constituição de um Grupo de Trabalho para a identificação da TI Xinane, "interditada" desde 1987.

A regularização de territórios indígenas e unidades de conservação ao longo da fronteira com o Peru resultou na existência de um corredor fronteiriço de mais de 2 milhões de hectares distribuídas em sete municípios, que constituem territórios de moradia permanente e/ou de usufruto de grupos indígenas "isolados". A FUNAI estima a população que habita de forma estável em seis conjuntos de malocas existentes nas TIs Alto Tarauacá e Riozinho do Alto Envira entre 600 e 1.000 índios, talvez a maior concentração de índios ainda "isolados" na Amazônia brasileira. O Parque Estadual Chandless, assim como a vizinha TI Mamoadate, fazem parte desse corredor e registram a presença de índios isolados nos limites de seus territórios na fronteira com o Peru.

### **Isolados do Chandless**

No lado peruano da fronteira internacional, quatro reservas territoriais (Madre de Dios, Murunahua, Mashco-Piro e Isconahua), e o Parque Nacional Alto Purús, constituem territórios de povos isolados. Apesar de seu reconhecimento oficial, essas reservas têm sido invadidas por madeireiros ilegais, gerando restrições territoriais, correrias, contatos forçados, epidemias e conflitos entre isolados e com moradores de comunidades nativas, já descrito no capítulo anterior. Concessões de lotes para a prospecção e exploração de petróleo e gás e para a extração de ouro têm sido feitas pelo governo peruano no interior dessas reservas e nos territórios das comunidades nativas, implicando em graves ameaças aos territórios e à sobrevivência dos isolados.

As atividades em curso do lado peruano da fronteira têm resultado em significativos

impactos em terras indígenas e unidades de conservação do lado brasileiro. Atividades ilegais no Parque Nacional Alto Purús e no alto rio Envira, estão forçando a migração de um grupo de isolados para o lado brasileiro, causando um reordenamento dos povos nas terras indígenas ali situadas; novos conflitos podem surgir com famílias Kaxinawá e Ashaninka e com outros moradores da floresta.

A região localizada próxima às cabeceiras do rio Chandless é uma área de perambulação de índios isolados conhecidos como Maskos e o registro dessa presença foi feito em 1984 pelo indigenista J.C. Meirelles Jr. Eles moram na margem direita do Purus em território peruano e perambulam pelas cabeceiras do Chandless e do Iaco, penetrando no território hoje protegido do Parque e na TI Mamoadate, onde já entraram em conflito com os Manchineri que costumam subir às cabeceiras para caçar e pescar.

A peça de criação do PE Chandless registrou entrevista com José Carlos dos Reis Meirelles Jr., realizada em maio de 2001, na qual ele confirma a existência destes índios:

“Na região do Chandless, entre as TIs Alto Rio Purus e Mamoadate, foi detectada a presença de grupos de índios isolados denominados MASKO, que habitam e perambulam pelas margens dos rios daquela região. Estes índios durante alguns meses do ano estabelecem-se em território peruano, nas nascentes dos rios Curanja, Purus, Envira, Piedade, Tahuamanu, Los Amigos, Las Piedras, Iaco, Madre de Dios e Igarapé Abismo e no verão caminham (praiando) seguindo os cursos dos rios Chandless, Igarapés Chandless-chá, Cuchichá, Chambirá”.

“O período de perambulação em terras brasileiras ocorre geralmente entre os meses de maio a agosto (período seco). No inverno eles não atravessam os rios. Estes índios andam em grandes grupos, de cerca de 200 a 300 pessoas, e quando encontram outros grupos indígenas ou a população branca, costumam atacar utilizando-se apenas de arcos e flechas, o que torna possível deduzir que sejam ainda bastante primitivos e desconheçam as armas de fogo. Estes índios durante as suas caminhadas ao perceberem vestígios da civilização branca ou de outros grupos indígenas, costumam afastar-se do local”.

Entrevistas realizadas com moradores do rio Chandless e do entorno confirmaram a existência de vestígios desses índios nas margens do rio e, inclusive, tentativas infrutíferas de fazer contato.

Em 2004 o CIMI realizou uma viagem ao rio Chandless e entrevistou moradores com o objetivo de averiguar a existência destes índios em decorrência de algumas preocupações: o livre trânsito de pessoas na área e o antigo projeto de construção de três rodovias estaduais incidindo sobre o território destes índios e de forma indireta sobre a TI Alto Purus, a AC90, AC405 e AC406 (Padilha e Domingues 2004:7).

Fator decisivo para essa viagem de reconhecimento foi a existência de duas missionárias evangélicas da Igreja Assembléia de Deus que, provenientes de Belém, subiram o rio Purus com o objetivo de iniciar trabalho assistencialista com os índios do Alto Purus e processo de atração e contato com os isolados do Chandless. O CIMI fez uma denúncia, obteve resposta negativa da FUNAI de Rio Branco, mas as missionárias se estabeleceram nas proximidades da TI Alto Purus e, no verão de 2002, subiram o Chandless até o Igarapé Cascajo, no Peru de onde voltaram sem terem atingido o objetivo.

O livre trânsito de pessoas no alto Chandless para a coleta de ovos de tracajá, para caçar e plantar nas praias e retirar madeira para construir canoas, seriam motivos principais de preocupação em relação a possíveis conflitos com esses índios desconhecidos.

Das entrevistas realizadas com os moradores do Chandless, os autores do relatório concluíram que há três anos, ou seja, entre 2001 e 2004 não foram vistos vestígios da

presença destes índios nas praias do Chandless, o que pode ter sido motivado pela presença constante de não-índios nas margens do rio.

Outras informações relevantes sobre os índios isolados, para o plano de manejo do PE Chandless, podem ser retiradas do relatório citado (CIMI op.cit 8 e segs):

#### Entrevistas realizadas na TI Alto Purus:

- Cacique Sabino da Aldeia Boca do Chandless confirmou a existência dos índios embora nunca os tenha visto.
- Cacique Cabral da Aldeia Santo Amaro: os índios existem e são Madija brabos.
- Miá (Delegado) e seu pai, Dojo. Dojo contou que quando desceram o rio em função das mortes que estavam ocorrendo, o grupo do seu pai, que está hoje no Purus, se separou do grupo de um parente e ele acha que o que ficou para trás é o que se encontra hoje no alto Chandless. Eles afirmam que o local mais perto onde foram vistos é San Martin, que fica acima da última moradia.

O relatório afirma que com ajuda de Miá fizeram um mapa e identificaram o local onde provavelmente estes índios estariam morando. E entenderam que os índios não estariam descendo o Chandless, mas transitando entre o Riozinho, afluente da margem esquerda do Chandless e o igarapé Chandless-chá, na margem direita do rio Chandless (op.cit.:8)

#### Entrevista realizada com Jerônimo Lustralnardi – Colocação São João:

Afirma que sempre sobe o Chandless e viu os índios e contou 22 acampamentos, embora não saiba dizer quando isso aconteceu. Calculou que havia entre 120 e 150 pessoas. Disse que aproveitam o verão para se locomover pelas praias e matas. Ele encontrou vestígios nas praias. Quando moravam no San Martin, eles iam até lá e voltavam. Acha que não vêm mais prá baixo porque não se dão com os brancos.

#### Entrevista com Milton Leite – Fazenda Reentregue:

Afirma que existem os índios mas que nunca apareceram para ninguém nem nunca ninguém apareceu para eles. Viu rastros de 4 índios, dois adultos e dois jovens ou mulheres, no verão de 1999. Foram de barco até San Martin, onde havia uma vila, e ainda existem bananais, coqueiros e mangueiras. Afirmou que os índios utilizam as capoeiras e levavam as bananas.

Acredita que os índios percorrem o território que Começa no Chandless-Chá e vai até depois do igarapé conhecido como Riozinho. No período do caucho e das peles, a região era mais habitada e freqüentada por caucheiros, caçadores e aventureiros e isso impedia que os índios viessem até as margens do Chandless.

O relatório do CIMI conclui que "...os índios vivem em território brasileiro no trecho entre os igarapés Chandless-Chá e Pumajal, especialmente no igarapé Riozinho. As áreas de perambulação são consideradas áreas indígenas pois são utilizadas por eles como meio de reprodução física e cultural cabendo ao Estado garantir-lhes o usufruto e a proteção" (op.cit. 11-12).

A partir dos levantamentos realizados, o CIMI sugeriu os seguintes encaminhamentos:

- À FUNAI: interdição da área Gleba Chandless 9. Realização de estudos antropológicos que comprovem oficialmente a presença de uma população indígena e a consideração dos índios isolados do alto Chandless como mais um grupo de índios isolados no Estado do Acre.

- À FUNAI e Ministério Público: Acompanhamento dos estudos realizados na área garantindo a integridade dos índios, não permitindo a presença e o contato de não índios.
- Ao IBAMA e IMAC: colaborar com os estudos e com a preservação da área fiscalizando e monitorando a presença de não-índios.

Algumas situações novas ocorreram nos últimos anos, depois do relatório do CIMI de 2004: maior presença de índios isolados peruanos no lado brasileiro; criação de áreas protegidas no lado peruano e a criação do Parque Estadual Chandless englobando a área de perambulação nas cabeceiras.

Embora não existam conflitos entre moradores e indígenas no rio Chandless nem se verifiquem vestígios da presença deles nas cabeceiras nem relatos de acampamentos, como ocorreu no passado, em outras áreas da fronteira Brasil-Peru, especialmente no Envira, tem havido uma intensificação da presença dos índios isolados do lado brasileiro.

Esse fato está ocorrendo por várias razões: (i) as terras são tituladas aos indígenas e depois cedidas à exploração florestal para madeireiros mediante plano de manejo, pressionando-os a sair de suas áreas; (ii) a atuação de missionários no alto rio Purus estimulando-os a sair; e (iii) maior proteção do lado brasileiro. A consequência é a ocupação mais permanente dos altos rios e não somente a ocupação sazonal como ocorria no passado. A este respeito, ver Iglesias & Aquino, 2006 a: 50-54.

A exploração predatória das cabeceiras do Madeira, Purus, Juruá e inclusive Javari, tem provocado uma migração dos índios isolados para território brasileiro, mudando as características tradicionais da ocupação. De acordo com relato pessoal de J.C. Meireilles Jr, em junho de 2007, "os Masko Piro, que sazonalmente ocupavam as cabeceiras do laco, Envira e Chandless, estão cada vez mais migrando para o Acre. Em 2007 passaram o tempo das chuvas no Envira em território brasileiro, fato inédito até então! Isso quer dizer que, por pressões, estão se mudando para onde não existem invasões. As cabeceiras do Chandless podem passar de área de ocupação sazonal a área de habitação permanente! De povo nômade (que é o caso) que ocupa um imenso território! De repente os moradores tradicionais do Parque, que nunca tiveram problemas com isolados, podem passar a ter".

A criação de um conjunto de áreas protegidas na fronteira peruana, pelos governos federal e regional de Ucayali, pode evitar o agravamento dessa situação. Como já foi salientado, a oeste do PE Chandless, ao longo da fronteira internacional Brasil-Peru, existem terras tituladas para comunidades nativas e uma Reserva Comunal do Purus, na margem do alto rio Purus, nos fundos da cidade de Puerto Esperanza; ao longo de uma longa linha seca, está o Parque Nacional Alto Purús, unidade de conservação criada pelo governo peruano em novembro de 2004 e, dentro do Parque, uma área para índios em isolamento voluntário.

A criação do Parque Estadual Chandless, englobou a área na qual vivem ou circulam os índios isolados e garante a proteção territorial necessária. Durante o processo de regularização dessa área, houve o reconhecimento, pelo governo do Estado de que o Parque inclui território tradicionalmente utilizado pelos índios isolados e um consenso de que seus direitos serão respeitados durante e após o processo de implantação da unidade de conservação, como uma alternativa às sugestões apresentadas no relatório do CIMI. O Parque foi considerado uma boa solução uma vez que a FUNAI não teria tempo hábil para analisar e reservar aquela área.

Entrevistas realizadas entre os moradores do Chandless para elaboração do Plano de Manejo, em março de 2008, reafirmaram as mesmas informações contidas no relatório do CIMI: que os "brabos" andam na cabeceira do Chandless mas não são vistos há pelo menos 4 ou 5 anos. Jerônimo fez o mesmo relato, dizendo que viu acampamentos e Milton, que viu rastros de quatro pessoas.

Alberto Nunes Pacaia, o patriarca do Chandless afirmou que tentou "rastejá-los para ver se podia conversar com eles, para ver como são"; ele os viu, foi visto, mas não conseguiu encontrá-los:

"Eles andaram de novo e eu fui atrás. Andei um dia inteiro, mas eu vi que não ia conseguir achar eles. Aí eles andaram, mas acho que eles foram para o Peru, eles cortaram pros ramos do Peru... Agora que não são eles que andam matando. Eu andei já nas cabeceiras desse rio, eu vi as picadas deles, eu vi uma arraia que eles tinham matado, naquele instante que eu tinha chegado; aí a arraia tava jogando sangue assim. Então eu acho que eles me viram e correram. Por isso eu digo, eles não matam, eles não matam, porque senão eles tinham matado. Eles não mexiam na melancia, eles não mexiam na roça, não mexiam em banana. Eles passaram na plantação que a gente plantava".

Tendo como referência os dados apresentados, foram sistematizadas recomendações encontradas em diferentes documentos para inserir no Plano de Manejo no que se refere às nações indígenas que fazem limite com o PE Chandless e aos povos isolados que ocupam as cabeceiras do Chandless (Ver capítulo 9).

### **7.3. Interações Indígenas e Não-Indígenas**

Não existe nenhuma aldeia indígena dentro do perímetro do Parque. Alguns moradores do Chandless afirmam sua ascendência indígena e se auto-denominam Manchineri (Alberto Nunes Pacaia), Jaminawa (Carlos Saldanha Padilha) e Ashaninka (Gabriel Saldanha Nunes). Algumas famílias são oriundas de casamentos entre indígenas e brasileiros ou peruanos. Pode-se afirmar, portanto, que a identidade étnica dos moradores do Chandless é uma combinação de indígenas, brasileiros e peruanos, nativos ou migrantes, em uma diversidade de situações.

Outro aspecto importante da cultura indígena que se reflete no Chandless é a auto-suficiência na produção dos meios de vida. As famílias produzem todos os alimentos necessários à subsistência, comercializam pequenos excedentes e somente utilizam dinheiro para adquirir bens industrializados como combustível, sal, açúcar, munição. Há fartura nas casas, as pessoas se alimentam bem e com variedade de opções, complementando a agricultura com pesca, criação e caça. Essa diversidade e abundância não são comuns em áreas nas quais predominam descendentes de migrantes nordestinos, especialmente quando a borracha é a principal atividade econômica.

Chama a atenção, por outro lado, o uso restrito que fazem da floresta, o que não é típico em populações indígenas nas florestas tropicais. O fato de não haver borracha nem castanha no rio Chandless e do caucho ter sido extinto, diminui a convivência com a floresta e a socialização dos filhos nas estradas de seringa ou nos piques de castanha. A existência de muitos lagos com fartura de peixes, por outro lado, os leva a priorizar a pesca à caça. O maior uso feito da floresta está associado à busca de plantas medicinais.

No que se refere aos idiomas falados, pode-se afirmar que os moradores do Parque dominam, pelo menos, três idiomas: português, espanhol e uma língua indígena. Alguns falam somente espanhol e vários têm dificuldades de se expressar bem em português.

Pode-se afirmar que as famílias oriundas de casamentos interétnicos mantêm laços com parentes peruanos e com os moradores das aldeias indígenas do entorno, mas não existem relações formais entre os habitantes do PE Chandless e os das TIs Mamoadate e Alto Purus, ou seja, não desenvolvem atividades em conjunto nem participam de espaços institucionais semelhantes (associações ou projetos governamentais). Partilham, no entanto, semelhanças culturais na organização do espaço, construção das casas, modo de vestir, alimentação, hábitos de higiene. De forma generalizada, todos moram em casas construídas

com parede e assoalho feitos do tronco da paxiúba/e ou açai e cobertura de palha de várias espécies de palmeiras, elevadas do chão, com poucas ou nenhuma divisão interna.

Nem sempre as relações entre índios e não-índios são pacíficas. Como ocorre em geral, na Amazônia, brancos criticam os índios pelo fato de pescarem em seus lagos ou colherem produtos em roçados dos outros. No caso do Chandless é interessante relatar relações assimétricas entre seringueiros e indígenas. Quando a TI Alto Purus foi criada, Olegário Carvalho de Peres, que hoje é o primeiro morador de quem sobe o Chandless, morava na área dos Kulina e não foi indenizado; ao contrário, perdeu tudo que tinha e teve que se estabelecer na beira do Purus, fora da TI. É comum a várias famílias que hoje estão no Chandless, terem morado e tido seus filhos em seringais que se transformaram em territórios indígenas.

## **8. OS MORADORES DO RIO CHANDLESS E O PARQUE**

A criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral em uma área habitada por comunidades tradicionais, depois da aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei N. 9.985, de 18 de julho de 2000, contradiz a legislação e é incoerente com o esforço que vem sendo feito, desde então, de evitar problemas comuns no passado, tanto no que se refere à proteção dos recursos naturais quanto dos direitos das populações. Recomendação explícita constante do contrato do Projeto Arpa (Áreas Protegidas da Amazônia) estabelece que uma UC que apresenta conflitos de enquadramento nas categorias de conservação, não poderá receber recursos financeiros enquanto o problema não for solucionado.

De acordo com o SNUC no parágrafo 1º do Art. 7º, o objetivo básico das UCs Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei. O Art. 42 especifica que "as populações tradicionais residentes em unidades de conservação na quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes". O parágrafo 2º deste Artigo estabelece que "Até que seja possível efetuar o reassentamento... serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações"... que serão estabelecidas em regulamento.

O Decreto N. 4.340, de 22 de agosto de 2002, regulamenta artigos da Lei n. 9.985, entre eles, o que se refere ao reassentamento das populações tradicionais (Artigos 35 a 39). Define que o processo indenizatório deve respeitar o modo de vida e as fontes de subsistências das populações tradicionais (Art. 35); que apenas as populações tradicionais residentes na UC no momento da sua criação terão direito ao reassentamento (Art. 36); e define que, enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em UC de Proteção Integral serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre o órgão executor e as populações, ouvido o conselho da UC; este termo de compromisso deve ser assinado no prazo máximo de um ano após a criação da UC e deve definir o prazo e as condições para o reassentamento das populações tradicionais.

A história de criar Unidades de Conservação de Proteção Integral em áreas ocupadas por populações indígenas e tradicionais na Amazônia é antiga e a sobreposição de territórios com objetivos conflitivos traz prejuízos tanto para a proteção do meio ambiente quanto para as populações. Pelo fato do sistema brasileiro de áreas protegidas ter sido copiado dos Estados Unidos, não havia, até 1990, uma opção adequada às populações tradicionais.

Essa questão foi solucionada com o Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que criou Reservas Extrativistas como "espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista", conceito incorporado pelo SNUC que também criou a modalidade de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, com objetivos similares. Com base na legislação e na história das UCs na Amazônia, recomenda-se que, sempre que existam populações tradicionais, o mais adequado é realizar a regularização de direitos fundiários na forma de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Quando se cria uma UPI em área ocupada, o poder público tende a inverter a situação rapidamente: no lugar do Parque ser um problema para as pessoas, as pessoas se transformam em um problema para o Parque. É o que pode ocorrer no caso do PE Chandless se não forem feitos encaminhamentos adequados.

O processo de criação do PE Chandless seguiu todos os procedimentos legais: foi realizado um levantamento sócio-econômico na área, foram entrevistados os moradores e houve uma ampla consulta pública durante a qual questões relacionadas ao destino desta população foram apresentadas e respondidas, tanto pelos representantes do governo Federal quanto do governo do Estado do Acre.

Apesar dos cuidados tomados, alguns aspectos foram subestimados pela equipe responsável pela criação da UC. A pesquisa de campo realizada em março de 2008, para o componente sócio-econômico do Plano de Manejo identificou três aspectos: (a) a história de famílias que vivem no rio Chandless há três gerações e a ausência de qualquer documento atestando os direitos destas pessoas sobre as áreas onde moram; (b) a falta de compreensão, por parte dos moradores, e de esclarecimentos, por parte do poder público, a respeito das conseqüências para suas vidas, advindas da criação de uma UPI; (c) o potencial de crescimento econômico e populacional das famílias moradoras do rio Chandless e possíveis conflitos que adviriam das regras a serem firmadas em uma UPI.

Tendo em vista que estes pontos influenciariam as recomendações de manejo a serem apresentadas no relatório sócio-econômico, solicitei à SOS Amazônia que essas preocupações fossem levadas à SEMA, o que ocorreu em reunião realizada no dia 23.03.08.

Para dar sustentação às informações levantadas em campo, realizei um detalhado estudo da história da ocupação do rio Chandless, que foi apresentado no capítulo 3, que comprovou as informações fornecidas pelos atuais moradores e permitiu a reconstituição da presença de seus antepassados até o período de exploração do caucho, na primeira década do século passado.

Com o objetivo de compreender a situação fundiária, analisei os resultados da discriminatória realizada pelo INCRA que identificou a fraude cometida por pretensos proprietários que, no passado, não somente se apropriaram das riquezas existentes no rio como expulsaram seus moradores, também apresentados no capítulo 3.

Concluí, depois de cuidadosamente analisar as informações coletadas e os documentos produzidos quando da criação do Parque, e este relatório fundamenta esta análise, que foi cometido um equívoco quando da criação do Parque que interfere nas recomendações de manejo: os direitos fundiários das famílias que vivem no rio Chandless há três gerações deveriam ter sido reconhecidos e regularizados antes da criação do Parque, seja na forma de propriedade privada por usucapião, seja na forma de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável.

Além disso, dadas as características econômicas e sociais dos moradores do rio Chandless, apresentadas no capítulo 4 deste relatório, é possível antecipar inúmeros conflitos em torno

das regras que devem orientar a gestão de UPI e a existência das famílias, caso a solução fundiária não seja equacionada.

A postura do Governo do Estado, tanto na gestão anterior, responsável pela criação do Parque, quanto na atual, sempre foi claramente de não prejudicar os moradores e de respeitar seus direitos. Um Termo de Compromisso, definido pelo SNUC para conciliar temporariamente situações como essa, não foi elaborado. A ausência de uma solução adequada, até o momento, tem dificultado o trabalho da SEMA na área uma vez que o Chefe do Parque não tem os meios para esclarecer as dúvidas dos moradores nem para envolvê-los no processo de gestão.

Todos esses aspectos condicionam as recomendações para o manejo do Parque, que foram organizadas em três partes:

- (i) Recomendações da Audiência Pública de 2003: contribui para recuperar os compromissos assumidos pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do Acre em relação aos moradores do rio Chandless.
- (ii) Roteiro para equacionar o futuro dos moradores do Parque.
- (iii) Recomendações para grupos que direta e indiretamente impacto ou podem se beneficiar da existência do PE Chandless.

### **8.1. Audiência Pública em 2003**

Os estudos ambientais, econômicos, sociais, fundiários e institucionais da área foram sintetizados na Peça de Criação e apresentados para consulta pública no município de Manuel Urbano em 23 de agosto de 2003. Dois moradores do rio Chandless participaram da reunião: Josias Silva, administrador da Fazenda Jussara e Milton Nunes, da Colônia Reentregue.

O relatório da audiência pública concluiu que "a contextualização da proposta, a democratização das informações e ampla participação na reunião contribuíram de forma importante para o apoio das entidades presentes à criação da UPI, as quais assumiram, formalmente, através da assinatura da Ata da Reunião, compromissos de contribuir com a criação e consolidação da Unidade de Proteção Chandless" (GEA 2003:2).

Com o objetivo de compreender a visão do poder público em relação aos moradores do Chandless e os compromissos assumidos com eles no momento em que a proposta de criação foi debatida e aprovada, foi realizada uma reconstituição dos principais temas abordados na Audiência Pública. Os pontos prioritários poderão fazer um elo entre o diagnóstico de campo, que será apresentado nas partes seguintes, e as recomendações ao final do Relatório.

A Audiência Pública foi realizada com o objetivo de consultar a população direta e indiretamente envolvida a respeito da criação de uma Área de Proteção Integral na Região do Chandless. Os órgãos federais e estaduais responsáveis pelos estudos realizados a respeito da área – IBAMA e IMAC – fizeram as apresentações técnicas e depois o debate foi aberto a todos os participantes.

A partir da transcrição completa da audiência pública, foi utilizada a seguinte metodologia: (i) foram selecionados os trechos relacionados diretamente à população residente no rio Chandless, em cada fala, mantendo a identidade do enunciante; (ii) foram mantidas as perguntas e os esclarecimentos relacionados aos povos indígenas que moram no entorno da área proposta, assim como em relação aos isolados, uma vez que nas respostas os dois temas aparecem juntos, inúmeras vezes; (iii) também foram selecionadas aquelas falas relacionadas com o benefício geral do parque para a sociedade regional. Depois de

realizada essa seleção, os textos foram apresentados na mesma seqüência em que foram pronunciados. Ao final, apresenta-se um resumo dos principais compromissos.

A audiência pública foi organizada em três tempos:

- Abertura, com falas gerais das autoridades.
- Apresentação do Resumo Executivo da Peça de Criação da UC de PI Chandless, por Magaly Medeiros - Diretora da Secretaria de Meio Ambiente do Acre e Sebastião Santos – Coordenador das Unidades de Conservação do IBAMA. (Este tópico não foi resumido).
- Perguntas e esclarecimentos.

## **ABERTURA**

### **Jorge Almeida - Prefeito de Manuel Urbano**

Eu tenho certeza de que as pessoas que moram no Chandless também não vão ser prejudicadas, porque as pessoas que estão aqui vão fazer explicações, esclarecer, o professor Edegard, o Anselmo, e antes da gente vir pra cá a gente já teve uma conversa, prá ficar mais ou menos a par do que vai ser feito. E eu acho que, acho não, tenho certeza que esse parque vai trazer benefícios não só pra Manuel Urbano, mas pro Acre e pro Brasil e também, prá não dizer, pro mundo.

### **Carlos Ovídio Rezende - Secretário da SEFE (Secretaria de Florestas)**

[O Parque] ... vai trazer um desenvolvimento prá região, vai trazer uma projeção prá região.

### **Anselmo Forneck – Representante do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) no Acre**

[No Chandless] com doze famílias, o entendimento que a gente pode estabelecer é inclusive das famílias que moram lá dentro virem a trabalhar na gestão, na organização, no cuidado desse espaço, dessa unidade de conservação que a gente está criando.... hoje a gente cria muitas unidades e o propósito é de ter uma gestão compartilhada. O que é isso; é a gente poder trabalhar, quem vive lá dentro, a prefeitura, o Governo do Estado, o Governo federal, de uma forma articulada poder fazer a melhor coisa possível, poder estar preservando, conservando aquilo que tem de riqueza pra nós, não só pro momento de hoje, mas pensar os nossos filhos e netos, que vão precisar por demais dessas riquezas.

### **Edegard de Deus - Secretário do Meio Ambiente e Presidente do IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre)**

Então estamos dando início a um processo novo, de gestão compartilhada, e assim é o que nós queremos que ocorra no processo de implementação pós-criação da unidade do Chandless.... ao longo desses dois anos anteriores, nós tivemos todo o trabalho de fazer os diagnósticos, estivemos com o prefeito Altamir e o prefeito Jorge Almeida, em pré-audiências, em pré-conversas, em 2001, sobrevoamos a área, fizemos o diagnóstico por terra, tanto o diagnóstico dos recursos naturais como também o sócio-econômico, e hoje, diferente do que se fazia antigamente pra criar as unidades de conservação, que se criava em Brasília, nos escritórios, nós estamos aqui, num trabalho complementar a esses estudos, que é o de socialização desses conhecimentos com as comunidades diretamente envolvidas, com as prefeituras, e que deverão fazer parte dessa gestão compartilhada da unidade.

## **PERGUNTAS E ESCLARECIMENTOS**

### **José Altamir Thaumaturgo de Sá - Prefeito do Município de Santa Rosa do Purus**

... hoje é um orgulho que a gente tem de estar participando disso e quero dizer pra vocês que estou muito feliz... o povo daquela área lá já foi discutido a respeito deles, vai todo mundo... não se preocupe que vão arrumar maneiras de ver a situação deles, seu Edegard e Anselmo, todos eles estão vendo também essa situação junto com a gente.

### **Representante Indígena**

Eu só gostaria de fazer uma pergunta, pela preocupação que eu tenho, pelo que a gente viu ali no mapa, tem algumas terras indígenas que são próximas de onde estão querendo criar essa reserva. Então a minha pergunta é: como é que ficaria, no caso de uma, se por exemplo, as terras indígenas do Mamoadate e do Purus quisessem ser ampliadas e nós indígenas, se vamos ter como entrar nessa área prá ter uma oportunidade de retirar as caças, não é, prá sustento da nossa família. Então eu queria um esclarecimento de como ficaria, depois desse parque; são essas coisas que a gente se preocupa bastante, com relação à ampliação das terras indígenas e o acesso a essa área protegida.

### **CIMI - Manuel Urbano**

Gostaria de saber como é que vai ficar com a questão dos índios isolados que perambulam ali pela área de unidade de conservação ambiental. Como é que eles vão ser contemplados nesse projeto?

### **Zé Correia - FUNAI**

A minha preocupação maior, apesar do Rodrigo ter colocado isso, colocado também, a minha preocupação é isso, que muitas vezes, eu entendo bastante que a borboleta ela tem uma grande validade prá sociedade, porque algum benefício traz. Entendo também que o macaco preto também, porque é um alimento muito bom, porque eu nasci e me criei comendo ele, por isso acho que eu sou desse tamanho. Mas a minha preocupação maior é que nesses corredores tem as populações indígenas que são consideradas como bravas, como é que vai ser visto; e muitas vezes a gente se preocupa bastante com o macaco e com a borboleta, mas em muitos momentos, eu como índio Jaminawa fico pensando, estamos em terceiro lugar, ou em que posição fica... Eu não estou aqui protestando aqui de maneira alguma, eu estou querendo saber de que forma nós vamos colocar esses seres humanos que precisam, necessitam de viver e sobreviver. Minha preocupação é essa.

### **Anselmo Forneck - IBAMA**

Quanto ao acesso das populações indígenas que moram naquela região, naquela área e outras pessoas, tem depois o plano de manejo da área que ele vai definir um pouco a utilização da área. Mas aquilo que eu falava inicialmente, essa unidade de conservação ela vai ser um espaço, como já está sendo, de manter, a garantia, por exemplo de criação dos animais silvestres que inclusive depois vêm pra área indígena e que as populações indígenas se beneficiam até hoje. Então ela é uma garantia, pro resto da vida, praticamente, de que a gente vai continuar tendo muitos animais, que poderão ser consumidos pelas comunidades indígenas.

A questão da perambulação de índios arredios, nós temos essa situação também no Parque Nacional da Serra do Divisor, lá em Cruzeiro do Sul; não é um problema, a perambulação de índios arredios, nessa área do Peru, nós sabemos que sempre nessa época do verão, como também acontece na cabeceira do rio Iaco, os índios arredios vêm pro lado de cá, atrás de ovos de tracajá e pesca. Então isso é um fluxo natural que eles estão tendo há muitos anos e a natureza comporta isso perfeitamente, é uma relação extremamente harmoniosa com a

natureza, que todo mundo tem sobrevivido ao longo de todo esse processo histórico em relação a isso. O bravo é se ele tiver interferência do branco, mas eu queria dizer que nós não temos nenhum problema de perambulação, de estadia, de índios arredios nessa área; acho até que é uma garantia maior de você ter uma unidade de preservação total, para que os índios possam continuar perambulando, diferente do que se isso fosse se transformar num projeto de colonização, área de pastagem, prá pecuária, que aí sim, aí você teria um limitador e um risco à integridade física dessas populações ainda sem contato.

### **Edegard de Deus – SEMA-IMAC**

Nós tivemos um cuidado muito grande, nos estudos que foram realizados, tanto de trabalhar com as imagens de satélite, como também no sobrevôo, foi sobrevoada toda a área, além de todo o trabalho que foi feito pelo rio, e não detectamos, quer dizer, além dos doze moradores, não detectamos outros moradores na área, não é, sejam eles brancos ou índios, então não tem. Não tem uma reivindicação por parte ou do movimento ou da própria FUNAI dizendo que, fizemos as consultas, na época, à FUNAI, aos antropólogos que trabalham na área, os indigenistas, no caso o Meireles e outros, para saber se ali era uma área de residência de índios e o que nós constatamos foi exatamente a questão da perambulação, que eles não chegam, que parece que até o último morador, vamos dizer, se a gente subiu o rio, eles não chegam até o último morador; eles vêm até um determinado local e é a explicação que o Anselmo deu, que isso está harmoniosamente adaptado àquele ecossistema.

### **Magaly Medeiros - IMAC**

Gostaria de reforçar também, a questão da segurança alimentar nas áreas das terras indígenas do Alto Purus e Mamoadate, a criação de uma unidade de proteção integral, ela vem reforçar a garantia dessa alimentação. A gente tem exemplos concretos, aqui no Estado do Acre mesmo, onde você tem a Reserva Extrativista do Alto Juruá, fazendo limite com a terra indígena e todas as duas áreas se beneficiam disso, tendo em vista que esses animais eles tem um limite do território diferentemente dos nossos limites, que nós humanos fazemos. E ele tem as áreas que eles vão procriar e essa zona ela vai garantir a reprodução, inclusive das espécies que vão poder então abastecer e dar a devida segurança alimentar nas terras indígenas que são vizinhas à área do Chandless.

### **Manoel Pereira de Freitas - Presidente da Colônia de Pescadores**

O que eu gostaria de saber dos senhores, depois do parque feito, como é que ficam os pescadores profissionais da região aqui: podemos pegar o peixe ou não?

### **Vereador Benenê**

Eu sou Benenê, sou vereador aqui do município e eu ainda continuo com uma dúvida, porque foi falado que as doze famílias que moram lá serão muito bem cuidadas e muito bem tratadas, mas não foi, até o momento, abordado como serão tratadas essas famílias, que brocam o seu roçado e que têm outras formas de subsistência lá. Então eu gostaria que vocês abordassem isso de uma forma bem clara, como serão tratadas essas famílias, moradoras lá do rio Chandless.

### **CIMI**

Eu gostaria de saber como é que vai ser dado o acesso fluvial para a área de conservação, sendo que ela corta a área indígena, e também se já tem algum impacto sobre a criação dessa unidade, sobre as comunidades indígenas, por exemplo, eles vão trabalhar com os turistas, quer dizer, eles vão poder trabalhar com a indústria do turismo, ou como guias dos pesquisadores? Como é que vocês estão vendo essa questão do impacto na fase da criação dessa unidade de conservação?

## **Edegard de Deus – SEMA-IMAC**

Vou começar por essa última, a questão do CIMI, o acesso fluvial. Quais são os próximos passos: criada a unidade de conservação, como a gente colocou, através de decreto, aí tem um prazo dado pela lei, de cinco anos, pra fazer a implantação definitiva da área, e o principal instrumento é o plano de manejo da área. Então vão ser feitos estudos detalhados dessa área, de forma que você estabeleça todas as possibilidades, tanto da área em si, como do entorno da área, pro funcionamento dela. Então é lógico que todos esses aspectos que você levanta, serão contemplados, nesses estudos detalhados; esses estudos que foram feitos agora, são estudos preliminares, para poder caracterizar a área, para você poder ter uma idéia da importância ou não pra conservação, que modalidade de conservação. Na seqüência, o plano de manejo vai estabelecer os critérios, fazer os estudos e estabelecer os critérios e o próprio zoneamento da área e o seu entorno, para o funcionamento da área; e como o Rezende colocou na resposta anterior, nós já temos hoje recursos assegurados para elaboração desse plano de manejo e também da implantação, não é, vamos dizer assim, das estruturas iniciais pra que a unidade comece a funcionar; não sei se contempla, se responde à tua questão. Você quer complementar sobre essa questão?

### **CIMI**

Você colocou com relação à absorção talvez do trabalho, dessa população indígena, que a gente não contempla só a população indígena, como também os brancos e o pessoal que vive em toda a região. Normalmente quando se cria uma unidade de conservação dessa, um parque, que você precisa do conhecimento popular de quem vive na área, para você desenvolver todo o seu programa de uso, não é, do conhecimento, não só pra uso público, pra turismo, como também pra pesquisa, isso naturalmente, quando você for desenvolver essas atividades, você vai buscar na pessoa da região, que conhece a área, pra atuar nesses trabalhos, como guias, como mateiros, como instrutores e até mesmo no próprio sistema de controle e proteção da área, não é, utilizar o conhecimento dali, de pessoas que vivem no local. Então, com certeza, quando esse processo natural, tanto os moradores do rio Chandless como a população indígena que mora no entorno e até mesmo pessoas de Manuel Urbano, vão ser utilizadas nesse processo do desenvolvimento das atividades, como guias turísticos, como mateiros nos programas de pesquisa e outras atividades da área, como os conhecedores da região.

### **Márcia Regina Pereira - Procuradoria Geral do Estado**

Sobre a questão indígena de poder transitar na área ou não: quando a gente cria uma unidade de conservação de proteção integral, a gente estabelece também uma zona, que se chama, que a lei diz que é uma zona de amortecimento, que ela vai ficar definida no plano de manejo, que esse plano de manejo nada mais é do que a forma como vai se dar a visitação pública, o próprio turismo ecológico na região, como a comunidade mora na área vai desenvolver as suas atividades e nesse plano de manejo vai estar contemplada essa zona de amortecimento, que é uma zona que vai tratar dessas questões de como essa atividade humana vai se dar nessa nova unidade de proteção integral.

A Magaly, na apresentação dela, falou também que essa unidade, ela faz parte de um corredor ecológico. Esse corredor ecológico também vai estar contemplado, quando ele for decretado, como essas várias unidades de proteção elas vão estar se comunicando, ou seja, como as pessoas, que habitam as várias unidades de conservação vão transitar por elas. Tudo isso vai estar também previsto nesse corredor ecológico, então eu acho que aí a sua preocupação vai estar contemplada.

Quando nós criamos a unidade de conservação de proteção integral, vai ser criado também um Conselho Consultivo, que vai ser formado por partes da sociedade civil organizada, da população local, do poder público, e é esse conselho consultivo que vai implementar e aprovar o plano de manejo da unidade e vai tratar todas as questões relativas à unidade de

conservação. E aí, inclusive, a gestão compartilhada com a OSCIP, se for o caso; pode não acontecer e o poder público ficar com a gestão da unidade.

### **Magaly Medeiros - SEMA**

A gente tem trabalhado uma metodologia bastante participativa e eu considero que a elaboração do plano de manejo e do zoneamento da área, da unidade de conservação, ela deverá ser feita de forma participativa, consultando todas as pessoas da área, e elaborando as normas para uso dos recursos naturais, de uma forma bem transparente com as comunidades de dentro e do entorno. Então queria deixar isso bem claro, que é a metodologia que a gente tem utilizado, e ela tem sido muito importante para poder fazer os pactos sociais, que valem muito mais do que uma lei no papel e às vezes ela não é levada em consideração na prática.

### **Edegard de Deus – SEMA-IMAC**

Eu gostaria de responder à questão do Benené, do vereador, a respeito das famílias. Então, olha, se não fosse pela sensibilidade, não vou ser demagogo aqui, mas isso é uma verdade, tanto da proposta do governo federal, como também do governo estadual, da consideração com as famílias, a lei garante, está aqui na lei, isso aqui é uma lei, a lei que cria as unidades de conservação, que estabelece as regras para criar as unidades de conservação, a lei garante, eu vou até ler aqui, os direitos das populações residentes, artigo 42 da lei: “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação, nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente relacionadas pelo poder público, em local e em condições acordadas entre as partes.” Então, ou seja, os direitos de vocês estão garantidos aqui.

E diz mais; lá no decreto que regulamenta: “o processo indenizatório de que trata esse artigo respeitará o modo de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais.” Então, está garantido aqui os direitos de vocês e agora, a partir da criação, nós vamos passar por todo um processo de negociação com vocês, os técnicos vão lá, fazer toda uma avaliação, saber se vocês querem sair ou permanecer na área, porque vocês podem querer permanecer na área, e a gente estava até discutindo hoje, que nós vamos precisar de gente ali na área, pra ajudar na fiscalização, na vigilância da área, como guia na área, pra ajudar nos trabalhos que vão ser feitos, técnicos, com os pesquisadores que vão fazer os estudos. Então esse é um processo que vai passar por uma negociação com vocês, pra saber se vocês querem permanecer, ou se vocês querem sair; se vocês querem sair, tem as garantias que a lei dá, de indenização, de compensação por todas as benfeitorias, enfim, e respeitando o modo de vida de vocês.

### **Milton Nunes – Morador do Reentregue, rio Chandless**

Eu gostaria de saber dos senhores, como é que vai ficar a minha situação, em termos justamente de eu manter a minha família, porque eu tenho quarenta e seis anos de existência lá dentro do rio Chandless, onde eu moro, eu sou o derradeiro morador hoje, da parte de trás, dentro do rio Chandless. Estou dentro de sessenta e três anos, não sou aposentado, a minha senhora tem cinquenta e oito anos e construí meus filhos tudo lá, construí meu lar de família, construí meus filhos, e criei todos eles lá, nesse local. Então eu gostaria de saber, porque o meu meio de vida lá, para manter a minha família, o meu serviço é fazer barco, de todo tamanho, e baixo pra Sena Madureira, vender lá; e faço a minha feira lá em Sena Madureira, porque o comércio de Manuel Urbano é sempre mais pesado. Então eu gostaria de saber em que posição fica a minha posição, porque a gente no momento está começando a criar uns bezerros, mas a gente não tem suficientemente pra se manter justamente da criação, a gente mora muito distante, a gente não tem como instrumento de conduzir, porque o rio, inclusive, no verão não tem como. Então hoje, a área está para ser uma reserva, então eu gostaria de saber dos senhores, declaradamente, como é que vai ficar a minha situação.

## **Anselmo Forneck - IBAMA**

Quando essa unidade for criada, vai uma equipe lá, pra conversar, sentar com cada família, ver o que tem, o que não tem, aquilo que o Edegard já falou, prá ver se o senhor quer ficar lá ou se de repente lá perto de Sena Madureira tem outra unidade de conservação, se o senhor quer vender mais canoa e de repente ensinar mais gente, de mudar prá outro canto; que vão ser dadas condições, então tudo isso vai ser feito conversando. Ninguém vai decidir, não é o IBAMA ou o INCRA, ou IMAC, Governo do Estado que vai decidir: “olha, senhor Milton, o senhor vai sair agora mês que vem e vai receber só cinco reais”. Não, não precisa ter medo disso não, até o Ministério Público Estadual aqui está de olho na gente, se nós fizermos a coisa mal feita eles pegam a gente também, eles que vigiam a lei. É por causa disso que o Ministério Público está aqui também, para garantir que isso tudo aconteça de forma mais transparente, mais honesta possível. Não pode, depois de tantos anos o senhor vivendo lá, o Estado brasileiro vir fazer uma injustiça com o senhor. Então quando voltar, diga prá sua esposa “olha, a senhora pode ficar aqui tranqüila, com seus filhos, seus vizinhos, ninguém se apavore, vamos continuar trabalhando, que esse povo vem aqui conversar com a gente”.

## **Márcia Pereira - PROCURADORIA**

Vou só esclarecer aqui, complementando o que o Anselmo Forneck falou pro seu Milton e pros demais residentes da localidade: aqueles que decidirem não sair da unidade na ocasião em que ela for criada, e ficar lá, comprar essas negociações com o conselho consultivo, eles vão assinar um termo de compromisso que a própria lei prevê, então isso é a garantia que a lei dá à comunidade que mora na localidade, de que esse reassentamento não vai ser feito, nem da noite pro dia e nem totalmente à revelia e contrário aos interesses da população que já mora ali há bastante tempo.

Daí a importância da presença do INCRA aqui também, com relação a isso, porque a lei também estabelece que, caso a pessoa moradora deseje sair e na saída desse morador ele tem duas opções, ou ele é indenizado de tudo o que ele tem lá e recebe tudo o que ele tem direito e vai aplicar isso em outro local, a critério dele, ou ele pode ser reassentado também em outro local e aí o INCRA, a lei estabelece um prazo de seis meses a partir do pedido de saída pro reassentamento. O INCRA como órgão fundiário, como está estabelecido na lei, nesse prazo de seis meses, deve fazer esse reassentamento em área identificada tanto pelo governo como pelo morador. Mesmo que haja esse reassentamento, fica claro que o INCRA e o IMAC, o IBAMA, o governo não vai pegar vocês e dizer “olha, vocês vão ter que ir para tal lugar”, sem vocês irem lá antes, verificarem a situação da área, se interessa pra vocês ou se não.

Como o Anselmo estava colocando aqui pra vocês, existe até outra opção, não é, que prá gente, eu como trabalho numa reserva extrativista, também a gente trabalha com reservas extrativistas, nós criamos recentemente a Reserva Extrativista do Cazumbá/Iracema no rio Caeté, e uma pessoa como o senhor, com o conhecimento que o senhor tem, o ofício de construtor de canoas, que muito pouca gente ainda tem aqui, isso é uma cultura que tem que ser preservada, tem que ser mantida, uma pessoa como o senhor seria uma pessoa extremamente útil dentro de uma reserva extrativista que a gente tem criado; a gente vai querer levar o senhor lá pro Caeté, viu?

## **Vereador Benené**

Desculpe, eu só estou ainda com o artigo 42 do SNUC, que é a lei que define, fala que as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida, serão indenizadas, compensadas e depois realocadas noutro local, certo? Então, a minha dúvida é a seguinte, nesse caso, os moradores de lá, daqui a algum tempo, necessariamente vão ter que sair, porque é uma área de proteção integral, isso quer

dizer, a meu entender, isso quer dizer que não pode haver, de jeito nenhum, não pode haver nenhum tipo de intervenção na floresta, como a família querer brocar o seu roçado, prá plantar seu arroz, seu feijão, algo desse tipo. Então eu acredito que nesse primeiro momento as famílias vão ficar lá, mas como garante o artigo 42, no meu entender, eles vão ter que sair de lá...

### **Ed Carlo – Representante do IMAC em Manuel Urbano**

Eu queria saber quais os benefícios que essa reserva vai trazer para a população de Manuel Urbano e de Santa Rosa.

### **Edegard de Deus – SEMA-IMAC**

Se nós tivéssemos um contingente de quinhentos moradores, como tem o Parque Nacional da Serra do Divisor, é uma coisa;... quantos vocês conseguiram remover de lá? quantos anos faz que está criado o parque? (....) treze anos. Quantas pessoas foram removidas? (....) Nenhuma. Só pra você ter uma idéia de como esse negócio é complexo, nós estamos trabalhando aqui com um universo de doze pessoas, numa área extremamente isolada e com um governo que tem uma sensibilidade, tanto federal quanto estadual, tem uma sensibilidade prá essa questão social. Então nós estamos partindo do princípio que nós precisamos de pessoas que tenham conhecimento da região para ajudar em tudo o que vai acontecer ali: plano de manejo, implantação da área, etc, as visitas depois e etc. Então, prá gente é interessante ter pessoas lá dentro, por isso que nós estamos falando, que nós vamos fazer todo um processo de negociação com essas doze famílias, de forma tal que, aquelas que quiserem permanecer lá, vai ter um termo de compromisso, elas vão ser contratadas para trabalhar na unidade de conservação, e vai ter um termo de compromisso do tipo de uso que elas vão ter que fazer, respeitando a tradição dessas pessoas, a pesca delas, a caça, etc, Então, esses direitos vão ser respeitados, daquelas famílias que vão permanecer na área, elas vão ter a área delas prá poderem sobreviver lá, vai ser demarcada a área delas lá, prá que elas possam sobreviver. E aquelas que quiserem sair, nós vamos dar todo apoio de forma tal que elas se estabeleçam, que sejam respeitadas as condições de sobrevivência e econômica delas.

### **Sem identificação**

Serão dadas todas as condições para que as famílias que desejem sair sejam reassentadas ou tenham todo o seu direito garantido, do valor real das indenizações. E é bom que fique claro, prá que as pessoas não sejam enganadas depois, que essa permanência, até que a seja assentado, existe também limitações para permanência dessas pessoas, pelo fato de ser uma unidade de proteção integral, então as pessoas vão ter que nessa discussão, nessa conversa, deverão ser informadas dessas limitações, pra elas poderem até optar se ficam ou se saem.

Uma coisa que pode ser também, nesse processo de discussão prá construção do plano de manejo da unidade, as famílias que desejarem ficar, que tem suas áreas definidas dentro da região e que não cheguem a um acordo para sua permanência e que não aceitem essas limitações para sua permanência, pode ser estabelecido no zoneamento, zonas de exclusão, como bem lembrou o Rezende. Essas zonas de exclusão são também discutidas nesse processo de conversação com as famílias, com a comunidade e dentro do conselho consultivo da unidade. Então de alguma forma, essas garantias são dadas e o fato é que em nenhum momento, em nenhum passo dessas três opções existentes, nem as famílias residentes e nem a população em geral, o poder executivo e legislativo vão ficar desinformados disso, todo esse processo é construído de forma amplamente participativa; nada disso vai ser imposto, chegar lá e impor pra que seja feito; o parque criou, amanhã o pessoal tem que sair e acabou, nada se constrói dessa forma.

## **Edegard de Deus – SEMA-IMAC**

Sobre a questão dos benefícios para os municípios. Eu vejo um, de imediato, a partir do momento da implantação do parque, que é a questão do turismo, quer dizer, o que poderá movimentar a economia do município, na medida em que você estabeleça um turismo com as regras, um turismo ecológico e com tudo o que aquele potencial do parque vai oferecer, acho que é um primeiro benefício, que o parque traz, efetivo para o município. O segundo é a questão do conhecimento, a questão da pesquisa científica, dos trabalhos que serão realizados e que poderemos estar atraindo pesquisadores do Brasil e do mundo, para uma área como esta que é considerada com uma área de mais alta biodiversidade do planeta.

Na medida em que você cria uma área dessas, de proteção integral, unidade de conservação, você abre também as portas para a possibilidade de investimentos, a fundo perdido, esse tipo de unidade ele abre as portas, tanto dos programas ... .. implantação e no desenvolvimento da unidade de conservação, e que tenha um reflexo direto no município, na economia do município. E a outra coisa é que nós queremos fazer a gestão compartilhada com os municípios, a gestão compartilhada dessa unidade de conservação com os municípios e das outras também e vamos construir isso juntos, dando estrutura para que as prefeituras possam também ter os seus quadros, estabelecer uma competência local, que leve dez anos, mas vocês vão dar o início, start nisso, pra estabelecer uma competência local pra gestão dos recursos naturais aqui na região.

### **Sem identificação**

Vou fazer duas perguntas. Primeira: esses moradores que moram no Chandless, como seu Milton, Josias, se eles optarem por ficar lá, eles já têm gado, eles podem continuar criando o gado deles, ou eles vão ter que acabar? A segunda: se eles resolverem ir embora, eles vão ser indenizados e vão ter direito a outra localidade ou indenizou eles e acabou, eles vão para onde quiserem? Responda isso aí prá eles, porque eles moram lá, é difícil o acesso, prá não levarem dúvidas prá casa, e se depois seu Milton, seu Josias, tiverem alguma duvida, quiserem conversar um assunto particular com o pessoal aqui, com Anselmo, com o Presidente do IMAC, estão à disposição.

### **Anselmo Forneck - IBAMA**

No decreto de criação, é possível ser criada a zona de exclusão, seria o que, a parte que essa comunidade já ocupa, dela poder continuar a desenvolver a atividade que ela está desenvolvendo, isso é possível, dentro da legislação de ser criado, não há problema. Vai poder continuar criando a vaquinha, o bichinho; só que ele não vai virar fazendeiro ali prá acabar com aquela área, aí não dá; dentro daquela área vai ter um limite que se estabelece; Na indenização, aí vai ser um processo que vai ter que se discutir lá, o que vai ser indenizado e o que vai ser reassentado e aonde. Ninguém vai pegar e amarrar e levar pro Cazumbá, não, ele quer levar, mas o senhor vai ter o direito de escolher.

### **Márcia Pereira - PROCURADORIA**

Se no caso de algum morador decidir não sair logo da unidade, vai ter um termo de compromisso que ele vai assinar, em que vai ficar estabelecido tudo o que ele pode fazer, o que não pode fazer, o que ele vai ampliar, o que ele não pode ampliar, e esse termo ele vai ser discutido. A lei garante que todo o tratamento que for dado à população residente tem que ser sempre consensual. Ninguém vai chegar, porque foi criada a unidade de conservação, e amanhã jogar essas famílias ou fazer com que elas saiam ou chegar e dizer “olha, tem essa área e essa área é a que vocês têm que ir”. Não é assim, a lei fala que se as famílias quiserem ser realocadas, vai ser sempre de comum acordo, para aquela área que elas decidirem ir.

E no caso de permanência, vai ser assinado um termo de compromisso, aonde vão ficar estabelecidas todas as regras do que vai poder fazer e o que não vai poder fazer na área. É claro que a gente está falando de criar uma unidade de conservação aonde vai ser permitida a visitação pública, aonde vai ser permitido o desenvolvimento do turismo ecológico, e com isso, no plano de manejo, talvez surjam até outras atividades em que essas famílias possam estar sendo integradas, como forma de modificar a renda, ao invés de criar gado, ela vai poder ser um guia turístico, e aí vai auferir a renda dessa nova profissão, mas tudo isso vai ser estabelecido no plano de manejo em comum acordo com a comunidade que está no local e pra isso vai ser assinado um termo de compromisso.

### **Sem identificação**

Eu queria fazer só duas perguntas. Uma ligada a essa questão dos moradores lá da área, dos não indígenas, se eles vão poder trazer familiares, pensando no crescimento familiar, como vai ficar, se vai poder trazer os parentes, os filhos um dia vão casar, vai ter esposa, filhos, tudo isso vai ser contemplado. E outra questão, se vai ter uma área de exclusão dos isolados, uma área em que não entrem pesquisadores, não entrem turistas, que se resguarde, porque o que eu observo é que falta muito desse componente dos índios isolados na criação dessa unidade de conservação.

### **Edegard de Deus – SEMA-IMAC**

O plano de manejo e o zoneamento da área vão definir essa questão dos isolados, só pra vocês ficarem tranquilos. E a outra questão que você colocou, crescimento familiar, isso vai ser negociado com eles. Ele vai ter, lógico, uma área de exclusão, no caso, por exemplo.... vai ser garantido o direito deles e aí a gente vai discutir essa possibilidade, inclusive com os limites estabelecidos pela lei, eles vão estar cientes dos limites que tem a lei, ele não vai poder trazer a família do Ceará, porque não vai poder. Agora, o crescimento da família dele, que é previsível, isso vai estar dentro da negociação.

Prá gente fechar essa questão com relação às famílias, é resumir os passos que a gente pode adotar. São quatro situações, separando em dois blocos:

(1) a família decidindo permanecer lá, as duas condições para permanência dela seriam: (a) definir a área de uso dela, uma área, cinqüenta, cem, quantos hectares, isso vai ser definido na avaliação da área de uso, no levantamento do local, exclui essa área do parque, dentro das zonas de exclusão e ali é aquela área que ela vai ter prá toda a sua atividade, inclusive para estabelecimento da família e tal, dentro daquela área definida como área excluída do parque, para cada família; (b) a segunda condição para permanência dele, com os limites que o Edegard colocou, seria a permanência dele como prestador de serviço do parque, aí ele teria a renda dele das atividades agrícola e pecuária, transformadas e voltadas pra renda adquirida dos serviços que ele estaria prestando dentro do parque, como um funcionário ou um servidor do parque.

(2) A segunda condição seria ele saindo, no caso da família optar já ter que sair da área; (a) a primeira condição seria ele receber a indenização por tudo que ele tem direito, toda a benfeitoria que ele tem lá na propriedade dele, na colocação dele e aí ele, a critério dele, se estabelecer no local onde ele preferir, ele recebe a indenização por tudo o que ele tem, ele pega o dinheiro e vai comprar uma terrinha em tal lugar e se estabelecer em outro lugar; (b) a segunda condição seria ele saiu, o INCRA junto ao IBAMA, o IMAC, no caso como órgão gestor, juntamente com o INCRA, identificaria uma área onde essa família pudesse ser reassentada; os valores da indenização que ele teria direito, das benfeitorias seriam descontados dessa infra-estrutura que seria montada prá ele, nessa nova área onde ele seria assentado; isso pra garantir que ele teria uma nova terra em algum lugar definido e esse reassentamento ser feito com todas as condições que ele precisa prá sua permanência, pro seu estabelecimento no local, com condição de acesso, com infra-

estrutura no local e tudo o mais que ele precise para se estabelecer. Então, prá resumir, são essas quatro situações: duas no caso dele permanecer e duas no caso dele optar por sair.

### **Júlio César**

Essas pessoas que aceitarão ficar lá, qual seria a renda para cada família e qual seria a forma de treinamento para as famílias que trabalharão na área de turismo e em outras áreas?

### **Anselmo Forneck - IBAMA**

Vai ser um processo construído com as comunidades lá, se ele vai ter uma renda agregada, vai depender da função que ele vai desenvolver, a função nova que ele vai desenvolver a partir da criação dessa unidade de conservação, não se estabelece isso agora; isso é uma coisa a ser construída com eles; não tem nem como estabelecer se não sei se vão ficar todos ou se não vai ficar nenhum. Então isso o plano de manejo vai discutir, eles vão participar, os prefeitos vão participar, várias pessoas aqui vão participar, então não vai ser esse o problema de ficar com ou sem salário ou com ou sem o trabalho lá.

### **Carlos Ovídio Rezende - Secretário da SEFE**

Com relação à questão das famílias eu acho que, pelo contrário, em vez de ser empecilho, normalmente que é, numa unidade de conservação, eles têm uma importância fundamental até no que se refere à segurança alimentar, porque vai ser necessário que algumas unidades até de segurança federal sejam colocadas nessa unidade de conservação, a exemplo do Parque Nacional da Serra do Divisor. Então o próprio abastecimento da unidade de conservação vai depender da habilidade e da vocação de agricultor dessas famílias. Eu acho que a gente teve hoje uma grande chance de dar um passo significativo à frente da questão ambiental e social dentro deste estado.

### **Jorge Almeida – PREFEITO DE MANUEL URBANO**

Quero dizer ao seu Milton e ao Josias que vocês continuem a vida de vocês, no ritmo em que vocês vinham vivendo antes, porque hoje, depois dessa reunião, algum comentário, “olha, nós não sabe se vamos sair, se vamos ficar, nós estamos com o roçado brocado, não vou derrubar ou derrubei e queimei e não vou plantar...” e amanhã ou depois o senhor resolve não ir embora, então toque sua vida no mesmo ritmo que vocês tocavam nos outros anos. Faz de conta que não está existindo nada nem negociação no parque, de repente vocês vão ficar, vocês tem o alimento de vocês, de repente vocês vão embora, vocês vão receber a indenização de vocês. Porque é prá chegar alguma pessoa lá e dizer prá vocês: “não, agora vocês não podem mais plantar, porque agora virou parque”; eu não vou plantar e amanhã ou depois os seus filhos ou a sua esposa vão passar fome. Então eu quero deixar esse alerta aqui prá vocês, se chegar alguma pessoa lá com esse mau entendimento, que sempre aparece, a gente já está esclarecendo aqui; vocês levem a vida de vocês, uma vida normal, como vocês vinham levando, está certo?

### **José Altamir Thaumaturgo de Sá – PREFEITO DE SANTA ROSA DO PURUS**

Nós vamos ajudar a colaborar com esse parque e ajudar no que for possível, que nós temos ali, nós temos certeza, uma área pequena prá desenvolver a subsistência do município, mas tá bom, até porque nós vamos ter uma área que nós temos orgulho de dizer que não vai entrar mais que nem eu já vi, em outros cantos, esses grileiros de terra, que vem de outros estados, de outros cantos aí e invadem as áreas dos municípios, o povo da região fica praticamente sem sobrevivência, porque o cara vem, cobra tudo, tira daqui, bota pra acolá, faz aquela confusão. Não é isso que está acontecendo, você está vendo, seu Milton, está vendo o que está acontecendo, vai ter um parque lá e o senhor possivelmente pode morar

lá, pode dar a sustentação dos seus filhos lá, como os outros que estão lá, as onze famílias mais, e é por aí, o governo tem um plano de melhorar a vida dos acreanos, não piorar.

## **8.2. Resumo dos Compromissos Públicos**

### **Para moradores do Parque que desejam permanecer:**

**1) Questão de princípio.** Estamos partindo do princípio que nós precisamos de pessoas que tenham conhecimento da região para ajudar em tudo o que vai acontecer ali: plano de manejo, implantação da área, etc., as visitas depois e etc. Então, prá gente é interessante ter pessoas lá dentro, por isso que nós estamos falando, que nós vamos fazer todo um processo de negociação com essas doze famílias, de forma tal que, aquelas que quiserem permanecer lá, vão ter um termo de compromisso, elas vão ser contratadas para trabalhar na unidade de conservação, e vai ter um termo de compromisso do tipo de uso que elas vão ter que fazer, respeitando a tradição dessas pessoas, a pesca delas, a caça, etc., Então, esses direitos vão ser respeitados, daquelas famílias que vão permanecer na área, elas vão ter a área delas prá poderem sobreviver lá, vai ser demarcada a área delas lá, prá que elas possam sobreviver. E aquelas que quiserem sair, nós vamos dar todo apoio de forma tal que elas se estabeleçam, que sejam respeitadas as condições de sobrevivência e econômica delas. A lei garante que todo o tratamento que for dado à população residente tem que ser sempre consensual

**2) Opções gerais.** Os moradores têm duas opções gerais, permanecer ou sair, e cada opção tem duas alternativas. No caso de permanecer poderia ser criada uma zona de exclusão ou como prestador de serviço ao Parque.

(1) a família decidindo permanecer lá, as duas condições para permanência dela seria:

- a) Durante o zoneamento, definir a área de uso dela, uma área, cinqüenta, cem, quantos hectares, isso vai ser definido na avaliação da área de uso, no levantamento do local, exclui essa área do parque, dentro das zonas de exclusão e ali é aquela área que ela vai ter prá toda a sua atividade, inclusive para estabelecimento da família e tal, dentro daquela área definida como área excluída do parque, para cada família; serão discutidas em conversas com as famílias, com a comunidade e dentro do conselho consultivo da unidade. No decreto de criação, é possível ser criada a zona de exclusão; seria a parte que essa comunidade já ocupa, para poder continuar a desenvolver a atividade que ela está desenvolvendo.
- b) A segunda condição para permanência dele, com os limites colocados, seria a permanência dele como prestador de serviço do parque, aí ele teria a renda dele das atividades agrícola e pecuária, transformadas e voltadas prá renda adquirida dos serviços que ele estaria prestando dentro do parque, como um funcionário ou um servidor do parque; trabalhar e na organização do Parque, no abastecimento alimentar das unidades de serviço. talvez surjam até outras atividades em que essas famílias possam estar sendo integradas, como forma de modificar a renda, ao invés de criar gado, ela vai poder ser um guia turístico, e aí vai auferir a renda dessa nova profissão, mas tudo isso vai ser estabelecido no plano de manejo em comum acordo com a comunidade

**3) Termo de compromisso.** Se algum morador decidir não sair logo da unidade, vai ter um termo de compromisso onde vão ficar estabelecidas todas as regras do que vai poder fazer e o que não vai poder fazer na área. É a garantia que a lei dá à comunidade que mora na localidade; nada vai ser feito, nem da noite pro dia e nem totalmente à revelia e contrário aos interesses da população que já mora ali há bastante tempo. Até que seja definido o reassentamento existem limitações para a permanência dessas pessoas, pelo fato de ser uma unidade de proteção integral; então as pessoas vão ter que nessa discussão, nessa conversa, deverão ser informadas dessas limitações, pra elas poderem até optar se ficam

ou se saem. Vai ser garantido o direito deles o crescimento da família dele, que é previsível, isso vai estar dentro da negociação.

**4) Gestão compartilhada.** Será feita a gestão compartilhada da UC com quem vive lá dentro, a prefeitura, o Governo do Estado e Federal. Será feita a socialização desses conhecimentos acumulados para o plano de manejo com as comunidades diretamente envolvidas, com as prefeituras, que deverão fazer parte dessa gestão compartilhada da unidade.

**5) Plano de Manejo.** O plano de manejo vai definir como vai se dar a visitação pública, o próprio turismo ecológico na região e como a comunidade mora na área vai desenvolver as suas atividades. No PM vai estar contemplada a zona de amortecimento, que é uma zona que vai tratar dessas questões de como essa atividade humana vai se dar nessa nova unidade de proteção integral.

#### **6) Metodologia: participação e negociação.**

- a) **Participação:** a elaboração do plano de manejo e do zoneamento da unidade de conservação deverá ser feita de forma participativa, consultando todas as pessoas da área, e elaborando as normas para uso dos recursos naturais, de uma forma bem transparente com as comunidades de dentro e do entorno.
- b) **Negociação:** A lei garante os direitos da comunidade e a partir da criação, vamos fazer um processo de negociação; os técnicos vão lá fazer uma avaliação, saber se vocês querem sair ou permanecer na área, porque vocês podem querer permanecer na área, e nós vamos precisar de gente ali na área, pra ajudar na fiscalização, na vigilância da área, como guia na área, pra ajudar nos trabalhos que vão ser feitos, técnicos, com os pesquisadores que vão fazer os estudos. Então esse é um processo que vai passar por uma negociação pra saber os que querem permanecer, ou os que querem sair. Se quiserem sair, tem as garantias que a lei dá, de indenização, de compensação por todas as benfeitorias, respeitando o modo de vida tradicional.

**7) Recomendação Geral.** Toquem suas vidas no mesmo ritmo que vocês tocavam nos outros anos. Levem a vida de vocês, uma vida normal, como vocês vinham levando. Vai ter um parque lá e vocês possivelmente podem morar lá, pode dar a sustentação dos seus filhos lá, como os outros que estão lá, as onze famílias mais. O governo tem um plano de melhorar a vida dos acreanos, não piorar.

#### **Para moradores do Parque que desejam sair:**

**8) Opções gerais.** No caso de sair, pode receber uma indenização e decidir o que quer fazer com ela ou ser reassentado pelo INCRA em condições adequadas pré-definidas.

(2) A segunda condição seria ele saindo, no caso da família optar já ter que sair da área;

- a) A primeira condição seria ele receber a indenização por tudo que ele tem direito, toda a benfeitoria que ele tem lá na propriedade dele, na colocação dele e aí ele, a critério dele, se estabelecer no local onde ele preferir, ele recebe a indenização por tudo o que ele tem, ele pega o dinheiro e vai comprar uma terrinha em tal lugar e se estabelecer em outro lugar;
- b) A segunda condição seria ele saiu, o INCRA junto ao IBAMA, o IMAC, no caso como órgão gestor, juntamente com o INCRA, identificaria uma área onde essa família pudesse ser reassentada; os valores da indenização que ele teria direito, das benfeitorias seriam descontados dessa infra-estrutura que seria montada pra ele, nessa nova área onde ele seria assentado; isso pra garantir que ele teria uma nova

terra em algum lugar definido e esse reassentamento ser feito com todas as condições que ele precisa para sua permanência, pro seu estabelecimento no local, com condição de acesso, com infra-estrutura no local e tudo o mais que ele precise para se estabelecer

**9) Condições para sair.** Serão dadas todas as condições para que as famílias que desejem sair sejam reassentadas ou tenham todo o seu direito garantido, do valor real das indenizações.

#### **Para populações indígenas:**

**10) Segurança alimentar.** Precisam ter acesso a essa área protegida para ter uma oportunidade de retirar as caças para sustento das famílias indígenas. A criação do Parque pode representar segurança alimentar nas áreas das terras indígenas do Alto Purus e Mamoate, a criação de uma unidade de proteção integral, ela vem reforçar a garantia dessa alimentação segurança alimentar nas terras indígenas que são vizinhas à área do Chandless.

#### **Para populações indígenas sem contato:**

**11) Garantia.** É uma garantia maior de você ter uma unidade de preservação total, para que os índios possam continuar perambulando, diferente do que se isso fosse se transformar num projeto de colonização, área de pastagem, para pecuária, que aí sim, aí você teria um limitador e um risco à integridade física dessas populações ainda sem contato.

**12) Área de exclusão.** Poderia ser criada uma área de exclusão para os isolados.

#### **Benefícios gerais:**

**13) Benefícios.** O Parque vai trazer desenvolvimento para região, projeção para região; turismo, atração de pesquisadores do Brasil e do mundo. O desenvolvimento da unidade de conservação terá reflexo direto na economia do município.

**14) Empregos.** Tanto os moradores do rio Chandless como a população indígena que mora no entorno e até mesmo pessoas de Manuel Urbano, vão ser utilizadas nesse processo do desenvolvimento das atividades, como guias turísticos, como mateiros nos programas de pesquisa e outras atividades da área, como os conhecedores da região.

**15) Gestão compartilhada.** Queremos fazer a gestão compartilhada com os municípios, dando estrutura para que as prefeituras possam também ter os seus quadros, estabelecer uma competência local para gestão dos recursos naturais na região.

#### **Considerações Finais**

A consulta pública elencou um conjunto relevante de sugestões e definiu uma lista bastante extensa de compromissos assumidos pelos órgãos públicos presentes, que poderão ser incorporadas no manejo do Parque.

O aspecto mais falho, no entanto, foi exatamente um dos mais críticos, o da participação dos moradores do Chandless na consulta pública. Os seguintes pontos devem ser considerados:

**Representatividade.** Não houve representatividade do Chandless na consulta pública. Josias da Silva era o gerente da Fazenda Jussara, não morava mais na área e não poderia representar os moradores nessa posição. Milton Leite tem alta representatividade, mas não estava ali nesse papel nem tinha delegação para exercê-lo.

A fala de Milton Nunes a esse respeito evidencia que ele estava lá por acaso e não consciente do papel de representar os moradores do Chandless para essa importante reunião:

"Está com cinco anos que eu assisti a uma reunião, justamente, de um pessoal do governo, que eles vieram de Rio Branco. Seis carros, diretamente pro município de Manuel Urbano. Eu assisti essa reunião através do prefeito de Santa Rosa. Eu estava justamente em Manuel Urbano, tinha ido pegar um filho meu, o Moisés, que tava em Rio Branco e se acidentou, ficou bom, escapou, já tá com cinco anos. Então, eu assisti... Então eu estava nesse programa, eu assisti. Estava o prefeito de Santa Rosa, estava o prefeito de Manuel Urbano, todos os parlamentares de Santa Rosa, de Manuel Urbano; olhe, a Câmara estava cheia. Eu estava, né. Então, todo mundo falou no microfone. Aquele que queria falar algo, levantava o dedo e ele dava o microfone".

Por esta razão, quando se manifestou, perguntou exclusivamente a respeito de seu caso pessoal e não sobre o futuro dos moradores como um todo. De fato, essa pergunta não foi feita por nenhum morador do Chandless.

Esses fatos indicam que a representação dos moradores não foi adequadamente escolhida e que os moradores não estavam suficientemente informados.

**Ambigüidade da mensagem.** A mensagem para os moradores do Chandless foi ambígua em relação ao futuro. Ao mesmo tempo em que a lei foi inúmeras vezes explicitada, as soluções apresentadas constituem um leque muito amplo e de difícil implementação.

Novamente o discurso de Milton Leite é elucidativo a esse respeito:

"Então, o derradeiro discurso quem deu foi uma senhora, né,... Ela... sentou, pegou o microfone, o derradeiro discurso foi o dela. Ainda hoje lembro como se fosse agora. Disse: 'Olhe, a lei nos diz assim: hoje, a área do Chandless é um parque, é uma reserva. Então, o governo vai mandar organizar uma área, e depois dessa área organizada vai pegar um responsável, e esse responsável vai pegar essas pessoas – essas famílias do Chandless – e levar prá essa área organizada. E esse responsável não é chegar lá e dizer assim, que a lei não diz assim: 'Olha, vocês vão morar aqui de qualquer jeito'. Não. Chega lá, esse responsável e fala: 'Olha, está aqui a área organizada; o que que vocês acham? Tá bom? Gostaram ou não gostaram?' Se essas famílias disserem que gostaram, então, pronto. Desocuparam a área do Chandless, o governo já organizou, justamente, uma área; então se faz a mudança dessas famílias. E se um disser: 'Não, não está do nosso agrado, não gostamos', o governo vai mandar organizar outra, até chegar à conclusão de dar certo. E aquele que não quiser sair, não fica, porque a lei não permite. E aquele que não quiser ficar lá e nem aceitar essa área organizada e quer que o governo indenize, ele sai com dinheiro em mãos; o governo indeniza. Então ele vai comprar uma casa na cidade, vai comprar uma colônia onde ele bem imaginar, onde ele bem quiser...".

As mensagens relacionadas às alternativas de prestar serviços no parque, zonas de exclusão, gestão compartilhada, que estavam mais associadas a alternativas para aqueles que desejassem ficar no Parque, não tiveram o mesmo peso na memória que Milton apresentou da reunião, uma vez que não se aplicavam ao seu caso diretamente.

**Problemas de gestão.** Nunca houve uma reunião com todos os moradores do Chandless, antes ou depois da criação do Parque, para explicar os objetivos de uma UPI, ouvir a opinião das famílias e explicar as alternativas legais a serem seguidas para regularizar e reconhecer seus direitos. Estas informações são fornecidas individualmente e à medida em que as pessoas responsáveis são questionadas.

Gera-se um impasse na gestão do Parque: de um lado, é preciso cumprir a lei e estabelecer regras para o uso dos recursos que interferem no modo de vida das pessoas; de outro, não

são apresentadas compensações para o fato daquelas pessoas perderem o acesso a recursos que antes faziam parte de sua subsistência.

Surge também um impasse na elaboração do próprio Plano de Manejo: não pode ser participativo uma vez que não existe sustentação legal para que os residentes no Parque ali permaneçam e se envolvam com a gestão futura da UC.

Face a essas considerações, é fundamental que os erros cometidos na criação do PE Chandless sejam equacionados com urgência para permitir que dois processos fluam sem conflitos: a vida das famílias que moram na área e a gestão do Parque.

### **8.3. Roteiro para Regularizar o PE Chandless**

Regularizar a situação dos moradores do Chandless é um requisito à adequada gestão do Parque e um compromisso assumido pelo Poder público. Para isso, é preciso seguir três etapas bem definidas:

- a) Conhecer a opinião dos moradores sobre o Parque
- b) Analisar as alternativas de regularização disponíveis
- c) Formular uma solução conjunta entre moradores e poder público.

**a) Opinião dos moradores.** A pesquisa sócio-econômica realizada para o Plano de Manejo perguntou a opinião dos moradores sobre o Parque e, sinteticamente, as respostas foram as seguintes, em relação a vantagens e desvantagens oriundas da criação do Parque:

Vantagens:

- Protege os moradores de conflitos e invasões.
- O rio não será mais motivo de especulação fundiária e sentem-se seguros por isso.
- Não entram mais pessoas para caçar e pescar como faziam antes da criação do Parque, depredando os recursos usados pela comunidade.
- Agora o rio é protegido para quem mora ali.

Desvantagens:

- Não podem ampliar a criação de gado. Um morador afirmou que abriu um pasto para colocar duas cabeças para abastecer a família de leite, um dos itens mais caros da alimentação, quando Parque foi criado e agora não pode mais.
- Não pode caçar onça que ameaça a criação doméstica e o gado.
- Não sabem o valor da área onde moram e não têm segurança de que poderão viver melhor com a indenização a que terão direito.
- Se não podem expandir a plantação e a criação de gado na reserva, não vão poder viver e terão que sair.
- O Parque não vai oferecer trabalho, vai ser melhor sair.
- Não podem mais vender peixe, que costumavam trocar por combustível.
- Não teve nenhuma mudança desde que o Parque foi criado e por isso não vêem vantagem.

Diante da pergunta sobre se prefere sair ou ficar as pessoas responderam assim:

#### **Jerônimo Lustralnardi**

Acha que o Parque deveria ser da boca do Chandless-chá prá cima; ou do Reintegro até o marco e o povo ficava trabalhando aqui. Mas diz que não perguntaram antes a opinião deles. Hoje não pode pegar tracajá na praia, não tem benefício nenhum prá comunidade, proibiram um morador de derrubar paxiúba... E também não tem salário.. E a indenização não é pouco valor, é pelo menos 100 mil cada um. Não foi nas reuniões porque não teve tempo. Mas afirma que não teve reunião dentro da reserva com toda a comunidade.

### **Raimunda Moreira Silva**

Se derem prá gente comprar uma casa lá fora, um cantinho prá gente morar aí, eu acho bem melhor. Gosto daqui, mas agora com a minha velhice, minha idade que está chegando, eu prefiro sair. E se o governo der um meio de vida prá gente lá fora, comprar pelo menos uma colônia prá gente fica melhor, é bem melhor prá nós. Aqui é muito bom porque a gente planta, a gente cria. Eu crio bastante, se eu quero comer um ovo eu como, faço minha farinha, tiro minha tapioca, como minha goma, como minha tapioca, como meu pé-de-moleque. Agora mesmo tem pé-de-moleque aí. Eu acho bom por isso, mas na minha saúde eu não estou bem. De certo tempo pra cá eu tenho andado assim meio adoentada, o problema já é a velhice.

Mas por que o governo não procurou fazer esse Parque onde não tem gente? Vai fazer onde o morador já abriu, se ele nunca deu ajuda? Faz tempo que estou encucada com isso. Por que ele fez isso com os pobres? Porque no Chandless tem muita terra prá ele fazer um Parque. Eu achava... essa era a minha opinião. Eu estou meia curiosa e quando eu boto na cabeça uma idéia, eu quero a resposta.

### **Carlos Saldanha Padilha Jaminawa**

Aqui a gente não depende quase de dinheiro, sobre o alimento de cada dia, sobre a comida, a farinha, que a gente faz aqui. Então, quer procurar alimento, mata um macaquinho, pega um peixinho, fica tudo mais fácil. A saúde também... O ponto negativo de ir prá cidade é porque, por exemplo, não tenho competência prá chegar lá e pegar um emprego, manter minha família. Prá eu chegar lá e ficar no meio da rua, de cara prá cima, não tem como. Aí não vou vender droga, não vou matar, não vou roubar prá sustentar minha família. Ao menos por aqui, o que eu sei fazer é pegar uma canoa, vou na cidade comprar as coisas prá minha casa.

### **Hector Moreira Saldanha Jaminawa**

Por uma parte, esse Parque foi um ponto positivo, foi bom ele ter sido criado aqui, porque muita gente não pode entrar aqui a não ser os moradores. Porque antes dele ser formado tinha muitas pessoas que entravam aqui e levavam (...) então agora eu acho que por essa parte foi bom. E por outra foi ruim prá nós, porque vamos supor assim querem tirar a gente daqui e a gente vai viver lá fora. Porque a gente já é acostumado aqui. Então, prá gente sair daqui, porque lá fora também não adianta é melhor ficar por aqui. Com boa indenização poderia comprar outro lugar. O ruim é querer tirar as pessoas daqui.

### **Francisco Nunes Saldanha**

Com a idade prefiro sair e comprar uma colônia perto da cidade.

### **Eliane Esteves Chaves**

É bom e é ruim É bom porque se indenizar a gente a gente compra uma casa e pode viver na cidade ou em outra colônia. Eu acho ruim porque aqui é um lugar saudável. A gente vive tão bem, tem comida, água boa, tranquilo, não tem negócio de briga, confusão, aqui prá mim é um lugar ótimo.

### **Milton Nunes**

Quer sair pela idade e quer uma indenização. Tem interesse em uma área no Purus, com 20 alqueires de pasto, no valor de 20 mil. Não pode brocar capoeira, não pode aumentar o pasto, não pode caçar, pescar para vender. Não teve ajuda até hoje do governo. Quer ampliar o pasto para os netos.

Até agora o governo não... nós não temos ajuda de nada. E aí, se a gente não trabalhar? É por isso que eu digo, a gente tem esse gadozinho... Eu não to mais falando nem de indenização. (Contando o que falou para Jesus, o chefe do Parque) Vocês compreem essa área prá mim e faz de conta que nós trocamos e acabou-se, eu desocupo a área, é problema meu. Agora eu sei, que pelo direito da lei, uma hipótese, se o Presidente da República – eu não falo nem dos senhores parlamentares dele, eu já falo no Presidente – quiser me tirar daqui, pelos anos de trabalho que eu tenho aqui; nem o Presidente me tira. Eu disse a verdade prá senhora.

Algumas entrevistas mostram a falta de informação dos moradores:

### **Pedro Marques Souza**

P: O que o senhor acha do parque? Da criação do parque?

R: Não reclamo.

P: Tem benefício prá vocês?

R: Até agora não.

P: Não mudou muito a vida?

R: Não.

P: O senhor é a favor? Acha bom?

R: Não acho nem mau e nem bom. Até agora não tem ajuda prá nada.

P: Fizeram alguma reunião prá explicar?

R: Não, aqui não fizeram reunião.

P: Ninguém nunca explicou prá vocês prá que serve o parque, por que criaram, essas coisas todas?

R: Não, eu já assisti uma reunião em Serra Madureira, chamado por eles.

P: Mas o senhor foi representando a comunidade?

R: Não.

P: Quem é o líder de vocês prá essas coisas?

R: É o meu irmão Jerônimo.

P: O Jerônimo que vai e participa das reuniões?

R: Sim.

P: E essa reunião em Serra Madureira foi quando? Você lembra?

R: Parece que foi dia 08 de junho.

P: Do ano passado?

R: Sim.

P: E o que eles falaram lá?

R: Explicaram que iam formar o parque dentro do Chandless. E eu fui convidado prá ouvir só, não fui representando nada.

P: Só o senhor que foi daqui?

R: Fomos em dois daqui do Chandless.

P: E depois, quando voltou, o senhor explicou para o pessoal?

R: Expliquei tudo que eu ouvi.

P: E o que o senhor vê de vantagem no fato e ter o parque, no futuro, acha que pode melhorar?

R: Não sei, eles não explicaram nada, ficou nisso mesmo, ninguém sabe daqui prá frente. Pode melhorar ou não.

P: O que o senhor acha que deveria ser feito?

R: Que eles poderiam nos ajudar.

P: Ajudar como?

R: Ajudar no que iam fazer no parque, e ter alguma ajuda pra nós.

P: Mas agora os meninos indo prá escola vocês podem ter a Bolsa Família.

R: Não sei...

### **Manoel Ramiro Basque**

P: Agora me fala um pouco do parque, vocês gostaram da criação dessa reserva aqui?

R: Não gostamos.

P: Estão gostando?

R: Não, nos jogaram daqui porque somos pobres, saímos daqui prá passar fome por aí. Queremos ficar aqui mesmo no Chandless.

P: Vocês gostam de ficar aqui?

R: Gostamos, somos nascidos e criados aqui, somos acostumados, eu pelo menos não me acostumo na cidade. Já tenho meus filhos aqui. Não pretendemos sair.

P: Mas você acha que tem risco de saírem?

R: Não sei, porque o pessoal diz que vão nos jogar. Só se eles nos tirarem porque não pretendemos sair aqui do Chandless.

P: Mas não tem nenhuma diferença de antes e depois de criar o parque? Vocês podem pescar mais, caçar, está proibido ou não?

R: Eu não sei. Porque até agora não veio ninguém fazer uma reunião e nos falar, nos explicar. Estamos esperando, porque sabemos que vai ser um parque aqui dentro.

P: Já é um parque.

R: Pois é, mas ninguém chegou e explicou vai ser assim ou não, não estamos sabendo.

P: Vocês nunca participaram de uma reunião?

R: Não, nunca. Nós esperamos deles, já foi feito o parque, bom vamos fazer uma reunião e vocês vão saber. Assim nós sabemos se vai dar prá viver ou não. Isso que estamos querendo.

### **Jairo Marques Nunes**

P: O que vocês acham da criação do parque, da reserva, qual é a opinião de vocês? É bom, ou é ruim, o que vocês acham?

R: A criação do parque, por hora, não encontramos melhoria nenhuma! Não mudou nada, está do mesmo jeito.

P: Não mudou?

R: Não mudou nada! Porque ninguém tem ajuda de nada, e está do jeito que estava! Do mesmo jeitinho.

R: Não poder pescar ou caçar prá vocês faz diferença?

Nada.

P: E vocês já ouviram, falar na idéia de vocês saírem daqui, e indenizar por causa do parque? Já ouviram falar nisso ou não?

R: Não senhora, até agora eu não ouvi falar!

P: Mas, não é o que vocês querem?

R: Não. Até agora ninguém sabia, por isso, não pensamos em nada e não fizemos planos!

**b) Alternativas de regularização disponíveis.** Considerando que as famílias que moram no rio Chandless ali estão há três gerações, as opções disponíveis para os moradores não podem ficar restritas às convencionais: indenização pelas benfeitorias ou reassentamento.

É preciso analisar outras opções que incluam as anteriores e que as amplie. O roteiro poderia incluir os seguintes passos:

- a. Reassentamento: identificar alternativas de realocação em áreas próximas e oferecer essa oportunidade aos moradores.
- b. Indenização: os moradores mais idosos estão interessados nessa opção. Mas é preciso analisar que não se trata de mera indenização de benfeitorias, mas de uma escolha entre ficar onde está com um título de propriedade (que deveria ter acontecido antes da criação do Parque) e sair porque a idade não permite mais iniciar uma nova vida em um novo assentamento.
- c. Readequação dos limites do Parque com exclusão da área ocupada: neste caso a área ocupada pelas famílias poderia ficar em uma zona tampão e seguir regras que conciliem tanto a vida econômica das famílias quanto os objetivos do Parque.

- d. Criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável na área ocupada: essa opção asseguraria a permanência das pessoas e as envolveria em projetos de desenvolvimento sustentável assegurando, ao mesmo tempo, a gestão pública da área.
- e. Criação de uma Reserva Extrativista na área ocupada: essa opção apresenta uma limitação no fato de que requer um nível de organização comunitária que os moradores do Chandless não têm e o modelo poderia não funcionar. Não existem iniciativas coletivas no Chandless, apenas familiares. E não existe, até o momento, um projeto de interesse coletivo sendo discutido entre os moradores.
- f. Formular um projeto inovador que concilie a presença de pessoas em uma área definida do Parque e que permita a prestação de serviços pelos moradores sem que eles percam os direitos sobre a área que ocupam.
- g. Redefinir os limites do Parque deixando fora a área ocupada que seria transformada em propriedade dos atuais moradores.

Estas são apenas algumas sugestões para análise e outras podem surgir à medida que se considere, primeiro, que os moradores deveriam ter sido ouvidos antes da criação do Parque e que existem alternativas legais para evitar conflitos que podem vir a existir na área.

### **c) Formular uma solução conjunta entre moradores e poder público.**

A forma mais adequada de encaminhar a questão é criando um Grupo de Trabalho com a missão de identificar alternativas, realizar consultas com metodologias adequadas, viabilizar o acesso à informação para os moradores e conciliar interesses do Estado e das comunidades.

Dentre outras atividades, esse GT seria responsável por realizar as seguintes ações:

- Reunião com todos os moradores explicando: o que é um parque, o que é um plano de manejo, conselho consultivo, responsabilidades do governo.
- Estudo fundiário para apresentar as opções às pessoas: quem pode ser indenizado, quanto pode receber e quando para as pessoas avaliarem vantagens e desvantagens.
- Adoção de medidas visando proporcionar benefícios concretos para as famílias enquanto não se equaciona a questão: acesso imediato à educação para as crianças e atendimento à saúde.

Embora delicada, não se pode afirmar que existem conflitos entre a população do Chandless e o poder público. Ao contrário. Em razão da forma transparente como o Parque foi criado e dos compromissos assumidos, existe confiança de que soluções adequadas serão encontradas. A demora no encaminhamento, no entanto, vem gerando insegurança nas famílias.

Por outro lado, exatamente pelas circunstâncias nas quais o Parque foi criado, não se espera outra coisa senão um adequado encaminhamento que, de preferência, não transforme as populações – que já estavam lá – em obstáculo ao bom funcionamento do Parque.

## **9. RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO DE MANEJO.**

As recomendações foram detalhadas de acordo com os diferentes grupos sociais:

- Interesse primário: moradores do rio Chandless, povos isolados e habitantes da área urbana e rural de Santa Rosa do Purus.
- Interesse secundário: moradores das TIs Alto Purus e Mamoadate e da Resex Cazumbá-Iracema; habitantes e PM de Manuel Urbano; habitantes da fronteira internacional com o Peru.

### **9.1. Recomendações de manejo para os moradores do rio Chandless:**

- Criar um Grupo de Trabalho para resolver a questão fundiária do PE Chandless levando em consideração as recomendações apresentadas no capítulo 8 deste Relatório.
- Realizar estudo fundiário para apresentar as opções às pessoas: quem pode ser indenizado, quanto pode receber e quando, para as pessoas avaliarem vantagens e desvantagens.
- Firmar um Termo de Compromisso, de acordo com o SNUC, até que seja regularizada a situação das famílias.
- Cumprir compromissos assumidos na audiência pública e planejar investimentos sociais urgentes para compensar limitações ao uso dos recursos.
- Identificar as famílias que desejam permanecer na área e se envolver com a gestão do PE Chandless, e formular um plano de capacitação de curto, médio e longo prazo.
- Preparar a comunidade para participar do Conselho Consultivo do Parque e para entender as funções de uma unidade de conservação de proteção integral.

### **9.2. Recomendações relativas às populações indígenas em isolamento voluntário:**

- Criar assessoria antropológica para acompanhar as atividades previstas para o plano de manejo, dentre elas o cumprimento das diretrizes da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>11</sup>, garantindo efetiva proteção dos territórios e dos recursos naturais utilizados tradicionalmente na área do Parque pelos grupos de índios sem contato.
- Reservar as cabeceiras do Chandless e igarapés tributários como uma área de uso dos isolados. Criar uma reserva dentro da reserva.
- Contratar assessoria antropológica para avaliar se há hoje ocupação permanente na área do Parque por parte de populações isoladas e, uma vez por ano, subir o rio, para avaliar a presença indígena no local.

---

<sup>11</sup> "Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes", aprovada pela OIT em 7 de junho de 1989, da qual o Brasil tornou-se signatário em abril de 2004.

- Conscientizar os moradores do Parque para que sejam parceiros na proteção aos isolados e à integridade da área evitando a presença de madeireiros peruanos na fronteira.
- Propor acordos bilaterais Brasil – Peru para implementar políticas e medidas de proteção aos povos isolados que vivem em situação transfronteiriça.
- Criar uma política inovadora de conciliação entre objetivos de conservação e proteção de povos isolados, divulgando a experiência em fóruns de debate sobre o tema.
- Acatar as resoluções emitidas no Seminário "Índios Isolados e Dinâmicas Fronteiriças no Estado do Acre: políticas oficiais e agendas futuras para sua proteção", realizado em Rio Branco de 1 a 3 de dezembro de 2008 e a declaração do Primeiro Encontro Internacional sobre Povos Indígenas Isolados da Amazônia e do Gran Chaco, realizado em Belém do Pará (Brasil) entre os dias 8 e 11 de novembro de 2005, que criou a *Aliança Internacional para a Proteção dos Povos Indígenas Isolados*.

### **9.3. Recomendações de manejo para habitantes área urbana e Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus:**

- Divulgar os objetivos do PE Chandless e do PM junto à população da cidade de Santa Rosa do Purus para conscientizá-la da importância do Parque.
- Organizar um plano de vigilância no Alto Purus, com base em Santa Rosa, para monitorar a ação de madeireiras e traficantes nos limites do PE Chandless.
- Realizar trabalhos de educação nas escolas divulgando informações sobre o PE Chandless.
- Implantar um projeto de manejo de resíduos urbanos.
- Contratar mão de obra local sempre que possível para gerar laços com o PE Chandless.
- Monitorar o crescimento urbano de Santa Rosa do Purus e das cidades peruanas próximas à fronteira.
- Realizar um plano de ordenamento territorial de Santa Rosa do Purus para evitar que se transforme em zona de expansão populacional.
- Debater com governo do Estado a função estratégica dessa cidade e a idéia de transformá-la em Cidade - Parque.

### **9.4. Recomendações de manejo para habitantes área rural de Santa Rosa do Purus:**

- Definir com o INCRA um modelo de desenvolvimento sustentável para o PA Santa Rosa.
- Realizar um zoneamento no PA orientando o crescimento em outra direção que não o oeste do PE Chandless.
- Não permitir a criação de outros Projetos de Assentamento no município.
- Reunir com os moradores do PA e explicar os objetivos do PE Chandless e do PM.

- Sugerir ao Governo do Estado que defina uma estratégia inovadora de controle da fronteira internacional que não seja baseada em assentamentos rurais.

#### **9.4. Recomendações relativas aos grupos indígenas das TIs Alto Purus e Mamoadate:**

- Realizar uma reunião com lideranças das Tem limítrofes (Mamoadate e Alto Purus) para conhecer as interfaces e explicar os objetivos do PE Chandless.
- Analisar os resultados do etnozoneamento da TI Mamoadate e identificar potencial de ação integrada de monitoramento e gestão do sul do PE Chandless e noroeste da TI.
- Mapear áreas de uso para caça e pesca que incidem sobre o Parque – Alto do Igarapé Chandless-Chá, por exemplo, pelos Manchineri da Aldeia Extrema.
- Intensificar a fiscalização dos limites da TI e PE Chandless com apoio do IBAMA, IMAC, FUNAI, Polícia Federal e Exército.

#### **9.5. Recomendações de manejo para a Resex Cazumbá-Iracema:**

- Reunir com a comunidade da Resex para conhecer o PM e trocar informações com o PM do PE Chandless.
- Depois de definida a situação fundiária, desenvolver ações conjuntas para organização da comunidade.
- Realizar articulação entre IMAC e IBAMA para fiscalização da área intangível da Resex e do PE Chandless.

#### **9.6. Recomendações de manejo para instituições públicas na fronteira internacional:**

- Organizar ações de vigilância e fiscalização que evitem a utilização predatória dos recursos naturais no limite internacional do PE Chandless.
- Implementar acordos bilaterais Brasil – Peru para troca de experiência em gestão de unidades de conservação.
- Organizar sistema de monitoramento das atividades ilícitas na fronteira internacional.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ALLEGRETTI, M. H. 2008. **A Gestão Comunitária da Floresta e o Desenvolvimento da Amazônia**. Nota Técnica para Subsidiar o Projeto Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia encaminhada ao CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Curitiba, 15 de julho 2008.

ANÔNIMO. 1906. Informes de las Comisiones Mixtas Peruano-Brasileras Encargadas del Reconocimiento de los Rios Alto Purús y Alto Yuruá de Conformidad con el Acuerdo Provisional de Río de Janeiro, Lima, La Opinión Nacional, citado por Gow, Peter 2006. "Canção Purús" Nacionalização e tribalização no sudoeste da Amazônia'. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 49 N° 1.

AQUINO, T.V. de e IGLESIAS, M. P. 2005. "Etnozoneamento: uma importante ferramenta de gestão ambiental em terras indígenas". Papo de Índio. Jornal **Página 20**. Rio Branco - Acre, 23 de outubro.

AQUINO, Terri Valle de e IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. 2006. "Uma homenagem ao velho Pancho Kaxinawá, da terra indígena Alto Purus". Papo de Índio. **Jornal Página 20**. 26 e 27 de março.

BASA. Banco da Amazônia S.A. 2002. **Projeto de Contribuição ao Desenvolvimento dos Principais Arranjos Produtivos Locais Potenciais dos Estados da Amazônia**.

BRAGA, R. 2002. **Euclides da Cunha no Amazonas**. Editora Valer, Fundação Lourenço Braga. Manaus.

CASTELO BRANCO, J.M.B. 1960. **Descobrimto das Terras da Região Acreana**. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro.

CHANDLESS, W. 1866. Ascent of the River Purús. **Journal of the Royal Geographical Society of London**. Vol. 36, pp. 86-118.

CRUZ, T.A. e Ferreira, P. R. (orgs). 2004. **Retrato Cultural dos Katukina, Kaxinawá, Shanenawa, Jainawa e Manchineri**. Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour Rio Branco, Acre.

CUNHA, E.. 1976. **Um Paraíso Perdido**. Reunião dos Ensaio Amazônicos. Editora Vozes.

CUNHA, E. 1995. **Obras Completas**. E. Nova Aguilar S.A. Rio de Janeiro.

..... Conflito Inevitável. 1904. **Jornal O Estado de São Paulo**, 14 de maio. In Cunha, E. 1995:179-182.

..... Contra os Caucheiros 1904. **Jornal O Estado de São Paulo**, 22 de maio. In Cunha, E. 1995:182-185.

..... Entre o Madeira e o Javari. 1904. **Jornal O Estado de São Paulo**, 29 de maio. In Cunha, E. 1995:186-189

FAGAN, C., y SALISBURY, D.. 2003. Uso de la Tierra y Actividades Economicas en Cinco Comunidades Indigenas de la Provincia de Purús. Pages 177 – 189 in R. Leite-Pitman, N. Pitman, and P. Alvarez, editors. **Alto Purús: Biodiversidad, Conservación y Manejo**. Center for Tropical Conservation. Durham, North Carolina.

FAGAN, C. y SHOOBRIDGE, D. 2005. **Una Investigación de la Extracción Ilegal de Madera en el Parque Nacional Alto Purús y Alrededores**. Parks Watch.

FAGAN, C. y SHOOBRIDGE, D. 2007. **La Carrera por los Últimos Árboles de Caoba en el Perú. Extracción Ilegal en el Parque Nacional Alto Purús**. Rio Redondo. Estudios de Conservación.

FECONAPU. Federacion de Comunidades Nativas de Purus. 2004. **Plan de Desarrollo Integral de los Pueblos Indigenas de Alto Purus 2004 – 2009**. <http://www.cipiaci.org/>

GEA-Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA. Fundo Mundial para a Natureza – WWF. SOS Amazônia. 2001. **Peça de Criação Unidade de Conservação de Proteção Integral Chandless – Gleba 9**. (Relatório técnico não publicado).

GEA-Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA. 2003. **Relatório de Consulta Pública Chandless**. 02.09.03. (Relatório Técnico não Publicado)

GEA - Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA. Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA. 2006. **Fiscalização e Monitoramento no Parque Estadual Chandless**. Rio Branco, AC. Junho. (Relatório Técnico não Publicado).

GEA -GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. 2006. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - Fase II**. Rio Branco, Acre.

GEA-Governo do Estado do Acre. Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour. 2002. **Povos do Acre - História Indígena da Amazônia Ocidental**.

GEA–Governo do Acre. 2008. **Acre em Números 2007-2008**.

GOMES-FILHO, A. et al. 2004. Caracterização socioeconômica da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, Sena Madureira, AC. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, Curitiba, PR. v. 1. p. 491-499.

GOW, P. "Canção Purús". Nacionalização e Tribalização no Sudoeste da Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2006, V. 49 N° 1.

HAVERROTH, M., 1999. **Relatório da Viagem à Terra Indígena Mamoadate**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio. Programa de Saúde Sujo, Limpo & Contaminado. Capacitação de Agentes de Saúde em Higiene e Saneamento Ambiental e Assistência Primária de Saúde.

IGLESIAS, M. P.; AQUINO, T.V. de. 2006a. **Geopolítica nas Fronteiras Acreanas com o Peru e os Povos Indígenas**. Rio Branco, Acre.

IGLESIAS, M. P. e AQUINO, T.V. de. 2006b. **Povos e Terras Indígenas no Estado do Acre**. Texto de subsídio ao Eixo da Sócio-Economia do ZEE - Fase II.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. 2007. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema**. Sena Madureira, AC.

NEWING, H. y Wahl, L. 2004. Edición Especial Acerca de Pueblos Indígenas y Áreas Protegidas. **Cultural Survival Quarterly** – Spring.

ORTIZ, P. D. O.F.M. 1980. **Monografía del Purús**. Lima.

PADILHA, L.D. e DOMINGUES, R.J. 2004. **Relatório Preliminar a Respeito da População Indígena que Habita o Alto rio Chandless e que, Até o Momento, não Mantém Contato com a Sociedade Nacional**. CIMI - Conselho Indigenista Missionário, Regional Amazônia Ocidental. Rio Branco, Acre.

PNUD. 1991. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. [www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

PODER JUDICIÁRIO. Justiça Federal. Seção Judiciária do Distrito Federal. 1985. **Autos No 23-84-ACRE (antigo 1.941)**. Pags. 1975 a 2.038.

SANTANA, J. C. B de. 2000. Euclides da Cunha e a Amazônia: visão mediada pela ciência. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. VI (suplemento) 901-917, setembro.

SCHMINK, M. & Wood, C. H. 1987. The 'Political Ecology' of Amazônia, **Lands at Risk in the Third World: Local-Level Perspectives**.

STEWART, J.H. (ed.). **Handbook of South American Indians: The Tropical Forest Tribes**, 3: 883-900. Washington: Smithsonian Institution.

TOCANTINS, L. 1979. **Formação Histórica do Acre**. Volume II. Ed Civilização Brasileira.

TORRALBA Fr. A. OP. 1978. **Aproximación a la Historia de Puerto Esperanza, en el Rio Purus**. Misionero Dominicano.

TRIBUNAL ARBITRAL BRASILEIRO-PERUANO. 1916. **Reclamações. Sentenças**. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial.

VIRTANEN, P.K. 2007. **Changing Lived Worlds of Contemporary Amazonian Native Young People Manchineri Youths in the Reserve and the City, Brazil-Acre**. Doctoral Dissertation. Latin American Studies. Renvall Institute for Area and Cultural Studies. University of Helsinki, Finland.

SANTANA, J.C.B. de. 2000. Euclides da Cunha e a Amazônia: Visão Mediada pela Ciência. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** v.6 supl.0. Rio de Janeiro set.

[www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)

<http://cazumba.org/>

[www.munipurus.gob.pe](http://www.munipurus.gob.pe)

[www.regionucayali.gob.pe](http://www.regionucayali.gob.pe)

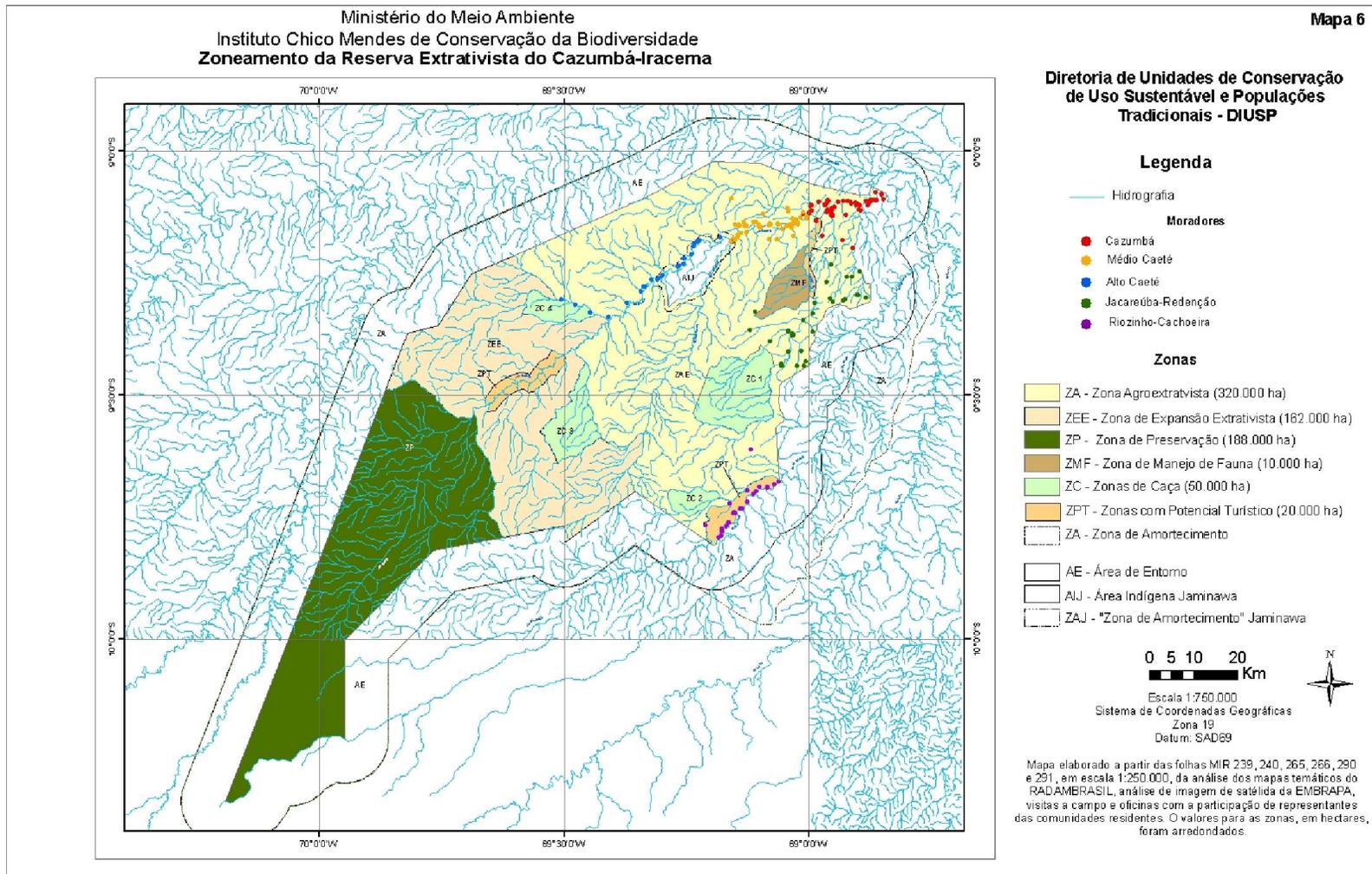
<http://www.roundriver.org>

[www.parkswatch.org](http://www.parkswatch.org)

[www.ecopurus.org](http://www.ecopurus.org).

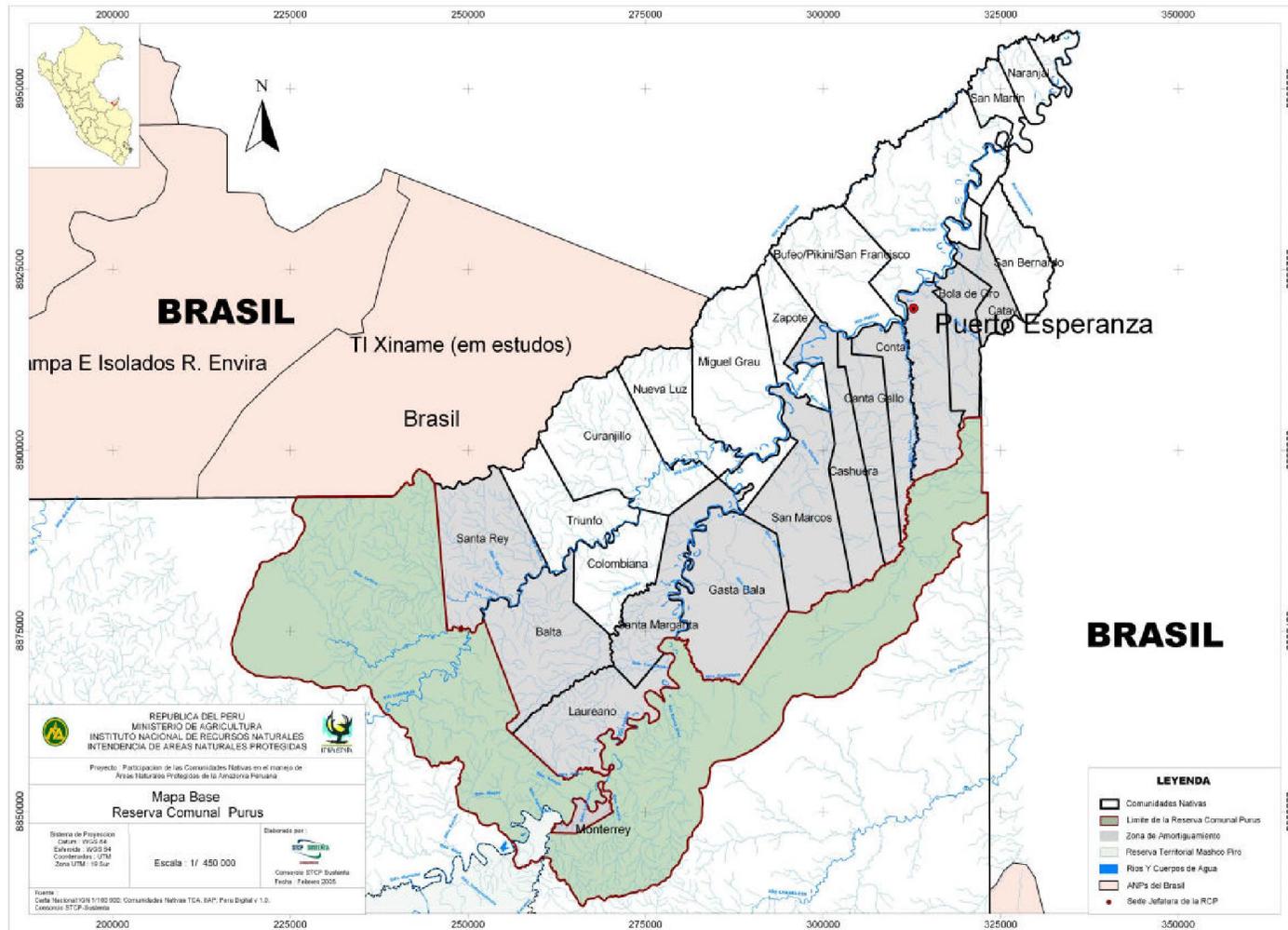
<http://www.servindi.org>

## ANEXO 1: Mapa da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema

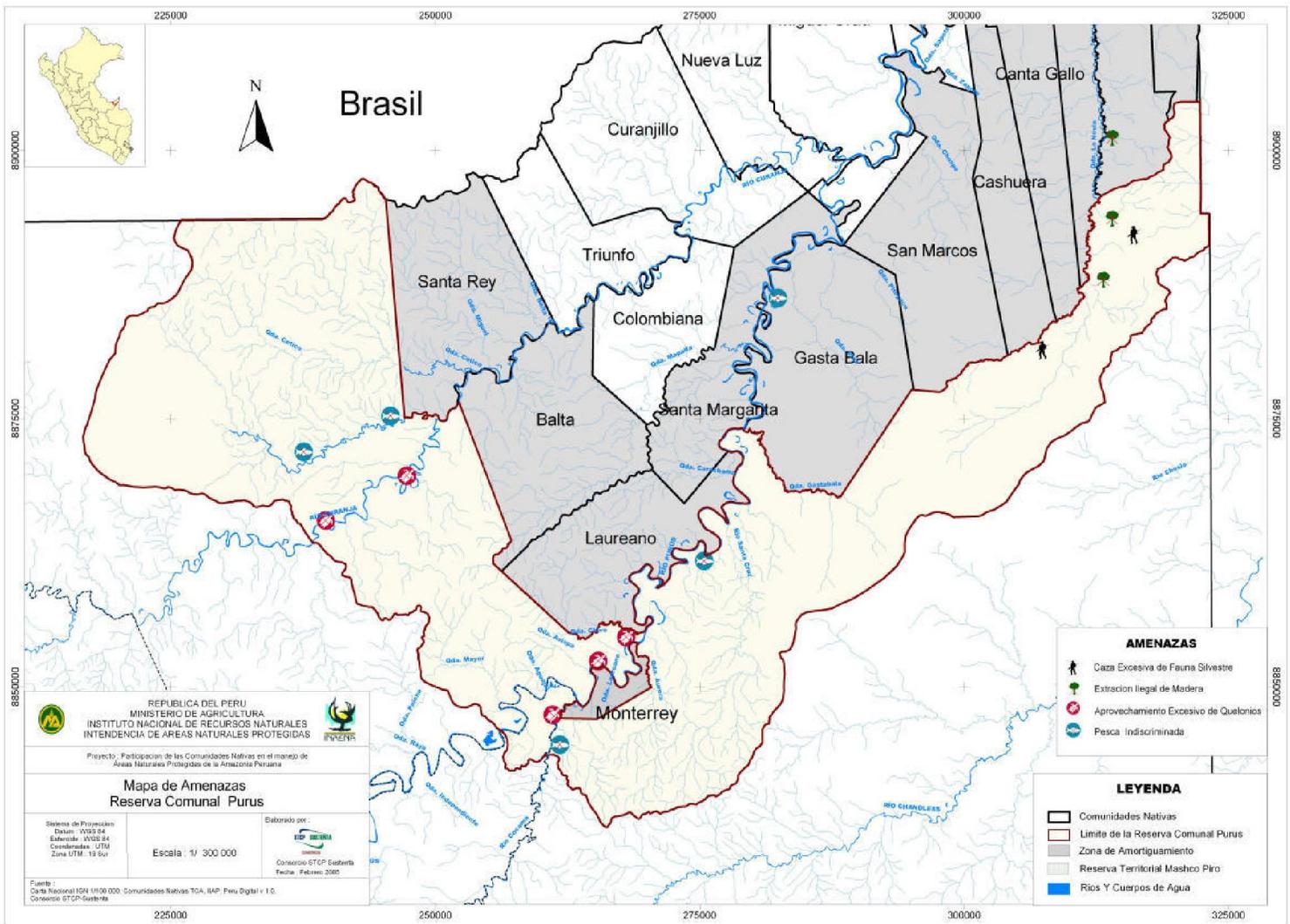


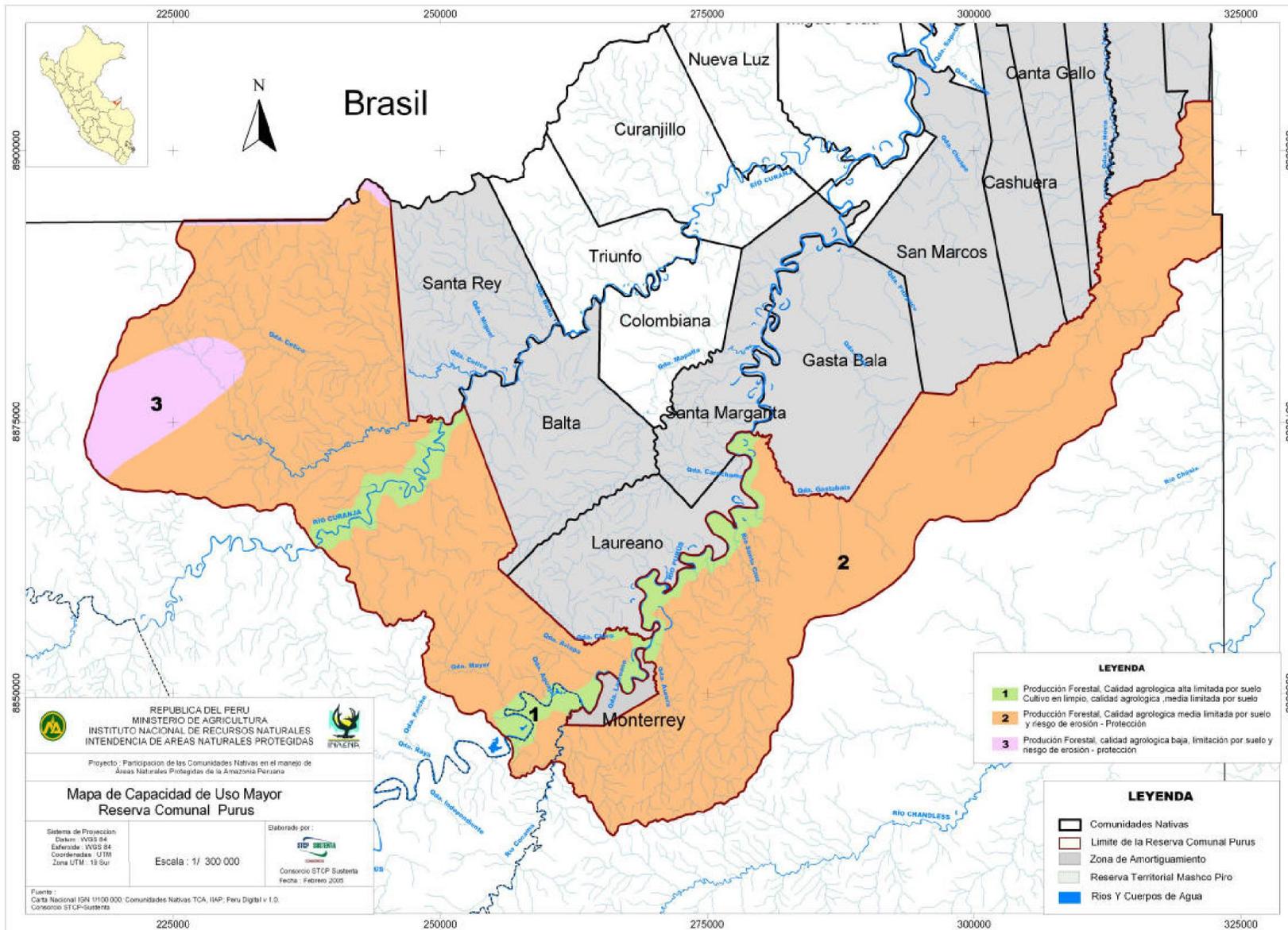
Fonte: MMA 2007

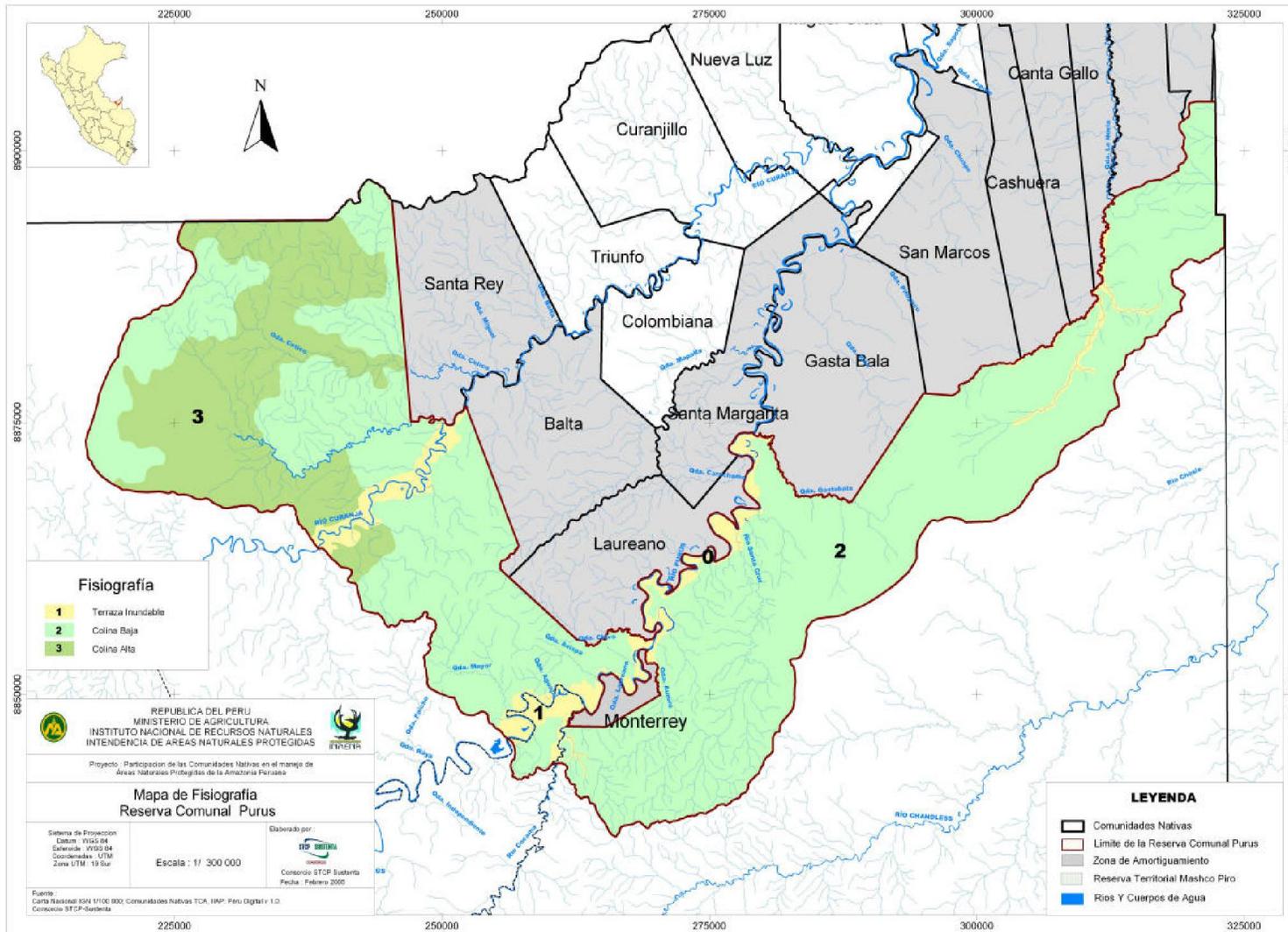
## ANEXO 2 - Mapas da Reserva Comunal Purus.

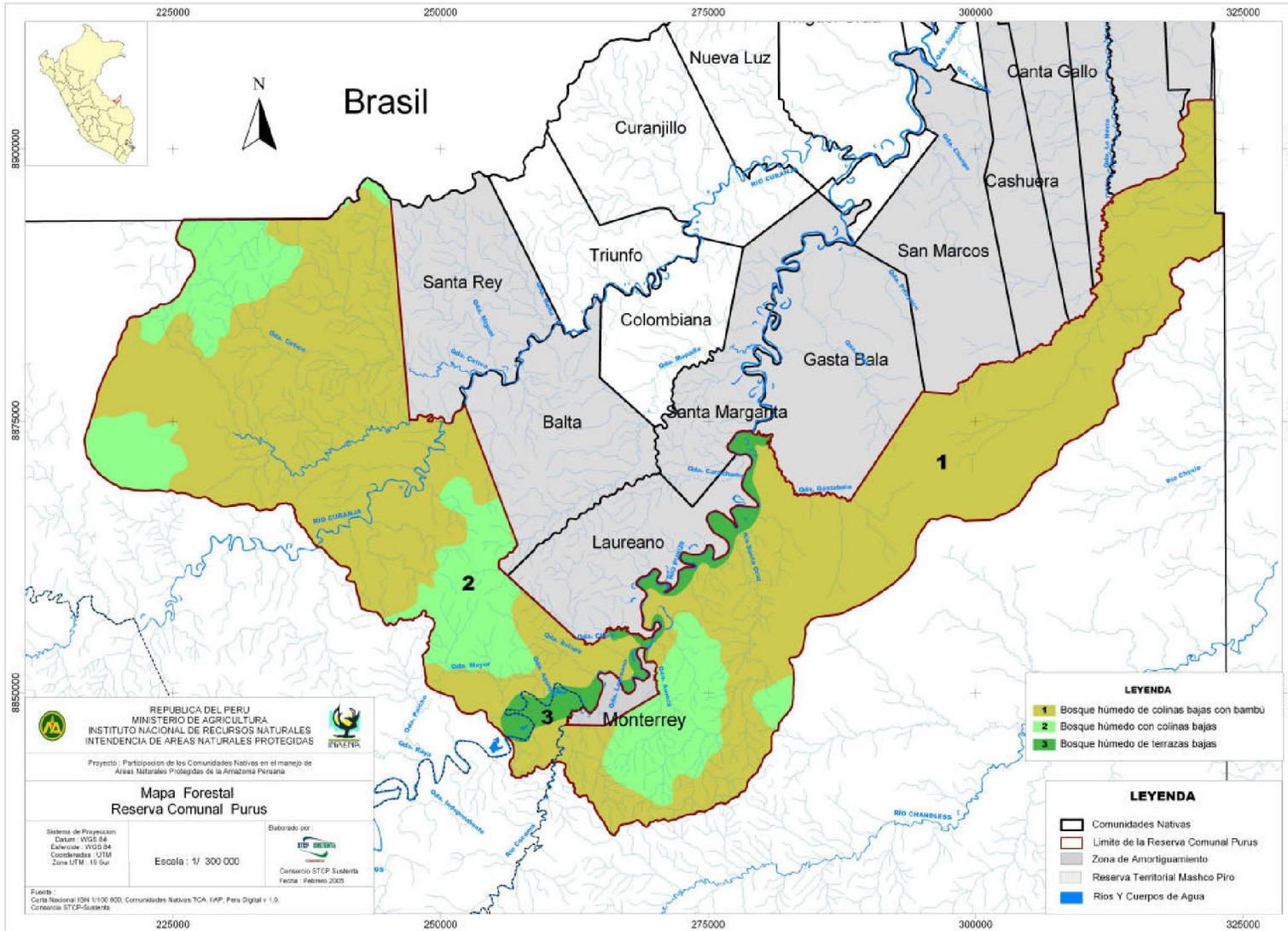


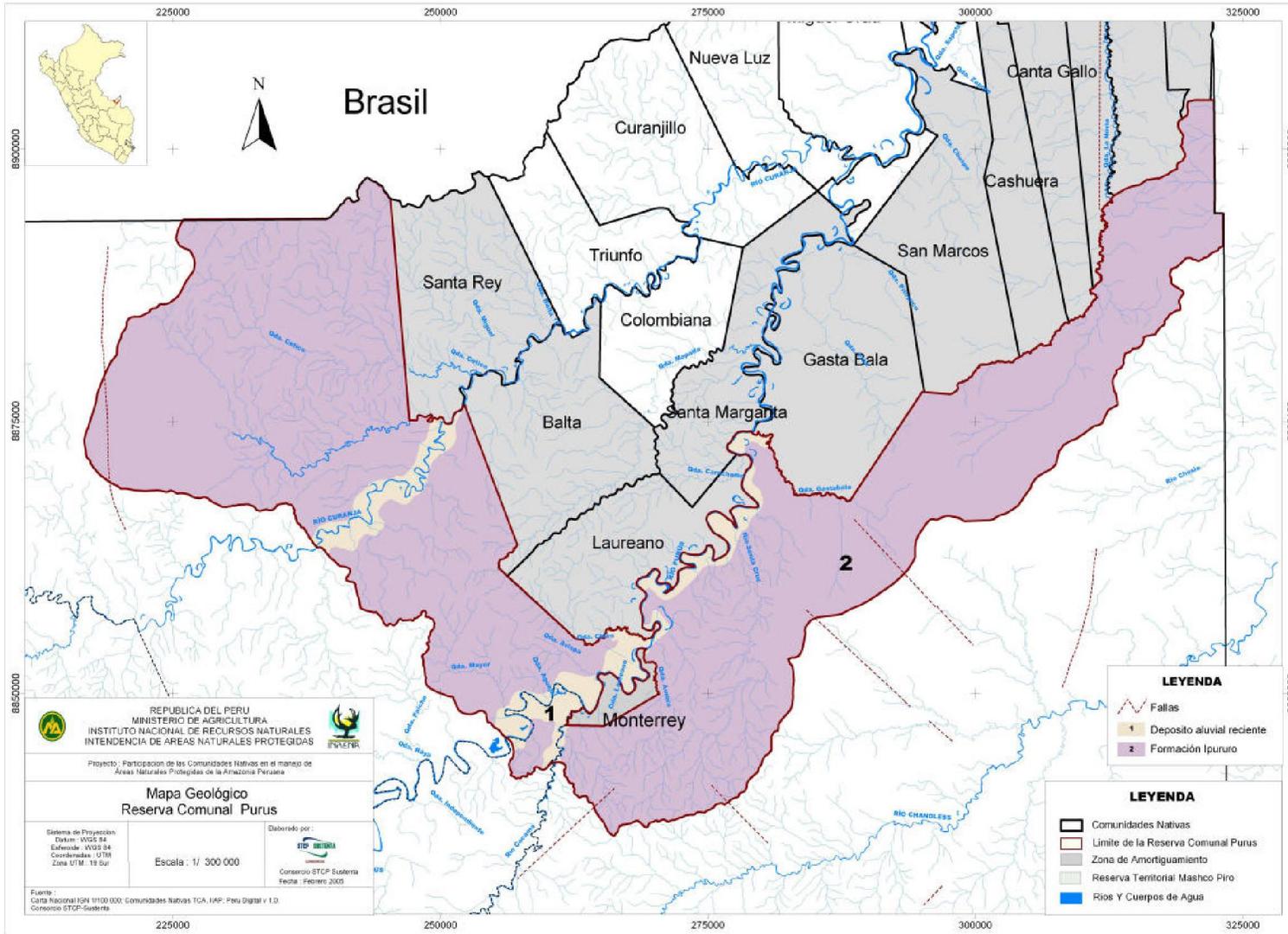
Fonte: [www.ecopurus.org](http://www.ecopurus.org).

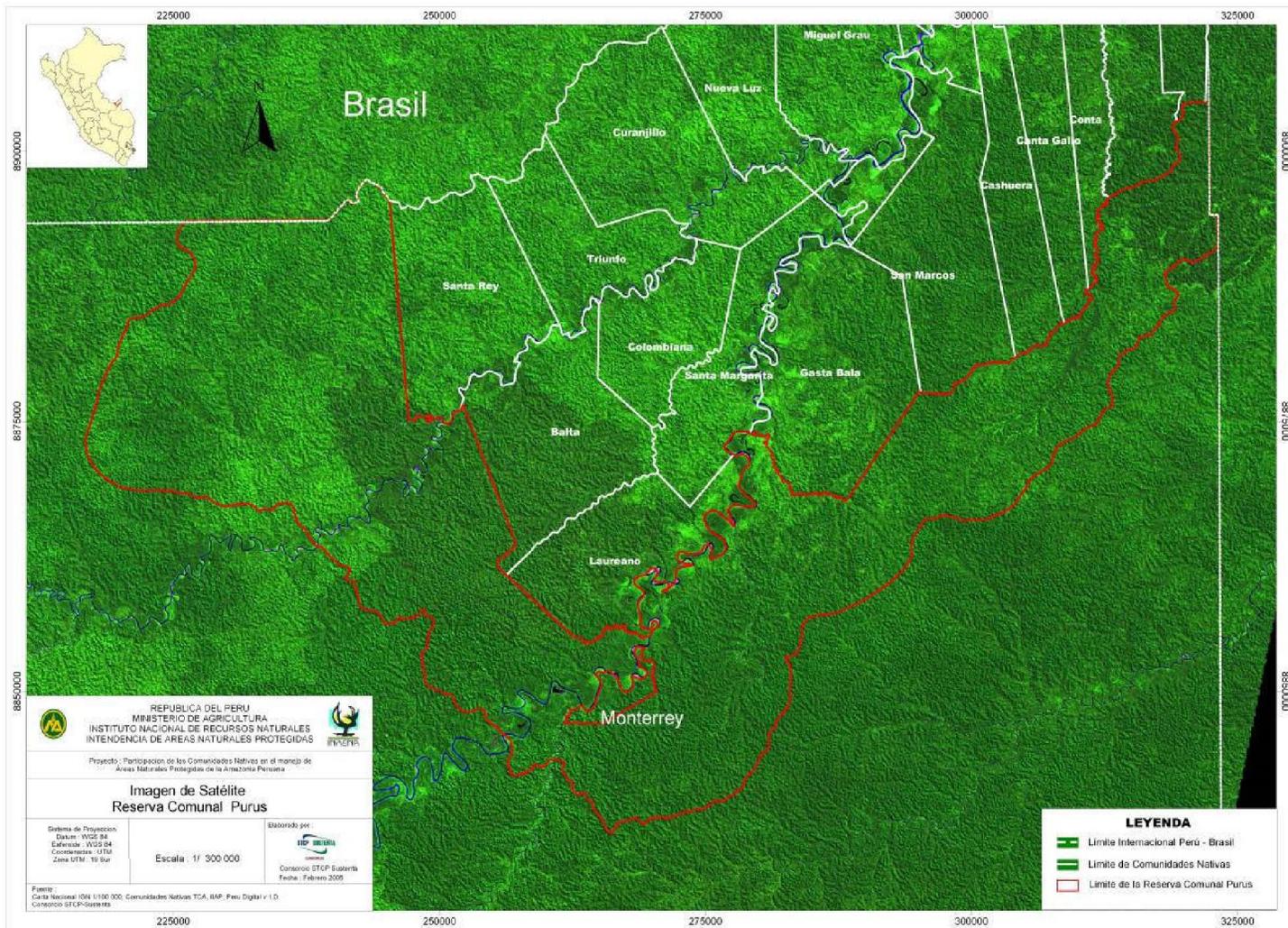












### ANEXO 3 - Mapa de Recursos Hídricos e Ocupação Humana na Terra Indígena Mamoadate

